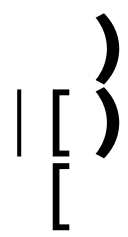




TETE

ELIANE KUVASNEY · JAIME TADEU OLIVA ·
FERNANDA PADOVESI FONSECA · EDUARDO
DUTENKEFER · SHEILA SCHNECK · MÔNICA
BALESTRIN NUNES · DAMIEN PETERMANN
· OLIVIER CHAIREIRE · FABIEN MAZENOD ·
VANESSA MOURA DE LACERDA TEIXEIRA ·
CAROLINA MORETTI FONSECA · ROBERTO
DA SILVA · JULIANO DA SILVA TOBIAS ·
MARIA REGINA BARCELOS BETTIOL · TADEU
ALENCAR ARRAYS · REGINA ZILBERMAN ·
MARCELO MARANINCHI

revista



REVISTA DO
**INSTITUTO
DE ESTUDOS
BRASILEIROS**

nº. 65 / DEZ. 2016

Cidade d' Paulo.

Escala de. 1 2 3 4 5 Legoas



Foto da Estação da Luz para o lado do Brás (1929).
Arquivo IEB – Coleção Cidade de São
Paulo (Ernani Silva Bruno)



Vista a jusante possivelmente do Rio Tamanduaí
durante uma enchente de 1906.
Fotógrafo desconhecido – Acervo do Museu da Cidade de São Paulo



Vista do centro de São Paulo nos anos 1960,
Rua da Glória, na Liberdade.
Arquivo do IEB – Acervo Cidade de São Paulo



Vista de um caramanchão no Parque da Cantareira, zona norte do município de São Paulo (1896). Foto de Guilherme Gaensly – Acervo do Museu da Cidade de São Paulo



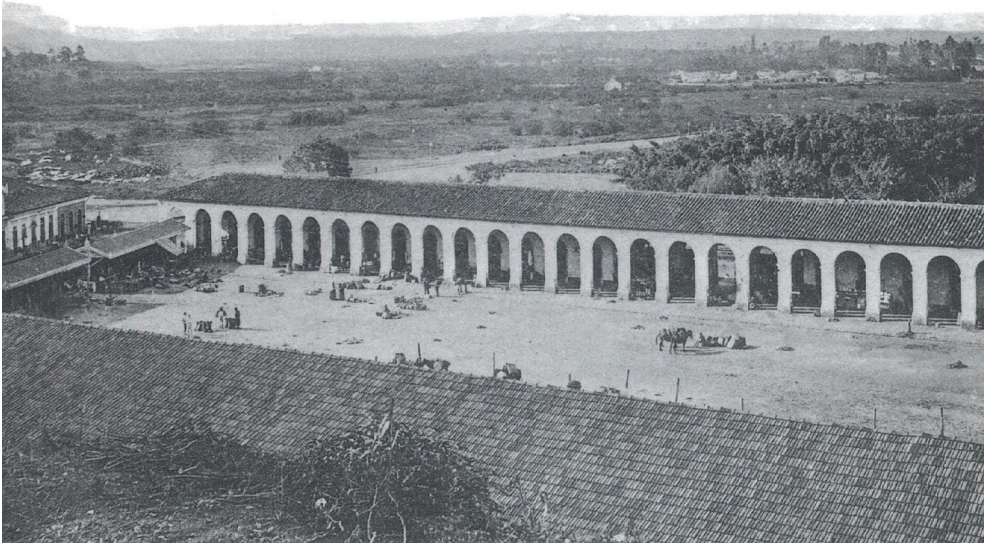
Vista do atual Pátio do Colégio, com destaque para o Palácio do Governo (1908). Fotógrafo desconhecido – Acervo do Museu da Cidade de São Paulo



Vista do Largo de São Francisco, com a Academia de Direito (1874) – Foto de Militão Augusto de Azevedo – Acervo do Museu da Cidade de São Paulo



Flagrante de um bonde da Empresa de Bondes de Sant'Anna, movido a tração animal (1900).
Fotógrafo desconhecido – Acervo do Museu da Cidade de São Paulo



Vista da “Praça do Mercado” (1870).
Fotógrafo desconhecido – Acervo do Museu da Cidade de São Paulo



Vista do Largo e da Igreja da Sé, demolida em 1912 (1910) –
Foto de Aurélio Becherini – Acervo do Museu da Cidade de São Paulo



Vista do cruzamento das ruas 15 de Novembro e Direita a partir do Largo da Sé (1912). Foto de Aurélio Becherini – Acervo do Museu da Cidade de São Paulo



Rua 15 de Novembro em direção ao Largo Conselheiro Antonio Prado (1915). Foto de Aurélio Becherini – Acervo do Museu da Cidade de São Paulo



Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Marco Antonio Zago

REITOR

Prof. Dr. Vahan Agopyan

VICE-REITOR

Instituto de
Estudos Brasileiros

Profa. Dra. Sandra Margarida Nitrini

DIRETORA

Prof. Dr. Paulo Teixeira Iumatti

VICE-DIRETOR

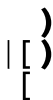
Pérola Ramira Ciccone

CHEFE TÉCNICA DA DIVISÃO

CIENTÍFICO-CULTURAL



Credenciamento e Apoio Financeiro
do: Programa de Apoio às
Publicações Científicas da USP
Comissão de Credenciamento



Instituto de Estudos Brasileiros
Edifício Brasiliana, Praça do Relógio
Solar, 342, Cidade Universitária
05508-115, São Paulo - SP, Brasil
(11) 2648 1239 · www.ieb.usp.br

Revista do Instituto de Estudos Brasileiros

ISSN 2316-901X · n. 65, 2016 · dezembro

COMISSÃO EDITORIAL **Denilson Lopes Silva** (UFRJ) RIO DE JANEIRO, BR; **Gustavo Alejandro Sorá** (UNC) CÓRDOBA, AR; **Jaime Tadeu Oliva** (IEB-USP) SÃO PAULO, BR; **Paulo Teixeira Iumatti** (IEB-USP) SÃO PAULO, BR; **Pedro Meira Monteiro** (PRINCETON U.) PRINCETON, EUA; **Randal Johnson** (UCLA) LOS ANGELES, EUA; **Walter Garcia** (IEB-USP) SÃO PAULO, BR

EDITORES RESPONSÁVEIS **Marcos Antonio de Moraes** (IEB-USP); **Stelio Marras** (IEB-USP); **Ana Paula Cavalcanti Simioni** (IEB-USP)

PRODUÇÃO **Divisão Científico-Cultural** (IEB-USP)

ASSISTENTES EDITORIAIS **Pérola Ramira Ciccone**; **Regina Mayumi Aga**

EQUIPE DE APOIO **Cleusa Conte Machado** (revisora); **Flávio Alves Machado** (diagramador); **Oscar de Oliveira Nunes Neto** (estagiário – FAU/USP); **Martina Ribeiro Leite Flores** (estagiária – FAU/USP)

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA **Flávio Alves Machado**

PREPARAÇÃO DE TEXTOS **Cleusa Conte Machado**

PROJETO GRÁFICO **Camillo e Tressler Design**

CONSELHO CONSULTIVO **Adrián Gorelik** (UNIV. NACIONAL DE QUILMES, BERNAL, AR); **Barbara Weinstein** (UNIV. DE NOVA IORQUE, NOVA IORQUE, EUA); **Carlos Augusto Calil** (UNIV. DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, BR); **Carlos Sandroni** (UNIV. FEDERAL DE PERNAMBUCO, RECIFE, BR); **Ettore Finazzi-Agrò** (UNIV. DE ROMA LA SAPIENZA, ROMA, IT); **Fernanda Arêas Peixoto** (UNIV. DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, BR); **Heloisa Maria Murgel Starling** (UNIV. FEDERAL DE MINAS GERAIS, BELO HORIZONTE, BR); **João Cezar de Castro Rocha** (UNIV. ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO, BR); **Jorge Coli** (UNIV. ESTADUAL DE CAMPINAS, CAMPINAS, BR); **Luiz Felipe de Alencastro** (UNIV. DE PARIS-SORBONNE, PARIS, FR); **Manuel Villaverde Cabral** (UNIV. DE LISBOA, LISBOA, PT); **Maria Cecília França Lourenço** (UNIV. DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, BR); **Maria Ligia Coelho Prado** (UNIV. DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, BR); **Maria Lucia Bastos Kern** (PONTIFÍCIA UNIV. CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL, PORTO ALEGRE, BR); **Peter Burke** (EMMANUEL COLLEGE CAMBRIDGE, CAMBRIDGE, RU); **Regina Zilberman** (UNIV. FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, PORTO ALEGRE, BR); **Ricardo Augusto Benzaquen de Araújo** (PONTIFÍCIA UNIV. CATÓLICA DO RIO/ INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE PESQUISAS DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO, BR); **Rodolfo Nogueira Coelho de Souza** (UNIV. DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, BR); **Sergio Miceli** (UNIV. DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, BR); **Walnice Nogueira Galvão** (UNIV. DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, BR)

IMAGEM DA CAPA

Mapa do Rio Tietê, copiado por Francisco Basto segundo originais de autoria do Brigadeiro José Custódio de Sá e Faria, feitos em 1774 e pertencentes ao acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Arquivo IEB – Coleção Alberto Lamego.

IMAGENS DE SÃO PAULO

Arquivo IEB-USP e Museu da Cidade de São Paulo

**ELIANE KUVASNEY · JAIME TADEU OLIV
FERNANDA PADOVESI FONSECA · EDUAR
DUTENKEFER · SHEILA SCHNECK · MÔNICA
BALESTRIN NUNES · DAMIEN PETERMANN
OLIVIER CHAREIRE · FABIEN MAZENOD·VANES
MOURA DE LACERDA TEIXEIRA · CAROLIN
MORETTI FONSECA · ROBERTO DA SILVA · JULIAN
DA SILVA TOBIAS · MARIA REGINA BARCELO
BETTIOL · TADEU ALENCAR ARRAIS · REGIN
ZILBERMAN · MARCELO MARANINCHI · ELIAN
KUVASNEY · JAIME TADEU OLIVA · FERNAND
PADOVESI FONSECA · EDUARDO DUTENKEFE
SHEILA SCHNECK · MÔNICA BALESTRIN NUN
· DAMIEN PETERMANN · OLIVIER CHAREIR
FABIEN MAZENOD · VANESSA MOURA DE
TEIXEIRA · CAROLINA MORETTI FO
ROBERTO DA SILVA · JULIANO DA SILVA
MARIA REGINA BARCELOS BETTIOL
ALENCAR ARRAIS · REGINA ZILBERMAN ·
MARANINCHI · ELIANE KUVASNEY · JAI
OLIVA · FERNANDA PADOVESI FONSECA ·
DUTENKEFER · SHEILA SCHNECK ·
BALESTRIN NUNES · DAMIEN PETE
OLIVIER CHAREIRE · FABIEN MAZENOD · VANES
MOURA DE LACERDA TEIXEIRA · CAROLIN
MORETTI FONSECA · ROBERTO DA SILVA · JULIAN**

13 **Editorial**

16 **Apresentação do dossiê – Um perfil geo-histórico de São Paulo e de Lyon (França) do final do século XIX até 1930** • Eliane Kuvasney

ARTIGOS • ARTICLES)

20 **O “modelo São Paulo”: uma descompactação antiurbanidade na gênese da metrópole** [*“São Paulo model”: an anti-urbanity decompression in the genesis of the metropolis*]
• Jaime Tadeu Oliva & Fernanda Padovesi Fonseca

57 **Metodologia para um saber e um fazer geo-histórico: análise de espacialidades pretéritas utilizando instrumentos computacionais** [*Methodology for a geo-historical knowledge and practice: analysis of preterit spatialities using computer tools*] • Eduardo Dutenkefer

72 **Cotidiano e trabalho no bairro do Bexiga: uma hipótese a ser pensada (1906-1931)** [*Everyday life and work in a quarter of Bexiga: a chance to be thought (1906-1931)*] • Sheila Schneck

96 **Cartografia e paisagem: o mapa como objeto de estudo** [*Cartography and landscape: the map as an object of study*] • Mônica Balestrin Nunes

120 **A imagem de Lyon nos guias de viagem (1900-1950): uma abordagem geo-histórica das representações urbanas** [*The image of Lyon in travel guides (1900-1950): a geo-historical approach of urban representations*] • Damien Petermann

145 **Fontes e métodos para a cartografia do comércio no SIG geo-histórico de Lyon** [*Sources and methods to view the retail business layers of Lyon town's geo-historical GIS*] • Olivier Chareire

159 **Produção da cidade: quais dados para quais questões?** [*Urban fabric: which questions for which data?*]
• Fabien Mazenod; Vanessa Moura de Lacerda Teixeira & Carolina Moretti Fonseca

177 **A educação para as relações étnico-raciais e os estudos sobre racismo no Brasil** [*Education for the ethno-racial relations and the studies about racism in Brazil*] • Roberto da Silva & Juliano da Silva Tobias

- 200 **O Bolsa Família e a tradução regional da questão social** [*The Bolsa Família Program and the regional translation of social question* • Tadeu Alencar Arrais
- 227 **Mário de Andrade e a especificidade do gênero epistolar: o esboço de uma teoria** [*Mário de Andrade and epistolary genre specificity: the outline of a theory* • Maria Regina Barcelos Bettiol

RESENHAS • BOOK REVIEWS)

- 238 **O romance da cidade da Bahia – e do Brasil** [*The novel of the city of Bahia – and Brazil* • Regina Zilberman
- 244 **Viagem à América** [*Voyage to America* • Marcelo Maraninchi

DOCUMENTAÇÃO • DOCUMENTS)

- 252 **A produção do “olhar urbano” na primeira década do século XX, na cidade de São Paulo** [*The production of the “urban look” in the first decade of the twentieth century, in the city of São Paulo* • Jaime Tadeu Oliva

NOTÍCIAS • NEWS)

- 260 **Informe IEB**



EDITORIAL

Vista da Várzea do Carmo (Rio Tamanduateí)
em direção à Serra da Cantareira (1890).
Fotógrafo desconhecido – Acervo do
Museu da Cidade de São Paulo

BALANÇOS, VISADAS CRÍTICAS

A edição número 65 encerra o ano de publicações da *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. Aproveitando a ocasião, realizamos um balanço sumário para indicar algumas questões que operam no dia a dia de um periódico científico. Em 2016, lançamos três números – além das seções fixas, a revista estampou 35 artigos (II, no n. 63, I4, no n. 64, e IO, no n. 65). Desses, pelo menos 60% foram assinados por autores que não pertencem à Universidade de São Paulo, e uma boa parte trabalha em instituições fora do estado de São Paulo. Essa proporção diz respeito a um acordo elaborado pela Scientific Electronic Library Online – SciELO (a biblioteca eletrônica que publica nossa revista), que visa prevenir o comprometimento da qualidade dos artigos, o qual pode, eventualmente, ser produzido pela endogenia, que é, em algumas situações, uma perturbação na dinâmica acadêmica. Isso não quer dizer que os 40% restantes estejam contaminados por procedimentos de seleção indevidos, pois outro anteparo para garantir escolhas criteriosas, representado pelo recurso a pareceristas gabaritados, assegura de forma consistente a qualidade dos artigos mais do que a própria lógica de distribuição geográfica e institucional antiendogenia. Situa-se aqui um ponto importante para alargar a discussão sobre a qualidade e a natureza de nossas revistas científicas.

A obediência ao critério proporcional 60%/40% é algo que os editores constroem no momento da edição final do número; não há como (e nem seria cabível) criar um filtro que recepcionasse os artigos considerando essa proporção. No fluxo de submissão de artigos da *RIEB*, costumam chegar mais contribuições do estado de São Paulo e da Universidade de São Paulo. Onde está o ponto que transforma esse fato em questão difícil de operar? Vigé ao mesmo tempo um outro aspecto do acordo orientador das revistas científicas, que se refere a um tempo-limite de publicação dos artigos aprovados. Ora, se os artigos que são aprovados em maior número têm menos espaço para publicação, é razoável que eles aguardem mais tempo para publicação. É importante que se compreenda isso, que nossos colaboradores tenham consciência disso, assim como os avaliadores da *RIEB* e das revistas científicas em geral. Regras podem fazer sentido a princípio, mas elas precisam ser chanceladas pela experiência, pois correm o risco de se tornarem irracionais.

Com a nossa proposta de discussão mais ampla sobre o espectro quantitativo na montagem de uma revista científica, apresentamos este número, que traz o complemento do Dossiê do projeto interdisciplinar “Dinâmicas de urbanização e representações

espaciais: abordagem geo-histórica dos territórios com Sistemas de Informação Geográfica (SIG)”, na parceria entre a Université Jean Moulin (Lyon 3), da França, e algumas unidades da Universidade de São Paulo, entre elas o IEB (vide apresentação interna do Dossiê), no convênio USP/Cofecub. Somando as duas partes (a primeira foi publicada da *RIEB* n. 64), foram 14 artigos de pesquisadores brasileiros e franceses. Reputamos o formato Dossiê como uma importante modalidade de expressão para os artigos científicos, pois nesses casos, além do que cada artigo pode significar e repercutir individualmente, ele se beneficia com outras camadas de significação geradas na trama do conjunto de artigos, que pode ser ao mesmo tempo complementar, assim como produtora de contrapontos estimulantes.

Outros três artigos coligidos neste número, nas áreas da educação, da história econômica e dos estudos literários, reafirmam o caráter multidisciplinar da *RIEB*. Os dois primeiros abordam, respectivamente, temas de grande atualidade: a questão racial e o problema da desigualdade social na experiência brasileira. “A educação para as relações étnico-raciais e os estudos sobre racismo no Brasil”, assinado pelo professor Roberto da Silva e pelo mestre em Educação Juliano da Silva Tobias, discute, em perspectiva histórica, no século XX, teorias raciais, desembocando na discussão sobre o sistema de cotas e as ações afirmativas em nosso país. “O Bolsa Família e a tradução regional da questão social”, artigo do professor Tadeu Alencar Arrais, coloca em pauta o lugar do Estado “na condução das políticas sociais”, avaliando situação e resultados do Programa Bolsa Família, criado em 2003. A professora Maria Regina Barcelos Bettiol, no artigo “Mário de Andrade e o gênero epistolar: o esboço de uma teoria”, explora um dos muitos ângulos de interesse da vultosa correspondência do criador de *Macunaíma*.

A seção Documentação, em sintonia com o Dossiê, traz em primeira mão carta de Antonietta Penteadado da Silva Prado, documento conservado no Fundo Caio Prado Júnior, no patrimônio do IEB-USP. Dona Antonietta é a mãe de Caio Prado Júnior. E na carta citada comenta um evento importante na história da cidade de São Paulo, que foi a inauguração do Theatro Municipal. Esse comentário, muito interessante, abre a possibilidade para uma interpretação provocativa, feita pelo professor Jaime Tadeu Oliva, sobre a atmosfera polêmica que reinava na época sobre os destinos urbanos da cidade.

Duas resenhas também integram este número, focalizando obras que colocam em circulação importantes documentos de fonte primária da história nacional, cobrindo do século XVI ao XIX. A professora Regina Zilberman avalia a publicação, em letra tipográfica, dos alentados volumes do *Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia*, promovida pela equipe capitaneada por dom Gregório Paixão, OSB, e pelas professoras Célia Marques Telles e Alicia Duhá Lose. O mestrando do IEB/USP Marcelo Maraninchi se debruça sobre a edição crítica do *Diário da minha viagem para Filadélfia*, do jornalista Hipólito José da Costa, preparada pela pesquisadora Tânia Dias, da Fundação Casa de Rui Barbosa, do Rio de Janeiro.

Na produção da revista – um procedimento de equipe –, a Comissão Editorial contou com o exemplar profissionalismo do quadro técnico, administrativo e de estagiários da Divisão Científico-Cultural do IEB. O agradecimento estende-se aos

professores Eliane Kuvassney, Jaime Tadeu Oliva e Ana Paula Cavalcanti Simioni; ao Setor de Arquivos do IEB, destacando a atuação de Elisabete Marin Ribas e de sua prestativa equipe no trabalho de pesquisa iconográfica e documental. Agradecemos ainda a André do Nascimento Serradas, da Divisão de Gestão de Sistemas de Comunicação e Disseminação de Produtos/Serviços do Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBiUSP, de quem os editores em muitos momentos puderam se valer, contando com seus amplos e sólidos conhecimentos na área.

O editorial, os artigos, a seção documentação, as resenhas e o noticiário aqui reunidos ambicionam repercutir amplamente, instituindo profícuos diálogos críticos com nossos leitores. Boa leitura!

Marcos Antonio de Moraes, Jaime Tadeu Oliva, Stelio Marras
Editores¹

DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.voi65p13-15>

¹ Docentes e pesquisadores do Instituto de Estudos Brasileiros – USP.

APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ

Um perfil geo-histórico de São Paulo e de Lyon (França) do final do século XIX até 1930

Neste número publicamos a segunda parte do dossiê da pesquisa de caráter interdisciplinar intitulada “Dinâmicas de urbanização e representações espaciais: abordagem geo-histórica dos territórios com Sistemas de Informação Geográfica (SIG)”, resultado da parceria entre o Département de Géographie et Aménagement du Territoire, da Université Jean Moulin (Lyon 3), da França, e diversas unidades da Universidade de São Paulo – USP (Programa de Pós-Graduação em História Social, Laboratório de Estudos de Cartografia Histórica da Cátedra Jaime Cortesão, Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, todos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH; Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAU; e Programa de Pós-Graduação Culturas e Identidades Brasileiras do Instituto de Estudos Brasileiros – IEB).

Sua proposta se inseriu no campo da geo-história, área de estudos eminentemente interdisciplinar, que contempla abordagens em diferentes escalas, através da construção retrospectiva de realidades histórico-espaciais, fazendo uso de técnicas cartográficas. Essa *cartografia digital geo-histórica* é resultado do cotejo sistemático de uma multiplicidade de tipologias documentais, visuais e não visuais. Assim, as fontes textuais ganham novas possibilidades de identificação das dinâmicas sociais e de interpretação quando as narrativas, as informações e os dados que elas trazem se manifestam por meio da linguagem gráfica dos mapas.

Nesta segunda parte do dossiê (a primeira parte consta na *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* n. 64) estão sendo publicados outros sete artigos que resultam de dois anos de trabalhos e pesquisas referentes às cidades de São Paulo e de Lyon tendo como base as dinâmicas e ritmos de crescimento das duas cidades desde finais do século XIX até os anos 1930, período no qual elas sofreram transformações estruturais. O objetivo principal da cooperação foi compartilhar experiências sobre os métodos de reconstrução geo-histórica dessas cidades. Tais exercícios possibilitaram a espacialização de dados sociodemográficos ainda inéditos,

permitindo visualizações de redes que operavam nas cidades, dando oportunidade de rever suas lógicas e impactos.

O primeiro artigo foi escrito pelos geógrafos Jaime Tadeu Oliva, do IEB/USP, e Fernanda Padovesi Fonseca, da FFLCH/USP, que descrevem e interpretam o modelo de expansão da cidade de São Paulo no período compreendido entre a virada do século XIX e as primeiras décadas do século XX, tendo como referência uma dada história da urbanidade da cidade, identificando e apontando o que foi denominado como *elementos urbanos dispersores ou descompactadores*, constitutivos de uma urbanidade frouxa que caracteriza essa cidade até os dias atuais.

O artigo de Eduardo Dutenkefer, geógrafo e doutorando do PPGH/USP, apresenta proposta metodológica da cartografia digital geo-histórica aplicável na compreensão das relações dos objetos espaciais presentes em mapas históricos produzidos em diferentes épocas. Tal metodologia é diferente de outras metodologias orientadas na precisão cartográfica e em posições absolutas, pois opta por estabelecer um georreferenciamento relativo, isto é, estabelecer relações de feições, lugares e trajetórias que o mapa antigo possa ter com os mapas contemporâneos sem, contudo, distorcer significativamente as feições originais do mapa em estudo.

Já o artigo da historiadora do urbanismo Sheila Schneck, doutora pelo programa de História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo, da FAU/USP, nos leva a conhecer e compreender de que maneira o bairro do Bexiga se inseriu no movimento de redefinição dos espaços produtivos e sociais da cidade ao abrigar parte das atividades deslocadas do centro, atividades produtivas aparentemente “menores” do ponto de vista da macroeconomia, mas fundamentais para o funcionamento da cidade e seu processo de reespecialização social e das funções urbanas e suas conexões com o espaço urbano mais amplo.

Fechando a parte brasileira do dossiê, temos o artigo de Mônica Balestrin Nunes, arquiteta, geógrafa e analista de infraestrutura do Ministério das Cidades. Através de uma abordagem da leitura das paisagens por meio dos mapas e da aproximação da cartografia com a geografia humanista, o artigo trata dos mapas urbanos e como eles podem ser ferramentas na produção das cidades, com a devida distinção entre mapas que produzem espaço e mapas que são produzidos pelo espaço, num estudo da cidade de São Paulo entre 1930 e 1980.

O bloco de artigos relativos a Lyon é aberto com o texto de Damien Petermann, historiador e doutorando em Geografia e Planejamento da Université Jean Moulin Lyon 3, que trata dos meios de construção e evolução da imagem turística de Lyon na primeira metade do século XX através de seus guias de viagem. A evolução das representações espaciais de Lyon ao longo do tempo é analisada através da busca e identificação das mudanças no discurso turístico dos guias, principalmente no que se refere ao aparecimento e desaparecimento de objetos de uma edição a outra. As informações espaciais extraídas dos guias são integradas num SIG, o que permite realizar diferentes tratamentos e cruzamentos de dados.

Na sequência, o artigo de Olivier Chaire, geógrafo e professor da Université Jean Moulin Lyon 3, que apresenta e discute as fontes para a análise, no tempo longo, das atividades comerciais na cidade de Lyon. Conforme esclarece o professor, através da metodologia proposta por Bernard Gauthiez (apresentada na primeira parte

deste dossiê), os almanaques editados nos séculos XIX e XX permitem criar, pelos conteúdos e disponibilidade, *layers* de localização das atividades comerciais para um SIG geo-histórico. É importante observar que o tipo de fonte utilizada – almanaques editados nos séculos XIX e XX – é o mesmo, para São Paulo, utilizado por Sheila Shneck nas suas análises do Bexiga.

Por último, e fechando esta segunda parte do dossiê, o artigo dos pesquisadores Fabien Mazenod e Vanessa Moura de Lacerda Teixeira, do Laboratório Environnement Ville Société da Université Jean Moulin Lyon 3, e de Carolina Moretti Fonseca, doutoranda em Geografia e Planejamento, da mesma universidade, que propõem explorar os métodos e as fontes dos dados que tratam da produção da cidade em diferentes trabalhos de campo na França, na Itália e no Brasil, tendo em conta o ator social envolvido, os meios e o território. Esses níveis possibilitaram estruturar questões específicas, a fim de explorar dados diferentes, de forma a contribuir para uma compreensão global dos fenômenos acerca da produção da cidade.

Boa leitura!

Eliane Kuvasney (Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, USP)

DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.voi65p16-18>



ARTIGOS • ARTICLES

O “modelo São Paulo”: uma descompactação antiurbanidade na gênese da metrópole

[“São Paulo model”: an anti-urbanity decompression in the genesis of the metropolis

Jaime Tadeu Oliva¹

Fernanda Padovesi Fonseca²

RESUMO • Procurando descrever o modelo de expansão da cidade de São Paulo no período compreendido entre a virada do século XIX e as primeiras décadas do século XX, o artigo interpreta esse processo tendo como referência uma dada história da urbanidade da cidade. Na interpretação destaca-se a identificação e descrição do que foi denominado como elementos urbanos dispersores (ou descompactadores) da cidade. Esses elementos participaram de um processo de produção de um vasto espaço urbano marcado pelas baixas densidades demográficas e pelo uso excessivamente homogêneo dos seus segmentos, logo podem ser designados como fatores constitutivos de uma urbanidade frouxa que caracteriza essa cidade até os dias atuais, fato esse com graves repercussões nas possibilidades de integração social que, em tese, os espaços urbanos devem fomentar. • **PALAVRAS-CHAVE** • Urbano; urbanidade; descompactação urbana;

elementos dispersores; integração social. • **ABSTRACT** • In aiming to describe São Paulo growth pattern in the period ranging from turning of 19th century to the first decades of twentieth century, this essay construes the process based on a given history of the city urbanity. The identification and description of what was denominated as urban dispersing (or decomposing) city elements stands out in this interpretation. These elements were components of a production process of a far-reaching urban space marked by low population densities, and an excessive homogenous use of its sectors. Thus, they can be designated as constitutive factors of a loose urbanity that defines this city until the current days, a fact that has serious repercussion on social integration possibilities that, in theory, urban areas must promote. • **KEYWORDS** • Urban; urbanity; urban decompression; dispersing elements; social integration.

Recebido em 1º de novembro de 2016

Aprovado em 22 de novembro de 2016

OLIVA, Jaime Tadeu; FONSECA, Fernanda Padovesi. O “modelo São Paulo”: uma descompactação antiurbanidade na gênese da metrópole. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 65, p. 20-56, dez. 2016.

DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.voi65p20-56>

1 Universidade de São Paulo (USP, São Paulo, SP, Brasil).

2 Universidade de São Paulo (USP, São Paulo, SP, Brasil).

Começemos com uma importante percepção do filósofo Claude Lefort³. Ele demanda que se reflita sobre os paradoxos de uma sociedade que não dispõe mais das representações de suas origens, de seus fins, de seus limites, e que é, ao mesmo tempo, assediada constantemente pela questão de seu desenvolvimento social, pelo seu projeto de transformação, pela conquista de seu autoengendramento. Como orientar socialmente nossas vidas sem algumas representações das referências fundantes da própria vida social? Modestamente, podemos trazer essa mesma dúvida para o caso da cidade, sobre a qual, entendemos, houve um esfumaçamento das representações sobre suas origens e suas finalidades. Afinal, se a cidade é a diminuição da distância entre os humanos e suas atividades e obras, essa condição não foi procurada para evitar os contatos e as relações que daí surgiriam, muito ao contrário. Aliás, como a história comprova facilmente, as relações e os contatos nas cidades aproximaram grupos de culturas diferentes.

Daí nossa aderência à representação de que as cidades contêm na essência uma vocação relacional, da multiplicação dos contatos entre as pessoas e de toda sua gama de produção objetual e de atividades. A realização plena dessa vocação, mesmo que haja nisso uma dimensão utópica, é o conteúdo da denominada *urbanidade*, algo que para início de conversa realiza-se mais razoavelmente em cidades marcadas por grande densidade demográfica e por rica diversidade social e de atividades na maior parte do seu espaço. Não pode haver característica do urbano que mereça a chancela da urbanidade se ela promove afastamentos, diminuição e seleção das relações sociais. Tomando como partida essa representação original, que evidentemente pode ser problematizada, orientaremos nossa avaliação sobre o desenvolvimento da cidade de São Paulo no período que vai do final do século XIX às primeiras quatro décadas do século XX. Período esse no qual a cidade viveu profundas modificações. Uma ideia para ser checada na conclusão da avaliação é a de que a cidade conheceu nesse período uma séria perturbação, que afinal se cristalizou, em relação a essa representação da cidade como espaço vocacionado para as relações, criando espaços e espacialidades pouco adequados para uma vida mais compartilhada socialmente.

3 LEFORT, Claude. *Éléments d'une critique de la bureaucratie*. Genève: Librairie Droz, 1971.

UMA HISTÓRIA DE RUPTURA

Realidades históricas engendram culturas, culturas estas que por sua vez reagem estimulando a reprodução do presente no futuro. Mas não se trata de um beco sem saída, sem possibilidade de transcendência e de produção de um futuro realmente novo. Ocorrências históricas não têm origem apenas na história precedente e nem nas culturas dominantes. Outras escalas da vida podem trazer e produzir surpresas, além do que, culturas rebeldes costumam surgir contra os contextos. Situações dessa ordem podem ser identificadas nos processos históricos, e não é diferente na história das cidades, tampouco é diverso na história de São Paulo.

Após mais de 400 anos de história caracterizada por Roberto Pompeu de Toledo como a *capital da solidão*⁴, na virada do século XIX para o século XX a cidade de São Paulo passa a viver o começo daquilo que será uma incrível transformação. O geógrafo Pierre Monbeig⁵, em artigo clássico, interpreta os processos que resultaram na radical transformação que São Paulo sofrerá no período mencionado. Ele descreve, antes, a *capital da solidão*, cuja evolução foi lenta, e ele vê nisso uma correspondência com a maturação progressiva das cidades europeias. Porém, ao tratar da mudança de rumos da cidade, a partir de 1870, ele dirá que o crescimento vertiginoso⁶ corresponde ao padrão de crescimento das cidades norte-americanas.

Ernani Silva Bruno⁷ destaca como a economia cafeeira foi fundamental no desenvolvimento econômico da província de São Paulo e será decisiva para o desenvolvimento da futura metrópole de São Paulo. Até, então, a cidade era uma modesta área comercial e composição social de classes médias e trabalhadores autônomos em ascensão. Moradores e atividades dividiam o mesmo espaço numa cidade concentrada. A maior fluidez da estrada de ferro⁸ que escoava o café do interior trazia os fazendeiros para desfrutar periodicamente a vida urbana e fazer política (a cidade era a sede do governo), até que eles puderam se fixar, sem prejuízo dos seus negócios no interior da província. Assim percebe Pierre Monbeig,

4 TOLEDO, Roberto Pompeu de. *A capital da solidão*. Uma história de São Paulo, das origens a 1900. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003, 417 p.

5 MONBEIG, Pierre. Aspectos geográficos do crescimento de São Paulo. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 16, março-abril de 1954, p. 3-29.

6 Não à toa, Roberto Pompeu de Toledo denomina sua continuação da história de São Paulo como *A capital da vertigem*. TOLEDO, Roberto Pompeu. *A capital da vertigem*. Uma história de São Paulo de 1900 a 1954. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015, 460 p.

7 BRUNO, Ernani Silva. *História e tradições da cidade de São Paulo*. V. 3. São Paulo: Hucitec, 1984.

8 Um dos fatores determinantes da dinamização de São Paulo foi a instalação das ferrovias na cidade. Em função da necessidade de escoamento da produção cafeeira no interior do estado de São Paulo, a capital paulista tornou-se um entroncamento ferroviário da São Paulo Railway (1867), da Estrada de Ferro Sorocabana (1875) e da Estrada de Ferro Dom Pedro II (1877), futura E. F. Central do Brasil.

[...] essa classe social em pleno progresso tinha novas necessidades e mentalidade nova. Já não era possível levar uma vida permanente no sítio e passar o fim de semana na cidade: foi preciso instaurar o regime contrário. Para tratar dos negócios financeiros e comerciais, para administrar as empresas em que aplicavam seus capitais, os chefes do movimento pioneiro eram obrigados a residir mais tempo na cidade, junto das repartições públicas e particulares, em contato com os organismos políticos; as demoras nos domínios rurais começavam a encurtar: a casa da cidade passava a ser a residência principal...⁹

Com os grandes cafeicultores na cidade, seus capitais passaram a moldar a cidade à sua feição. Mas onde esses fazendeiros foram morar? Foram se inserir na cidade existente, no seu núcleo central, com mistura de funções e pouco espaço? Não! Trataram de construir seus próprios bairros. Na parte oeste da cidade construiu-se o bairro dos Campos Elíseos, alusão parisiense apenas como símbolo de *status* e diferenciação, e não como modalidade de urbano, visto que os “nossos” Campos Elíseos tinham versão radicalmente distinta do original. Bairro afastado, com lotes enormes, baixa densidade demográfica e seletividade social. Tratava-se de um caso inaugural na cidade de São Paulo de autosegregação. Suas edificações, de alguma forma, abrandavam o choque da transição do rural para o urbano, afinal muitas residências eram, na verdade, chácaras, por vezes muito grandes¹⁰.

Instalado esse bairro de forma contígua a uma face da área de expansão da cidade, com seu “modelo urbano” ele passou a ser um impeditivo para que a cidade se expandisse com densidade e diversidade nessa direção. Essa será uma marca comum a várias outras áreas de expansão influenciadas por esses fazendeiros e os futuros industriais: baixa densidade demográfica e baixa diversidade de usos (uso homogêneo residencial, no caso).

São precisamente as condições e as características da expansão da cidade, que esse avanço para o lado oeste simboliza, que serão os alvos principais de nosso exame. Isso porque, entendemos, nessa expansão a cidade deixou para trás parte de sua urbanidade, que não apenas não foi mais recuperada, como o “modelo” encetado nesse contexto histórico permaneceu como referência para o desenvolvimento ulterior da cidade.

9 MONBEIG, Pierre, op. cit. p. 23

10 É o caso da Chácara do Carvalho, residência do conselheiro Antonio Prado, primeiro prefeito do município de São Paulo. Segundo Roberto Pompeu de Toledo, “A Chácara do Carvalho, que o conselheiro herdou do avô, e onde morou de 1892 a 1927, ilustra o modo de vida de famílias abastadas no momento da transição do campo para a cidade. A chácara era um meio-termo. Antônio Prado mantinha na sua um haras em que apurava os puros-sangues. Até vacas criou ali. Em sua extensão máxima, a propriedade ia do caminho de Jundiaí, como era chamada a futura rua das Palmeiras, até os trilhos da ferrovia, no lugar brejoso conhecido como Barra Funda”. TOLEDO, Roberto Pompeu de. *A capital da vertigem*, op. cit., p. 44.

UMA DINÂMICA DEMOGRÁFICA ACELERADA

Na virada do século XIX São Paulo era uma pequena cidade em súbita ebulição. A riqueza da economia cafeeira passa a irrigar a cidade, e, atraídos pelo dinheiro, novos fluxos populacionais, inicialmente tímidos, mas depois decididos e volumosos, começam a aportar na cidade. A evolução numérica da população é mais enfática do que qualquer insistência em descrever o fenômeno.

| Evolução da população absoluta do município de São Paulo | | | | |
|--|--------|---------|---------|-----------|
| 1872 | 1890 | 1900 | 1920 | 1940 |
| 31.385 | 64.934 | 239.820 | 579.033 | 1.326.261 |

Tabela 1 – Evolução da população absoluta do município de São Paulo. Fonte: SÃO PAULO (Município), s/d

Tendo como marco o ano de 1872, ao abrir o século XX, a cidade viu sua população ser multiplicada por 7,5 vezes. Chegando quase à metade do século (1940) a população total já havia sido multiplicada 42 vezes. Esse destino hiperbólico de multiplicações populacionais incessantes manteve-se até os dias atuais.

O fluxo de imigrantes de outros países e de outras partes do Brasil, além do constante crescimento nesse movimento interior-capital, pressionou a ampliação e as transformações do comércio, da indústria e das feições, que eram embrionárias no final do século XIX e desabrocharam no século XX. Evidentemente que um crescimento dessa velocidade e magnitude pressionou intensamente para a produção de novos espaços. Isso é facilmente dedutível. Mas há um “modelo” de crescimento que vai se estabelecer, e ele já se deixa entrever no espalhamento da população em espaços bem mais amplos do que seria necessário. Esse fato é captado, a princípio, pela situação de rebaixamento da densidade demográfica que começa a se desenhar na época e que acompanhará a história da cidade, igualmente, até nossos dias. Uma curiosa e preciosa observação de um visitante estrangeiro dá uma ideia do perfil da densidade demográfica em 1920:

A cidade de S. Paulo vista por um parizense

Vós todos conheceis o velho provérbio francez “la critique est facile, l’art est difficile”. Nada mais verdadeiro; e estou certo de que, para traduzir esse pensamento, todas as línguas possuem uma expressão adequada. Quando da minha chegada a São Paulo, uma coisa, entre mil outras, me impressionou particularmente: a imensa extensão da cidade – um quociente excessivo de kilometros quadrados para uma população de 550.000 habitantes. E se se considera o tempo que é preciso para ir do norte ao sul, de leste a oeste da cidade, fica-se simplesmente estupefacto – sobretudo com bondes que param a cada 40 metros. Quaes são os inconvenientes desta anormal extensão? 1º - horas preciosas perdidas para se ir do logar de residência ao escriptorio, aos negócios;

2º - enorme orçamento da cidade para fazer frente á manutenção de uma periferia tão grande; 3º - impossibilidade, para os edis, de verificar o bom andamento de todos os bairros e mesmo de certos quarteirões bem próximos do centro; 4º - diversos outros inconvenientes em cuja enumeração eu me prohibo de entrar. O remédio para esta situação? Um só: recuperar em altura o que se perdeu em largura¹¹.

Outro documento igualmente interessante foi produzido pelo, também francês, geógrafo Pierre Monbeig. Esse, na época, professor da USP (membro de missão francesa) realizou vários estudos sobre o crescimento da cidade de São Paulo e nos legou alguns mapas demográficos¹², como o que segue:

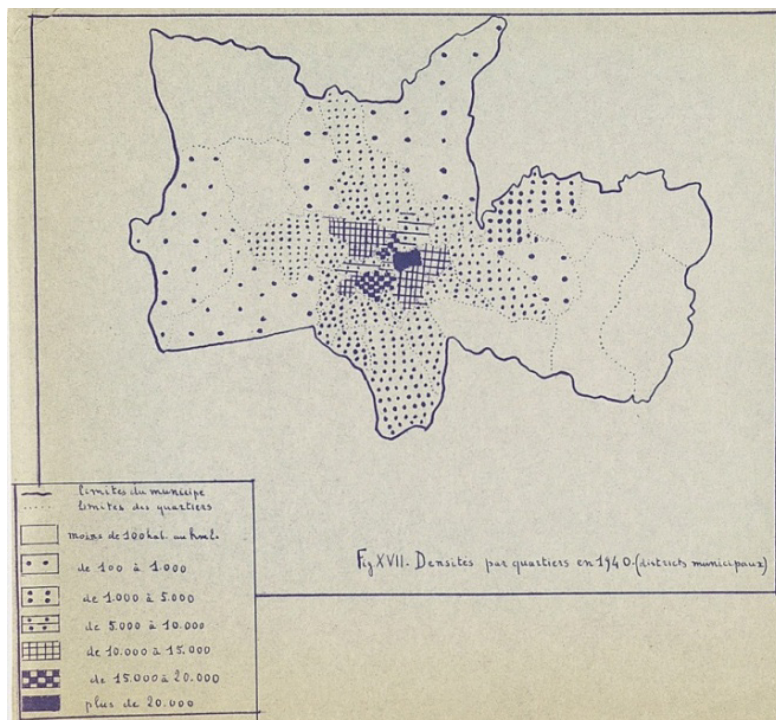


Figura 1 – Densidade populacional – município de São Paulo (1940). Fonte: Arquivo do IEB/ USP, acervo Pierre Monbeig

11 KESROUAN, conde Rochaid de. A cidade de S. Paulo vista por um pariziense. *O Estado de S. Paulo*, 2 de janeiro de 1920, p. 2. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#/19200102-14973-nac-0002-999-2-not>>. Acesso em: out. 2016. Foi mantida a grafia original de todos os artigos do acervo do jornal.

12 Pertencente ao acervo Pierre Monbeig comprado pelo Banco Sudameris da viúva do geógrafo, Julieta Monbeig, e posteriormente doado à Universidade de São Paulo, onde foi incorporado ao acervo do Instituto de Estudos Brasileiros – IEB/USP, em 1990. Algumas informações sobre o acervo: No Arquivo: Sigla: BR USP/ IEB PM.

O mapa de Pierre Monbeig utiliza a divisão distrital (distritos de paz) de 1940¹³, que totalizava 40 distritos. Ele deixa de fora os distritos de Ibirapuera, Santo Amaro e Capela do Socorro, que juntos formavam o antigo município de Santo Amaro, integrados ao município de São Paulo somente em 1935¹⁴. O município tinha, em 1940, 1.326.261 habitantes. O padrão de espalhamento com baixa densidade constata-se observando que, nas áreas próximas do centro e também nas mais afastadas, a densidade demográfica cai bruscamente, de 20.000 habitantes por km², para perto de 1.000 km², indicando um espalhamento de baixa densidade.

O espalhamento de baixa densidade demográfica da população não é comum a todas as cidades, logo não é um processo natural. É um processo que tem historicidade própria, e no caso de São Paulo essa é constituída de elementos surpreendentes, com consequências perversas para quem pensa a cidade como espaço de integração, como espaço relacional.

A CIDADE QUE PERDEU SUA URBANIDADE QUANDO SE FEZ GRANDE

Há vasta bibliografia que reflete uma miríade de pesquisas sobre a história da cidade de São Paulo. As publicações não cessam e novas pesquisas permanecem ocorrendo. Há ainda muita documentação a ser pesquisada e interpretada. Além disso, há novos instrumentos de pesquisa, como a produção, no presente, de uma cartografia histórica digital (ou cartografia digital histórica)¹⁵, que oferece visualizações inéditas de vários aspectos materiais e imateriais que compuseram os espaços (e as espacialidades) do passado da cidade e, logo, permite reinterpretções das lógicas sociais e espaciais¹⁶. Indo mais além ainda: um objeto de tal complexidade, tal como uma realidade urbana da dimensão da cidade de São Paulo, sempre estará aberto a releituras, a ressignificações, com base, evidentemente, em novas preocupações e aportes teóricos construídos no presente. É justamente isso que este artigo procura realizar. A forma de exposição adotada combina conclusões e suas respectivas demonstrações, que compõem uma trama de releitura da cidade a partir da história de sua urbanidade, tal como foi previamente definido na introdução.

A trama ideal da vocação relacional (a urbanidade) de uma cidade combina elevada densidade demográfica mais diversidade de atividades (e objetal), que

13 SÃO PAULO (Estado). Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Seade. Departamento de Estatística. *Linhas divisórias do município de São Paulo*. São Paulo, setembro de 1942. 99 p. Disponível em: <<http://produtos.seade.gov.br/produtos/bibliotecadigital/view/singlepage/index.php?pubcod=10013033&parte=1>>. Acesso em: 1 set. 2014.

14 DUTENKEFER, Eduardo; FONSECA, Fernanda Padovesi; OLIVA, Jaime Tadeu. A maestria de Monbeig. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 64, p. 344-351, ago. 2016.

15 Ver: FONSECA, Fernanda Padovesi; DUTENKEFER, Eduardo; ZOBOLI, Luciano; OLIVA, Jaime Tadeu. Cartografia digital geo-histórica: mobilidade urbana de São Paulo de 1877 a 1930. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 64, p. 131-166, ago. 2016

16 Lógicas espaciais são sempre sociais; lógicas sociais possuem uma dimensão espacial, daí ser dispensável a expressão socioespacial.

necessariamente se estruturam num espaço marcado pela *compacidade*. Essas condições propiciam práticas urbanas dentro da chamada *escala humana*. O livro do arquiteto dinamarquês Jan Gehl, *Cidades para pessoas*, explora vários aspectos da vida cotidiana dentro da escala humana, utilizando como exemplo situações reais onde essa escala é respeitada

O campo de visão social de cerca de 100 metros também se reflete no tamanho maior parte das praças de cidades antigas. A distância de 100 metros permite que os observadores fiquem em um canto e tenham uma visão geral do que acontece na praça. Ao caminhar alguns passos para dentro da praça, a 60-70 metros, já podem começar a reconhecer as pessoas e ver quem mais está lá. Muitas praças antigas da Europa estão dentro dessa faixa de dimensão¹⁷.

A maior vantagem da escala humana numa cidade compacta é a produção de um regime de distâncias que torna coerente a marcha pedestre. Aliás, o urbanista americano Jeff Speck define que o *poder caminhar*, que ele chamará de *caminhabilidade*, é a maior vantagem da vida em cidade. Essa vantagem se traduz, inclusive, em vantagem econômica, como exemplifica Speck:

Muitos clientes me fazem a mesma pergunta: “Como poderemos atrair empresas, cidadãos e, sobretudo, jovens talentos empresariais?” [...]. A resposta é óbvia: as cidades precisam garantir um tipo de ambiente que aquelas pessoas desejam. Levantamentos realizados mostram como a classe dos cidadãos criativos, especialmente a geração Y, prefere, em geral, comunidades com ruas vibrantes e cheias de vida, a cultura de pedestres que só pode vir com a caminhabilidade¹⁸.

Não são meramente condições formais ou técnicas, pois representam um contexto de estímulos aos contatos, às relações sociais, da formação de espaços públicos vigorosos, portanto, trata-se de algo situado no núcleo da vida social e da perspectiva de uma vida social marcada pela integração, pela coesão social e tudo que daí pode decorrer. Nesse sentido, a ideia de urbanidade ganha, inclusive, *status* existencial e filosófico.

Pois bem, nossa releitura da história de São Paulo, com foco no período especificado, identifica a produção de uma “urbanidade frouxa”, quase que uma “urbanidade perdida”. Todavia, não percebe essa frouxidão como resultante de carências, mas especialmente como um processo de escolhas mais ou menos conscientes e mais ou menos naturalizadas.

Uma síntese da leitura que será argumentada a seguir tem os seguintes elementos:

17 GEHL, Jan. *Cidades para pessoas*. São Paulo: Perspectiva, 2009, p. 38. 262 p.

18 SPECK, Jeff. *Cidade caminhável*. São Paulo: Perspectiva, 2016, 229 p.

1) O crescimento acelerado, marca do século XX, se deu negando a densidade e a diversidade concentrada e valorizando a dispersão demográfica combinada a uma lógica homogeneizante da produção e do uso dos espaços (monofuncionalismo), o que determinou uma cidade marcada pela perda da compacidade;

2) A descompactação implicou na formação de espaços urbanos sem continuidade e contiguidade, gerando, ao inverso da compacidade, uma cidade dispersa e fragmentada;

3) Uma consequência de grande importância foi a criação de um regime de distâncias, que, de certo modo, inutilizou parte da eficiência da escala humana e a “caminhabilidade”;

4) A decorrência mais importante foi o exercício de um século (algo que se reforça ainda) de uma experiência urbana marcada por ambientes de baixa intensidade interacional, numa cidade em que situações de segregação ficaram naturalizadas como “bom urbanismo”. Esse é traço mais relevante do que denominamos “urbanidade frouxa”.

Essa descompactação começa a ser gestada e desenvolvida exatamente no período histórico que focamos e não ocorreu só por contingências históricas, ou por ausências, mas sim por ocorrências que de certo modo foram alvo de opção, como já frisado. Aqui chamaremos essas ocorrências de *elementos dispersores*, que podem ser rotulados, *grosso modo*, como *obstáculos* e *cinturões* que se estruturaram no entorno do núcleo histórico da cidade, que concentrava praticamente a totalidade da cidade até 1870. Esses elementos dispersores impediram que o padrão de expansão da cidade se desse mantendo a lógica de alta densidade demográfica, associada com a diversidade de atividades existente no centro, como foi comum em boa parte das cidades europeias, por exemplo.

Para melhor compreensão apresentamos uma identificação prévia desses *elementos dispersores (descompactadores)*.

| Elementos dispersores (descompactadores) | | | |
|---|---|---|------------------------------|
| Identificação | Localidade | Razões | Ator social |
| 1. Perda da multifuncionalidade do centro | Centro histórico | Inabilitação da função residencial; impossibilidade de ampliação da zona central | Iniciativa privada e Estado |
| 2. Urbanização tardia nas várzeas dos rios | Várzeas do Rio Pinheiros a oeste; várzeas do Rio Tietê a norte e a leste | Usos precários, e falta de apropriação plena das várzeas pela cidade | Estado e iniciativa privada |
| 3. Cinturão fabril muito próximo ao centro | A leste, e ao longo das várzeas do Rio Tamanduateí e do Rio Tietê | Industrialização precoce, que descompacta a cidade | Iniciativa privada e Estado |
| 4. Subúrbios-jardim | A oeste do núcleo histórico; na vertente posterior em direção ao Rio Pinheiros do espigão da Paulista | Reserva de vasta gleba de terrenos destinados a bairros homogêneos e de baixa densidade | Privado, Cia. São Paulo City |

Quadro 1 – Elementos dispersores. Fonte: criação dos autores

Esses elementos dispersores têm em si grande complexidade, mas, diante dos objetivos deste artigo e também por conta de seus limites, o elemento dispersor 4 (subúrbios-jardim) receberá um tratamento mais extenso e aprofundado, pois entendemos que, além de um poderoso dispersor físico, seu papel nessa ação foi superior, já que foi também propagador de uma ideologia antiurbanidade que ainda opera na cidade.

Elemento dispersor 1 – perda da multifuncionalidade do centro histórico

Com os novos fluxos imigratórios e os novos aportes dos capitais cafeeiros, a cidade será pressionada por mudanças e, para começar, terá que institucionalizar um poder

público mais efetivo¹⁹. As transformações urbanas principiaram no próprio núcleo histórico. Foi um período de demolições, reformas e (re)construções. As ruas centrais e as edificações mais antigas foram sendo substituídas por outras de feição “mais europeia”, o que aconteceu, sobretudo, com alguns edifícios públicos de caráter monumental.

O centro, no início das grandes transformações urbanas da cidade, era multifuncional, associando os moradores diversos e as múltiplas atividades que a cidade continha²⁰. Com o crescimento econômico e demográfico, o núcleo histórico passa a sofrer pressão para ampliar sua concentração comercial e de sede de negócios. Mas havia resistências. Havia moradores no centro que, a princípio, não desejavam abrir mão de suas residências. Mas também havia certa tendência urbanística que influenciava a população e os poderes públicos para a manutenção de um dado perfil do centro. Essa tendência reivindicava a permanência de espaços livres (o Parque do Anhangabaú, por exemplo)²¹. Contudo, as resistências não bastaram, e o centro foi se especializando, eliminando as moradias e boa parte desses espaços livres. O que surgiu daí foi um centro homogêneo marcado por grande concentração comercial, bancária e de sede de negócios, o que fez dessa área o grande bolsão de empregos da cidade.

Esse fato, descrito comumente de forma tão prosaica (o que revela sua naturalização), é de grande relevância para desvendarmos os segredos da urbanidade

19 Até 1899 a cidade estava sob administração executiva do governador da província (do estado) e da Câmara dos Vereadores, mas nesse ano cria-se o cargo de prefeito da cidade, criando um governo próprio para essa escala. O primeiro será o conselheiro Antonio Prado. Assim o retrata Roberto Pompeu de Toledo: “no dia 7 de janeiro de 1899, essa figura venerável, a mais venerável de seu tempo e lugar – de respeitabilidade, em todo o Brasil, só comparável a Rui Barbosa e ao barão do Rio Branco, avaliou um historiador –, torna-se prefeito de São Paulo, o primeiro da história. Sob seu comando, terá início uma cadeia de reformas cujo objetivo será adequar a acanhada urbe oitocentista, em muitos aspectos ainda recoberta pelo mofo colonial, aos tempos de riqueza trazida pelo ‘ouro verde’ – apelido da miraculosa plantinha que produzia o miraculoso café”. TOLEDO, Roberto Pompeu de. *A capital da vertigem*, op. cit., p. 22.

20 Podemos dizer que nesse espaço, nesse tempo e um pouco mais adiante reinava certa urbanidade em construção, como mostra a profusão de teatros que São Paulo terá nesse período, nesse centro. No período compreendido entre 1850 e 1930 a cidade chegou a ter 172 teatros, número surpreendente apresentado na comunicação “Inventário da cena paulistana (1850-1930)”, pela professora Elisabeth Azevedo da ECA/USP, no Seminário de Pesquisa Cartografia do Desenvolvimento Urbano, Urbanização e Redes/Cartographie du Développement Urbain, Urbanisation et Réseaux. Organizado pela equipe do projeto “Dinâmicas de urbanização e representações espaciais: abordagem geo-histórica dos territórios com Sistemas de Informação Geográfica (SIG)” USP-Cofecub, 20 de agosto de 2015, na Cátedra Jaime Cortesão, Prédio da Geografia e História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH/USP).

21 Joseph Bouvard, arquiteto francês, chamado pelo conselheiro Antonio Prado para aconselhá-lo sobre controvérsia de políticos, proprietários de imóveis e urbanistas paulistas em torno de projetos de obras no Vale do Anhangabaú, produziu um relatório que, afinal, influenciou decisivamente essas obras, com o seguinte ponto de vista: “Em todas as disposições cumpre não esquecer a conservação e criação de espaços livres, centros de vegetação e reservatórios de ar”. TOLEDO, Benedito Lima de. *São Paulo: três cidades em um século*. São Paulo: Livraria Duas cidades, 1983, p. 100.

perdida em São Paulo. Por que essa especialização? Por que o centro não se expandiu com suas características originais? Quer dizer: por que não se ampliou sem perder compacidade, mantendo densidade demográfica alta e diversidade de atividades?

Mesmo sem ainda responder, é possível perceber o seguinte: no momento em que o centro foi perdendo diversidade, as áreas de expansão imediatamente contíguas foram se produzindo também sem diversidade. A lógica urbana do centro que influenciou o restante da cidade não foi aquela que operava enquanto ele era diverso e denso, e sim a lógica que passou a atuar quando ele se *especializou*. Parece que não se quis que a cidade se expandisse, mantendo uma diversidade de usos nas novas áreas. De nossa parte, e essa é uma hipótese que o artigo quer realçar, nos parece produtivo e plausível explorar o fato de que essas condições de urbanidade nunca foram valorizadas, e sua dissipação com o crescimento da cidade foi enxergada como natural e, quem sabe, como avanço modernizante²². E essa postura (não é uma elaboração explícita) ainda está plenamente incorporada na cultura urbana (ou será antiurbana?) de São Paulo.

Mas o fato é que a função residencial passa a ser realizada nos novos bairros dos ricos fazendeiros (o já destacado bairro dos Campos Elíseos) e também dos comerciantes ricos que viviam anteriormente no centro. E foram embalados pela busca de lugares tidos como mais agradáveis do que o centro compacto. Outros segmentos sociais, como uma classe média que se formava, também quiseram se afastar das vizinhanças de estações, dos estabelecimentos comerciais, das primeiras fábricas e das proximidades das várzeas e com isso também fomentaram a formação de novos e especializados bairros residenciais. O caminho desses novos bairros foi o oeste. A urbanização avança em direção à Consolação, confluindo para a Vila Buarque, Higienópolis e finalmente para a Paulista (completando uma onda que vinha dos Campos Elíseos). E para os imigrantes e trabalhadores pobres restaram as periferias longínquas, que começavam se desenhar com a perda da multifuncionalidade do centro e a incapacidade de reprodução ampliada de seu modelo anterior.

Esse retrato de um centro que perde sua multifuncionalidade e que trouxe consequências enormes para o ulterior desenvolvimento da cidade fez com que essa

22 Um sentido de ordem predominava nas discussões, e um centro compacto e diversificado como São Paulo era, na virada do século XIX para o XX, visto como um problema em si. Essa é uma hipótese forte, pois as discussões urbanísticas orientavam-se mais por questões estéticas, pelo problema do que fazer com as várzeas dos rios e riachos mais centrais – Tamanduateí e Anhangabaú –, pela presença ou não de áreas livres. Um ponto de vista que circulava, com certo prestígio, não era somente criar condições para se expandir, mas sim criar condições para a especialização espacial e para a “desdensificação”. É o que se pode deduzir das descrições das controvérsias urbanísticas da época, como, por exemplo, no livro de Benedito Lima de Toledo, *São Paulo: três cidades em um século*, ou então em *A capital da vertigem*, de Roberto Pompeu de Toledo.

região da cidade perdesse, desde aquele tempo, urbanidade²³. No decorrer do século XX essa perda de vitalidade será fatal para o centro. As funções comerciais e de gerência de negócios serão desenvolvidas segundo outro modelo e em outras localidades, e o centro monofuncional vai decair e ficar, após os anos 1960, praticamente inutilizado, ocupando um papel marginal da vida da cidade.

Elemento dispersor 2 – urbanização tardia nas várzeas dos rios urbanos

O curioso dessa afirmação sobre a urbanização tardia dos rios urbanos como um elemento desagregador da cidade de São Paulo, na medida em que isso vai interferir no padrão de expansão da cidade, é que o núcleo histórico da cidade fica *entre o rio Tietê* e seu afluente Tamanduateí. Condição essa do sítio que, se em períodos remotos protegia a área densa da cidade, posteriormente a aprisionava. As palavras de Pierre Monbeig ilustram bem essa condição

[...] mas se convinha à aldeia dos primeiros tempos, se depois contribuiu para concentrar as habitações da cidadezinha colonial, esse sítio já não tem, hoje, o mesmo valor. Sem dúvida confere à metrópole moderna um tom particular: a paisagem urbana paulista muito deve à topografia das colinas, dos barrancos e das várzeas. Mas tal relevo corresponde mal às necessidades de uma grande cidade. O dispositivo topográfico deixou de ser um fator favorável desde o dia em que as condições históricas mudaram profundamente: tornou-se um obstáculo²⁴.

E aprisionava porque a cidade não foi capaz de urbanizar os vales dos rios com uma “cidade integral”, mantendo ao longo das várzeas formas precárias de urbanização, com apenas alguns usos parciais e problemáticos (leito de ferrovia, galpões, algumas fábricas, chácaras, lixões e outras formas improvisadas de saneamento da cidade). Com isso, esses espaços estiveram sempre caracterizados por situações de baixa densidade demográfica e pequena diversidade de atividades. Essa é uma questão ainda remanescente na cidade.

Tendo em vista o período retratado, a expansão urbana de São Paulo chegou até os baixos terraços do vale do Tietê, utilizando as várzeas timidamente, e, antes que a urbanização se consolidasse nesse tipo de terreno, a cidade já o havia *saltado*. Esse fato obrigou que a expansão da cidade na direção norte, em especial, deixasse um enorme *hiato urbano* para reiniciar a urbanização já numa área bem distante na outra margem do rio.

Nas várzeas desses rios, esse uso tímido, tendo uma urbanização completa como

23 “A separação trabalho-residência, as intervenções urbanísticas, a especulação imobiliária etc. são agentes degradadores dos centros tradicionais, cuja manifestação mais evidente é a transformação desses centros em distritos centrais de negócios (CBDs – *Central Business Districts*). Com instalações exclusivas para o trabalho, tornam-se desertos fora dos horários comerciais.” OLIVA, Jaime Tadeu. *A cidade sob quatro rodas*. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-graduação em Geografia Humana, Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2004, p. 155.

24 MONBEIG, Pierre, op. cit., p. 6-7.

referência, resultou de uma combinação de via férrea com galpões de fábricas e armazéns que caracterizaram as franjas varzeanas dos bairros da Lapa, Barra Funda, Bom Retiro, Pari, Brás, Mooca e Ipiranga, chegando às portas do ABC. E criou nessa área um pequeno cinturão industrial. Tudo muito próximo do núcleo histórico e denso da cidade. As moradias dos trabalhadores operários, que induziam, com limites, uma urbanização um pouco mais densa e completa, estruturavam-se nos terraços mais elevados do vale.

Até meados do século XX esse padrão de urbanização das várzeas permaneceu, como já foi apontado. E foi com esse tipo de uso que os dois grandes rios (Pinheiros, no sudoeste, e o Tietê) começaram a ser retificados e tiveram suas várzeas drenadas²⁵. Mas, quando isso deu, a cidade já não urbanizava mais essas várzeas com uma cidade integral e compacta, compensando o que não foi feito anteriormente. Ao contrário, o tipo de urbanização que aí vai se instalar vincula vias expressas, grandes *shoppings centers* e condomínios fechados. É impressionante a grande disponibilidade de vastos terrenos ainda existentes nessas várzeas de rios que estão próximos das áreas centrais da cidade, o que reforça a imagem, apresentada antes, de *hiato urbano* gerado nas várzeas dos rios urbanos.

Pode-se alegar que esse hiato urbano nas áreas dos rios, em especial sob climas tropicais sujeitos a situações de inundações, resulta de consequências naturais fora do controle da ação humana. Todavia, tendo em vista os diversos exemplos de urbanização das áreas de várzeas de rios urbanos em outras cidades, exemplos

25 O Rio Pinheiros, a partir de 1926, ainda abrigava em suas margens clubes esportivos, com provas de travessia a nado e regatas náuticas. Estações elevatórias geravam energia barata em abundância, capaz de prover a industrialização do estado. A partir de 1928, foram iniciadas as obras de retificação do rio Pinheiros, que se estenderiam até os anos 1950 e foram realizadas pela Light and Power. O objetivo dessas obras era acabar com as inundações, canalizar as águas e direcioná-las para a Represa Billings, invertendo o sentido do rio, com a Usina Elevatória de Traição. O Rio Tietê, por sua vez, teve seu curso na área urbana da cidade de São Paulo regularizado e retificado de forma mais lenta e descontínua, apesar de existirem estudos desde o século XIX. As obras se realizam no século XX e terminam se completando com a instalação de rodovias marginais nas áreas imediatamente inundáveis. Ver: SEABRA, Odette C. de Lima. *Os meandros dos rios nos meandros do poder. Tietê e Pinheiros: valorização dos rios e das várzeas na cidade de Paulo*. Tese (Doutorado). Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1986; CUSTÓDIO, Vanderli. *A persistência das inundações na Grande São Paulo*. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2002.

de obras de grande monta que ocorreram ainda no século XIX²⁶, cai por terra esse argumento naturalizado de que rios e várzeas funcionam como barreiras naturais que impedem a produção de espaços urbanos, quando, na verdade, a própria condição de artificialidade desses espaços desmente esse tipo de argumento. Nada justifica, desse ponto de vista, que São Paulo mantivesse até nossos dias as várzeas dos seus rios urbanos com urbanização precária. Ou, pior, com uma urbanização antiurbanidade, pois marcada pela baixa densidade demográfica, pela baixa diversidade social e de atividades, áreas onde a forma pedestre de apropriação dos espaços urbanos é impossível de ser praticada.

Elemento dispersor 3 – cinturão fabril muito próximo ao centro

Na zona de expansão leste da cidade, quase que imediatamente contígua ao núcleo histórico, porém separada pelas várzeas do Rio Tamanduateí, que foi retificado entre 1895-1915, começa se estruturar a área industrial da cidade. Os novos terrenos que surgem com a retificação tornam mais eficiente a ferrovia que escoava café para o porto de Santos, e isso intensificou seu uso. Atraídas por esses trilhos e pelos vastos terrenos disponíveis, planos e baratos, várias instalações fabris passam a produzir um novo espaço nessa área: um verdadeiro *cinturão fabril*. Um pouco depois, esse mesmo processo penetra as várzeas do Rio Tietê, estendendo para esse vale, também muito próximo do centro da cidade, outro cinturão industrial. Assim, soma-se nesses vales: urbanização precária das várzeas mais cinturões industriais.

A zona fabril, imediatamente contígua ao Rio Tamanduateí, na parte leste, com o crescimento demográfico e econômico da cidade, logo irá se encorpar, ampliando-se para além das várzeas. Com isso, os bairros a leste foram ressignificados, e Brás, Belenzinho e Mooca tornaram-se bairros proletários, por excelência. Mas é bom notar que essa modalidade de espaço urbano, o bairro proletário, gera vários efeitos na constituição da urbanidade de uma cidade. São bairros, diferentemente do que supõe o senso comum, de baixa densidade demográfica e de baixa diversidade

26 Há várias ocorrências de obras de grande porte no século XIX que canalizaram águas limpas, drenaram várzeas, aterraram pântanos, sanaram rios e várzeas, redirecionaram e retificaram os canais, tudo em benefício de uma urbanização completa nas várzeas de rios urbanos. Paris, Nova York e Londres (para ficarmos nas muito conhecidas) são algumas cidades que se beneficiaram de ações desse tipo. No caso de Londres, Steven Johnson descreve um panorama do saneamento londrino vinculado ao Rio Tâmsa que impressiona pela precariedade e pela situação das várzeas do rio. JOHNSON, Steven. *O mapa fantasma*. Como a luta de dois homens contra o cólera mudou o destino de nossas metrópoles. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. Tudo parecia insolúvel, no entanto, ainda no final do século XIX a questão foi solucionada com grandes obras, a cidade levou sua urbanização para as várzeas e, com isso, apropriou-se do rio para benefício do rio e da cidade. Ver: BRYNISON, Bill. *Em casa*. Uma breve história doméstica. São Paulo: Cia. das Letras, 2011; RECLUS, Élisée; BAEDKER, Karl. Estações, fiacres, termas e esgotos. In: CHARLOT, Monica; MARX, Roland (Org.). *Londres, 1851-1901. A era vitoriana ou o triunfo das desigualdades*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993, p. 30, por exemplo.

social e de atividades²⁷. São tomados por uma grande viscosidade urbana²⁸, logo são incapazes de constituir uma urbanização integral. Por essa razão, esse cinturão fabril é considerado por nós como uma espécie de elemento dispersor (um enclave), ou obstáculo, que inibe a expansão da cidade com densidade e diversidade. Isso porque, além dos seus problemas internos, essa área monofuncional, ao se estabilizar tão próxima ao centro, num momento em que a cidade crescia exponencialmente, obrigou que a nova urbanização da cidade a *saltasse* e fosse retomada de forma dispersa numa área mais profunda da zona leste, criando o que também designamos como um *hiato urbano*. Um hiato urbano industrial.

O interessante é que se percebia, na virada do século XIX, que o vale do Rio Tamandateí precisaria de alguma urbanização que viabilizasse a integração do centro com a parte leste da cidade. Na gestão de João Theodoro²⁹ – no final do século XIX – procurou-se essa integração com o leste (o Brás) para desafogar o centro histórico. Um ato importante foi a conexão das estações ferroviárias da Luz e do Brás e a inauguração dos serviços de iluminação pública a gás e dos bondes puxados a tração animal, fazendo essa conexão. Outras ações se deram diretamente na várzea do Rio Tamandateí com o aterro dos pântanos do Carmo e com a criação da Ilha dos Amores. Porém, essas ações não conseguiram a integração buscada. E a razão foi o processo descrito de criação de um cinturão industrial, quer dizer: a retificação do Rio Tamandateí menos integrou os dois lados da cidade do que produziu uma cisão. Rompeu certa continuidade que vinha se dando de um Brás mais colonial com o centro histórico, com as ações integradoras no governo João Theodoro. Segundo Pasquale Petrone, a cidade estava dividida em dois blocos na primeira década do século XX:

A documentação cartográfica da época e as obras que pudemos consultar fornecem-nos elementos suficientes para que possamos fixar a área urbana, na primeira década do século atual. Dois importantes blocos constituíam a cidade e o divisor entre ambas era representado pela várzea do Tamandateí. Tal separação apresentava-se, com maior nitidez, entre o Cambuci e a Mooca e na chamada Várzea do Carmo (atual Parque Dom Pedro II). As duas áreas interpenetravam-se, porém, no Pari e na Luz, embora através de número reduzido de ruas³⁰.

27 Aqui não se ignora que mesmo nessas condições os moradores, ainda assim, produzem sociabilidades e culturas interessantes, mas, certamente, com mais dificuldades para praticá-las e integrá-las no conjunto da cidade do que se estivessem em bairros com mais urbanidade.

28 Sob esse termo incluem-se todos os impactos pela agressividade no ambiente das edificações e atividades fabris, como, por exemplo, as diversas formas de poluição que tornam extremamente desagradáveis os ambientes de moradia e de convivência. Além do que, em situações desse tipo, poucas áreas são reservadas para moradia.

29 Governador da província, antes que o município passasse a ter como principal gestor o prefeito, cargo criado em 1899.

30 PETRONE, Pasquale. A cidade de São Paulo no século XX. *Revista de História*, v. 10, n. 21-22, p. 127-170, 1955, p. 136.

Esses dois blocos formavam duas cidades distintas, como se fossem duas cidades gêmeas. De um lado, apareciam o velho centro e os bairros das zonas oeste, sudoeste e sul; de outro lado, o Brás e seus prolongamentos no rumo de leste, que se dava principalmente pela Avenida Celso Garcia, que ia até o santuário da Penha. E foi por esse caminho que se espalhou uma urbanização de frágil densidade demográfica e de baixa diversidade, depois de superado o cinturão industrial, o hiato urbano diagnosticado como dispersor de uma expansão da cidade, mantendo, pelo menos em parte, a urbanidade do centro.

Elemento dispersor 4 – subúrbios-jardim na gênese de São Paulo

Com a chegada dos fazendeiros e a progressiva inabilitação do centro como moradia, novos bairros residenciais começaram a ser construídos na Luz e no oeste da cidade. O destaque foi o bairro dos Campos Elíseos, mas logo seguido de outros, como Higienópolis e, posteriormente, o bairro de Cerqueira César, dominado pela Avenida Paulista³¹. Esses bairros foram habitados pelos fazendeiros e os industriais bem-sucedidos que estavam se multiplicando na cidade.

Os bairros novos foram ação de empreendedores como o alemão Victor Nothmann e o suíço Alfredo Glete nas cercanias do bairro da Luz, que estabeleceram uma linha de bonde da Estação da Luz até a Sé. Criaram um mundo residencial (*boulevard* com mansões), afastado do centro denso, naturalizando a separação, algo que pode ser interpretado como um precursor dos subúrbios-jardim que a Cia. São Paulo City iria construir logo a seguir, na continuidade dessa área. Quer dizer: quando o modelo subúrbio-jardim começa a se implantar em São Paulo, ele entra em harmonia com o que já se delineava na cidade.

Em 1912 começa operar em São Paulo a chamada São Paulo City ou, mais informalmente, Cia. City, empresa fundada em Londres por iniciativa de alguns brasileiros que foram à Europa buscar capitais e associados³². A estadia dos associados em Londres os atraiu para algumas modalidades de empreendimentos que ocorriam na grande cidade europeia, e foi nesse contexto que eles tomaram contato com um gênero de urbanismo que ganhava terreno na Inglaterra: os *subúrbios-jardim*, que por sua vez eram o derivado que vingou do movimento filosófico-urbanístico Garden City, cujo mentor principal foi Ebenezer Howard (1850-1928).

As operações dessa empresa em São Paulo iniciam-se com uma vasta aquisição

31 Está localizada no limite entre as zonas centro-sul, central e oeste, e em uma das regiões mais elevadas da cidade, chamada, *a posteriori*, de Espigão da Paulista, num caso incomum de obras humanas nominando formas de relevo, antes anônimas. A avenida foi criada no final do século XIX, a partir do desejo de paulistas de expandir, na cidade, novas áreas residenciais que não estivessem localizadas imediatamente próximas às mais movimentadas “centralidades” (a urbanidade) da época. A Avenida Paulista foi inaugurada no dia 8 de dezembro de 1891 por iniciativa do engenheiro Joaquim Eugênio de Lima e de Clementino de Souza e Castro.

32 “Édouard Fontaine de Laveleye, associado a investidores europeus e paulistanos, constituiu em 1911 a City of São Paulo Improvements and Freehold Land Company Limited, empresa que gerou seu capital inicial para a compra das terras com a emissão de papéis garantidos pela hipoteca dos próprios terrenos.” WOLFF, Silvia Ferreira Santos. *Jardim América*. São Paulo: Edusp, 2015, p. 83.

de terrenos na face oeste do espigão da Paulista em direção ao vale do Rio Pinheiros, localidade onde seriam construídos os célebres *Jardins* e no bairro do Pacaembu. Em 1912, a empresa adquire 37% dos terrenos do perímetro urbano do município³³, o que por si só justifica plenamente a designação que lhe atribuímos de *elemento dispersor*. Esses estoques de terrenos serviram para a implementação de seus projetos, mas ela também os comercializou.

É importante notar que suas principais glebas encontravam-se na área de expansão imediata ao núcleo histórico denso da cidade, como as diversas publicidades da época assinalavam. No lado do espigão, entre os terrenos da Cia. São Paulo City e o centro havia apenas o bairro do Bexiga.

O poderio dessa empresa logo se equipaleou à força de uma outra sociedade internacional que atuava na área de geração de energia e transportes, que era a Light and Power, e de certo modo as duas estabeleceram vínculos³⁴. Para implementar o modelo urbanístico no qual apostava, ela trabalhou e conseguiu uma mudança na legislação da cidade que se ajustou aos seus projetos. Logo, são projetados o Jardim América, o Jardim Paulista, o Alto da Lapa, o Pacaembu, todos seguindo o modelo subúrbio-jardim.

Que modelo é esse e que impacto ele trará para a cidade? James Holston, antropólogo americano, no seu importante estudo sobre Brasília faz uma anedota dizendo que Brasília tem *pedigree*³⁵. Ela é a espécie mais pura e acabada do urbanismo modernista (funcionalista) de Le Corbusier. Já São Paulo, em comparação, parece o avesso de tudo isso. Em São Paulo, desde o início habitou o caos, que jamais foi informado sobre teses urbanísticas e, se foi, não as absorveu. Mas, para contrariedade do senso comum, não é que São Paulo tem também um *pedigree*? E trata-se de uma filiação tão célebre quanto o funcionalismo *corbusieriano* de Brasília. Certo que não é um *pedigree* puro, o que pode ser até ilógico, mas vale a pena aular o senso comum.

33 “A empresa, com escritórios em Londres, Paris e São Paulo, adquiriu 12.380.098 metros quadrados de terrenos na cidade, o que correspondia em 1912 a 37%, mais de um terço, do perímetro urbano de São Paulo.” Ibidem.

34 “Já para a seleção das terras houve uma peculiar conjugação de interesses e de conhecimento do potencial desenvolvimento da cidade. Os principais personagens do início da atuação da City em São Paulo e que compuseram sua diretoria foram: o diretor de Obras Públicas da prefeitura, Victor da Silva Freire; o arquiteto francês que trabalhara nas grandes remodelações de Paris e que exercia o papel de consultor e proponente de projetos de urbanização na cidade, Joseph Bouvard; o banqueiro europeu em busca de investimentos, Édouard Fontaine de Laveleye; Horácio Belfort Sabino (nomeado procurador da companhia) e Cincinato Braga, membros da elite local que vinham loteando áreas contíguas à avenida Paulista, em bairros chamados Vila América e Vila Nova Tupi; e ainda Lord Balfour, governador do Banco da Escócia e presidente da São Paulo Railway, além de outros diretores da mesma companhia, de bancos e da Light and Power, empresa concessionária de serviços de bonde e de eletricidade em São Paulo.” Ibidem, p. 84.

35 “Brasília é uma cidade dos CIAM [Congrès Internationaux d’Architecture Moderne]. Na verdade, é o exemplo mais completo já construído das doutrinas arquitetônicas e urbanísticas apresentadas pelos manifestos dos CIAM [...]. Em seu manifesto mais significativo, *A Carta de Atenas*, os objetivos do planejamento urbano são definidos a partir de quatro funções: ‘As chaves para o planejamento urbano estão nas quatro funções: moradia, trabalho, lazer, circulação’ [Le Corbusier, 1957, art. 77].” HOLSTON, James. *A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993, p. 37.

Trata-se do movimento Garden City, cujos membros principais eram: Ebenezer Howard, Barry Parker e Raymond Unwin. Esse movimento deixou uma ressonância nada desprezível, embora suas repercussões sejam até hoje subestimadas na história da cidade e na sua cultura urbana. Foram obras marcantes do movimento Garden City: Letchworth (uma verdadeira cidade-jardim), New Earswick e Hampstead (dois subúrbios-jardim). Todos esses projetos resultaram da parceria de Raymond Unwin e Barry Parker, mas o mentor mais importante do movimento, como já assinalado, era Ebenezer Howard³⁶.

Ebenezer Howard foi um personagem fortemente marcado pelo turbilhão de acontecimentos que caracterizam as transformações sociais do final do século XIX e que ressoavam de forma impactante nas cidades, em especial em Londres. Não havia segurança alguma quanto ao futuro, e viabilidade de tudo o que estava surgindo era para lá de duvidosa. A industrialização, os movimentos migratórios campo-cidade, a enorme urbanização acelerada, a multidão de desamparados, crianças inclusive, tudo assombrava. Era normal que jovens idealistas pensassem em alternativas, em outros modelos de vida, e que se arriscassem em aventuras para colocar em prática o que concebiam³⁷. Ebenezer Howard foi um desses³⁸. Influenciado pelas teses anarquistas de Kropotkin³⁹, aventurou-se nos EUA e conheceu em Chicago os projetos urbanísticos de Frederick Law Olmsted⁴⁰, pelos quais se encantou.

De volta à Inglaterra, exasperado pelo encorticiamento de Londres, pelas lamentáveis condições sanitárias da cidade⁴¹, pela pobreza e decorrente degradação moral da população (aos seus olhos), ele conclui pela impossibilidade de uma vida decente numa cidade de geografia impossível como ele entendia a Londres de seu tempo. Numa atmosfera desse tipo é que ele concebe a alternativa de cidades-jardim, que seriam redutos espaciais menores sobre os quais se poderia exercer um controle

36 Os princípios desse movimento foram publicados no único livro escrito por Howard ao longo de seus 78 anos de vida. Publicado em 1898 com o título de *To-morrow: a peaceful path to real reform* [Amanhã: um caminho tranquilo para a refoma autêntica], ganhou nova edição em 1902 com o título *Garden cities of to-morrow*. HALL, Peter. *Cidades do amanhã*. São Paulo: Perspectiva, 1988, p. 104.

37 Uma geração antes de Ebenezer Howard já havia uma linhagem de célebres militantes de mundos alternativos, denominados socialistas utópicos, como Saint-Simon, Charles Fourier, Louis Blanc e Robert Owen, esse último um industrial que usa seu capital em experimentos cooperativistas.

38 HALL, Peter. A cidade no jardim. A solução cidade-jardim: Londres, Paris, Berlim, Nova York (1900-1940) In: _____. *Cidades do amanhã*. São Paulo: Perspectiva, 1988, p. 104.

39 Piotr Alexeyevich Kropotkin (1842- 1921), geógrafo, escritor e ativista político russo, foi um dos principais pensadores políticos do anarquismo no fim do século XIX, considerado também o fundador da vertente anarco-comunista.

40 “Ele deve ter visto o novo subúrbio-jardim Riverside, projetado pelo grande arquiteto-paisagista Frederick Law Olmsted, erguer-se às margens do Rio Des Plaines, a uma distância de 9 milhas da cidade.” HALL, Peter, op. cit., p. 106. Olmsted também criou o Central Park em Nova York, o Parque do Mont Royal em Montreal, a reserva natural de Niágara, nas Cataratas do Niágara, no estado de Nova York, e vários outros projetos.

41 Ver nota 25, sobre as condições sanitárias de Londres.

necessário para obtenção de uma outra vida⁴². Sua solução pouco pôde ser colocada em prática, apenas um “filhote” incompleto e híbrido, o subúrbio-jardim, é que de fato vingou. Os grandes divulgadores e implementadores dos subúrbios-jardim e, de certo modo, responsáveis pela confusão entre cidade-jardim e subúrbio-jardim foram Raymond Unwin e Barry Parker⁴³. Esses dois personagens é que de fato tentaram como projetistas tirar do papel as cidades-jardim e conceberam os subúrbios-jardim, que adaptava alguns princípios da cidade-jardim, porém sem romper o convívio e a dependência com a grande cidade: Londres. Foi assim que eles projetaram o bairro de Hampstead no ano de 1906 e depois vários outros, inclusive em... São Paulo. É importante assinalar que Unwin e Parker, mais moços que Howard, eram também jovens idealistas empolgados com os mesmos princípios ideológicos do seu mentor, e por ironia as obras que conceberam ficaram concretamente vinculadas a segmentos de alta renda nos vários lugares onde foram construídas.

Concluímos, dessa forma, que evidentemente esses personagens (e o movimento que eles capitanearam) não tiveram como perceber, na grande cidade que se estruturava, viabilidade, virtudes sociais e econômicas produzidas pela escala de suas populações e de seu tamanho, pela miríade de atividades, pela multiplicação exponencial das relações sociais entre atores sociais distintos. Ao contrário, eles abjuraram tudo isso. Uma visão severa, em relação a eles, como a de Jane Jacobs, os inscreve, por conta de tudo isso, entre aqueles “urbanistas que odiavam as cidades”:

A vertente mais importante dessa influência começa mais ou menos com Ebenezer Howard, repórter britânico de tribunais, cujo passatempo era o urbanismo [...]. Ele detestava não só os erros e os equívocos da cidade (Londres), mas a própria cidade, e considerava uma desgraça completa e uma afronta à natureza o fato de tantas pessoas terem de conviver aglomeradas. Sua receita para a salvação das pessoas era acabar com a cidade. Ele propôs [...] repovoar a zona rural [...] construindo um novo tipo de cidade, a Cidade-Jardim, onde os pobres da cidade poderiam voltar a viver em contato com a natureza [...] sua meta era criar cidadezinhas autossuficientes [...]⁴⁴.

E, de fato, é o que aqui nos interessa, eles conceberam intervenções no urbano que se caracterizam por bairros de baixa densidade demográfica, pela especialização dos usos (uso exclusivamente residencial) e elitização social, que, se na época não era tão

42 “A cidade-jardim teria um limite fixo – Howard sugeriu 32.000 habitantes para 1.000 acres de terra, perto de uma vez e meia mais que a cidade histórico-medieval de Londres. A seu redor, uma área muito mais larga de cinturão verde perene, também de propriedade da companhia – Howard propôs 5.000 acres –, conteria não só granjas, mas também toda espécie de instituições urbanas, tais como reformatórios e casas de repouso, que só teriam a ganhar com uma localização rural.” HALL, Peter, op. cit., p. 109.

43 “R. Unwin nasceu em 1863, Barry Parker em 1867, ambos no norte da Inglaterra. Nenhum deles foi formalmente treinado para arquiteto; Unwin começou como engenheiro, Parker como decorador de interiores. Ambos se desenvolveram dentro de uma intensa fermentação de ideias, decorrente em parte do pensamento de William Morris (um socialista) que os iria influenciar em todos os seus trabalhos subsequentes.” HALL, Peter, op. cit., p. 115.

44 JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 17.

evidente, depois se tornará, pela própria valorização desses bairros, que será também um fator de enriquecimento de quem comprou essas casas nos bairros projetados por eles, tanto em cidades inglesas, quanto em São Paulo.

É muito curiosa a história que resultou na construção de subúrbios-jardim em São Paulo, e por essa razão várias pesquisas e publicações já foram realizadas. Porém, há algo que talvez ainda não tenha sido enfatizado suficientemente. A construção de subúrbios-jardim em São Paulo carece das mesmas justificativas ideológicas que davam sentido a essa “espécie urbana “ (ou “antiurbana”?) em Londres. Observemos uma comparação: enquanto São Paulo, nos anos 1920, quando começa a construção dos subúrbios-jardim, não tinha chegado a 600 mil habitantes, Londres apresentava um quadro demográfico radicalmente distinto.

| Evolução da população de Londres | | | |
|---|-----------|-----------|-----------|
| 1901 | 1911 | 1921 | 1931 |
| 4.670.177 | 4.997.741 | 4.936.803 | 4.887.932 |

Tabela 2 – Evolução da população de Londres 1901-1931. Fonte: Urban Networks, 2016

A cidade já era quadrimilionária desde a virada do século XIX para o século XX. E era apenas um pouco menor na juventude de Ebenezer Howard. Assim, compreende-se a concentração de “problemas” que inspirou diversos anarquistas e outras associações a vidas alternativas, Howard incluso. Mas como São Paulo, uma realidade urbana totalmente distinta, num inesperado país tropical, adere ao modelo urbanístico dos subúrbios-jardim? E mais, incorporando nesses projetos as mesmas ideologias e os mesmos projetistas dos subúrbios-jardim de Londres? Essa é uma história tão inesperada que a literatura internacional sobre o movimento Garden City e seus frutos praticamente não registra a vasta construção de bairros londrinos em São Paulo, bairros esses que inflexionaram sua urbanidade.

| SUBÚRBIOS-JARDIM: UMA COMPARAÇÃO ENTRE LONDRES E SÃO PAULO | | | | |
|---|-----------|------------------|--------------------------------|--|
| Cidade | Pop. 1920 | Localização | Projeto, concepção, influência | Relação com a cidade |
| Londres | 4.936.803 | Área urbanizada | Raymond Unwin; Barry Parker | Reação à modernização; à cidade compacta; modelo alternativo |
| São Paulo | 579.033 | Área de expansão | Raymond Unwin; Barry Parker | Modelo de urbanização; modernização; referência |

Tabela 3 – Subúrbios-jardim: uma comparação entre Londres e São Paulo. Fonte: criação dos autores

A tabela 3 indica nosso entendimento. Se, para os londrinos, subúrbios-jardim representam uma recusa à modernização, uma saída de uma urbanização vista por eles como impossível, em São Paulo, de forma inversa, esse modelo foi recepcionado com um prestígio típico de quem quer se modernizar segundo padrões vistos como mais avançados. E isso é incrível e merece todo destaque. Nem de longe convinham, em São Paulo, os discursos justificadores de Londres. A cidade até que era bem razoável, sem os problemas que Londres conheceu na época da gestação do movimento Garden City. Desse modo, os discursos londrinos acabaram operando por aqui como *discursos fora do lugar*. Fora do lugar, mas eficientes para se incorporar na cultura urbana de São Paulo.

Tínhamos indicado que os terrenos comprados pela Cia. São Paulo City, em razão de sua extensão e posicionamento na área de expansão da cidade, impediram que o padrão de cidade, até então existente, se reproduzisse nessa contiguidade colonizada pela companhia imobiliária. Mas podemos dar mais uma volta nesse argumento: não só um elemento dispersor, um obstáculo que tinha que ser saltado, mas também um *obstáculo ideológico*, pois a City foi portadora de um modelo de cidade e de “qualidade de vida” que marcou época, e é isso que participou da cultura urbana dessa cidade ou, talvez, seja melhor se referir a uma *cultura antiurbana*, que, pelos motivos explicados, o movimento de Ebenezer Howard continha. Por isso, achamos pertinente expor diretamente o discurso da Cia. São Paulo City. Ninguém fala melhor pela companhia do que ela própria. Vamos seguir o percurso de sua ação e de seu discurso no rastro de suas peças publicitárias da época. Na figura 2, pode ser observado o projeto do Jardim América feito por Barry Parker⁴⁵. Com um arruamento peculiar combinado com lotes de grandes proporções e arborização⁴⁶, o projeto foi admiradíssimo e passou a ser modelo de bairro, modelo de cidade.

45 O primeiro projeto de subúrbio-jardim desenvolvido e implementado pela Cia. City foi de autoria de Barry Parker, o que reforça a ideia de *pedigree* autêntico, afinal um dos três principais mentores deslocou-se até o Brasil para trabalhar na São Paulo City. Jardim América e Alto da Lapa são seus projetos pessoais, e não só o urbanismo dos bairros, como vários projetos de casas. Ele deixou sua experiência registrada em: “Two years in Brazil” (*The Garden Cities and Town Planning Magazine*, v. 9, n. 8, p. 145, ago. 1919). WOLFF, Sílvia Ferreira Santos, op. cit., p. 72.

46 Originalmente o projeto do Jardim América era de R. Unwin e Barry Parker. Eles o elaboraram em Londres. “Barry Parker, contratado para vir estudar localmente as soluções urbanísticas ideais para o aproveitamento dos terrenos de relevo irregular e pantanoso, ao conhecer a realidade paulistana em 1917, optou por rever o projeto do Jardim América. Restringiu as categorias de uso ao predomínio quase exclusivo da função residencial para as classes altas, eliminando a praça e seus prédios públicos. Reforçou-se assim a ideia do loteamento como um bairro em extensão à cidade existente e dependente das atividades nela desenvolvidas.” Ibidem, p. 140.

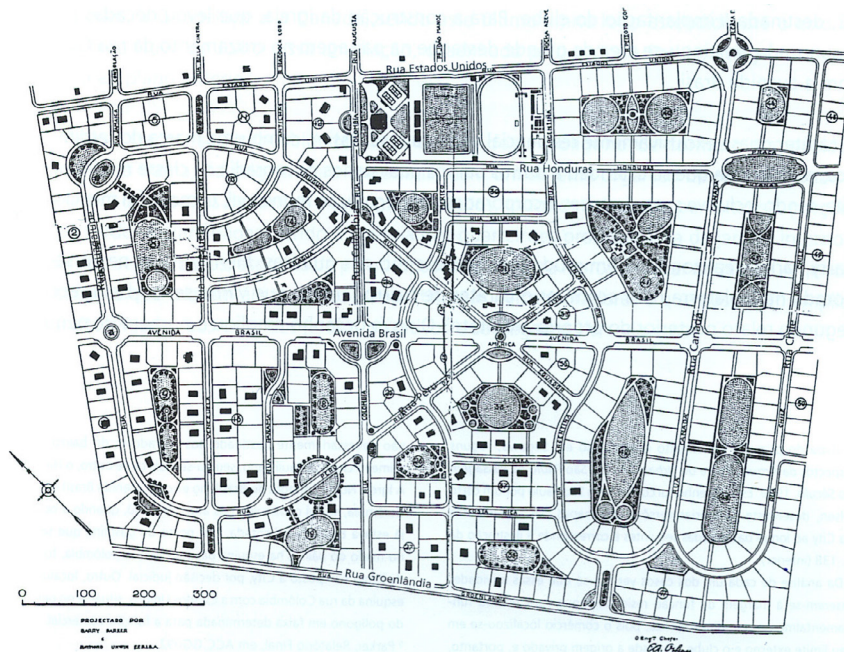


Figura 2 – Projeto do Jardim América elaborado por Barry Parker. Fonte: WOLFF, 2015, p. 139

Na figura 3 temos o anúncio de outro projeto célebre de Barry Parker, o do Alto da Lapa, agora publicado em jornal acompanhado de um longo discurso, cujas passagens mais importantes realçam as características da parte residencial, tais como proximidade com a natureza, embelezamento, horizontes e vistas⁴⁷. Como se pode ver, o traçado das ruas é totalmente sinuoso, por vezes labiríntico. Radicaliza o que Parker havia feito no Jardim América. E tanto o Alto da Lapa quanto o Jardim América se assemelham muito ao bairro de Hampstead, em Londres. E aqui vale a pena mencionar o que esse gênero urbano representava no movimento Garden City segundo Peter Hall:

Hampstead significou uma guinada decisiva, tanto para o movimento inglês da cidade-jardim quanto para R. Unwin em particular, pois propunha-se a si mesma não como cidade-jardim, mas como subúrbio-jardim; não tinha indústria e, para os serviços, dependia por completo de uma estação de metrô adjacente, inaugurada exatamente na época em que ela, Hampstead, estava sendo planejada⁴⁸.

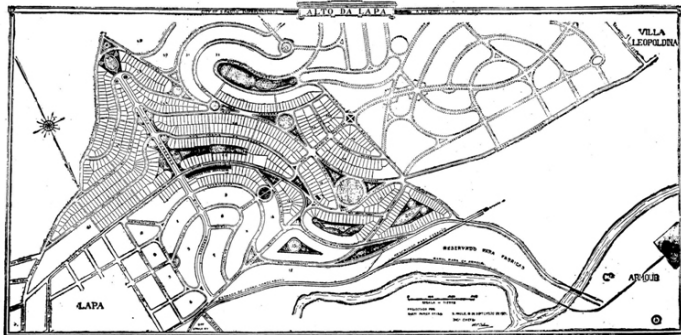
47 Esse projeto é realmente magnífico, pois na Lapa de Baixo Barry Parker projetou uma área industrial e comercial. Porém, completamente separados.

48 HALL, Peter, op. cit., p. 117.

O ESTADO DE S. PAULO

ANO XLVII S. PAULO — TERÇA-FEIRA, 4 DE OUTUBRO DE 1921 Nº. 12.046

ALTO DA LAPA



INICIO DAS VENDAS

A grande expansão do empreendimento industrial e manufatureiro, na parte oeste da cidade de São Paulo, tem como o mesmo objetivo de proporcionar ao abito da terra verificada nos últimos anos, indicar a Companhia City a proceder ao projeto e a execução dos seus magníficos terrenos no Alto da Lapa.

De acordo com o plano elaborado pelo arquiteto Dr. Barry Parker — a quem também se deve o projeto de Jardim America — estão em andamento, há dois anos, as obras de melhoramento dos terrenos. Com o intuito de oferecer aos interessados um modelo para a construção de casas, a Companhia City, por meio de seu engenheiro chefe de projetos, Dr. Parker, fez a construção de uma casa modelo de resultado magnífico, e a todos edificações que se acham, com suas praias e jardins, aproveitadas para os visitantes estranhos da terra para que os mesmos possam apreciar o modelo e o projeto.

Como se verifica da planta ora publicada (casas, jardins, etc.), encontram-se, para além de um ou outro quarteirão, aproximadamente, de terrenos destinados a fábricas, oficinas, armazéns, etc. Este terreno achou-se anteriormente destinado para o fim, por parte de seu plano, sua execução a ilha, sendo de propriedade da Companhia City, e a ser vendido pelo canal da E. de Ferro Sorocabana que poderá ser um terreno muito bom para a ilha de Lapa. A Companhia City, e sua execução está a uma larga escala por meio de um projeto de diversos terrenos da E. de Ferro Sorocabana, e sem dúvida, que os mesmos poderão também ser vendidos, mais tarde, pelo São Paulo Railway. Desde então, os terrenos foram vendidos, e os mesmos, provavelmente, a melhor local para a edificação que se pode, provavelmente, encontrar em São Paulo.

Presente, para um futuro próximo, o indubitável desenvolvimento industrial desse bairro, a Companhia oferece, também, uma extensa área de terreno para uma estação na linha trem da E. de Ferro Sorocabana.

A parte restante dos terrenos destinados a ilha para construção de casas de moradia e de outros pontos de natureza imprecisada nos bairros de residência, tem como: armazéns, empresas, lojas, etc., onde podem ser instaladas lojas de seu funcionamento. Este projeto está concluído de maneira a oferecer aos interessados um modelo para a construção de casas, e também a ser aproveitada a ilha típica do bairro, que é a de bairro de moradia. Este modelo está grandemente favorecido pelo terreno liberalmente feito pela Companhia, de grandes áreas de terrenos, para jardins interiores e jardins exteriores. É intenção da Companhia, que se circunscreva a justificação, formar completamente o campo de futebol construído pela rua de Ampliação.

Não existe nos arredores de São Paulo local mais apropriado para a formação de um bairro de residência. Entretanto, a Companhia não temia de oferecer a edificação de um bairro de residência que seja, não somente sendo uma parcela na empresa de formação de um bairro, mas também no mesmo parte da cidade, a Companhia construiu financeiramente para a construção de uma ilha de moradia, com uma ilha de moradia, e construiu instalações de águas, águas e iluminação elétrica, criando para esta ilha de moradia, sempre no maior interesse, por meio de um projeto de um bairro de moradia.

É projeto da Companhia edificar diversos tipos de casas modernas, das quais se já acham em

construção. Não estando os terrenos suficientemente edificados, para que se possa começar a edificação e que se dá a prática e com o mesmo intuito, porém, entretanto, as respectivas plantas se encontram em preparo para as obras, e sua execução está em andamento. Este projeto de moradia da Companhia City, em seu conjunto de moradia, tem como objetivo de oferecer aos interessados um modelo para a construção de casas, e também a ser aproveitada a ilha típica do bairro, que é a de bairro de moradia. Este modelo está grandemente favorecido pelo terreno liberalmente feito pela Companhia, de grandes áreas de terrenos, para jardins interiores e jardins exteriores. É intenção da Companhia, que se circunscreva a justificação, formar completamente o campo de futebol construído pela rua de Ampliação.

Não existe nos arredores de São Paulo local mais apropriado para a formação de um bairro de residência. Entretanto, a Companhia não temia de oferecer a edificação de um bairro de residência que seja, não somente sendo uma parcela na empresa de formação de um bairro, mas também no mesmo parte da cidade, a Companhia construiu financeiramente para a construção de uma ilha de moradia, com uma ilha de moradia, e construiu instalações de águas, águas e iluminação elétrica, criando para esta ilha de moradia, sempre no maior interesse, por meio de um projeto de um bairro de moradia.

É projeto da Companhia edificar diversos tipos de casas modernas, das quais se já acham em

COMPANHIA CITY

RUA LIBERIO BARBOSA, 71-72 — SÃO PAULO.

Figura 3 – A construção de um discurso. Anúncio sobre o empreendimento Alto da Lapa, com projeto de Barry Parker, publicado em *O Estado de S. Paulo*, 4 de outubro de 1921, p. 1. Acervo Estádão. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/I921I004-I5604-nac-000I-999-I-not>>

O uso exclusivamente residencial e a “paz” obtida com distanciamento em relação ao movimento e à diversidade da cidade não eram apenas substância dos projetos, mas eram elementos vivamente realçados como discurso nas publicidades, e isso impregnou a cultura urbana de São Paulo. A figura 4 é um bom exemplo desse discurso e fala por si só, mas é irresistível destacar que, ao condenar a diversidade (negócios que podem eventualmente se instalar na vizinhança), faz-se referência à “bôa vizinhança”. Quer dizer: outros elementos e personagens urbanos são desagradáveis e não podem compor uma boa vizinhança. Assim, sem mediações, a diversidade é condenada.

BREVEMENTE AQUI
GRANDE
SERRARIA

SECCOS e MOLHADOS

Antes de construir a sua resi-
dencia, escolha um terreno que
o proteja contra surpresas desa-
gradaveis como esta.

SEJA PREVIDENTE!

Em nossos bairros V. S. terá
a garantia de uma bôa
vizinhança e, portanto, de
uma valorisação segura.

JARDIM AMERICA
PACAEMBÚ
ALTO DA LAPA

ANHANGABAHÚ
PERDIZES
BELLA ALLIANÇA

CIA CITY

RUA LIBERO BADARÓ, 50

Figura 4 – Anúncio publicado na *Revista Architectura e Construções*, em 1930, propõe que se evite a diversidade. Fonte: SEGAWA, Hugo, 2000, p. 114

Contudo, a Cia. São Paulo City não se limitava a praticar a homogeneização dos espaços, ela militava pela “causa”, como atesta a figura 5, que retrata uma peça publicitária com uma figura gráfica e um longo texto argumentativo sobre as vantagens de se estabelecer na cidade uma legislação que setorize as atividades urbanas, uma legislação do *zoning*. No texto se diz que:

O livro do dr. Luiz Anhaia⁴⁹ sobre urbanismo, de que hontem demos notícia, traz interessantes soluções ao problema de organização das cidades, de que até agora temos prescindido. Entre essas soluções, uma das que merecem maior atenção do legislador moderno é o da legislação do “zoning”, que é, numa cidade organizada: “Um padrão diferencial, uma regulamentação que divide a cidade em districtos, impondo, sobre a propriedade privada de cada um desses districtos, restricções uniformes mas variáveis de um para outro”. Diz o distincto urbanista em seu valioso estudo: “em cidades onde não há “zoning”, o cidadão que, à custa de sacrifícios, muitas vezes, edifica a sua residência, não sabe qual será o seu vizinho, se outra residência como a sua, que não a desvalorize, portanto, ou uma garagem barulhenta, um armazém, um prédio altíssimo de apartamentos, por exemplo, com um muro de oitão de divisa, que roube de seu modesto lar a luz, o ar, o valor”. É um aspecto facilmente encontradiço, em nossa cidade esse da desordem de distribuição dos edificios e da irregularidade das construcções⁵⁰.

No livro citado do urbanista Luiz Anhaia, o artigo/publicidade lembra que o urbanista recorre a outro urbanista, americano, para listar as vantagens do “zoning”:

São as seguintes as vantagens do “zoning” resumidas pelo notável urbanista norte-americano Morris Knowles, citado pelo dr. Luiz Anhaia:

- 1) Estimula um desenvolvimento urbano próspero e bem organizado;
- 2) Torna possível um programma prático de traçado e desenvolvimento do systema de vias de comunicação e de todos os serviços collectivos, porque determina com antecedência o uso e as necessidades dos discritros;
- 3) Impede a mudança rápida e prematura do carácter desses districtos;
- 4) Impede a intromissão de edificios impróprios ou de usos impróprios de edificios naquelas situações em que seriam prejudiciais;
- 5) Estabiliza e protege valores e capitaes determinando de antemão o caracter das propriedades;
- 6) Simplifica resolve o problema da circulação, regulando altura e volume dos edificios e portanto o congestionamento das ruas;
- 7) Assegura afinal melhores condições de hygiene e esthetica para o bem geral⁵¹.

A lei de zoneamento que no futuro será promulgada virá beneficiar os subúrbios-jardim e terminará tendo a lógica antidiversidade que precocemente a Cia. São Paulo City defendia junto com nossos urbanistas. Não somente como meio de

49 Foi prefeito da cidade de São Paulo em dois períodos, de 6 de dezembro de 1930 a 25 de julho de 1931 e de 14 de novembro a 4 de dezembro de 1931. Professor emérito da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, foi um dos fundadores da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, lecionou estética, composição e urbanismo e, como se vê, foi defensor de uma ordem antidiversidade e protagonista de publicidade da Cia. São Paulo City.

50 Texto original de publicidade publicada pela Cia. São Paulo City no jornal *O Estado de S. Paulo*, 9 de junho de 1929, p. 3. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19290609-18258-nac-0003-999-3-not>>. Acesso em: out. 2016.

51 Ibidem.

valorização dos seus negócios, mas também como ressonância do movimento Garden City que de fato entendia a diversidade, tão prezada na constituição da urbanidade, não como um tipo de ordem, mas como a desordem que deve ser combatida como irracionalidade e ameaça ao patrimônio e à vida das pessoas. A setorização, que também será cara ao modernismo funcionalista, aparece como sinônimo de razão, de ordem.



"MARTIN MARTINEZ" | Do "Diário da Noite", de 17/4/29.

Este interessante e valioso estudo sobre URBANISMO é a melhor consagração do que tem sido e do que é o trabalho da COMPANHIA CITY em São Paulo.

**JARDIM AMERICA
PACAEMBU'
ANHANGABAHU'
ALTO DA LAPA**

e os demais bairros da Companhia City, possuem todas as vantagens do

" Z O N I N G "

porque foram ideados e construídos com a mais ampla liberalidade e rigorosamente de acordo com a técnica e normas do urbanismo moderno.

PLANTAS E MAIS INFORMAÇÕES:

CITY OF SAN PAULO IMPROVEMENTS & F. L. C. LTD.

SEÇÃO DE VENDAS
LIBERIO BADARO, 50 CAIXA 1110

TEL. 2-1870

Figura 5 – Anúncio da Cia. São Paulo City – diversidade encarada como ameaça. Fonte: O Estado de S. Paulo, 9 de junho de 1929, p. 3. Acervo Estadão. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19290609-18258-nac-0003-999-3-not>>

Não era apenas a diversidade que a Cia. São Paulo City combatia. A densidade demográfica, a aglomeração, que é justamente o que define o que é uma cidade (realidade social que busca a copresença na menor distância possível), também era seu alvo. A figura 5 é um clássico de sua publicidade e traz um discurso que é recuperado pelos empreendedores que atuam na cidade nos dias de hoje. O texto é precioso para se entender a “ideologia *city*” dos subúrbios-jardim. Observem:

VIDA DE CAMPO – USUFRUEM-SE – plenamente as delícias da vida de campo, tranquila e sadia, em plena capital e com todo conforto das grandes metrópoles, no inconfundível bairro modelo – JARDIM AMÉRICA – ou em qualquer outro bairro da Companhia City⁵².

Extraordinário exemplo de apologia da vida de campo⁵³ no coração da metrópole (um incrível oximoro). Assim temos uma configuração suburbana, de baixíssima densidade, caso contrário não haveria onde situar esse “campo”, dificultando o desenvolvimento de uma cidade compacta e diversa, portanto, comprometendo o desenvolvimento da metrópole, e se referindo a todo conforto da metrópole que esse tipo de bairro parasita. É o típico caso de *esquizofrenia urbana*, de que fala Jacques Lévy: querer a cidade sem estar nela, sem pagar o preço de a cidade ser cidade⁵⁴. Por fim, a família exposta na publicidade, com seus traços físicos e a presença precoce de um automóvel estacionado na frente da casa, indica que naquele momento, morar num bairro *city* já era coisa para pessoas de maior renda. A peça publicitária prenuncia como esse tipo de bairro será indutor do uso do automóvel particular na cidade.

52 *O Estado de S. Paulo*, 1º de setembro de 1929. Transcrevemos por não ser legível na figura.

53 Uma famosa canção popular, “Casa no campo”, composta por Zé Rodrix, tem por trás uma história que é quase uma anedota. Zé Rodrix morava no Pacaembu, um subúrbio-jardim da Cia. São Paulo City, e essa era a casa no campo que ela amava e cantou, segundo o depoimento do seu parceiro Luiz Carlos Sá numa entrevista à Rádio USP no mês de outubro de 2016.

54 É notável como esse discurso ainda está presente quando se trata de preservar os subúrbios-jardim e vem pela voz de mais um arquiteto e urbanista, professor emérito da FAU/USP, seguindo a linhagem dessa escola que parece não prezar a urbanidade. Trata-se de Cândido Malta Campos Filho, um importante estudioso da cidade de São Paulo, que diz: “O direito de morar tranquilo é fundamental. O administrador de toda cidade civilizada deve assegurar o direito de ir e vir associado ao de morar bem. Em São Paulo, há poucas ilhas de tranquilidade, bairros que são unidades de vizinhança poupadas do caos urbano que impera. O projeto de zoneamento anunciado pelo prefeito Fernando Haddad [...] coloca em risco essas ilhas. Se a proposta for aprovada, bairros residenciais como os Jardins – América, Europa, Paulista, Paulistano, da Saúde, Previdência, São Bento, Boaçava, Lusitânia, Pacaembu, Morumbi, Alto de Pinheiros, Sumaré, Alto da Lapa, Alto da Boa Vista, entre outros – estarão seriamente ameaçados. Os Jardins América, Europa, Paulista e Paulistano são a região mais arborizada da cidade, uma ilha verde em meio a um mar de prédios, e prestam um serviço ambiental à cidade no Centro Expandido”. CAMPOS FILHO, Cândido Malta. Pelo direito de morar tranquilo. *Folha de S. Paulo*, 3/6/2015, p. 3. Irresistível não destacar que fora dessa “vida no campo”, agora uma ilha, reina o caos, pois essa é a visão do professor a respeito da cidade que cerca as tais ilhas de tranquilidade, tal como na remota publicidade da Cia. City.

VIDA DE CAMPO

USUFRUEM-SE
plenamente as delícias da Vida de Campo, tranqüilla e sãda, em plena capital e com todo o conforto das grandes metrópoles, no indispensável bairro modelo - JARDIM AMERICA - ou em qualquer outro bairro da Companhia City.

No JARDIM AMERICA todas as construções são regulamentadas, isto é, há garantia de bom vizinhança. As ruas, avenidas e ruas são asfaltadas, iluminadas e providas de instalações públicas de água, esgotos, gaz, telephone, luz electrica e varias linhas de bondes.

Os parques internos do JARDIM AMERICA occupam uma área de 128.000 mq. (mais de 5 alqueires), e proporcionam o melhor bem para a formação sãda da nova geração paulista — espaços livres e ar puro para as crianças, num ambiente de conforto e alegria.

JARDIM AMERICA
P A C A E M B U'
A N H A N G A B A H U'
P E R D I Z E S
A L T O D A L A P A
A L T O D O S P I N H E I R O S
B E L L A A L L I A N Ç A
B U T A N T A N

PLANTAS E INDICAÇÕES

CIA. CITY

CAIXA, 1179 LIBERO BADARO, 59 311, 2-4111

Figura 6 – Anúncio divulga a “ideologia city”. Fonte: *O Estado de S. Paulo*, 1^a de setembro de 1929, p. 7. Acervo Estadão. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19290901-18330-nac-0007-999-7-not/tela/fullscreen>>

Outra face da postura antiurbanidade promovida pela Cia. São Paulo City foi a ideologia da patrimonialização, que tem como contrapartida a *demonização do aluguel*, figura cultural muito conhecida em nossa vida urbana. Evidente que, como companhia imobiliária, ela queria vender seus imóveis, mas para tal jogava pesado contra o aluguel, meio de acesso à moradia essencial para o desfrute da urbanidade da cidade. Peças publicitárias dos anos 1920 perguntavam: por que pagar aluguel?

E ordenavam: não pague a casa de outro. Compre a sua. E a City concebeu, de fato, subúrbios-jardim na cidade de São Paulo onde praticamente nenhum dos moradores paga aluguel. Fato que reforça o caráter de elite, como a figura 7 mostra sem a cerimônia que hoje, talvez, existisse.

O bairro do Jardim Europa não foi um subúrbio-jardim construído pela Cia. São Paulo City, mas sim por Manoel Garcia da Silva, que era proprietário da Loja do Japão no centro da cidade. Não é da City, mas emula seu modelo, o que aponta mais um traço desse tipo na cidade de São Paulo. Ele passa a ser praticado por outros empreendedores. Bairro de elite, ele apresenta um croqui mostrando a conexão e a acessibilidade que o morador do Jardim Europa terá em relação ao centro: 8 minutos pelos bondes da Light. Isso em 1928. Os anúncios contemporâneos de empreendimentos também “escondem” as distâncias em quilômetros e passam a indicá-la com a métrica-tempo. Na verdade, os Jardins representavam em relação à cidade preexistente uma ruptura do regime de distância, um rompimento da compacidade, da escala métrica do pedestre, da escala humana. Numa cidade que não teria problema algum para manter um crescimento com compacidade, essa ruptura e todas as consequências que daí derivarão foram escolhidas.

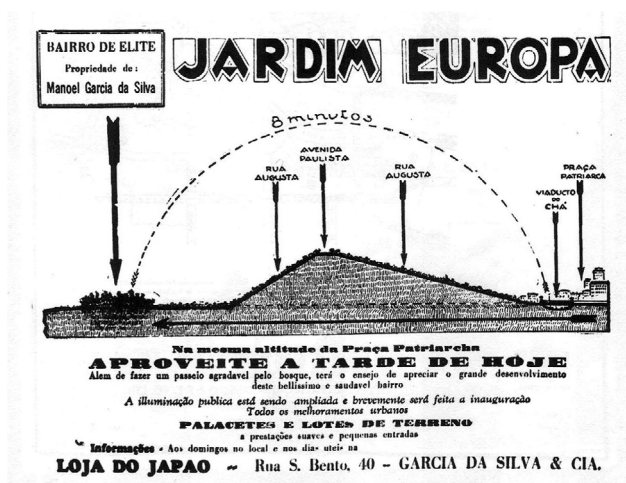


Figura 7 – Modelo city passa a ser praticado por outros empreendedores. Fonte: *O Estado de S. Paulo*, 11 de novembro de 1928, p. 2. Acervo Estadão. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/1928IIII-I808I-nac-0002-999-2-not>>

Para finalizar esse percurso pela ideologia dos subúrbios-jardim, outra ressonância importante e grave da cultura antiurbanidade gestada no seio do movimento Garden City: a *demonização das ruas*, objeto urbano fundamental da vida urbana numa cidade com urbanidade. Isso fica patente na figura 8.

CIA CITY



**SEUS FILHOS PODEM BRINCAR
SEM PERIGO**

NO
JARDIM AMERICA

NATURALMENTE V. S. SABE QUE A MELHOR VIDA PARA AS CRIANÇAS É A MAIS INDICADA PARA QUE CRESCAM FORTES E SADIAS, E A VIDA AO AR LIVRE. MUITOS PAIS, PORÉM, EMBORA RECONHECENDO O PREJUÍZO PARA A SAÚDE DE SEUS FILHOS RECLUSOS DO PERIGO QUE A SUA OFERTECE, NÃO LHEES PERMITTEM BRINCAR FORA DE CASA. ISTO NÃO ACONTECE COM OS MORADORES DO JARDIM AMERICA, ONDE AS CRIANÇAS TEM A SUA DISPOSIÇÃO, PARA DIVERTIR-SE A VONTADE, OS LINDOS PARQUES INTERIORS QUE ALEM DE EMBELEZAR O BAIRRO TEM ESTA GRANDE UTILIDADE, PROPORCIONANDO ASSIM COMPLETO SOCEGO AOS PAIS.

SOBRE ESTE NOSSO BAIRRO DEVE RECAHIR SUA ESCOLHA, POIS ALEM DA GRANDE VANTAGEM ACIMA, POSSUE TODOS OS OUTROS MELHORAMENTOS URBANOS, TAES COMO: AGUA CORRENTE, GAZ, ELECTRICIDADE, ESGOTO, DRENAGEM, BOM DE TELEPHONE, ARISTOCRATICO CLUB ATHLETICO, ETC.

PARA PLANTAS E INFORMAÇÕES
CITY OF SAN PAULO IMPROVEMENTS CO. LTD.
SECÇÃO DE VENDAS
RUA LIBERO BADARO, 111

atribuida toda a responsabilidade por em relação ao "quantum" da a accôrdo casa julgadores, res- ra Filho & Cia., e Ubaldo Kulaif
atraso acôrto. Itava a cada um o direito de de-12 Filho 47.e officio.

Figura 8 – Cultura antiurbanidade gestada no movimento Garden City “demoniza” as ruas.
Fonte: *O Estado de S. Paulo*, 18 de setembro de 1929, p. 3. Acervo Estadão. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#/19270918-17723-nac-0003-999-3-not/tela/fullscreen>>

O texto é um primor da relação tida como negativa entre a criança e a cidade. Alguns argumentos clamam pelo bom senso dos pais, que certamente sabem a importância de a criança crescer ao ar livre. Mas muitos pais não deixam seus filhos

usufruírem essa vida ao ar livre porque sabem, em 1927, que as ruas da cidade de São Paulo são muito perigosas. Qualquer rua, aliás, a rua como realidade urbana. Por isso, estimulam os pais a se mudarem para os subúrbios-jardim, pois lá seus filhos poderão ser criados em *espaços protegidos*. O papel precursor da Cia. São Paulo City com relação a muitas de nossas práticas atuais não pode ser subestimado. É difícil acreditar que a cidade fosse nessa época um reduto de perigos, mas a ideologia *city* dos subúrbios-jardim, no afã de valorizar seu modelo e talvez, ecoando a Londres do século XIX, não media consequências em desabonar a vida de uma cidade comum, compacta e com diversidade, inventando-a como um espaço perigoso. Aliás, o movimento que a inspirava a autorizava filosoficamente a fazer isso.

São esses elementos expostos na voz do próprio ator responsável que nos levam a afirmar que o modelo subúrbio-jardim, cujo maior protagonista foi a Cia. São Paulo City, foi um elemento dispensor da compacidade da cidade e um elemento antiurbanidade, tanto por razões de ordem física, como por razões vinculadas à concepção de cidade que esse modelo portava.

Atualmente, por causa da escala que a cidade adquiriu, com todos os impulsos sociais e econômicos para o seu crescimento, esse elemento dispensor de bairros da Cia. São Paulo City (e de outros empreendedores) passou a ser muito pressionado. No entanto, ele foi sempre “bem protegido” contra o avanço da “cidade normal” por uma série de mecanismos legais, como a legislação inicial que o autorizou, a lei do zoneamento e o recente tombamento⁵⁵. A *Folha de S. Paulo* publicou uma reportagem a respeito desses bairros cujo título já suscita uma análise: “Oásis’ residenciais ocupam 4,8% de SP”. O subtítulo: “Sobra qualidade de vida nas Z1”⁵⁶. Os bairros situados na Zona 1 são quase todos “modelo subúrbio-jardim”. A manutenção do discurso desabonador da cidade permanece: se os subúrbios-jardim são oásis, então a cidade que os cerca seria o quê? Trata-se de um discurso, naturalizado, que continua alimentando uma cultura antiurbana.

O curioso é que, com a evolução da cidade, esses subúrbios-jardim construídos à sua época nas franjas da cidade em expansão agora são enclaves (daí a ideia de oásis ou de ilhas) no coração de uma cidade imensa que os transcendeu. Sua história e o que eles resultaram constituem-se num irônico oximoro urbano: são subúrbios, áreas (sub)urbanas, que em países como os EUA distam bastante dos núcleos densos, que estão dentro da cidade: são *subúrbios internos*. Além de oximoros do ponto de vista da organização comum das cidades, submetidos ao crivo da crítica social, eles podem ser considerados “bairros guetificados”, “guetos de ricos”. Bairros de forte homogeneidade social, com limites bem marcados, por vezes materialmente, com valorização positiva

55 Criadas pela lei do zoneamento de 1972, as Z1 (áreas de uso estritamente residencial, destinadas somente a casas, em que é proibida a verticalização) representam, hoje, 4,8% do total de São Paulo (o que corresponde a 29 milhões de m²), conforme a Secretaria Municipal de Planejamento Urbano. É bom saber que, se a conta for somente o que está entre os dois rios, a área dos bairros *city* sobe para mais de 15%, o que não é nada desprezível. Além de protegidos pela Lei de Zoneamento os bairros *city* foram tombados em 25/1/1986, com o argumento do seu *pedigree* e da questão ambientalista... além, é claro, da força política dos atores envolvidos.

56 DINIZ, Tatiana. “Oásis” residenciais ocupam 4,8% de SP. *Folha de S. Paulo*, 14 de janeiro de 2001, caderno Imóveis.

dos atores sociais (que em geral pagaram por isso e têm renda elevada) e legitimação disfarçada das instituições políticas, que os valorizam e os protegem nessa aventura de separação do conjunto da cidade. Trata-se de uma segregação positiva, desejada pelos seus moradores, ou “*gulags* dourados”, como se diz nos EUA, ou lugares de “primeiro mundo”, como se gosta de dizer em nossas cidades.

Que fique claro que esses *elementos dispersores* não foram e nem são absolutos. Foram obstáculos, dificultadores de certo tipo de expansão. Participaram da inflexão de um dado padrão preexistente no núcleo histórico e contribuíram para deformar sua reprodução na extensão da cidade, quando do seu exponencial crescimento. Mas, como imagem descritiva que entendemos produtiva, pode-se dizer que a expansão da cidade se deu *aos saltos*, espraiando-se para além do necessário em razão desses elementos dispersores. Nas áreas onde ela se expandiu, vários elementos da “centralidade” (a urbanidade que estava concentrada no centro) não puderam ser reproduzidos nem minimamente. Essa, precocemente, foi caracterizada por uma “periferização” problemática de bairros populares, exclusivamente residenciais, com pouquíssimo comércio – sem economia urbana –, distâncias enormes em relação ao centro (chamado, justamente, de cidade) com um modelo radial de conexões precárias (sem interacessibilidade tangencial dos lugares) que veio dar origem a uma rede de imensas avenidas que faziam o papel de saltar esse entorno do núcleo histórico, e de conduzir o crescimento da cidade para periferias desoladas⁵⁷. Assim, desenhou-se uma cidade de concentração especializada no centro e uma dispersão de espaços homogêneos.

MODELO SÃO PAULO: UMA CULTURA ANTIDENSIDADE E ANTIDIVERSIDADE

Vimos que na virada do século XIX para o XX serão geradas as condições para a modalidade de crescimento urbano que a cidade sofrerá no século XX. Modalidade remete a “modelo”, e pode soar estranho que isso seja mencionado em relação a uma cidade que é, conforme o senso comum já ressaltado por nós, um emblema maior do caos urbano, o que é um epíteto que acompanha a história do mundo urbano, em geral, e de São Paulo, em particular.

O “modelo São Paulo” não é uma extração pura como a cidade modernista que é Brasília, mas na sua hibridez é possível encontrar traços comuns às várias iniciativas urbanísticas do poder público e também da iniciativa privada, e o maior exemplo é a urbanização com base nos subúrbios-jardim. Estamos insistindo na ideia de “modelo São Paulo” porque certas convergências do período tratado permanecem e são referências para a urbanização de outras cidades brasileiras, que é justamente o que faz um modelo de prestígio. Sendo assim, torna-se forçoso resumir os traços de tal modelo ainda reinantes nos dias atuais. São eles:

57 Esse modelo alçou o fenômeno do rodoviarismo (ônibus em primeiro lugar) à condição de monopólio da circulação, que resultará posteriormente na cidade mais automobilizada do planeta. OLIVA, Jaime Tadeu, op. cit.

1) Preocupação difusa e apenas funcional com a integração dos segmentos (também funcionais) das cidades, mesmo assim fortemente marcada pela desigualdade de tratamento nesses propósitos integradores;

2) Ausência de preocupação com as formas e as necessidades de integração social; essa preocupação não estava – não está – no horizonte da “engenharia urbanística”. O funcionalismo técnico sufocou a dimensão propriamente social;

3) Um sentido de ordem, difuso certamente e praticado improvisadamente, mas dominante de classificação funcional, tal como no modernismo de Le Corbusier, que tem respaldo cultural profundo, vinculado à ideia de organização. Desse modo, como mostrado anteriormente, a cidade (sua sociedade, seus homens e órgãos públicos, sua lógica econômica) aderiu à concepção de uma cidade *separada em setores* (e a naturalizou), algo que nunca foi muito elaborado, mas bastou e basta para negar configurações urbanas com mistura de funções e de grupos sociais. Logo, pode-se notar o triunfo de uma cultura urbana antidiversidade e antidensidade. Esse processo ainda está em marcha. Isso quer dizer que num século inteiro esse “modelo” não encontrou resistência, o que reforça a ideia da aderência social;

4) A radicalização da ideia de ordem como *setorização* deslizou perigosamente para a ideia de separação e de segregação legítima. Diferentemente do discurso corrente sobre a atual acumulação capitalista, que seria a força segregadora por definição, no caso de São Paulo, trata-se de uma cultura urbana – antiurbana? – naturalizada, fundadora dessa realidade. Trata-se de uma cidade onde se tomba a segregação (o caso dos subúrbios-jardim), constituindo-a em patrimônio material a ser preservado e transmitido às próximas gerações. Herança essa que tem sido honrada.

Com essa urbanidade frouxa intrínseca ao “modelo São Paulo”, certo espírito da cidade fica perdido. Como diz o filósofo Thierry Paquot,

Com efeito, se a cidade é entendida como uma reunião incontrolada de indivíduos livres em endereço aberto a todos, que se pode caracterizar ao menos por duas qualidades, a acessibilidade e a gratuidade (em todos os sentidos do termo), assim toda seleção, toda verificação, toda interdição, toda seleção “da nata da sociedade” de cidadãos vêm contradizer esses princípios⁵⁸.

Como, então, explicar a manutenção dessa ordem antidiversidade e antidensidade tão naturalizada em São Paulo? O geógrafo Jacques Lévy apresenta uma interpretação teórica bastante estimulante para a naturalização da setorização e que talvez possa ser útil para entender o “modelo São Paulo”. Ele imputa essa ocorrência aos tempos (recentes) nos quais urbanização e industrialização eram fortemente identificadas, algo que já não ocorre mais em nossos dias com o declínio da atividade industrial e com a crise das grandes aglomerações urbanas. Essa nova realidade obriga-nos a mudar de perspectiva. O movimento modernista, de Le Corbusier, que leva ao extremo a setorização e o espalhamento, é criticado por representar a cidade como uma

58 PAQUOT, Thierry. *Ghettos de riches*. Tour du monde des enclaves résidentielles sécurisées. Paris: Perrin, 2009, p. 7.

indústria, cuja eficácia seria tanto maior quanto fosse a separação analítica de seus componentes e de suas funções. No entanto, verificou-se que a grande indústria entra em conflito com a densidade e a diversidade urbana, tal como descrito no cinturão fabril que se formou a leste do centro de São Paulo. A indústria consome muito espaço nas cidades e o consagra a uma única atividade, o que tende a organizar enclaves, não somente econômicos, mas também sociológicos. Enclave quer dizer: fragmento de difícil integração com o conjunto da cidade. Outra constatação importante: as cidades que já eram maduras antes da industrialização agora fazem boa figura no sistema produtivo contemporâneo, enquanto as nascidas com a industrialização ainda estão procurando meios para sair da crise profunda na qual se instalaram com o declínio industrial. Assim, um novo consenso emergiu nos estudos urbanos: é, justamente, a mistura de funções e de atividades e de população diversificada que cria a qualidade urbana e que define vantagens comparativas da cidade face a outras configurações espaciais⁵⁹. Dito de outro modo: é a urbanidade que pode fazer a diferença, é a urbanidade que deve ser buscada e para tal entendemos ser necessário desconstruir o “modelo São Paulo”.

SOBRE OS AUTORES

JAIME TADEU OLIVA é professor e pesquisador do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB/USP), área temática de Geografia.

E-mail: jtoliva@gmail.com; jtoliva@usp.br

FERNANDA PADOVESI FONSECA é professora e pesquisadora do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH/USP), na área de Cartografia.

E-mail: ferpado@gmail.com

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRUNO, Ernani Silva. *História e tradições da cidade de São Paulo*. V. 3. São Paulo: Hucitec, 1984.

BRYNSON, Bill. *Em casa*. Uma breve história doméstica. São Paulo: Cia. das Letras, 2011.

CAMPOS FILHO, Cândido Malta. Pelo direito de morar tranquilo. *Folha de S. Paulo*, 3 de junho de 2015, p. 3.

CUSTÓDIO, Vanderli. *A persistência das inundações na Grande São Paulo*. Tese (Doutorado em Geografia

59 Cf. LÉVY, Jacques. Le développement urbain durable entre consensus et controverse. *L'Information Géographique*, v. 74, n. 3, p. 39-50, 2010.

- Humana). Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2002.
- DUTENKEFER, Eduardo; FONSECA, Fernanda Padovesi; OLIVA, Jaime Tadeu. A maestria de Monbeig. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 64, p. 344-351, ago. 2016.
- FONSECA, Fernanda Padovesi; DUTENKEFER, Eduardo; ZOBOLI, Luciano; OLIVA, Jaime Tadeu. Cartografia digital geo-histórica: mobilidade urbana de São Paulo de 1877 a 1930. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo n. 64, p. 131-166, abr. 2016.
- GEHL, Jan. *Cidades para pessoas*. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- HALL, Peter. A cidade no jardim. A solução cidade-jardim: Londres, Paris, Berlim, Nova York (1900-1940). In: _____. *Cidades do amanhã*. São Paulo: Perspectiva, 1988, p. 103-158.
- HOLSTON, James. *A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.
- JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- JONHSON, S. *O mapa fantasma. Como a luta de dois homens contra o cólera mudou o destino de nossas metrópoles*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- KESROUAN, conde Rochaid de. A cidade de S. Paulo vista por um pariziense. *O Estado de S. Paulo*, 2 de janeiro de 1920, p. 2.
- LEFORT, Claude. *Éléments d'une critique de la bureaucratie*. Genève: Librairie Droz, 1971.
- LÉVY, Jacques. Le développement urbain durable entre consensus et controverse. *L'Information Géographique*, v. 74, n. 3, p. 39-50, 2010.
- MONBEIG, Pierre. Aspectos geográficos do crescimento da cidade de São Paulo. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 16, março 1954, pp. 3-29.
- OLIVA, Jaime Tadeu. A cidade sob quatro rodas. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-graduação em Geografia Humana, Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2004.
- PAQUOT, Thierry. *Ghettos de riches*. Tour du monde des enclaves résidentielles sécurisées. Paris: Perrin, 2009.
- PETRONE, Pasquale. A cidade de São Paulo no século XX. *Revista de História*, v. 10, n. 21-22, 1955, p. 127-170.
- RECLUS, Élisée; BAEDEKER, Karl. Estações, fiacres, termas e esgotos. In: CHARLOT, Monica; MARX, Roland (Org.). *Londres, 1851-1901. A era vitoriana ou o triunfo das desigualdades*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- SEABRA, Odette C. de Lima. *Os meandros dos rios nos meandros do poder*. Tietê e Pinheiros: valorização dos rios e das várzeas na cidade de Paulo. Tese (Doutorado). Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1986.
- SEGAWA, Hugo. *Prelúdio da metrópole: arquitetura e urbanismo em São Paulo na passagem do século XIX ao XX*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.
- SPECK, Jeff. *Cidade caminhável*. São Paulo: Perspectiva, 2016.
- SÃO PAULO (Estado). Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Seade. Departamento de Estatística. *Linhas divisórias do município de São Paulo*. São Paulo, setembro de 1942. 99 p. Disponível em: <<http://produtos.seade.gov.br/produtos/bibliotecadigital/view/singlepage/index.php?pubcod=10013033&parte=1>>. Acesso em: 1 set. 2014.
- SÃO PAULO (Município). Histórico demográfico do município de São Paulo. s/d. Disponível em: <http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico>. Acesso em: out. 2016.
- TOLEDO, Benedito Lima de. *São Paulo: três cidades em um século*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1983.
- TOLEDO, Roberto Pompeu de. *A capital da solidão*. Uma história de São Paulo, das origens a 1900. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

_____. *A capital da vertigem*. Uma história de São Paulo de 1900 a 1954. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

URBAN NETWORKS. El modelo original de la ciudad-jardín (garden city). 13 Feb. 2016. Disponível em:
<<http://urban-networks.blogspot.com.br/2016/02/el-modelo-original-de-la-ciudad-jardin.html>>.
Acesso em: out. 2016.

WOLFE, Silvia Ferreira Santos. *Jardim América*. São Paulo: Edusp, 2015.

Metodologia para um saber e um fazer geo-histórico: análise de espacialidades pretéritas utilizando instrumentos computacionais

[*Methodology for a geo-historical knowledge and practice: analysis of preterit spatialities using computer tools*]

Eduardo Dutenkefer¹

Metodologia desenvolvida no âmbito do projeto de bolsa de produtividade da professora doutora Iris Kantor (do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH da Universidade de São Paulo) no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq: “Mapa para um novo império (1750-1850)”.

RESUMO • Utilizando instrumentos computacionais, apresentamos neste trabalho uma proposta metodológica para análise de mapas antigos com ênfase em três aspectos: sua geometria, seu georreferenciamento e sua vetorização. Diferentemente de outras metodologias orientadas na precisão cartográfica e em posições absolutas, esta opta por propor um georreferenciamento relativo, isto é, estabelecer relações de feições, lugares e trajetórias que o mapa antigo possa manter com os mapas contemporâneos sem, contudo, distorcer significativamente as feições originais do mapa em estudo. • **PALAVRAS-CHAVE** • SIG histórico; georreferen-

ciamento relativo; geo-história. • **ABSTRACT** • Using computational tools, we present in this paper a methodology for analysis of old maps with emphasis on three aspects: its geometry, its georeferencing and its vectorization. Unlike other methodologies aimed at mapping accuracy and absolute positions, it chooses to establish a relative georeferencing, this is, establish relationships of features, locations and trajectories that the ancient map could establish with contemporary maps, without, nonetheless, distorting significantly the original features map of study. • **KEYWORDS** • Historical GIS; relative georeferencing; geohistory.

Recebido em 22 de março de 2016

Aprovado em 11 de julho de 2016

DUTENKEFER, Eduardo. Metodologia para um saber e um fazer geo-histórico: análise de espacialidades pretéritas utilizando instrumentos computacionais. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 65, p. 57-71, dez. 2016.

DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.voi65p57-71>

¹ Universidade de São Paulo (USP, São Paulo, SP, Brasil).

O mapa pode sugerir uma imagem que representa concretamente um espaço definido pela ciência matemática, bem como um produto de uma representação cultural e social mais ampla, ambos elaborados por “artesãos cartógrafos”.

Entre outras definições, o mapa é uma abstração da realidade espacial construída por operadores sociais que a modelam e a codificam com o propósito de que seja apreendida. Além de representar fenômenos espaciais, ele tem o poder visual de espacializar esses fenômenos, sejam eles espaciais ou não, materiais ou ideais.

O mapa como produto de uma representação de nosso passado social oferece, ao olhar geográfico, representações de espacialidades pretéritas que propiciam aos pesquisadores um saber e um fazer geo-histórico, isto é, compor uma explicação de eventos e estabelecer uma cronologia de processos históricos a partir da localização e da análise de fenômenos espaciais que os mapas podem revelar.

Com o uso mais frequente de instrumentos computacionais, como, por exemplo, o Sistema de Informações Geográficas – SIG, em pesquisas geográficas e históricas, apresentamos neste trabalho uma proposta metodológica para esse fazer geo-histórico. Este exercício metodológico tem as suas principais diretrizes e orientações aplicadas na análise da *Carta geographica de projecção espherica orthogonal da Nova Lusitania ou America Portuguesa e Estado do Brazil*, de Antônio Pires da Silva Pontes Leme, 1798, utilizando aplicativos computacionais para análise de sua geometria e da execução do seu georreferenciamento e vetorização.

Além de propor uma metodologia específica para esse mapa, ela pode ser aplicada na compreensão das relações dos objetos espaciais presentes em mapas históricos produzidos em diferentes épocas. Como diferencial de outras metodologias orientadas na precisão cartográfica e em seu georreferenciamento baseado em posições absolutas, esta opta por propor um georreferenciamento relativo, isto é, estabelecer relações de feições, lugares, trajetórias que o mapa antigo possa manter com os mapas contemporâneos sem, contudo, distorcer as feições originais do mapa em estudo.

É importante salientar que esta proposta metodológica, baseada em um georreferenciamento relativo, estará atrelada a um nível “absoluto” de precisão atual, pois utilizamos um mapa com técnicas cartográficas contemporâneas como referência para este trabalho, como veremos no desenrolar deste artigo.

DO ANALÓGICO AO DIGITAL

O Sistema de Informações Geográficas – SIG (em inglês: Geographic Information System – GIS) é um sistema fundamentalmente baseado em computador, por meio do qual o pesquisador coleta, manuseia e analisa dados georreferenciados, isto é, dados que têm referência espacial – a sua localização – ligados a determinado sistema de referencial espacial cartesiano. Contemporaneamente utiliza a combinação de *hardware*, *software*, dados e metodologias para produção e análise de informação geográfica² e, em particular para este trabalho, de informações geo-históricas.

Teremos que atribuir a variável espacial aos mapas históricos utilizando sistemas de coordenadas geográficas em aplicativos (*softwares*) específicos para SIG.

A primeira etapa que conduzirá o objeto – o mapa histórico – a ser incorporado para análise em SIG é transformá-lo do meio analógico para o digital. Nessa etapa será digitalizado em resoluções adequadas para armazenamento em formato matricial ou *raster*. Com tal procedimento, teremos o mapa em uma estrutura de representação de dados espaciais em que os seus menores elementos – os *pixels* (*picture elements*) ou elementos de imagem – estarão na forma de uma matriz de n linhas por m colunas.

Vale destacar um acervo precioso que podemos explorar utilizando esta proposta metodológica: o acervo da Universidade de São Paulo (USP).

A Biblioteca Digital de Cartografia Histórica da Universidade de São Paulo (www.mapashistoricos.usp.br) disponibiliza mapas digitais em alta resolução impressos entre os séculos XV e XIX pertencentes às coleções da Universidade. Cada mapa é acompanhado de referências biográficas e cartobibliográficas, assim como outras informações técnicas, editoriais e históricas relevantes para a análise dos documentos cartográficos. A Biblioteca Digital foi também concebida para rastrear dados de outros *sites* similares constituindo uma útil ferramenta de pesquisa e comparação entre as diferentes reproduções disponíveis na WEB³.

Parte desse acervo já se encontra digitalizada em altas resoluções, isto é, em quantidades de *pixels* ou pontos por polegada (ppi – *pixels per inch*), conhecidos também – termo já consagrado no meio técnico – como pontos por polegada (dpi – *dots per inch*), adequados para preservar o máximo possível da qualidade original dos mapas históricos.

A GEOMETRIA DE MAPAS “ANTIGOS” E “NOVOS”

Não é uma tarefa simples georreferenciar mapas históricos em SIG. Temos basicamente dois caminhos: georreferenciamento absoluto e/ou relativo.

2 CHRISTOFOLETTI, Antonio; TEIXEIRA, Amandio Luís de Almeida. *Sistemas de Informação Geográfica*: dicionário ilustrado. São Paulo: Hucitec, 1997.

3 KANTOR, Iris. Notas sobre a construção da Biblioteca Digital de Cartografia Histórica da Universidade de São Paulo. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, I, 2011. *Anais...* Paraty, 2011, p. 1.

Georreferenciar absolutamente é estabelecer adequadamente uma relação das feições do mapa histórico com as suas coordenadas geográficas – latitude e longitude. Essa é a primeira dificuldade. Como estabelecer coordenadas cartesianas em mapas que são de épocas em que não havia essa técnica? E, em momentos em que já existia alguma técnica, como estabelecer relações recíprocas com os nossos sistemas de referência contemporâneos sem que suas formas originais fiquem demasiadamente distorcidas? Estamos preocupados com a precisão matemática das localizações espaciais contemporâneas ou com a “precisão” que a cultura da época propiciou na elaboração do mapa?

Existe uma grande diversidade de formas de representações espaciais em nossa cultura. “Cada sociedade tem ou teve sua própria forma de perceber e de produzir imagens espaciais” (Harley, 1991, p. 5)⁴. Para Harley, o mapa é uma linguagem visual universal e antiga e como um “saber” das diferentes culturas humanas e não como um mero produto técnico. “Os mapas sempre mostram mais que a soma inalterada de um conjunto de técnicas” (Harley, 2005, p. 61⁵ – tradução nossa). Com essa convicção esse autor elabora uma definição ampla do mapa para contemplar as diversas culturas humanas em diferentes épocas: “Representação gráfica que facilita a compreensão espacial de objetos, conceitos, condições, processos e fatos do mundo humano”⁶.

[Ainda de acordo com Harley, mapas] “são textos no mesmo sentido que o são outros sistemas de signos não verbais como os quadros, o teatro, o cinema, a música, a televisão... são uma linguagem gráfica que se deve codificar. São uma construção da realidade, imagens carregadas de intenções e consequências que se podem estudar nas sociedades de seu tempo” (Harley, 2005, p. 62 – tradução nossa)⁷.

Como Besse⁸ reflete em seu trabalho, a precisão, a exatidão de um mapa deve ser repensada. Não queremos aqui saber se o mapa em análise é “verdadeiro” ou “falso”, ou seja, exato ou inexato, mas se “é utilizável e exato em função da maneira como se queira fazer uso”⁹. O mapa não é espelho da realidade territorial. Temos

4 HARLEY, John Brian. A nova história da cartografia. *O Correio da Unesco* (Mapas e cartógrafos). Rio de Janeiro, v. 19, n. 8, ago. 1991.

5 Idem, Textos y contextos en la interpretación de los primeros mapas. In: _____. *La nueva naturaleza de los mapas*. Ensayos sobre la historia de la cartografía. México: Fondo de Cultura Económica, 2005, p. 59-78.

6 HARLEY, John Brian, op. cit., 1991, p. 5.

7 DUTENKEFER, Eduardo. *Representações do espaço geográfico: mapas dasimétricos, anamorfose e modelização gráfica*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-25022011-115539>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

8 BESSE, J.-M. Cartographie et pensée visuelle. Réflexions sur la schématisation graphique. In: LABOULAIS, I. (Dir.). *Les usages des cartes (XVIIe-XIXe siècle)*. Pour une approche pragmatique des productions cartographiques. Strasbourg: Presses Universitaires de Strasbourg, 2008, p. 19-32.

9 Ibidem, p. 20 (tradução nossa).

que pensá-lo como um sistema de informações que é construído sobre uma forma esquemática com base em dados “coletados” e interpretados por operadores que possuem questões e intenções ao elaborá-lo. “Todo mapa propõe uma versão ou uma interpretação da realidade territorial à qual ele se refere, em função das intenções que são implementadas em relação a essa realidade. Em outras palavras, não há uma boa versão no geral, mas apenas no contexto dessa intenção”¹⁰.

O mapa “Nova Lusitânia”, que utilizamos neste artigo, se insere no período histórico do século XVIII, no qual os esforços do império português estavam voltados para estabelecer posicionamentos mais precisos de seu território em terras brasileiras. O trabalho de Menezes¹¹, por exemplo, mostra como foi a organização desse esforço português e seus resultados. Particularmente com relação à “carta da Nova Lusitânia”, ressalta a ordem do então ministro da Marinha portuguesa “para que fosse elaborada uma Carta Geral do Brasil, utilizando-se para isso *das melhores informações que haviam sido utilizadas nas demarcatórias*, principalmente aquelas que estivessem representadas por ‘*seus verdadeiros pontos de latitude e longitude*’”¹². Cintra¹³ também trabalha com o chamado “Mapa das Cortes” dessa mesma época, demonstrando as “intenções”¹⁴ do império português com cálculos matemáticos e o quanto eram precisos e/ou imprecisos¹⁵ em relação às técnicas da época e à nossa atual.

Nesta proposta metodológica estamos focados em compreender as relações dos objetos espaciais presentes nos mapas históricos produzidos em diferentes épocas. Com tal objetivo, optamos por propor um georreferenciamento relativo, isto é, estabelecer relações de feições, lugares, trajetórias que o mapa antigo possa

10 Ibidem, p. 21 (tradução nossa).

11 “Os primórdios da cartografia do Império do Brasil remontam ao século XVIII, quando se inicia a missão cartográfica oficial dos padres Diogo Soares e Domingos Capacci, jesuítas, designados em alvará especial por D. João V, Rei de Portugal, para desenvolverem demarcações e posicionamento terrestre preciso.” MENEZES, Paulo Leal de. A cartografia do Império do Brasil. In: SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 4. *Anais...* Porto: Universidade do Porto. p. 3. Disponível em: <<http://eventos.letras.up.pt/ivslbch/comunicacoes/90.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

12 Ibidem, p. 5.

13 CINTRA, Jorge Pimentel. O Mapa das Cortes: perspectivas cartográficas. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, N. Sér. v. 17, n. 2, jul.- dez. 2009, p. 63-77.

14 “Após uma análise morfológica qualitativa, passa-se a um exame quantitativo, comparando esse mapa com um atual, bastante preciso: com o auxílio de um programa de cartografia digital e uma planilha eletrônica foram comparadas as coordenadas geográficas (latitude e longitude) de mais de 430 pontos. A quantificação sistemática e detalhada dos erros em diferentes regiões, da costa atlântica à região amazônica, mostrou aspectos surpreendentes de como o Mapa das Cortes (MC) foi habilmente construído. Essa análise permitiu quantificar de maneira mais precisa as distorções, identificando em que locais foram introduzidas e seu caráter indubitavelmente proposital.” Ibidem, p. 63.

15 “A precisão das coordenadas (0,22° e 0,37°), indicando que os portugueses possuíam conhecimentos e técnicas para medir coordenadas e desenhar mapas com essa precisão, que não justifica erros da ordem de 3°.” Ibidem, p. 70.

manter com os mapas contemporâneos sem, contudo, distorcer as feições originais do mapa em estudo, e sem “ferir” em demasia as “intenções” e “interpretações” que seu autor, em sua época, “esquemmatizou” como “realidade territorial”. Queremos primeiramente verificar a geometria dos mapas antigos, e para isso optamos por utilizar o aplicativo MapAnalyst¹⁶ desenvolvido em Java¹⁷ e mantido por Bernhard Jenny, da Oregon State University, com contribuições de Adrian Weber, do Eidgenössische Technische Hochschule Zürich – ETH Zürich (Instituto Federal de Tecnologia de Zurique). É um aplicativo que roda em todas as principais plataformas de computadores com sistemas operacionais Windows, OS da Apple e Linux. Permite a identificação e a gestão eficiente de pontos de controle de um mapa histórico e a transferência desses dados para um mapa de referência correspondente, calculando grades de distorção, vetores de erro e isolinhas de escala e rotação. Também calcula aproximadamente a escala do mapa histórico, o ângulo de rotação e indicadores estatísticos, e oferece ferramentas interativas para explorar as variações locais de deslocamentos, escala e rotação. Permite, também, que historiadores sem formação técnica especializada analisem a geometria de mapas antigos¹⁸.

Esse aplicativo oferece um ponto inicial em nossa metodologia e pode estabelecer relações espaciais do presente com o passado e vice-versa. Estabelece, ainda, as localizações das feições geográficas do mapa antigo e sua relação com um mapa atual sem alterar a geometria do mapa antigo em análise.

Como ensaio, realizamos os primeiros estudos do mapa “Nova Lusitânia”¹⁹ com o objetivo de transformá-lo de uma estrutura de dados matricial (*raster*) para dados em estrutura vetorial, isto é, transformá-los em elementos gráficos geométricos do tipo ponto, linha e polígono.

16 MapAnalyst – The map historian’s tool for the analysis of old maps. Disponível em: <<http://mapanalyst.org/>>. Acesso em: 8 jan. 2012.

17 Java é uma linguagem de programação orientada a objeto desenvolvida na década de 1990 por uma equipe de programadores chefiada por James Gosling, na empresa SUN (Stanford University Network – Rede da Universidade de Stanford) Microsystems – atualmente é uma subsidiária da Oracle Corporation. CORNELIUS, Barry. Computing services. Java 5 catches up with C#. University of Oxford, 2004. Disponível em: <http://www.barrycornelius.com/papers/java5/onefile/#body.I_div1.2>. Acesso em: 20 jun. 2016.

18 JENNY, Bernhard; WEBER, Adrian; HUERNI, Lorenz. Visualizing the planimetric accuracy of historical maps with MapAnalyst. *Cartographica: the International Journal for Geographic Information and Geovisualization*, v. 42, issue 1, 2007, p. 89-94.

19 LEME, Antônio Pires da Silva Pontes. *Carta geographica de projecção espherica orthogonal da Nova Lusitania ou America Portuguesa e Estado do Brazil*, de 1798. Dimensões: 202 cm (larg.) x 199 cm (alt.). Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar, Direcção de Infraestruturas do Exército de Portugal. Sobre o mapa “Nova Lusitânia”, ver: KANTOR, Iris. Mapas em trânsito: projeções cartográficas e processo de emancipação política do Brasil (1779-1822). Sevilla, *Araucaria*, XII, 24, p. 110-123, 2010. Disponível em: <[http://www.researchgate.net/publication/47734451_Mapas_em_trnsito_projees_cartogrficas_e_processo_de_emancipao_politica_do_Brasil_\(1779-1822\)](http://www.researchgate.net/publication/47734451_Mapas_em_trnsito_projees_cartogrficas_e_processo_de_emancipao_politica_do_Brasil_(1779-1822))>. Acesso em: 15 fev. 2014; BUENO, Beatriz P. S.; KANTOR, Iris. Decupando as redes na Carta Geográfica Nova Lusitânia c. 1797. Comunicação apresentada no Colóquio de História Colonial, em Belém, Brasil, setembro de 2012.

No MapAnalyst comparamos um mapa atual “oficial”, no caso um mapa do Instituto Brasileiro de Geografia – IBGE²⁰, em *raster* com o *raster* do “Nova Lusitânia”. Partimos de 18 pontos (vilas, freguesias) no mapa “Nova Lusitânia” e homólogos do mapa do IBGE. A figura 1 mostra a tela do MapAnalyst com ambos os mapas para comparação.

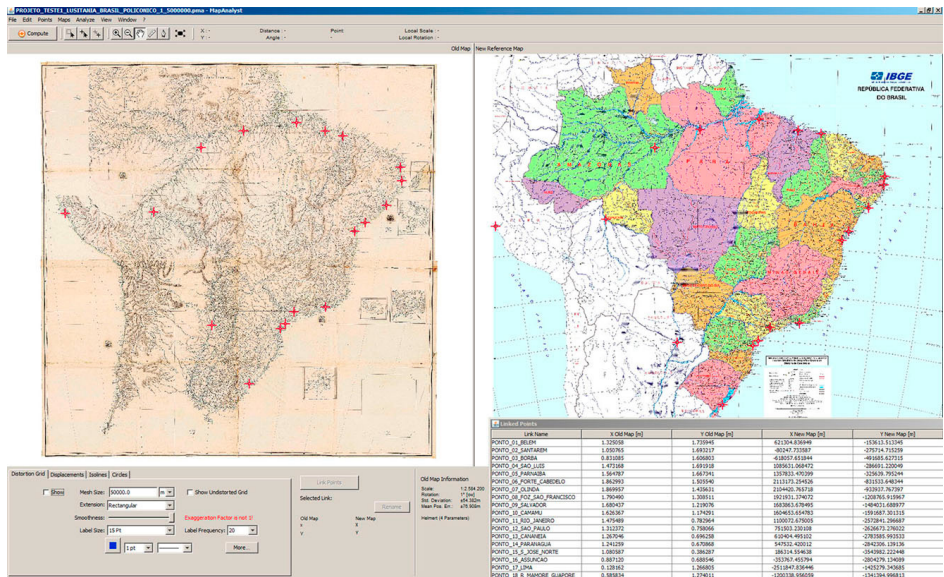


Figura 1 – Tela do MapAnalyst com os 18 pontos escolhidos no mapa “Nova Lusitânia” (à esquerda) e homólogos no mapa do IBGE e a tela dos pontos selecionados (à direita)

É importante ressaltar que georreferenciamos o mapa do IBGE em aplicativo SIG (ArcGis²¹) na projeção original policônica, com meridiano de referência 54°W. Gr. e paralelo o na escala de 1:5.000.000 antes de compararmos no MapAnalyst com o “Nova Lusitânia”.

A figura 2 mostra a tela principal do MapAnalyst com a malha (*grids*) de distorção. A figura 3, em detalhe, mostra a *grid* e os vetores de deslocamento (na cor verde) na tela do “Nova Lusitânia” (esquerda). Essas linhas são vetores de deslocamentos (representados como um segmento de reta orientado e com comprimentos calculados pelo aplicativo), demonstrando o quanto os pontos escolhidos no “Nova Lusitânia” estão deslocados em relação a os seus homólogos no mapa do IBGE (direita). A malha de distorção, os pontos e vetores de deslocamentos foram salvos em formato *shapefile* – formato desenvolvido pela ESRI –, isto é, em formato vetorial como pontos e linhas.

20 República Federativa do Brasil. Mapa político do Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Diretoria de Geociências. Disponível em: <ftp://geoftp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/mapas_do_brasil/politico/brasil_politico500k_2004.pdf>. Acesso em: 9 jul. 2016.

21 Da empresa Environmental Systems Research Institute – ESRI.

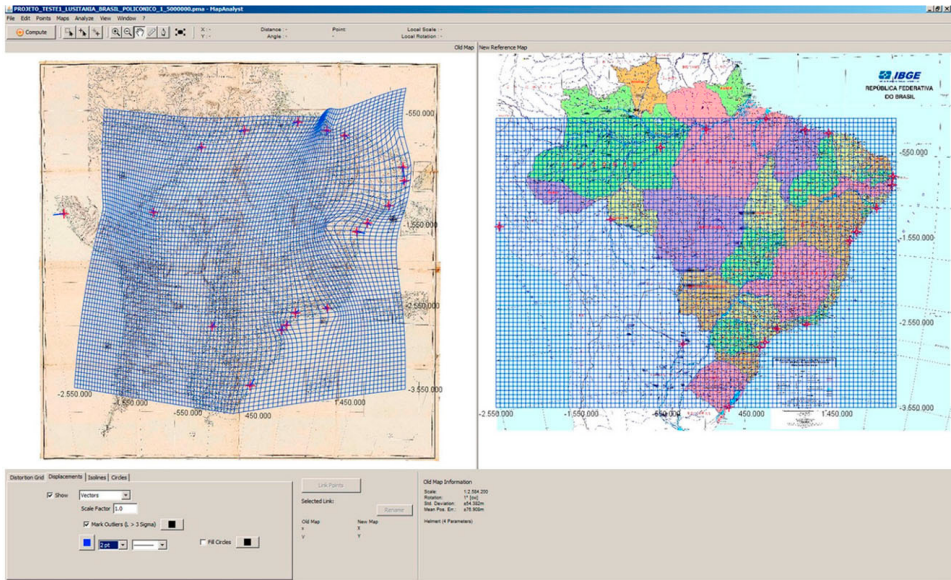


Figura 2 – Tela do MapAnalyst evidenciando o *grid* de distorção e os pontos selecionados

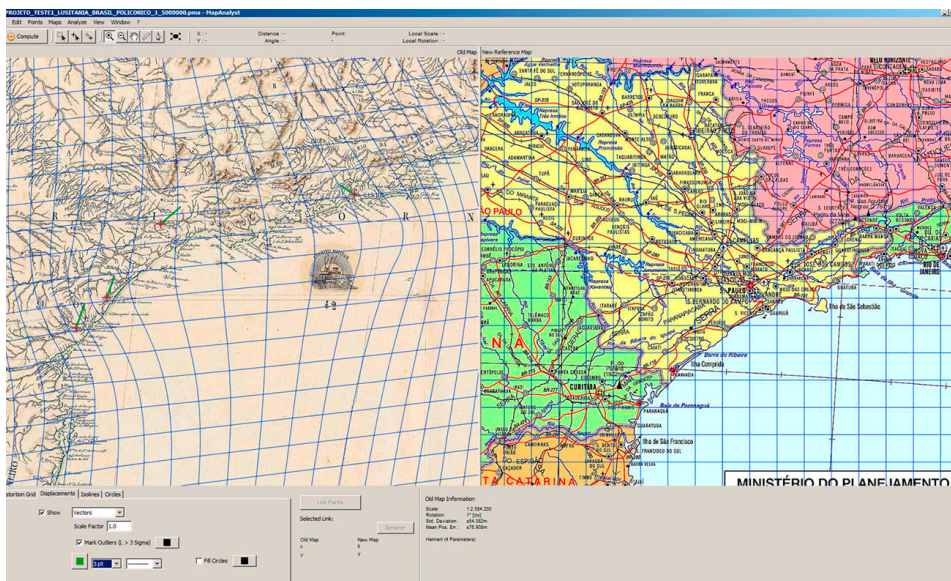


Figura 3 – Detalhe dos mapas na tela do MapAnalyst evidenciando o *grid* de distorção e os vetores de deslocamento

O GEORREFERENCIAMENTO DO “NOVA LUSITÂNIA”

Concluída a etapa anterior, temos agora elementos para georreferenciar em aplicativo SIG o nosso mapa histórico.

Usamos o *software* de SIG ArcGis²² para prosseguir em nossos procedimentos. Temos como referência o mapa do IBGE em formato *raster* – já georreferenciado – e trazemos ao ArcGis o mapa “Nova Lusitânia”, também em formato *raster*.

O georreferenciamento do Lusitânia será processado tendo como base os pontos e vetores de deslocamentos originários do MapAnalist (figura 4). Identificamos primeiro o ponto homólogo no mapa histórico – “Nova Lusitânia” –, tendo como referência os pontos do novo mapa – o do IBGE –, que foi importado em formato ponto originário do MapAnalist. Em seguida georreferenciamos o ponto identificado até a “ponta” do vetor de deslocamento (essa “ponta” é o ponto homólogo no mapa histórico “Nova Lusitânia”). O “novo” posicionamento geométrico do “Nova Lusitânia” não sofrerá distorções apreciáveis de sua forma original.

Concluída essa etapa podemos começar a vetorização do mapa histórico.



Figura 4 – Detalhe do mapa “Nova Lusitânia” georreferenciado. Observamos os vetores de deslocamento já posicionados e os pontos escolhidos como referências no mapa do IBGE. Aplicativo ArcGis

A VETORIZAÇÃO DO MAPA HISTÓRICO

Na figura 5 temos uma ideia da quantidade de objetos geográficos a se transformar de estrutura de dados *raster* para estrutura vetorial.

22 Podemos também utilizar qualquer outro aplicativo de SIG não comercial, por exemplo, o GvSig (disponível em: <<http://www.gvsig.org/web>>) ou o Quantum Gis (disponível em: <<http://www.qgis.org/es/site>>).

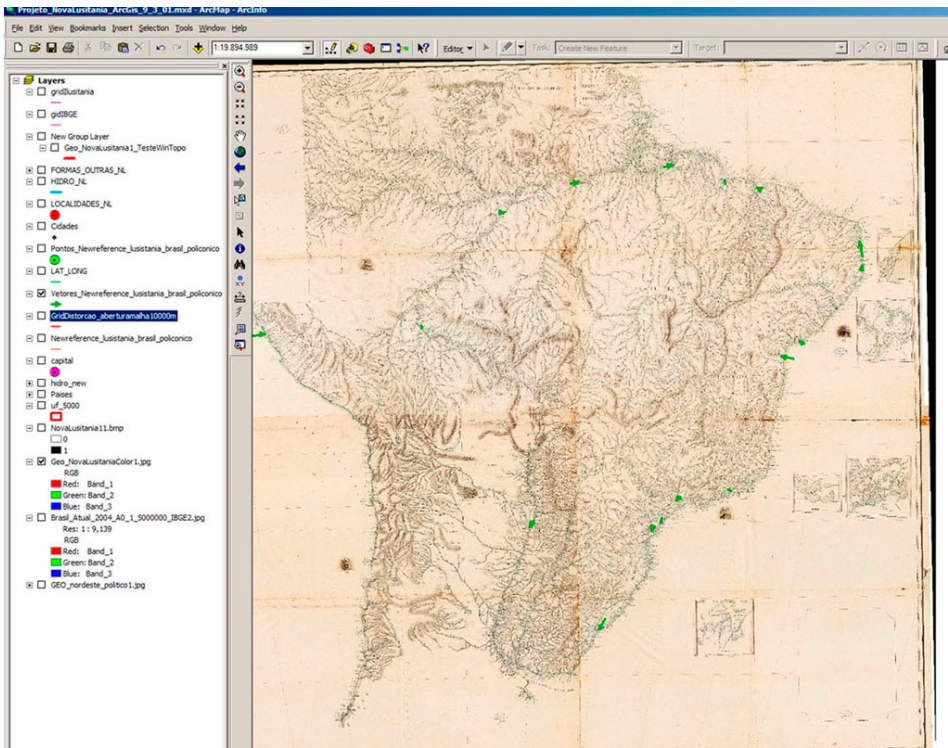


Figura 5 – Imagem em aplicativo SIG da estrutura *raster* que deverá ser transformada em vetorial

UM APLICATIVO “CORINGA”

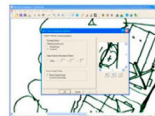
Para facilitar o procedimento de vetorização, optamos pelo aplicativo WinTopo²³ Freeware (figura 6), que oferece uma boa solução para transformar dados estruturados em *raster* em dados estruturados em vetor, em particular no formato *shapefile* para compatibilizar com a maioria dos aplicativos de SIG.

O aplicativo teve um bom desempenho no processamento da imagem *raster* do mapa “Nova Lusitânia”. Transformou automaticamente em formato vetorial do tipo linha a maioria das feições encontradas no mapa original (figura 7).

23 WinTopo Raster to Vector Converter. Disponível em: <<http://www.wintopo.com>>. Acesso em: 3 maio 2011.

WinTops Raster to Vector Converter

Raster to Vector imaging software



WinTops is a high quality software application for converting TIF, JPG, PNG, GIF, BMP files and scanned images into useful vector files suitable for CAD, GIS and CNC applications.

WinTops comes in two flavours:

WinTops Freeware



The freeware version is completely free for everyone to use. This is a highly capable piece of software which produces better results than most expensive commercial alternatives. Over a million users worldwide have already taken advantage of this powerful converter. For most people there is no need to look any further (or to spend any money). Download it right now and start converting your images with the [One-Touch Vectorisation](#) button.

WinTops Pro



The professional version is for people who want more processing options and finer control over the vectorisation process. WinTops Pro includes many options for pre-processing the raster image to get the optimum vectorisation result. It also benefits from a more advanced vectorisation engine which has resulted from our many years of expertise in programming, engineering and image processing.

Figura 6 – Tela do site WinTops

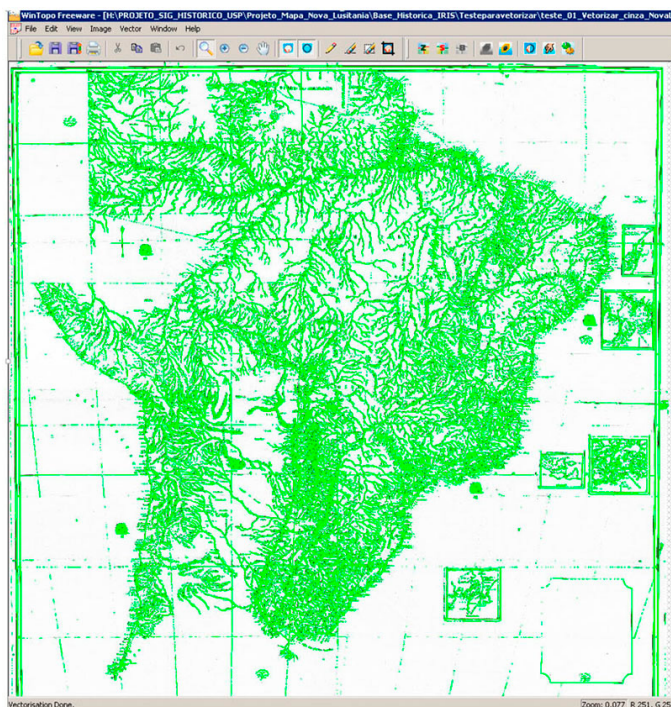


Figura 7 – Tela do aplicativo WinTops com a vetorização automática realizada sobre a imagem raster do mapa “Nova Lusitânia”

Com esse procedimento ganhamos um tempo precioso na transformação do mapa

original em *raster* para vetorial. Ele foi acrescentado como mais uma camada em nosso projeto de SIG em ArcGis.

Cabe, contudo, refinar e ajustar essa vetorização para agregarmos informações a esses objetos geográficos e nomeá-los em suas diversas toponímias encontradas no mapa original. Essa é uma vantagem preciosa do SIG: agregar um “banco de dados” com as principais informações extraídas na leitura e interpretação do mapa histórico em estudo.

O MAPA HISTÓRICO EM CAMADAS

Com as etapas anteriores realizadas, temos agora objetos geográficos do mapa histórico que foram “coletados” e estão representados em formato compatível para serem manuseados, destrinchados, desconstruídos, analisados em camadas separadas ou como um todo.

A possibilidade de trabalhar o mapa histórico em camadas, em planos de informações que o aplicativo de SIG oferece ao pesquisador, abre novos horizontes de interpretações e análises do mapa histórico original.

O mapa em camadas pode revelar novas perspectivas de interpretações que o mapa original não permitia por não ser visualizado com clareza.

Em uma primeira subetapa da vetorização do mapa “Nova Lusitânia”, dividimos as camadas em três tipos básicos:

1. camada dos objetos geográficos que dizem respeito ao traçado dos rios em formato de linhas;
2. camada de pontos que dizem respeito a localizações de vilas, freguesias, povoados etc.;
3. por último, camada de áreas que dizem respeito a feições mais próximas a objetos geográficos da forma zonal.

Encontramos pelo caminho outros objetos que não se encaixam em nossa classificação básica. Em particular, acrescentamos uma quarta camada em formato linear para extrair os diversos caminhos de circulação, de “redes” de acessibilidade pertinente ao século que o mapa retrata; e uma quinta representando as “barreiras”, inibidores desses percursos sobre o território. Na figura 8 é mostrado um recorte do mapa “Nova Lusitânia” com exemplos dessas representações.

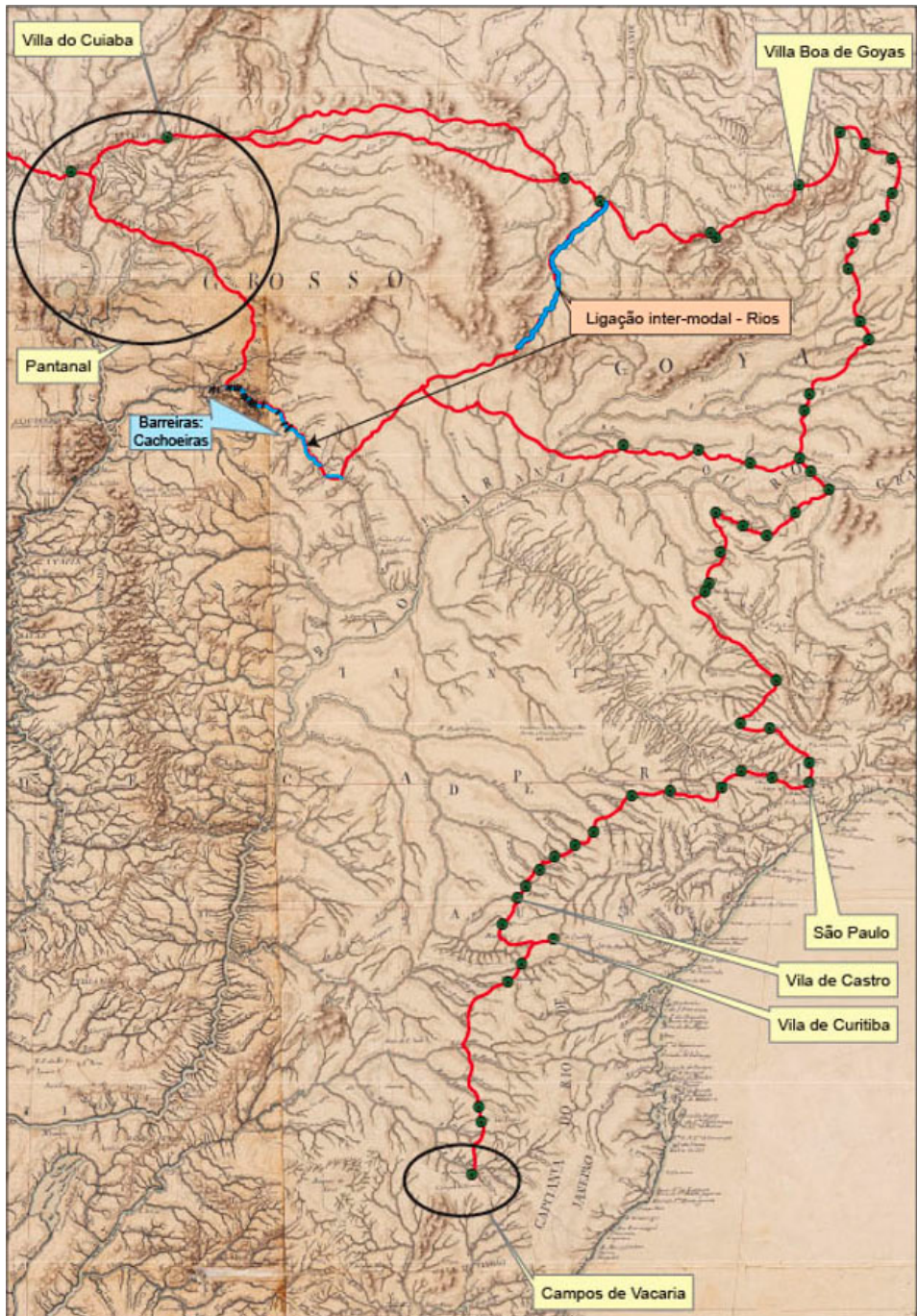


Figura 8 – Caminhos e tipos de ligações entre Paraná, São Paulo e Mato Grosso. Mapa “Nova Lusitânia”

Metodologicamente, parece-nos ser a última etapa desse percurso. Mas a aventura em percorrer e descobrir novos lugares, caminhos, relações espaciais está apenas no começo.

É o início de uma fase demorada e delicada. Exige disciplina, rigor e fascínio para transformar o mapa histórico em um documento revelador das estruturas espaciais da época em que foi concebido. Espacialidades pretéritas serão reveladas, apreendidas e analisadas. Um “estudo geográfico de processos históricos”²⁴, isto é, um saber e um fazer geo-histórico, estará em desenvolvimento.

SOBRE O AUTOR

EDUARDO DUTENKEFER é mestre em Geografia e doutorando em Geografia Humana na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP).

E-mail: dutenkefer@gmail.com

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BESSE, Jean-Marc. Cartographie et pensée visuelle. Réflexions sur la schématisation graphique. In: LABOULAIS, I. (Dir.). *Les usages des cartes (XVIIe-XIXe siècle)*. Pour une approche pragmatique des productions cartographiques. Strasbourg: Presses Universitaires de Strasbourg, 2008, p. 19-32.
- BUENO, Beatriz P. S.; KANTOR, Iris. Decupando as redes na Carta Geográfica Nova Lusitânia c.1797. Comunicação apresentada no Colóquio de História Colonial, em Belém, Brasil, setembro de 2012.
- CHRISTOFOLETTI, Antonio; TEIXEIRA, Amandio Luís de Almeida. *Sistemas de Informação Geográfica: dicionário ilustrado*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- CINTRA, Jorge Pimentel. O Mapa das Cortes: perspectivas cartográficas. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, N. Sér. v.17, n. 2, jul.-dez. 2009, p. 63-77.
- CORNELIUS, Barry. Computing services. Java 5 catches up with C#. University of Oxford, 2004. Disponível em: <http://www.barrycornelius.com/papers/java5/onefile/#body1_div1.2>. Acesso em: 20 jun. 2016.
- DUTENKEFER, Eduardo. *Representações do espaço geográfico: mapas dasimétricos, anamorfose e modelização gráfica*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-25022011-115539>>. Acesso: 20 abr. 2016.
- GRATALOUP, Christian. Géohistoire. In: LÉVY, Jacques; LUSSAULT, Michel (Org.). *Dictionnaire de la géographie et de l'espace des sociétés*. Paris: Belin, 2003, p. 401.

24 GRATALOUP, Christian. Géohistoire. In: LÉVY, Jacques; LUSSAULT, Michel (Org.). *Dictionnaire de la géographie et de l'espace des sociétés*. Paris: Belin, 2003, p. 401 (tradução nossa).

- HARLEY, John Brian. A nova história da cartografia. *O Correio da Unesco* (Mapas e cartógrafos), Brasil, ano 19, n. 8, ago. 1991, p. 4-9.
- _____. Textos y contextos en la interpretación de los primeros mapas. In: _____. *La nueva naturaleza de los mapas*. Ensayos sobre la historia de la cartografía. México: Fondo de Cultura Económica, 2005, p. 59-78.
- JENNY, Bernhard; WEBER, Adrian; HUERNI, Lorenz. Visualizing the planimetric accuracy of historical maps with MapAnalyst. *Cartographica: the International Journal for Geographic Information and Geovisualization*, v. 42, issue 1, 2007, p. 89-94.
- KANTOR, Iris. Mapas em trânsito: projeções cartográficas e processo de emancipação política do Brasil (1779-1822). *Araucaria – Revista iberoamericana de filosofia, política y humanidades*, Sevilla, año 12, n. 24, p. 110-123, 2010. Disponível em: <[http://www.researchgate.net/publication/47734451_Mapas_em_trnsito_projees_cartogrficas_e_processo_de_emancipao_poltica_do_Brasil_\(1779-1822\)](http://www.researchgate.net/publication/47734451_Mapas_em_trnsito_projees_cartogrficas_e_processo_de_emancipao_poltica_do_Brasil_(1779-1822))>. Acesso em: 15 fev. 2014.
- _____. Notas sobre a construção da Biblioteca Digital de Cartografia Histórica da Universidade de São Paulo. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 1, 2011. *Anais...* Paraty, 2011.
- LEME, Antônio Pires da Silva Pontes. *Carta geographica de projecção espherica orthogonal da Nova Lusitania ou America Portuguesa e Estado do Brazil*, de [1798]. Dimensões: 202 cm (larg.) x 199 cm (alt.). Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar, Direcção de Infraestruturas do Exército de Portugal.
- MENEZES, Paulo Leal de. A cartografia do Império do Brasil. In: SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 4. *Anais...* Porto: Universidade do Porto. p. 3. Disponível em: <<http://eventos.lettras.up.pt/ivslbch/comunicacoes/90.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

Cotidiano e trabalho no bairro do Bexiga: uma hipótese a ser pensada (1906-1931)

[*Everyday life and work in a quarter of Bexiga: a chance to be thought (1906-1931)*]

Sheila Schneck¹

RESUMO • No processo de expansão urbana sofrido pela cidade de São Paulo desde a segunda metade do século XIX, decorrente do desenvolvimento da economia cafeeira e da inserção do estado de São Paulo no mercado exportador, iniciativas orientadas por um zoneamento e especialização de usos e funções foram adotadas com o objetivo de adequar a capital paulista ao novo papel. Assim, parte das moradias e de segmentos do comércio, oficinas, fábricas e serviços menos nobres deslocaram-se em direção aos bairros vizinhos ao perímetro central. Este ensaio se propõe a conhecer e compreender de que maneira o bairro do Bexiga se inseriu no movimento de reespecialização social e das funções urbanas – seu papel na reconfiguração da cidade –, assim como suas conexões com o espaço urbano mais amplo. • **PALAVRAS-CHAVE** • São Paulo; urbanização; bairros; trabalho;

funções. • **ABSTRACT** • In the process of urban expansion suffered by the city of São Paulo since the second half of the 19th century, due to the development of the coffee economy and the insertion of the state of São Paulo in the exporting market-driven initiatives and expertise of zoning uses and functions have been adopted with the aim to adapt the state capital to the new role. So, part of housing and of segments of commerce, workshops, factories and services less noble gravitated towards the nearby neighborhoods to the central perimeter. This essay aims to know and understand how the Bexiga if entered in reespecialização social movement and urban functions-its role in the reconfiguration of the city – as well as their connections with the wider urban area. • **KEYWORDS** • São Paulo; urbanization; neighborhoods; job; functions.

Recebido em 5 de abril de 2016

Aprovado em 4 de outubro de 2016

SCHNECK, Sheila. Cotidiano e trabalho no bairro do Bexiga: uma hipótese a ser pensada (1906-1931). *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 65, p. 72-95, dez. 2016.

DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.voi65p72-95>

¹ Universidade de São Paulo (USP, São Paulo, SP, Brasil).

A dinamização da economia paulista em decorrência da cultura cafeeira e sua exportação para o mercado internacional, entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, implicou a redefinição do papel da cidade de São Paulo em relação à Província e ao mundo urbanizado e industrializado, incrementando as atividades produtivas secundárias e terciárias locais. Disso resultou a reordenação dos espaços físicos da cidade, nos quais passaram a ser exercidas certas atividades em detrimento de outras, orientadas por um zoneamento e especialização de usos e funções explícitos e implícitos na legislação. Nesse movimento, novos bairros foram abertos, ocupando, inicialmente, as áreas mais próximas do centro e, em seguida, outras mais afastadas.

Se desde os tempos coloniais, até aproximadamente a década de 1860, as construções da cidade concentravam moradias e negócios indistintamente, a partir da Primeira República, com o conseqüente processo de expansão da malha urbana é que se observa a reordenação dos espaços. Atividades que até então se realizavam no centro da cidade, assim como parte de seus habitantes, foram obrigadas a se dispersar, buscando novos locais para morar e exercer atividades indesejadas na área central. O bairro do Bexiga formou-se numa daquelas áreas próximas do centro da cidade, respondendo à demanda por moradias para grupos médios e baixos da população e à demanda por certos tipos de comércio, serviços e manufaturas.

Embora o objeto deste ensaio seja o microcosmo de um bairro, qualquer tentativa de compreensão de um espaço destacado do todo poderá resultar em visões distorcidas da realidade. Por outro lado, na utilização de diferentes escalas no estudo do território, a escolha de uma dimensão não exclui a importância da outra já que ambas respondem a pontos de vista diferentes, porém complementares². Em nosso caso, o pano de fundo do trabalho é dado por um processo comum às duas escalas, a macro e a micro. Sob o ponto de vista da história urbana, a primeira fornece as dimensões políticas, econômicas e culturais que incidiram sobre a tessitura material e social do espaço urbano como um todo; e a segunda, ao focar um bairro específico, procura expor como aquele espaço vivenciou o processo mais amplo, e como os traços que lhe são peculiares incidiram sobre a escala macro, num movimento de contínua

2 LEPETT, Bernard. *Por uma nova história urbana*. São Paulo: Edusp, 2001, p. 213-216.

interação. É nesse sentido que buscamos compreender o papel desempenhado pelo bairro do Bexiga no processo mais amplo vivenciado pela cidade de São Paulo.

Os primeiros sinais de ocupação do bairro datam de 1882, quando a construção das primeiras casas indicava a viabilidade do empreendimento que aos poucos se concretizaria. Simultaneamente, os primeiros negócios foram instalados e, em 1906, a presença de quitandas, armazéns de secos e molhados, açougues, jogos de bola, padarias e oficinas demonstra que o bairro já apresentava certo amadurecimento de suas práticas produtivas. Levando-se em conta a confirmação efetiva dos usos no espaço – moradia e trabalho – e por meio dos indícios sugeridos pelas fontes documentais, o ano de 1906 foi utilizado como baliza inicial de trabalho.

O processo de modernização e expansão urbana iniciado na segunda metade do século XIX atingiu seu ápice em fins dos anos 1920, até a Revolução de 1930. As consequências desse processo, ainda que os usuários do bairro não tenham se envolvido diretamente nos acontecimentos, estão implícitas nos depoimentos de personagens que por ali circularam, atestando o início de um novo momento no qual usos e práticas se transformaram, delineando os traços do espaço que deu origem ao que hoje compreendemos como o grande distrito da Bela Vista, mais comumente conhecido como “Bixiga”. Diante das inequívocas transformações operadas naquele território, envolvendo rupturas e permanências, elegemos o ano de 1930 como baliza final do trabalho.

Tendo em vista o intenso processo de transformação sofrido pela cidade no decorrer do século XX, envolvendo demolições, construções de viadutos, abertura de novas vias, assim como a mudança dos paradigmas culturais que marcaram a região, e, conseqüentemente, as dificuldades do olhar contemporâneo em separar o bairro (do Bexiga) do distrito (da Bela Vista), é necessário definir o foco espacial desta abordagem. Tomando como ponto de partida o Largo do Riachuelo, local que marcava a fronteira do Bexiga com o Centro, contemplamos aquela que foi a área do loteamento original do bairro – delimitada pelas ruas Santo Antônio, Treze de Maio, Avenida Brigadeiro Luís Antônio e Rua Santo Amaro –, sem contudo ignorar parte do que se convencionou chamar de Bela Vista. Nesse sentido, a região do Vale da Saracura, cujo início da ocupação, ainda que rarefeita, antecedeu o empreendimento original, forçosamente deve ser incluída na análise. As águas e ribanceiras do córrego, ao interpor barreiras físicas ao deslocamento dos moradores, estabeleceram um segundo limite físico do bairro. Por fim, uma terceira área somou-se às anteriores, por contiguidade, e corresponde às ruas abertas pela Baronesa de Limeira alinhadas ao loteamento original³. Tratava-se, por suas dimensões, de um espaço restrito, sujeito a ser envolvido pelo caráter mais amplo dado pela ocupação do loteamento vizinho

3 Trata-se do arruamento empreendido em 1894, em terras que pertenciam à antiga Chácara do Barão de Limeira, entre o Largo do Riachuelo e a Av. Brigadeiro Luís Antônio. O arruamento envolveu, além da Av. Brigadeiro Luís Antônio, parte da Rua Asdrúbal do Nascimento, as ruas Maria Paula, Genebra, Francisca Miquelina, Aguiar de Barros e pequeno trecho da Jaceguai. SÃO PAULO (Município). Acto n. 10, de 14 de maio de 1894, que “Aceita e dá denominação às ruas abertas pela Baronesa de Limeira em sua chácara à rua do Riachuelo”. Câmara Municipal de São Paulo. Legislação. Disponível em: <<http://documentacao.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/actos/A0010-1894.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

– a Liberdade – que, de acordo com as plantas elaboradas entre 1905 e 1924⁴, tinha limites imprecisos entre as ruas Tamandaré e Glicério e a Av. Brigadeiro Luís Antônio. Por sua vez, a Avenida Brigadeiro Luís Antônio, artéria do loteamento da Baronesa de Limeira, pela sua condição articuladora do Centro, da Liberdade e do sul da cidade, estruturou-se numa tríplice função de local de atividades produtivas, de ocupação humana e via de acesso, representando a verdadeira fronteira, aí entendida no sentido metafórico de lugar de “encontros” e não de barreira física, tal como definido por Peter Burke⁵, entre os bairros do Bexiga e da Liberdade.

Definidos os limites físicos da área em questão, trata-se de conhecer e compreender de que maneira o bairro se inseriu no movimento de redefinição dos espaços produtivos e sociais da cidade ao abrigar parte das atividades deslocadas do centro. Mais precisamente, trata-se de definir o papel desempenhado pelo bairro e, conseqüentemente, por seus moradores num mercado de trabalho frequentemente informal. Ainda que ali tenham se realizado atividades produtivas aparentemente “menores” do ponto de vista da macroeconomia, com pequenos estabelecimentos comerciais e de serviços, elas certamente foram fundamentais para o funcionamento do todo, na medida em que os negócios ali abertos tinham um papel específico no processo de reespacialização das funções urbanas. Ali se instalaram pessoas de pequenas e médias posses, assim como o comércio mais simples voltado ao abastecimento alimentar e à prestação de serviços menos especializados, apresentando a coexistência entre moradia e trabalho.

Entre 1906 e 1914, o número de negócios direcionados ao abastecimento alimentar apontava para um fenômeno, no mínimo, curioso: nada menos do que 76 quitandas identificadas na Série Alvará e Licença do Arquivo Histórico de São Paulo (AHSP)⁶, número aparentemente desproporcional para o bairro. Levando-se em conta que esse era um tempo em que as pessoas não tinham como conservar produtos perecíveis, a presença de vários desses estabelecimentos numa mesma rua, muitas vezes distantes poucos metros entre si, leva ao questionamento de quem seriam os possíveis consumidores dos produtos ali comercializados.

A busca de resposta a essa questão resultou na hipótese de que a clientela potencial para os produtos vendidos nas quitandas não estivesse vinculada apenas

4 *Planta geral da cidade de São Paulo*, 1905, adotada pela Prefeitura Municipal para uso de suas repartições. Levantada e organizada pelo Engenheiro Civil Alexandre Mariano Cococi e Luiz Frutuoso F. Costa, Engenheiros da Comissão Geog. e Geologica. Acervo Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart523225/cart523225.jpg>; *Planta da cidade de S. Paulo* mostrando todos os arrabaldes e terrenos arruados, 1924. Prefeitura de São Paulo. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. *Histórico demográfico do município de São Paulo*. Disponível em: <http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/img/mapas/1924.jpg>. Acesso em: 20 jun. 2016.

5 BURKE, Peter. *O que é história cultural?*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008, p. 153.

6 Duas séries documentais do Arquivo Histórico de São Paulo foram fundamentais para a compreensão das transformações ocorridas na cidade, entre o final do século XIX e início do XX. A primeira – Alvará e Licença – contém os processos de solicitação de licença para a abertura de negócios comerciais e/ou de serviços. Já a segunda – Obras Particulares – envolve os requerimentos encaminhados à Diretoria de Obras do Município visando à concessão de licença para a construção, demolição ou reforma de prédios.

aos moradores do Bexiga, mas também se encontrasse fora dos limites do bairro. Nesse sentido, o depoimento de alguns memorialistas que escreveram sobre a cidade naquele período forneceu indícios significativos. Foi o caso, por exemplo, de Jorge Americano, que em suas memórias dedicou um capítulo inteiro aos vendedores ambulantes que circulavam pelas ruas dos Campos Elíseos. Hipoteticamente, entre os inúmeros personagens listados pelo autor, alguns poderiam ser originários do Bexiga: o leiteiro, a carroça de verduras, a carroça do padeiro, o homem que vendia frangos, o fruteiro, o caixeiro do armazém, o baleiro, o sorveteiro etc.⁷

O Bexiga era um território enclavado entre os bairros ocupados pelas camadas médias e altas da população – o Morro dos Ingleses, a Liberdade, o Paraíso, a Avenida Paulista e, desde os anos 1920, a Vila América. Com exceção da Liberdade e do Paraíso, marcados por uma mescla de usos residenciais e comerciais, os demais bairros possuíam um caráter exclusivamente residencial. Parece bastante razoável a ideia de que a localização do Bexiga em relação a esses bairros colocasse os negócios de comércio de alimentos em situação privilegiada. Outro aspecto marcante do bairro corrobora essa hipótese: as inúmeras cocheiras presentes nas ruas do Bexiga, identificadas na Série das Obras Particulares (AHSP), utilizadas como uma espécie de estacionamento, abrigando carroças e animais, essenciais para o transporte de pessoas e mercadorias. As 80 cocheiras identificadas entre 1905 e 1923 (Série Obras Particulares do AHSP) sinalizam que parte dos veículos ali guardados servia à distribuição de alimentos comercializados em quitandas e armazéns do próprio bairro do Bexiga, possivelmente voltadas ao fornecimento dos bairros lindeiros.

É importante destacar que uma análise mais consistente das práticas de sobrevivência dos usuários do bairro alerta para aspectos imperceptíveis a um primeiro olhar, os quais envolvem diferenças na própria distribuição espacial e humana do bairro. Daí a necessidade de aprofundamento dos aspectos que atribuíam especificidades às três áreas distintas, sucintamente descritas acima, fruto das interfaces que estabeleciam com áreas lindeiras, verificando a heterogeneidade de espaços e atores num bairro aparentemente homogêneo. Identificam-se assim as várias faces de um bairro e de seus usuários e a distribuição dos diferentes espaços de trabalho, rua a rua. Os levantamentos realizados junto às fontes primárias permitiram constatar que a configuração assumida pelo bairro extrapolava os limites dados pelo loteamento original. Pelo menos desde 1910, quando da criação do distrito da Bela Vista, os limites do antigo Bexiga (con)fundiram-se com as áreas contíguas ao Vale da Saracura (entre o leito da atual Av. 9 de Julho e a Rua Santo Antônio) e ao arruamento empreendido pela Baronesa de Limeira (entre a Rua Santo Amaro e a Av. Brigadeiro Luís Antônio), gerando espaços diferenciados. Mais do que a ampliação do espaço físico, esse alargamento territorial implicou a apropriação por atividades distintas.

Resta saber o que as pessoas que moravam no Bexiga faziam para sobreviver e que tipo de ocupação possuíam. Entre todas as ocorrências apontadas nos Boletins

7 AMERICANO, Jorge. *São Paulo naquele tempo (1895-1915)*. 2. ed. São Paulo: Carrenho Editorial/Carbono 14, 2004, p. 103-112.

de Ocorrência⁸ há uma profusão de ocupações relacionadas a diferentes setores da economia formal ou informal: serviços de alimentação, comércio, manufatura, construção civil, indústria, trabalho doméstico, serviço público, serviços “diversos” etc. Infelizmente, as categorias indefinidas, nas quais se encontram *trabalhadores e serviços domésticos*, concentram a maior parcela dos casos, tornando impossível uma avaliação mais efetiva. Excetuando-se essas categorias, somente os *trabalhadores da construção civil e trabalhadores domésticos* obtiveram uma representação mais significativa.

Chama a atenção a pulverização das diferentes ocupações, quaisquer que fossem as atividades principais a que estivessem atreladas. A presença de pessoas que trabalhavam, aparentemente, em todas as áreas em que se precisasse de um profissional, fosse como “oficiais” manufatureiros ou como prestadores de serviços, parece apontar para a situação constatada pelo memorialista Haim Grünspon nos anos 1930. Ainda que se leve em conta a distância temporal entre os anos de 1910 e aqueles vivenciados pelo autor, parece ter se mantido a lógica do trabalho masculino no bairro, onde, principalmente os homens, “trabalhavam mais como tarefeiros e de expediente [...] os homens eram ajudantes por dia [...] tarefeiros. Sempre ajudantes de alguma coisa, quer no bairro, quer fora do bairro”⁹. Por outro lado, a presença, ainda que em número restrito, de profissionais especializados é um indício de que o Bexiga não era um espaço exclusivo dos setores mais pobres da cidade.

Em relação às pessoas estabelecidas no bairro e envolvidas com algum tipo de comércio ou prestação de serviços, às informações fornecidas pelas solicitações de licenças para a abertura de negócios junto à Prefeitura, crescem-se os anúncios dos *Almanaques* mercantis publicados na época. Além dos anúncios em jornais, eram muito comuns os anúncios em almanaques, publicações anuais que divulgavam informações sobre o “comércio, indústria e profissões, com classificação pelos ramos de negócios”.

O *Almanak Laemmert*, publicado na capital da República, fornece um imenso rol

8 Trata-se dos Boletins de Ocorrência do Posto Médico da Assistência Policial, integrantes do Fundo de Segurança Pública, do Arquivo Público do Estado de São Paulo (Apesp). Esse *corpus* documental é particularmente importante por fornecer uma multiplicidade de dados e detalhes sobre a vida cotidiana dos moradores do bairro – nome, cor, nacionalidade, idade, filiação (quando se tratava de menores de 18 anos), profissão, endereço e motivação da ocorrência. Ao informar as nacionalidades, as profissões desempenhadas pelos atores sociais, sua localização no espaço e as causas das ocorrências, possibilita a remontagem de certos perfis típicos do bairro.

9 GRÜNSPUN, Haim. *Anatomia de um bairro. O Bexiga*. São Paulo: Cultura, 1979, p. 37.

de atividades¹⁰. Ali, entre a infinidade de negócios estabelecidos no bairro, verifica-se uma variada gama de comércios/serviços e manufaturas. Predominam quitandas, armazéns de secos e molhados e açougues, além de padarias, pequenas “fábricas” de massas alimentícias e de torrefação de café em meio a lojas de vestuário, calçados e chapéus, e as atividades ligadas ao lazer (cinema, teatro e jogos de bola). Destacam-se também manufaturas (sapatos, chapéus, sabões, velas, louças de barro, caixotes, bebidas, cigarros, fogos de artifício etc.) e a prestação de serviços diversos (farmácias, barbearias, sapateiros, costureiras, fotógrafos etc.). No Bexiga também moravam artífices voltados ao ramo da construção civil (fabricantes de ladrilhos e mosaicos, encanadores, carpinteiros, eletricitas, pintores, vidraceiros etc.). Havia ainda casas que vendiam de tudo um pouco, como as lojas de armarinhos e fazendas, de “ferragens e quinilharias”, louças etc., além daquelas atividades destinadas a dar suporte ao próprio comércio e manufaturas em geral.

Esse panorama sucinto revela, ainda que parcialmente, os esforços empreendidos por quem viveu no bairro do Bexiga para ganhar o “pão de cada dia” e garantir, se não um futuro melhor, ao menos a sua sobrevivência diária. Entretanto, não é possível afirmar que tudo sempre correu da melhor maneira possível para todos os envolvidos. A relativa frequência de negócios abertos e fechados em curto espaço de tempo, bem como as mudanças de endereços ou mesmo de proprietários, é um indicador dessa fragilidade. Por vezes, os pedidos de baixa vêm acompanhados das respectivas justificativas, dando chances de compreender o que ocorria. Em 10 de fevereiro de 1910, Generoso Rubino, dono de uma quitanda na Rua Conselheiro Ramalho n. 50, diz que, “tendo em vista não estar vendendo, pede encerramento do negócio”¹¹. Algo semelhante ocorreu com João Ferraciano, que, em 3 de abril de 1907, ao decidir fechar a “fábrica de massas alimentícias” que possuía, na rua Santo Antônio n. 208, por “ter feito pouco negócio com a fábrica, solicita perdão pelos três meses de licença que deve pagar”¹². Seu caso, inclusive, pode indicar por que tantas “fábricas” encontradas no decorrer de nossas pesquisas raramente aparecem mais de uma vez nos almanaques ou em outros documentos. Embora fossem assim citadas por seus proprietários, tratava-se mais de pequenas manufaturas do que de fábricas propriamente ditas.

Às dificuldades de venda, fossem quais fossem os motivos e os produtos oferecidos, acresciam-se os gastos implícitos no exercício do negócio, no mínimo

10 *Annuário administrativo, agrícola, profissional, mercantil e industrial dos Estados Unidos do Brasil*. O *Almanaque Laemmert*, nome pelo qual ficou conhecido o anuário, foi publicado primeiramente por iniciativa dos irmãos Laemmert e, posteriormente, por membros dessa mesma família, na cidade do Rio de Janeiro. A publicação, iniciada em 1844, após passar por sucessivas crises, chegou até os anos 1914, quando passou a se chamar *Anuário do Brasil*. Em 1925, o anuário passou a ser editado por membros do Jockey Club do Rio de Janeiro, voltando a ter o nome original, *Almanak Laemmert Ltda*. O estado de São Paulo conta com volumes especiais, publicados entre 1909 e 1931, além de outros anos. ALMANAK LAEMMERT. Editado nas Oficinas Typographicas do Almanak Laemmert. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

11 Alvará e Licença, 10/2/1910, AHSP.

12 Alvará e Licença, 3/4/1907, AHSP.

o aluguel do imóvel e os impostos semestrais ou anuais. Se o negócio não gerasse os ganhos esperados, o seu proprietário se veria em dificuldades para saldar os compromissos, o que certamente poderia levá-lo a desistir do empreendimento. No entanto, o fracasso de determinada atividade não significava que não se tentasse buscar outro caminho. Isso aconteceu, por exemplo, com o próprio João Ferraciano, que parece não ter desanimado com o fracasso da sua fábrica de macarrão, pois sete anos depois ele estava instalado com um “armazém de secos e molhados” na Rua Manoel Dutra n. 65¹³.

De acordo com o *Almanak Laemmert*, a exploração de diferentes ramos de negócios no mesmo endereço foi um fato relativamente comum entre os negociantes do Bexiga, principalmente entre 1913 e 1914, quando aparecem estabelecimentos onde conviviam armarinhos e fazendas/sapateiro; botequim/fábrica de bonés; barbearia/secos e molhados; ferreiro/secos e molhados; armarinhos e fazendas/comércio de louças, porcelanas e cristais/ferragens e quinquilharias/secos e molhados; empreiteiros/fábrica de sabão/secos e molhados; empreiteiros/papelaria/tipografia. Essa variedade de combinações tanto podia significar a necessidade de diversificar para atender o maior número possível de pessoas e assim garantir ganhos maiores, quanto demonstrava o espírito empreendedor de seus proprietários. Se uma coisa não desse certo, a outra poderia dar...

No entorno do “perímetro central”, bairros como Bom Retiro, Barra Funda, Brás e Mooca ou regiões mais distantes como Lapa e Água Branca passaram a concentrar preferencialmente fábricas, resultando na dualidade de usos, que envolvia trabalho e moradia. Ali, os novos loteamentos realizados por empreendedores para venda e locação mesclaram fábricas e moradia barata. Outros bairros, como o Cambuci e o Bexiga, abrigaram o comércio simples voltado basicamente ao abastecimento alimentar e à prestação de serviços menos especializados, ali existindo raramente grandes fábricas e inexistindo as chamadas “vilas operárias” construídas pelos donos dos estabelecimentos. No Bexiga, predominaram moradias em meio ao comércio miúdo, serviços, oficinas e manufaturas de menor porte. Todavia, em todos esses bairros observamos a coexistência entre moradia e trabalho. Já as camadas altas, ao deixarem o “centro”, num primeiro momento fixaram-se nos bairros mais bem localizados a oeste, como Campos Elíseos, por volta dos anos 1870, para logo em seguida buscar áreas altas e nobres aos olhos do discurso higienista, como o Morro dos Ingleses, a Avenida Paulista e Higienópolis, áreas de uso exclusivamente residencial.

Foi nesse processo de reordenação urbana, com a realocação de pessoas e atividades produtivas, que se definiram as funções do bairro do Bexiga. Aparentemente, talvez nada de muito significativo em termos da macroeconomia, mas foi justamente a presença dos “pequenos ofícios” que contribuiu para sedimentar o papel da cidade no contexto social, econômico e político mais amplo. Se os bairros fabris se destacaram por abrigar as indústrias que determinariam o futuro da cidade como metrópole progressista, os bairros populares desempenharam um papel secundário, mas não menos importante. Vimos acima uma profusão de pequenos negócios destinados

13 Alvará e Licença, 23/3/1914, AHSP.

ao comércio de alimentos e de produtos básicos para o abastecimento de moradores do próprio Bexiga e, certamente, dos bairros (mais ricos ou não) localizados nos arredores. Daí, a presença (e importância) das cocheiras para abrigo de veículos e animais que seriam usados na entrega diária de leite, pão, frutas, verduras e outros produtos. Nas oficinas, onde se fazia de tudo um pouco, da fabricação ao conserto de utensílios usados no dia a dia, carpinteiros, marceneiros, encanadores, ferralheiros e vidraceiros não somente forneceram os materiais e a mão de obra necessária para as novas construções, como também viabilizaram a sua manutenção; funileiros e mecânicos consertavam automóveis, os novos veículos utilizados pelas famílias mais ricas; costureiras, alfaiates e sapateiros confeccionavam e consertavam artigos de vestuário e calçados; lavadeiras, cujo ofício, conforme Haim Grünspon, “era uma das profissões mais comuns” no bairro, serviam os moradores do próprio Bexiga, do Morro dos Ingleses e do Paraíso¹⁴.

AS ATIVIDADES IDENTIFICADAS

O ano de 1906 insere-se num período de configuração física do bairro, quando ocorre o primeiro grande impulso construtivo com a edificação de grande número de prédios destinados a moradia e negócios. Na primeira fase da ocupação efetiva do bairro, entre 1893 e 1895, foram abertos junto à Diretoria de Obras cerca de 96 processos envolvendo pedidos de licença para alinhamento, construção e/ou reforma de edifícios residenciais e comerciais. Já para o triênio de 1905-1906-1907, localizamos 122 solicitações de licença para a construção e/ou reforma de prédios destinados a moradia e negócios.

Naquele ano, quando os anúncios do *Almanak Laemmert* ainda se concentravam num único volume, foram poucos os anunciantes no bairro do Bexiga, somente 11 casos. A categoria que abrangeu maior número de assinantes foi aquela ligada à construção civil, superando outras categorias que mais tarde se destacariam, tais como os setores de alimentos e vestuário, fato bastante compreensível já que naquele momento o bairro ainda estava apenas parcialmente ocupado.

No entanto, a ausência de dados no *Almanak* para 1906 deve ser relativizada. A escassez de anunciantes naquele ano pode se justificar pelo fato de se tratar de um loteamento recente e de ocupação rarefeita, onde, talvez, pouca gente tivesse consciência do alcance de uma publicação destinada à divulgação de atividades econômicas. Por outro lado, naquele momento, a grande maioria dos usuários do bairro, moradores e negociantes, era composta por pessoas de pequenas ou médias posses, cujos empreendimentos apenas estavam começando.

Passados três anos, em 1909, o quadro se transforma, com o número de anunciantes chegando a 136 casos. Nesse ano o número de atividades relacionadas ao setor de alimentação se destaca, com 72 anúncios, representando pouco mais de 52% do total, tendência essa que se manterá por praticamente todo o período investigado.

Em 1913, pela primeira vez, o *Almanak Laemmert* dedicou um volume inteiro ao

14 GRÜNSPUN, Haim, op. cit., p. 33.

estado de São Paulo. Nesse período a economia do estado se mostrava em franca ascensão, chegando a competir com a capital federal, o que justifica a iniciativa. De fato, um exame detalhado da publicação demonstra que somente o bairro do Bexiga apresentou 290 anúncios naquele ano, um aumento de aproximadamente 114% em relação a 1909.

Em 1914, esse total chegaria a 376 anúncios, sendo que o setor de alimentação representava 51% do conjunto. Entre junho e agosto de 1914, deflagrou-se a Primeira Guerra Mundial, com sérias consequências para a economia mundial e, por extensão, para a economia brasileira. Porém, convém ressaltar, ainda que sucintamente, que o início do conflito só fez piorar uma situação que já estava dada pela própria conjuntura econômica brasileira. Desde 1913 vinha se desenhando um quadro de recessão na economia do país em razão da queda dos preços dos principais produtos de exportação, particularmente do café e da borracha, ao mesmo tempo que se mantinha o nível de importações, acarretando um grave déficit na balança comercial (o montante a se pagar aos credores externos se mantinha sempre além do que se tinha a receber).

O agravamento da crise após o início da guerra condicionou a paralisação do mercado do café, que, por sua vez, refletiu-se nos setores produtivos nacionais, gerando recessão, alta de preços, redução dos salários e desemprego¹⁵. A análise das atividades produtivas desenvolvidas no bairro do Bexiga permite constatar em que medida a crise gerada na macroescala se refletiu na microescala do bairro, afetando a vida e os negócios de pessoas comuns, gente que talvez nem compreendesse a exata dimensão do problema, mas que certamente carregou o seu ônus.

Contudo, de acordo com os anúncios divulgados no anuário, as consequências da crise somente foram sentidas a partir do início de 1915¹⁶, quando o anuário registrou apenas 39 anúncios para o bairro do Bexiga. Curiosamente, nesse ano, o setor da saúde, representado por oito médicos e seis farmácias, foi responsável pela maioria dos anúncios publicados – 14 casos, ou aproximadamente 36% do total de 39 registros –, restando ao setor de alimentação apenas sete registros (dois açougues, quatro padarias e um armazém de secos e molhados). Já a construção civil seria representada pelo anúncio de apenas um engenheiro. No caso dos dois setores é flagrante a presença de anúncios de profissionais liberais. Embora não se saiba exatamente qual a realidade desses profissionais, dificilmente eles estariam isentos das consequências da crise financeira do país. O mais provável é que, justamente por se tratar de um momento de crise, investissem esforços extras na divulgação de seu trabalho.

Com pequenas flutuações, a situação perduraria até 1918, ano do final do conflito, quando localizamos 134 anúncios. Naquele momento, o setor de alimentação, com 41 anúncios, voltaria a se destacar sobre os demais, seguido pelo da saúde, com 35 anúncios, representando, respectivamente, 30,60% e 26,11% desse total. Já o setor da

15 FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930. Historiografia e história*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 157-158.

16 A publicação do anuário era feita no início do ano, portanto, as informações relativas a 1914 são anteriores à deflagração do conflito.

construção civil, com oito anúncios (5,97%), demoraria ainda algum tempo para se recuperar, perdendo lugar, inclusive, para o setor de vestuário e acessórios (9,7%).

Vale lembrar ainda que a publicação do anuário acontecia no início do ano, e que a assinatura do armistício ocorreu em novembro de 1918. Portanto, as tendências de crescimento já estavam dadas havia quase um ano. O fato é que, independentemente das crises geradas pela guerra, nesse momento a economia paulista já mostrava sinais de recuperação, pelo menos no que tange ao espaço do bairro do Bexiga.

No biênio 1922-1923 observa-se a retomada do crescimento. Passados quatro anos desde o final da guerra, as atividades ligadas à alimentação mantêm a liderança em relação às demais. Entre os 440 anúncios registrados, 178 deles (40,45%) se referem a atividades de algum modo vinculadas ao setor, composto quase sempre de açougues, padarias e armazéns de secos e molhados destinados à satisfação de necessidades básicas, mas também de estabelecimentos dedicados ao comércio e serviços que envolviam produtos considerados “supérfluos”, tais como confeitarias, confeitos, salsicharias e comércio de vinhos, ou ainda alguns botequins.

Na sequência se destaca o setor de vestuário e acessórios, com 50 anúncios (11,36%) envolvendo a manufatura e o comércio de roupas, sapatos e chapéus. Também é nesse momento que os anúncios divulgando serviços de caráter pessoal ganham destaque. Do total de 440 anúncios, 46, ou aproximadamente 10%, se relacionam a algum tipo de serviço, desde aqueles mais básicos, prestados por barbeiros e tintureiros, até aqueles envolvendo profissionais liberais como os advogados.

Nos anos 1922-1923, a saúde se mantém como uma das categorias a concentrar um grande número de anúncios de farmácias, médicos, parteiras, dentistas e até um químico. Com 44 registros, o setor representa aproximadamente 10% dos anunciantes naquele ano.

De modo geral, os dados coletados nesse biênio evidenciam alguns aspectos relevantes. Pela primeira vez desde 1914, nenhuma das categorias elencadas se apresenta em branco. Mesmo aquelas atividades de menor importância no cenário produtivo demonstram alguma preocupação de divulgação profissional, caso especialmente dos agentes comerciais, do comércio de aparelhos elétricos, máquinas e equipamentos, e das atividades vinculadas à informação e comunicação e à educação. Nesses casos, a introdução de atividades de caráter aparentemente menos essencial (ainda que em número reduzido), que ao menos teoricamente deveriam estar circunscritas ao centro da cidade, parece indicar certa tendência de especialização das atividades no perímetro central, deslocando-se para as áreas envoltórias os estabelecimentos voltados para a venda de maquinário, os pequenos serviços, as oficinas e pequenas manufaturas outrora ali sediadas. De toda maneira, quaisquer conclusões nesse sentido pedem uma análise mais detalhada envolvendo a localização desses negócios, assim como o tempo de permanência naquele espaço. Fato é que os dados relativos aos anos 1922-1923 demonstram um amadurecimento do papel representado pelo bairro do Bexiga na economia urbana da cidade de São Paulo.

Entretanto, a insurreição militar de 1924, deflagrada em 5 de julho daquele ano, se não interrompeu o ritmo de crescimento da economia paulistana, reduziu drasticamente seu impulso. Um conjunto de fatores decorrentes do conflito afetou

principalmente os bairros populares. O clima de insegurança diante da ameaça constante dos bombardeios ocorridos em alguns bairros levou parte da população a buscar abrigo no interior paulista, e a população que permaneceu na cidade viu-se diante da escassez de alimentos em virtude da dificuldade de abastecimento. Consequentemente, ocorreram saques em armazéns e depósitos, gerando prejuízos a comerciantes e produtores. Até os últimos anos da década, a recuperação da economia foi parcial, sem nunca atingir o nível alcançado no biênio 1922-1923.

Em 1927, embora alguns setores (como alimentação, vestuário e acessórios pessoais, comércio de gêneros diversos, serviços pessoais e saúde) mantivessem certo ritmo de crescimento, o total de 495 registros demonstra uma pequena desaceleração em relação ao biênio 1922-1923. Se, ali, a ordem de crescimento em relação ao período anterior chegou a mais de 220%, agora o salto seria muito inferior, de pouco mais de 12%. Contudo, ainda que o crescimento tenha sido reduzido, os dados coletados continuam a apontar para a tendência, já esboçada nos anos anteriores, de concentração daqueles setores entre as atividades exercidas no bairro do Bexiga. O mesmo pode ser dito para 1931. Passados quatro anos, os anúncios publicados no *Almanak Laemmert* totalizaram 604 registros, com um crescimento de 22,02%.

Na realidade, a perda do impulso de crescimento, registrada entre 1918 e 1923, tem a ver com uma questão mais ampla da economia brasileira, caracterizada pela dependência do setor agrário-exportador, cabendo aos setores secundário (fábricas) e terciário (comércio e serviços) um papel menos relevante. A dependência das exportações do café desde há muito constituía um problema para o país, mas foi a crise gerada pela quebra da Bolsa de Nova York, em 1929, que detonou a recessão e o fim de uma fase da economia brasileira. De maneira geral, a queda das exportações e a redução das importações, o fechamento de fábricas e de estabelecimentos comerciais e o conseqüente desemprego foram o estopim para os enfrentamentos entre os segmentos politicamente atuantes naquele período, que culminariam na Revolução de 1930, e nas mudanças políticas e sociais dela decorrentes.

Portanto, os índices apresentados pelos anúncios publicados no *Almanak Laemmert* no decorrer do período estudado mostram-se coerentes com a realidade econômica e política subjacente à realidade do bairro.

De maneira geral, a análise das informações oriundas do levantamento do *Almanak Laemmert* indicou aspectos relevantes para a compreensão da evolução das atividades produtivas no bairro do Bexiga:

I. O *predomínio dos estabelecimentos voltados para alimentação*, incluídas as atividades comerciais e de serviços em relação a outros setores produtivos. Em 1914, por exemplo, esse segmento foi responsável por aproximadamente 54% do total de 310 atividades registradas nas ruas do bairro. Em algumas delas, chegou a compor a quase totalidade dos negócios (caso das ruas Aguiar de Barros, Conselheiro Carrão, Maria Paula, Santo Amaro e do Sol). A exceção ficou por conta da Av. Brigadeiro Luís Antônio, onde o setor de alimentos respondeu por apenas 35,84% do total de 53 atividades registradas. Trata-se de armazéns de secos e molhados e quitandas, voltados ao abastecimento doméstico de gêneros de primeira necessidade.

2. *A variedade e complexidade do comércio e serviços oferecidos em determinadas ruas*, de modo a suprir praticamente todas as necessidades dos moradores do bairro e dos bairros adjacentes. A Rua Conselheiro Ramalho é um dos exemplos mais expressivos desse fenômeno, só superado pela Av. Brigadeiro Luís Antônio. A tendência se acentuou com o passar dos anos. Em 1921, a diversificação de negócios foi acompanhada, ainda que timidamente, pela introdução de serviços mais especializados (livrarias, papelarias, comércio de fotografias e bilhetes postais, comércio de jornais e revistas, editores de livros e músicas, tipografias, serviços de importação e exportação, representantes de casas comerciais, ourives e relojoeiros, professores de violino e piano, afinadores de pianos, modistas e comércio de modas e confecções, alfaiatarias, casas de banho etc.), quase todos até então praticamente exclusivos das ruas do Triângulo (15 de Novembro, Direita e São Bento). Ao lado desses estabelecimentos, outros menos “charmosos” respondiam às necessidades de produtos e serviços mais simples, porém fundamentais (barbearias, sapatarias, tinturarias, marcenarias, carpintarias, ferreiros, bombeiros hidráulicos, construtores, correarias e selarias, farmácias, parteiras, como também as lojas de armarinhos, fazendas e modas, de materiais de construção, ferragens e quinilharias, carvão vegetal etc.).

3. *A presença de um número considerável de profissionais liberais* (professores, engenheiros, advogados, médicos, farmacêuticos, dentistas e até um veterinário) em diversas ruas do bairro, desde o ano de 1909, comprova que nesse momento o bairro já se mostrava como um espaço que abrigava diferentes camadas sociais.

4. *A conjugação de diferentes tipos de negócios num mesmo endereço*, eventualmente sob o comando de um mesmo proprietário.

UM CASO ESPECIAL: AS COCHEIRAS

O objetivo deste tópico é pensar a questão que fundamenta nossa suposição: até que ponto o comércio varejista de alimentos se dirigia exclusivamente à demanda dos moradores do bairro do Bexiga ou se destinava sobretudo à satisfação das necessidades dos moradores dos bairros vizinhos ou ainda de outras áreas da cidade – pelo número de estabelecimentos comerciais de gêneros de primeira necessidade no bairro é possível supor que as demandas externas eram prioridade, possibilidade que a presença das “cocheiras” ajuda a fundamentar.

Curiosamente, ainda que os lançamentos anuais de impostos sobre atividades indiquem esses estabelecimentos como um tipo de atividade econômica, os almanaques não contêm quaisquer referências às cocheiras. Contudo, as solicitações de licença para construção e/ou reforma das cocheiras na Série Obras Particulares demonstram que sua presença é inquestionável.

A instalação de cocheiras nem sempre era feita em função do abrigo de veículos e animais particulares ou mesmo de um negócio particular de seus proprietários, mas também podia responder à demanda de outros negociantes do bairro por baias para abrigo de carroças e animais, enfim, como espaço alugado. Dessa maneira, a construção ou o acréscimo no número de baias nas cocheiras existentes poderia ser uma resposta à demanda por esse tipo de espaço e, nesse caso, o negócio era *a própria cocheira*.

Outra possibilidade nesse mesmo sentido era o negócio não se restringir às cocheiras, mas também incluir itens relacionados a veículos e animais. Nesse caso, tratava-se de um serviço específico de *transporte de mercadorias* prestado aos comerciantes locais que não dispusessem de espaço físico para a própria cocheira ou de meios financeiros para arcar com todas as despesas acarretadas pela manutenção de veículos e animais. Essas despesas envolviam, no mínimo, a instalação em locais apropriados de animais sob as condições impostas pela legislação, incluindo a alimentação de cavalos, mulas e vacas, os cuidados com eventuais doenças e os serviços de ferradores de animais.

Diante da inexistência de registros ou pistas acerca do funcionamento das cocheiras e, conseqüentemente, do envolvimento dos veículos e animais ali estacionados com o comércio e distribuição de produtos, buscamos respostas na legislação que, direta ou indiretamente, incidisse sobre essas atividades.

Pelo menos desde meados do século XIX, o poder público procurava controlar as condições de funcionamento desses espaços através de leis, decretos e fiscalização direta. O *Código Sanitário* de 1894 foi um dos primeiros a estabelecer regras mais rígidas sobre a localização de cocheiras e estábulos, assim como sobre as suas condições de higiene. Entre os pontos abordados pelo Código, destacam-se aqueles que dizem respeito à localização das cocheiras:

Artigo 335 – *Devem ser proibidas cocheiras e estabulos, nos pontos da cidade e povoações em que a população fôr densa, salvo os casos dos arts. 70 e 71 do capitulo 2.º com relação a cocheiras e estabulos particulares.*

Artigo 336 – *As municipalidades devem determinar em cada cidade a área onde taes installações devem ser proibidas.*

Artigo 337 – *Os estabulos e cocheiras devem ficar sempre isolados e afastados das habitações.*

Artigo 338 – *Deverão ser collocadas a distancia de 8 metros pelo menos das ruas e praças publicas¹⁷.*

Já na segunda década do século XX, em 1911, o Capítulo 15 do Decreto n. 2.141 dispunha que:

Artigo 380 – *São prohibidos os estabulos e cavallariças nos pontes das cidades o povoações em que a população fôr densa.*

17 SÃO PAULO (Estado). Decreto n. 233, de 2 de março de 1894. Estabelece o Codigo Sanitario. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Secretaria Geral Parlamentar. Departamento de Documentação e Informação. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1894/decreto-233-02.03.1894.html>>. Acesso em: 20 jun. 2016 (grifos nossos). Foi mantida a grafia original dos documentos legais.

Artigo 381 – *As cavallariças e estabulos devem ficar á distancia minima de dez metros das ruas, praças publicas e habitações*¹⁸.

Nos dois documentos, destacam-se os artigos 335 e 380, respectivamente, que dizem respeito à proibição desses alojamentos em pontos da cidade *em que a população fosse densa*. A disposição da lei confirma-se pelos pareceres técnicos elaborados por fiscais e engenheiros da Diretoria de Obras e Viação da Prefeitura contidos nas solicitações das Obras Particulares, evidenciando a obrigatoriedade de essas edificações ficarem *distantes de ruas, praças e habitações*.

Poucos anos após o Decreto n. 2.141, em 9 de fevereiro de 1918, foi promulgada a Lei n. 2.117, regulamentando “o lançamento e a arrecadação do imposto sobre cocheiras”¹⁹. O teor dessa lei colocou alguns aspectos importantes para se conhecer mais profundamente o papel desempenhado por esses estabelecimentos. O primeiro deles se relaciona ao fato de as cocheiras serem reconhecidas pela municipalidade como um tipo de negócio e assim estarem sujeitas ao pagamento de taxas. Conforme o artigo 1º, “O imposto de industrias e profissões, sobre cocheiras, será lançado e arrecadado [...] independente de qualquer outro imposto ou modalidade de imposto a que o contribuinte esteja sujeito”²⁰; a seguir, o art. 2º estabelece que “o exercicio dessa industria continua a depender de alvará de licença”²¹.

Independentemente da taxa que incidia sobre a cocheira, o proprietário também era taxado sobre as demais atividades a que a tal “indústria” estivesse relacionada. Por exemplo, se a cocheira estivesse a serviço de uma padaria, seu proprietário pagaria um imposto pela cocheira e outro pela padaria. Tudo indica que esse exemplo também pode ser estendido aos vendedores ambulantes de quitandas e armazéns, nos quais os negociantes em questão também pagariam duas taxas diferentes, uma pela cocheira, outra pela licença para a comercialização do produto em questão. O outro aspecto está contido no artigo 2º da lei, que especifica que “O exercicio dessa indústria [a cocheira] continua a depender de alvará de licença”²². Nesse caso, independente do uso dado à cocheira – pessoal ou vinculado a um negócio –, seu proprietário deveria ter o alvará e, conseqüentemente, deveria pagar o respectivo imposto, independente “de qualquer outro imposto ou modalidade de imposto a que”²³ ele estivesse sujeito.

18 Idem, Decreto n. 2.141, de 14 de novembro de 1911. Reorganiza o Sistema Sanitario do Estado. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Secretaria Geral Parlamentar. Departamento de Documentação e Informação. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1911/decreto-2141-14.11.1911.html>>. Acesso em: 20 jun. 2016 (grifos nossos).

19 SÃO PAULO (Município). Lei n. 2.117, de 9 de fevereiro de 1918. Regula o lançamento e a arrecadação do imposto sobre cocheiras. Câmara Municipal de São Paulo. Legislação. Disponível em: <<http://documentacao.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/leis/L2117.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

20 Ibidem (grifos nossos).

21 Ibidem (grifos nossos).

22 Ibidem.

23 Ibidem.

As disposições revogadas pela Lei n. 2.117, vinculadas à Lei n. 493 de 26/10/1900, dizem respeito aos artigos 35 e 36 respectivamente: “Tabella do imposto de licenças, estacionamentos e localizações” e “Perímetro para a cobrança do imposto de cocheiras”²⁴. Já o § 1º, do artigo 21 da Lei 790, de 17/11/1904, estabelecia o valor a ser pago pelas “Cocheira(s) de cavallares, muares ou vaccas, dentro do perímetro, para mais de dez animaes”²⁵, além de definir que as cocheiras fora do perímetro nada pagariam.

Para aferir os “perímetros” indicados na legislação de 1900 e 1904, os atos n. 671 e 972 permitem acompanhar a inserção do bairro do Bexiga na lógica da cidade em seu conjunto. Já o Ato n. 671, de 14/3/1914, que “dispõe sobre o reconhecimento de ruas”²⁶ da cidade, estabelece a *Planta da cidade de São Paulo* (1913) como parâmetro para o reconhecimento das ruas consideradas públicas. Dois anos mais tarde, o Ato n. 972²⁷, de 24/8/1916, transferiu essa responsabilidade à *Planta da cidade de São Paulo* (1916), justamente o mapa sobre o qual se assentou a definição dos perímetros “central”, “urbano”, “suburbano” e “rural” indicados na Lei n. 2.117.

Na planta de 1916 encontram-se assim definidos os quatro perímetros da cidade: o perímetro central, demarcado em verde; o perímetro urbano, demarcado em rosa; o perímetro suburbano, demarcado em amarelo; e, a partir deste, o perímetro rural. Em 1916 inseria-se o bairro do Bexiga (delimitado aqui com uma linha branca) no perímetro urbano e, dessa maneira, de acordo com o espaço delimitado pela Lei n. 2117, as taxas que incidiam sobre as cocheiras localizadas no bairro variavam de 50 mil réis (para aquelas que abrigavam até cinco animais ou cinco baias), 50 mil réis mais 5% do total (para aquelas com lotação entre seis e dez baias), 100 mil réis mais 5% (para aquelas com lotação entre 11 e 20 baias), 150 mil réis mais 10% (para aquelas com lotação entre 21 e 30 baias), e 200 mil réis mais 10% (para aquelas com lotação para mais de 30 animais). Cabe destacar ainda que a Lei n. 2117 só foi revogada pela Lei n. 14.106, de 12 de dezembro de 2005, quando há muito tempo as cocheiras haviam desaparecido do espaço urbano da capital paulista.

24 SÃO PAULO (Município). Lei n. 493, de 26 de outubro de 1900. Fixa a despesa e orça a receita do municipio para o anno financeiro de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1901. Câmara Municipal de São Paulo. Legislação. Disponível em: <<http://documentacao.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/leis/L493.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

25 Idem, Lei n. 790, de 17 de novembro de 1904. Orça a receita e fixa a despesa do municipio de S. Paulo para o exercicio de 1905. Câmara Municipal de São Paulo. Legislação. Disponível em: <<http://documentacao.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/leis/L790.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

26 Idem, Acto n. 671, de 14 de março de 1914. Dispõe sobre o reconhecimento de ruas. Câmara Municipal de São Paulo. Legislação. Disponível em: <<http://documentacao.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/actos/Ao671-1914.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

27 Idem, Acto n. 972, de 24 de agosto de 1916. Considera publicas, para todos os effeitos municipaes, todas as ruas, avenidas e praças, com os respectivos nomes, constantes da “Planta da cidade de S. Paulo”, levantada pela Directoria de Obras e Viação. Câmara Municipal de São Paulo. Legislação. Disponível em: <<http://documentacao.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/actos/Ao972-1916.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2016.



Figura 1 – *Planta da cidade de São Paulo, 1916. Divisão Cadastral da Directoria de Obras e Viação da Prefeitura Municipal. Fonte: Histórico Demográfico do Município de São Paulo. AHSP*

Outro aspecto envolvendo, ainda que indiretamente, a presença das cocheiras referia-se à necessidade de normatização e controle da circulação de veículos pela cidade de São Paulo, em constante processo de expansão. Os antigos veículos movidos a tração animal operavam com uma lógica de tempos mais “lentos”, entrecruzando-se nas ruas da cidade com os modernos automóveis movidos a motor de combustão e representando o nítido símbolo do “atraso” e da “não civilidade” de uma cidade que cada vez mais se pretendia “cosmopolita” e “moderna. Por outro lado, além da fiscalização sobre a circulação (velocidade, locais de circulação e estacionamento etc.), também era necessário controlar as condições de funcionamento dos veículos (se motorizados ou movidos a tração animal); a competência profissional de seus condutores (através da concessão de carteiras de motorista mediante exames práticos específicos); o destino dos veículo (se de condução pessoal ou de carga) etc.

Três normas em especial abordaram essas questões: a Lei n. 2.264, de 13/2/1920, “sobre a inspeção e fiscalização do trânsito de veículos”²⁸; o Ato n. 1.426, de 26/4/1920, regulamentando alguns aspectos da Lei 2.264; e, por fim, a Lei n. 2.318, de 11/9/1920, que veio detalhar os aspectos da Lei n. 2.264 relacionados aos veículos destinados ao

28 Idem, Lei n. 2.264, de 13 de fevereiro de 1920. Dispõe sobre a inspeção e fiscalização do transito de veículos no município. Câmara Municipal de São Paulo. Legislação. Disponível em: <<http://documentacao.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/leis/L2264.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

transporte de passageiros. Dessas normas interessa o Ato n. 1.426, particularmente os artigos 34, 36 e 90:

Art. 34 – Os veículos ficam divididos em duas espécies, a saber: de condução pessoal e de carga, e serão numerados de acôrdo com o art. 1º e seus paragrafos.

[...]Art. 36 – Os veículos destinados ao transporte de carga serão de três categorias, a saber: de aluguel, particulares e oficiais.

a. Os primeiros são os destinados a servir o publico, mediante remuneração ou frete, estacionando ou não nos pontos referidos neste Ato e terão na placa a letra A;

b. Os segundos são os destinados ao serviço exclusivo de seus proprietários e terão na placa a letra P;

c. Os terceiros são de propriedade da União, do Estado ou do Município e terão os emblemas respectivos²⁹.

Os artigos mencionados acima esclarecem especialmente a questão relativa ao controle sobre a utilização dos veículos, se de transporte pessoal ou de carga. No caso do transporte pessoal, enquanto os veículos “de tração animada” ficavam dispensados do uso de placas indicativas, nota-se a obrigatoriedade do uso dessas placas nos automóveis movidos a motor de combustão, o que evidencia uma fiscalização mais rígida sobre os mesmos. Já no caso do transporte de cargas, as placas indicativas seriam sempre obrigatórias.

Por fim, o Capítulo IX, “Das empresas de transporte”, estabelece:

Art. 90 – Os donos, diretores ou gerentes das empresas de transporte de carga ou passageiros, deverão velar constantemente para que os condutores andem decentemente vestidos, os seus carros ofereçam a necessária limpeza, segurança e conforto, os animais estejam ferrados e bem tratados e as cocheiras mantidas com asseio³⁰.

O Capítulo IX, ao se referir às obrigações dos proprietários e dirigentes das empresas de transporte de carga ou passageiros, remete aos espaços destinados ao abrigo dos veículos que nos interessam mais de perto – as cocheiras – e dá a medida de sua recorrência em certas áreas da cidade. Tratava-se de um tipo de “negócio” que envolvia “empresários” específicos.

Expostas as obrigações fundamentais a que estavam submetidas as empresas de transporte, espera-se ter completado o quadro legal que cercava a presença das cocheiras no espaço urbano. Ainda que nem todas as questões que envolvam as cocheiras e a

29 Idem, Ato n. 1.426, de 26 de abril de 1920. Regulamenta a Lei n. 2.264, de 13 de fevereiro de 1920. Câmara Municipal de São Paulo. Legislação. Disponível em: <<http://documentacao.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/actos/AL426-1920.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2016 (grifos nossos).

30 Ibidem (grifos nossos).

suposta distribuição de produtos e serviços tenham sido respondidas, o conjunto de ações (e intenções) do poder público no sentido de controlar a circulação e o estacionamento de veículos forneceu pistas das possíveis funções desses estabelecimentos.

O Bexiga envolve uma área de grandes proporções, e as cocheiras estiveram presentes em praticamente todo o bairro, com exceção das ruas próximas ao centro, o que deve ser atribuído à proibição desse tipo de atividade em locais “em que a população fôr densa”, como estabelecido pelo *Código Sanitário*³¹ de 1894.

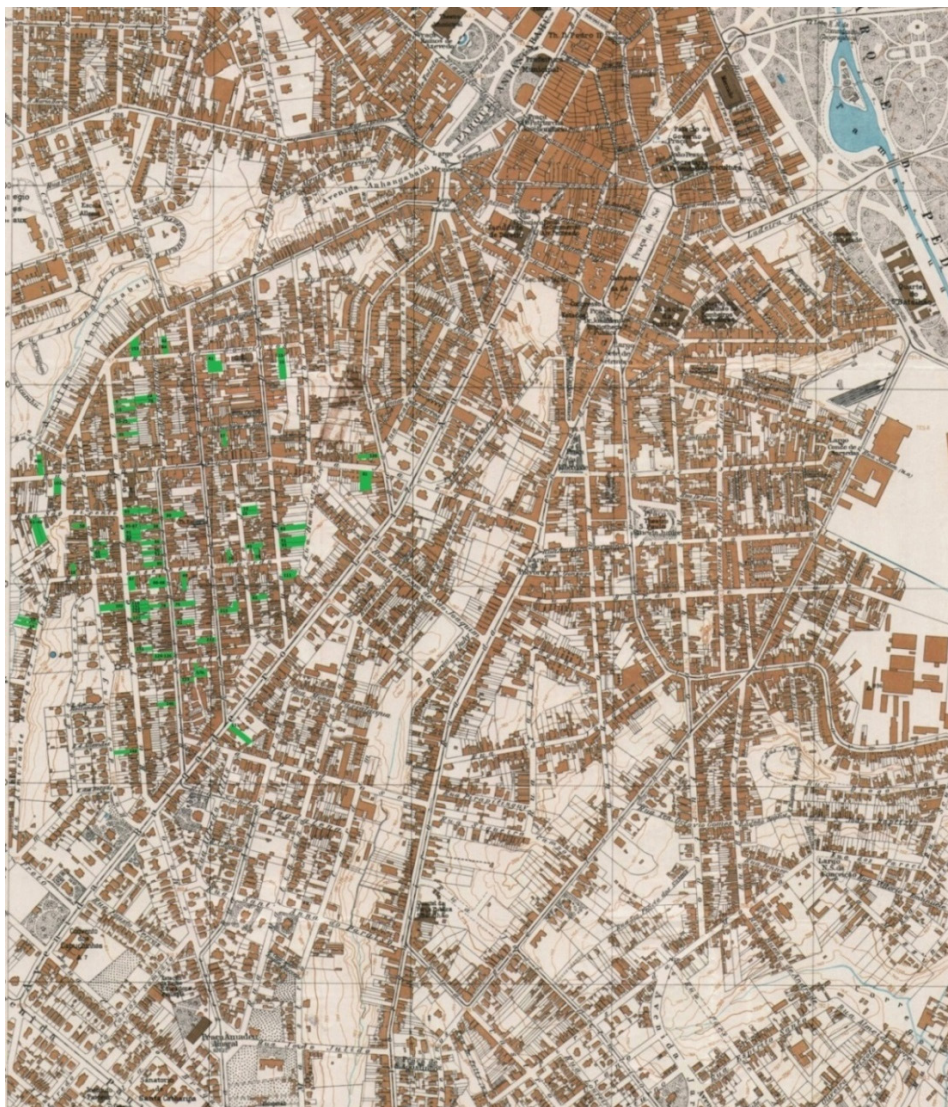


Figura 2 – Espacialização conjectural das cocheiras no bairro do Bexiga, entre 1906 e 1923. Planta Sara Brasil, 1930. Fonte: AHSP

31 SÃO PAULO (Estado). Decreto n. 233, de 2 de março de 1894, op. cit.

A *Planta Sara Brasil* (figura 2) contém uma espacialização aproximada dos imóveis ocupados por esses estabelecimentos. Como muitas das cocheiras se mantiveram por todo o período investigado, a espacialização foi feita em uma única planta, independentemente do ano de sua ocorrência.

Embora o maior número de cocheiras estivesse concentrado nas ruas Treze de Maio e Rui Barbosa, elas se disseminaram por praticamente todas as demais vias do bairro. Com exceção das ruas mais curtas – as transversais São Domingos, Quatorze de Julho, Manoel Dutra, São Vicente, Conselheiro Carrão e Fortaleza – quase todas eram vias que desembocavam na Av. Brigadeiro Luís Antônio, principal eixo de articulação com o Centro e a Av. Paulista. Essa era uma artéria de extrema importância tendo em vista ligar o Centro aos bairros localizados ao sul da cidade – Morro dos Ingleses, Av. Paulista e Paraíso³² –, e ao então município de Santo Amaro. No caso do Morro dos Ingleses e da Av. Paulista, tratava-se de bairros exclusivamente residenciais, cujos moradores constituíam uma clientela potencial para os comerciantes e prestadores de serviços estabelecidos nas ruas do Bexiga.

Diante desse cenário, ainda que não haja como confirmar concretamente a hipótese de que os produtos do comércio e dos serviços oferecidos por negociantes do Bexiga se destinassem a abastecer outros bairros, as informações recolhidas na Série Obras Particulares fornecem fortes indícios nessa direção. Além da construção de novas cocheiras, as solicitações também podiam envolver reconstrução, reforma, redução ou acréscimo de baias às construções mais antigas, razão pela qual os 113 processos originais reduziram-se a 80 casos. Desses casos, em dez ocasiões foi possível identificar os proprietários que alteraram suas cocheiras de maneira a aumentar ou reduzir o número de baias.

Interessante notar que uma parcela das reformas visando à redução do número de baias em cocheiras existentes ocorreu em fase de crise econômica, durante o período da Primeira Guerra Mundial. Alguns dos proprietários já haviam, inclusive, acrescido espaço para mais animais, contudo, em tempos de crise é provável que naquele momento optassem por diminuir as despesas. Um caso exemplar nesse sentido foi aquele de Francisco Volpe. Em 1910, ele construiu uma cocheira que continha cinco baias na Rua Rui Barbosa n. 78; em 1915, ele as reconstruiu, acrescentando mais uma baia; em 1918, ele novamente reformou a cocheira, agora eliminando duas baias; no ano seguinte, 1919, ele voltou a acrescentar mais uma baia à sua cocheira.

Na outra ponta dos proprietários de cocheiras, há aqueles que parecem ter tido mais sorte no negócio. Esse foi o caso, por exemplo, de Domingos Longo, que em 1911 apresentou um “projeto de casa com armazém no alinhamento e cocheira nos fundos do terreno, com *sete baias*”, na Rua Major Diogo n. 83. Oito anos depois, em

32 Isso para não falar no loteamento da Vila América, empreendimento lançado pela Companhia Edificadora de Villa América em 1915. Seguindo-se a Av. Brigadeiro Luís Antônio, e ultrapassada a Av. Paulista, o loteamento envolvia os terrenos localizados exatamente abaixo dessa avenida, dando origem ao bairro atualmente conhecido como Jardim Paulista.

1919, ele pediu licença para “reforma de cocheira, com redução de 27 para 16 baias”³³. Em algum momento entre os anos que se passaram desde a construção da cocheira, Longo acrescentou 20 baias à cocheira existente. Agora, ele reduzia o número de baias e, conseqüentemente, de animais. De toda maneira, mesmo levando em conta a eliminação de onze animais, a sua posição privilegiada em relação aos demais proprietários de cocheiras é indiscutível.

Parece lógico pensar que, no caso das cocheiras com um alto número de baias, tratava-se de um negócio provavelmente voltado para o transporte de mercadorias. Do total das 80 cocheiras localizadas na série Obras Particulares, 16 solicitações estavam claramente associadas a algum tipo de negócio, mas em apenas nove ocasiões foi possível identificar o solicitante ou o endereço fornecido no *Almanak Laemmert*.

Em relação às cocheiras de maiores dimensões, foram identificados sete casos, distribuídos pelas ruas Major Diogo, Maria José, Rui Barbosa, São Domingos e Saracura Pequena. Foi possível verificar a tendência para aumento da construção ou reforma das cocheiras em determinados períodos, o que ocorreu principalmente nos anos de 1915, 1918 e 1919. Em 1915, mais proprietários encaminharam pedidos de licença para construção e/ou reforma de cocheiras, num total de 19 casos, sendo que ali se destacaram as cocheiras com duas baias (cinco) e as cocheiras com seis baias (seis). Na sequência, em 1918, foram identificados 15 casos. Ali, a única categoria ausente é aquela das cocheiras com cinco baias, visto que as demais categorias foram todas contempladas. Já em 1919 ocorreram 19 processos, nos quais se percebe a prevalência de cocheiras com uma baia (quatro), cocheiras com três baias (quatro) e cocheiras com sete ou mais baias (quatro).

Nesse momento, cabe retomar algumas informações fornecidas pela Lei n. 2.117³⁴, especialmente o artigo primeiro, no qual estão discriminados os valores dos impostos sobre as cocheiras. Do total de solicitações encaminhadas à Diretoria de Obras entre 1905 e 1923, envolvendo a construção e/ou reforma de cocheiras, há referências a 11 casos com mais de 7 baias, sendo que apenas quatro superavam a lotação para 11 ou mais animais/baias e, nesses casos, o imposto a pagar era de cem mil réis, mais 5% do total. Nos casos restantes, em que o número de animais abrigados era inferior a dez, o imposto a pagar anualmente restringia-se a 50 mil réis ou 50 mil réis mais 5%. Diante desses dados, verifica-se que a maioria absoluta das cocheiras pertencia a pessoas de pequenas e médias posses, o que provavelmente também se aplica aos supostos negócios envolvidos com essas cocheiras.

Na tentativa de ampliar o leque de dados sobre as cocheiras identificadas na série Obras Particulares, assim como preencher lacunas deixadas por aquela documentação, buscamos eventuais informações nos lançamentos do Imposto sobre

33 Obras Particulares, OP/1911/002.238, 17/05/1911; OP/Doc.18-CX.MI, 10/02/1919, AHSP. Um ano depois do encaminhamento do processo junto à Diretoria de Obras, o serviço de Emplacamento da Prefeitura alterou a numeração do imóvel para o número 91.

34 SÃO PAULO (Município). Lei n. 2.117, de 9 de fevereiro de 1918, op. cit.

Comércio e Indústria efetuados nos anos de 1923 e 1933³⁵. Nesses documentos, o levantamento de todas as vias do bairro do Bexiga, distrito da Bela Vista, possibilitou a identificação inquestionável dos casos de cocheiras e garagens. E, embora o número desses estabelecimentos tenha se mostrado bastante reduzido em relação aos exemplares encontrados nas Obras Particulares, eles confirmaram se tratar de uma atividade produtiva específica que, como qualquer outra “indústria”, estava sujeita a tributação.

No Imposto sobre Comércio e Indústria a primeira informação que ressalta aos olhos é a distinção entre as *cocheiras de animais* e as *cocheiras de aluguel* – as primeiras, supostamente voltadas ao *abrigo* de animais, e as segundas, mais especificamente ao *aluguel* de vagas para animais e provavelmente veículos. Contudo, essa distinção talvez não fosse tão rígida, pois no caso de Antônio Pansardi, proprietário de uma cocheira com nove baias à Rua São Domingos n. 41, único a figurar nas relações de contribuintes de 1923 e 1933, em um ano a cocheira é *de animais* e no outro, *de aluguel*.

A transformação do serviço de cocheiras em outros negócios relacionados ao transporte ocorreu em duas ocasiões. A primeira foi aquela em que Domingos Bruno, que em 1915 era proprietário de uma cocheira com seis baias na Rua Major Diogo e que consta no lançamento do imposto de 1933 como proprietário de uma *empresa de transportes*. Possivelmente, a antiga cocheira de Bruno também se destinasse ao transporte de objetos, móveis, mercadorias etc., servindo aos comerciantes locais necessitados de veículos para entrega dos seus produtos. A segunda ocasião em que foi identificada uma mudança de “ramo” se refere a Luiz Monticelli, que possuía uma cocheira na Rua João Passalacqua n. 26 desde 1912, ano em que pediu autorização para a construção da mesma sem definir o número de baias. Monticelli voltou a procurar a Diretoria de Obras para fazer alterações no imóvel em 1915 e 1919, indicando ora três, ora quatro baias. Em 1933, ele aparece como proprietário de uma “garage de aluguel”, do que se infere que o espaço não serviria mais ao abrigo de animais e carroças, mas sim de automóveis. Embora não seja possível saber em que momento ele optou por essa mudança, a identificação de negócios sujeitos ao pagamento do Imposto sobre Comércio e Indústria naquele ano deixa claro que àquela altura o automóvel movido a motor de combustão era uma realidade inquestionável. Entre as 38 atividades ligadas ao transporte de pessoas e veículos, há 20 casos que de alguma maneira se vinculavam a esse tipo de veículo: garagens, oficinas mecânicas, postos de gasolina, vulcanização de veículos, comércio de automóveis, peças, pneus e óleos. Assim, é possível deduzir que Monticelli tenha procurado se aproveitar da nova moda para incrementar seu negócio...

Se nos anos apontados houve um aumento efetivo de processos envolvendo as cocheiras do bairro, a partir de 1920 houve um decréscimo radical. A ausência de

35 Imposto do Comércio e Indústria (1923) – Distrito da Bela Vista, *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, abril de 1923. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/3773108/pg-294I-diario-oficial-diario-oficial-do-estado-de-sao-paulo-dosp-de-18-04-1923>>. Acesso em: 13 out. 2014; e Imposto do Comércio e Indústria (1933) – Distrito da Bela Vista, *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, junho de 1933. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/3926582/pg-33-diario-oficial-diario-oficial-do-estado-de-sao-paulo-dosp-de-10-06-1933/pdfView>>. Acesso em: 30 mar. 2015.

processos envolvendo cocheiras a partir desse ano certamente está relacionada à tendência de desaparecimento dessas tipologias. Embora alguns testemunhos iconográficos indiquem a presença das carroças nas ruas da cidade, pelo menos até os anos 1940, cremos que a partir dos anos 1920, o crescente processo de metropolização da cidade implicou a tendência de as cocheiras serem “expulsas” para “novos” arrabaldes. Por outro lado, a cobrança do Imposto de Comércio e Indústria de 1933 indica que na década de 1930 já se iniciava uma gradual substituição dos veículos a tração animal utilizados no transporte de cargas por aqueles motorizados.

CONCLUSÕES

Observamos anteriormente a profusão de pequenos e médios negócios distribuídos por três áreas distintas do Bexiga: o loteamento original, a Saracura e a área de influência da Av. Brigadeiro Luís Antônio. A partir dessas constatações, levantamos a hipótese central deste ensaio acerca da suposta função do bairro no abastecimento alimentar das áreas lindeiras. Porém, mais do que efetivamente comprovar essa hipótese, o objetivo deste estudo foi fornecer parâmetros para pensar algumas questões fundamentais para a compreensão do processo de urbanização da cidade – a redefinição dos espaços produtivos e sociais e as funções por eles exercidas no processo de expansão urbana ocorrido nas primeiras décadas do século XX –, assim como problematizar as interfaces e interdependências de determinada área em relação ao espaço urbano mais amplo.

Assim, embora nossa hipótese não tenha sido efetivamente comprovada, acreditamos que nossa função primordial tenha sido alcançada.

SOBRE A AUTORA

SHEILA SCHNECK é doutora pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP).

E-mail: shschneck@gmail.com

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMANAK LAEMMERT. Editado nas Oficinas Typographicas do Almanak Laemmert. Disponível em:

<<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

AMERICANO, Jorge. *São Paulo naquele tempo (1895-1915)*. 2. ed. São Paulo: Carrenho Editorial/Carbono 14, 2004, p.103-112.

BURKE, Peter. *O que é história cultural?*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

- FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930. Historiografia e história*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- GRÜNSPUN, Haim. *Anatomia de um bairro. O Bexiga*. São Paulo: Cultura, 1979.
- LEPETIT, Bernard. *Por uma nova história urbana*. São Paulo: Edusp, 2001.
- SÃO PAULO (Município). Acto n. 10, de 14 de maio de 1894. Câmara Municipal de São Paulo. Legislação. Disponível em: <<http://documentacao.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/actos/A0010-1894.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2016.
- _____. Lei n. 2.117, de 9 de fevereiro de 1918. Regula o lançamento e a arrecadação do imposto sobre cocheiras. Câmara Municipal de São Paulo. Legislação. Disponível em: <<http://documentacao.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/leis/L2117.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2016.
- _____. Lei n. 493, de 26 de outubro de 1900. Fixa a despesa e orça a receita do municipio para o anno financeiro de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1901. Câmara Municipal de São Paulo. Legislação. Disponível em: <<http://documentacao.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/leis/L493.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2016.
- _____. Lei n. 790, de 17 de novembro de 1904. Orça a receita e fixa a despesa do municipio de S. Paulo para o exercicio de 1905. Câmara Municipal de São Paulo. Legislação. Disponível em: <<http://documentacao.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/leis/L790.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2016.
- _____. Acto n. 671, de 14 de março de 1914. Dispõe sobre o reconhecimento de ruas. Câmara Municipal de São Paulo. Legislação. Disponível em: <<http://documentacao.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/actos/A0671-1914.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2016.
- _____. Acto n. 972, de 24 de agosto de 1916. Considera publicas, para todos os effeitos municipaes, todas as ruas, avenidas e praças, com os respectivos nomes, constantes da “Planta da cidade de S. Paulo”, levantada pela Directoria de Obras e Viação. Câmara Municipal de São Paulo. Legislação. Disponível em: <<http://documentacao.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/actos/A0972-1916.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2016.
- _____. Lei n. 2.264, de 13 de fevereiro de 1920. Dispõe sobre a inspeção e fiscalização do transito de veículos no municipio. Câmara Municipal de São Paulo. Legislação. Disponível em: <<http://documentacao.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/leis/L2264.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2016.
- _____. Ato n. 1.426, de 26 de abril de 1920. Regulamenta a Lei n. 2.264, de 13 de fevereiro de 1920. Câmara Municipal de São Paulo. Legislação. Disponível em: <<http://documentacao.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/actos/A1426-1920.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2016.
- SÃO PAULO (Estado). Decreto n. 233, de 2 de março de 1894. Estabelece o Codigo Sanitario. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Secretaria Geral Parlamentar. Departamento de Documentação e Informação. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1894/decreto-233-02.03.1894.html>>. Acesso em: 20 jun. 2016.
- _____. Decreto n. 2.141, de 14 de novembro de 1911. Reorganiza o Sistema Sanitario do Estado. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Secretaria Geral Parlamentar. Departamento de Documentação e Informação. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1911/decreto-2141-14.11.1911.html>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

Cartografia e paisagem: o mapa como objeto de estudo

[*Cartography and landscape: the map as an object of study*]

Mônica Balestrin Nunes¹

Artigo baseado na tese de doutorado defendida em 2014 no Departamento de Geografia da FFLCH/USP (*Paisagens clandestinas: a estrutura fundiária como componente da paisagem da zona leste paulistana*) sob orientação da professora doutora Amália Inés Geraiges de Lemos. A participação no Grupo USP-Cofecub contribuiu para a consolidação dos estudos sobre a importância da cartografia e a sua integração na pesquisa.

RESUMO • O objetivo deste artigo é apresentar uma abordagem da cartografia em sua forma objetiva, relacionada à produção e pesquisa de mapas, e também na forma simbólica, como ferramenta de compreensão do espaço, das relações sociais e da paisagem. Está estruturado a partir de breve consideração sobre o papel dos mapas e as relações de poder para em seguida, tratar dos mapas urbanos e como eles podem ser ferramentas na produção das cidades, com a devida distinção entre os mapas que produzem espaço e mapas que são produzidos pelo espaço. O estudo de caso é a cidade de São Paulo, entre 1930 e 1980. Estas considerações dão suporte à abordagem da leitura das paisagens por meio dos mapas e à aproximação da cartografia com a Geografia Humanista. • **PALAVRAS-CHAVE** • Cartografia; paisagem; espaço; estudos urbanos;

São Paulo. • **ABSTRACT** • The purpose of this article is to present a cartographic approach in its objective manner related to the production and research maps, and also in symbolic form, such as understanding tool of the space, social relations and landscape. It is structured from a brief consideration regarding the role of maps and the power relationships to then deal with the urban maps and how can they be tools in the production of the cities with due distinction between the maps that produce space and maps that are produced by the space. The case study is São Paulo City, between 1930 and 1980. These considerations give support to the reading approach of landscapes through the maps and the approximation of the cartography with the Humanistic Geography. • **KEYWORDS** • Cartography; landscape; space; urban studies; São Paulo.

Recebido em 6 de outubro de 2016

Aprovado em 29 de novembro de 2016

NUNES, Mônica Balestrin. Cartografia e paisagem: o mapa como objeto de estudo. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 65, p. 96-119, dez. 2016.

DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.voi65p96-119>

¹ Ministério das Cidades (Brasília, DF, Brasil).

Este artigo busca trazer reflexões sobre as possíveis formas de leitura da paisagem por meio dos mapas e também uma reflexão sobre o objeto cartográfico e suas diversas funções, objetivas ou não, na prática dos profissionais dos estudos urbanos.

A utilização de mapas faz parte do cotidiano dos profissionais que lidam com o urbano: geógrafos, arquitetos, engenheiros, geólogos. Entretanto, pouco se reflete sobre a função e o significado da cartografia nessas práticas profissionais. A representação gráfica, muitas vezes, assume um caráter naturalizado, como se fosse a representação fiel da realidade. E esse fato leva a distorções de compreensão do espaço que, por consequência, levam a tomadas de decisões equivocadas pela ausência de uma “cultura cartográfica” que suscite discussões sobre a representação do mundo, seus alcances e limitações.

A necessidade da discussão sobre a cartografia em trabalhos acadêmicos e na prática profissional deve-se principalmente ao fato de que o objeto dos estudos urbanos deve ser analisado por meio da representação gráfica – plantas de loteamentos, plantas antigas, a própria cartografia digital –, sem a qual não seriam possíveis as análises. Além disso, norma e cartografia se entrelaçam na produção do espaço e da paisagem que se pretende analisar. Normas urbanísticas são quase sempre passíveis de representação no espaço, e, no sentido inverso, cartografia é também uma espécie de norma.

Do mesmo modo que as normas, as relações sociais também podem ser espacializadas: o espaço passou a ser, na pós-modernidade, fundamental para a compreensão da sociedade. Num interessante exercício de aproximação da cartografia e do direito, Boaventura Sousa Santos afirma:

O espaço parece, pois, transformar-se no modo privilegiado de pensar e agir o fim do século. Assim sendo, é de pensar que as representações sociais do espaço adquiram cada vez mais importância e realidade analíticas. [...]

Todos os conceitos com que representamos a realidade e à volta dos quais constituímos as diferentes ciências sociais e suas especializações, a sociedade e o Estado, o indivíduo e a comunidade, a cidade e o campo, as classes sociais e as trajetórias pessoais, a produção e a cultura, o direito e a violência, o regime político e os movimentos sociais,

a identidade nacional e o sistema mundial, todos estes conceitos têm uma textura espacial, física e simbólica, que nos tem escapado².

Essa dimensão e perspectiva de análise da cartografia, entretanto, não é tão evidente na produção geográfica. Fonseca afirma:

Haveria um consenso de que a Cartografia é a linguagem privilegiada para a expressão da Geografia? O que poderia ser uma óbvia resposta afirmativa não o é. Sequer há um consenso quanto ao fato da Cartografia ser considerada uma linguagem ou não. Antes, notamos, que na Geografia brasileira há um uso muito limitado da cartografia e que se trata de um uso despido de discussões epistemológicas atuais³.

Nesse sentido, a abordagem da cartografia, tanto na forma objetiva, da produção e pesquisa de mapas, quanto na forma simbólica, como ferramenta de compreensão do espaço, das relações sociais e, por fim, da paisagem, é o objetivo deste artigo. Discuti-la epistemologicamente é condição para a compreensão dos processos de formação da paisagem urbana. A produção cartográfica, seja a oficial, cadastral, ou ainda a produção privada, representada pelas plantas de loteamentos, revela muito das correlações de força sociais.

Este artigo se estrutura, segundo os seguintes elementos: primeiramente, uma breve consideração sobre o papel dos mapas e as relações de poder: os mapas nunca são isentos, e esta posição é defendida por Harley⁴. Em seguida, aproximando a escala, são tratados os mapas urbanos e como eles podem ser ferramentas na produção das cidades, conforme se verifica em Cosgrove⁵; é feita também a necessária distinção entre mapas que produzem espaço e mapas que são produzidos pelo espaço, apoiando-se ainda em Cosgrove. Neste ponto exemplificamos e categorizamos os tipos de mapas segundo sua origem de produção e suas funções.

Uma vez colocados estes pressupostos, são levantados os pontos de convergência da cartografia com a geografia cultural humanista e a paisagem: como um mapa representa a paisagem? Ou, em outro sentido, como “ler” uma paisagem a partir de um mapa?

2 SANTOS, Boaventura Sousa. Uma cartografia simbólica das representações sociais: prolegómenos a uma concepção pós-moderna do direito. *Revista crítica de ciências sociais*, n. 24, p. 139-172, março de 1988, p. 140-141. Disponível em: <<http://www.boaventuradesousasantos.pt/pages/pt/artigos-em-revistas-cientificas.php>>. Acesso em: 11 jun. 2014

3 FONSECA, Fernanda Padovesi. *A inflexibilidade do espaço cartográfico, uma questão para a geografia*: análise das discussões sobre o papel da cartografia. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004, p. 12.

4 HARLEY, B. Mapas, saber e poder. Tradução Mônica Balestrin Nunes. *Confins – Revista Franco-Brasileira de Geografia*, n. 5, 2009. Disponível em: <<http://confins.revues.org/5724>>. Acesso em: nov. 2016.

5 COSGROVE, Denis Edmund. *Social formation and symbolic landscape*. Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 1998, 293 p.

MAPAS COMO INSTRUMENTO DE PODER

A abordagem dos mapas como instrumento de poder é necessária para a compreensão dos processos de constituição da estrutura fundiária da cidade de São Paulo. A discussão que se propõe por ora, apoiando-se no artigo de Brian Harley⁶, é refletir sobre como a cartografia pode ser um instrumento de exercício do poder político e social. A produção cartográfica está ligada aos contextos históricos e ideológicos das sociedades; ela pode revelar ou omitir informações segundo os objetivos de quem detém a autoridade sobre a informação.

A proposta de Harley é que a leitura dos mapas seja feita a partir de três perspectivas: o contexto político dos mapas, sua utilização no exercício do poder e a simbologia dos elementos.

Os mapas serão considerados como parte integrante da família mais abrangente das imagens carregadas de um juízo de valor, deixando de ser percebidos essencialmente como levantamentos inertes de paisagens morfológicas ou como reflexos passivos do mundo dos objetos. Eles são considerados imagens que contribuem para o diálogo num mundo socialmente construído⁷.

Entender o contexto político da produção cartográfica auxilia a compreensão das representações e do que “se esconde” por trás dos mapas: características sociais, culturais, econômicas e religiosas. Historicamente, os mapas foram repositório de informações privilegiadas, e sua produção estava ligada às elites: elites dinásticas no Egito antigo, elites religiosas na Europa Medieval ou elite mercantil na Europa Renascentista.

Um aspecto a ser considerado no contexto dos mapas como ferramentas do poder reside no fato de que, ao representar o território em papel, eliminavam-se as “interferências” da realidade, ou seja, a presença de populações inteiras podia ser simplesmente ignorada na divisão política de terras entre colonizadores, como, por exemplo, foi o caso da divisão das colônias da África.

Quanto ao conteúdo dos mapas e suas funções no exercício do poder, Harley afirma que os mapas podem conter imprecisões intencionais ou inconscientes, omitir informações (o silêncio dos mapas) e ainda definir hierarquias segundo um objetivo prévio.

As distorções intencionais dos mapas geralmente servem à propaganda política e ideológica, impostas pelo governo ou por interesses particulares. O “silêncio” dos mapas consiste na omissão de determinadas informações com a finalidade de ressaltar outras características mais importantes do território. Por fim, a hierarquia pode ser utilizada como forma de atrair a atenção para pontos específicos.

Os elementos iconográficos presentes nos mapas também merecem atenção do autor, na medida em que as imagens, ornamentos e adereços presentes nos mapas se tornam parte da mensagem a ser transmitida.

6 HARLEY, Brian, op. cit.

7 Ibidem, p. 2.

Não se pretende o detalhamento da proposta de Harley na leitura dos mapas, mas uma referência aos conceitos por ele desenvolvidos, de modo que a leitura do estudo de caso permita relacioná-los com a observação empírica.

Pensar a cartografia brasileira nos termos colocados por Harley é uma tarefa que pode ser cumprida considerando alguns pressupostos: inicialmente, é que nossa cartografia está ligada na sua origem à cartografia europeia do século XVI – os mapas dos descobrimentos, as primeiras expedições, os primeiros viajantes imprimiram suas visões da nova terra segundo os interesses da Coroa e segundo as finalidades a que se propunham.

A cartografia colonial brasileira, segundo Archela⁸, teve de início o objetivo de reconhecimento da costa; em seguida, procurou-se mapear os limites do interior e as fronteiras, mas foi a partir do século XVIII, com a descoberta do ouro em Minas Gerais, que a cartografia ganhou impulso.

Mas a primeira sistematização oficial deu-se com a Comissão da Carta Geral do Império – CCGI, segundo Vergara e Capilé:

A CCGI tem seu início em 1864 [sob] as ordens da Inspeção Geral das Obras Públicas do Ministério da Agricultura, do Comércio e das Obras Públicas (MACOP), entidade que efetuava também os serviços da triangulação do município neutro, as plantas cadastrais da cidade do Rio de Janeiro, e obras de edificação, estradas e condução e distribuição de águas. Os resultados concretos só foram percebidos no final de 1866, tendo como principal *argumento a lentidão[causada pela] dificuldade de encontrar profissionais hábeis em desenho e nas técnicas de astronomia e geodésia*, o que marcou seus primeiros anos⁹.

Os autores apontam ainda que a criação da comissão, no dizer de um de seus integrantes, teve como objetivo conhecer o Brasil e dar conhecimento ao mundo dos avanços do país. Segundo os autores:

Nesse momento da criação da Carta Geral do Império vemos que esta tem a se destacar como um símbolo de prosperidade e progresso da nação, o que talvez possa ser explicado com os dois momentos de sua publicação: a Exposição Nacional de 1875 e a Exposição Universal da Filadélfia de 1876. Nesse instante o uso de mapas para este fim já era [comum] no mundo afora, e observa-se que elementos estéticos tornam-se cada vez mais presentes, já que esses mapas já não são mais enrolados após seu uso, [mas são expostos] definitivamente¹⁰.

8 ARCHELA, R. S. História da cartografia no Brasil: instituições, formação profissional e técnicas cartográficas. *Revista brasileira de cartografia*, n. 59, dez. 2007, p. II-37.

9 VERGARA, M. R.; CAPILÉ, B. A Comissão da Carta Geral do Império (1862-1878) e sua participação no contexto da cartografia brasileira no Império. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, I. *Anais...*, 2011, Paraty, 10 a 13 de maio de 2011, p. 4 (destaques nossos). Disponível em: <https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/VERGARA_MOEMA_R_E_CAPILE_BRUNO.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2014.

10 Ibidem, p. 5.

Em que pese a necessidade de conhecimento do território, vê-se nesse caso um exemplo da utilização do mapa como exercício do poder: era importante para o Brasil divulgar, na exposição do ano do centenário dos Estados Unidos, um trabalho de relevância técnica.

Mas, além dos objetivos políticos, a elaboração da carta enfrentou dificuldades técnicas e operacionais, como a ausência de profissionais qualificados, equipamentos e, sobretudo, pela ausência de retorno de informações das províncias.

É de destacar a reprodução do relatório do último presidente da CCGI:

[Henrique de Beupaire] Rohan prossegue e compara as atividades cartográficas ocorridas para a carta da França no século XVIII com as atividades ocorridas no Brasil. Ao equiparar as superfícies quadradas de ambos os países supôs somente ser possível a realização da Carta Geral do Império em 800 anos, ou em 50 anos com um pessoal dezesseis vezes maior (Rohan, 1877)^{II}.

No que se refere ao mapeamento não institucional, os problemas eram ainda maiores: por ocasião da promulgação da Lei de Terras, em 1850, as legitimações de posse anteriores à lei deveriam ser submetidas à Coroa; e as propriedades, devidamente medidas. Nesse caso, cabia aos concessionários a responsabilidade do mapeamento, mas, diante da necessidade de definir com precisão os limites das posses, que eram muito maiores do que o concedido, simplesmente não havia interesse nesse cadastro.

Como se vê, a produção cartográfica brasileira, herdeira da cartografia portuguesa, não é exceção em nenhum dos aspectos abordados por Harley. Desde os primeiros mapas do descobrimento, passando pelos mapas do território e dos cadastros, podemos sempre aplicar a análise do mapa como instrumento de poder, seja do político-institucional, seja do econômico privado. No caso brasileiro, há que se destacar a sistematização tardia da produção cartográfica oficial.

As distâncias tecnológicas entre a produção cartográfica nacional e a europeia podem ser analisadas não só pela ausência de tradição científica, mas também pelo desinteresse das autoridades e pela baixa capacitação técnica dos profissionais. O eventual interesse do governo em “conhecer” o território esbarra na força do poder econômico dos proprietários de terras. A estrutura social brasileira é o fator de maior distinção na forma como os cadastros e registros fundiários se estabeleceram no Brasil: enquanto para a sociedade burguesa europeia o conhecimento do território era necessário ao controle do Estado, sobretudo pela tributação, na sociedade brasileira de herança colonial, mesmo após a independência, o controle estava nas mãos dos grandes proprietários de terra, para os quais o desconhecimento e o descontrole eram a maior proteção e garantia de seus direitos individuais.

Essa característica irá permear toda a constituição do território brasileiro e se estenderá até os dias atuais, como se verifica nos conflitos por terra, na ausência de reforma agrária e também na distribuição da terra urbana.

Nesse sentido, tem-se uma verdadeira negação do mapa, o que poderia ser

II Ibidem, p. 2.

acrescentado à teoria de Harley: a ausência do mapa também é uma forma de exercício do poder.

OS MAPAS E AS CIDADES – A CARTOGRAFIA E AS REPRESENTAÇÕES DO URBANO

Não é comum a reflexão sobre os mapas e as representações do urbano a partir de uma visão da representação, mas sim do objeto representado. Em geral, o que se busca analisar é a forma produzida a partir do mapa, e não o contrário. O mapa, ou a planta, ou o desenho, raramente é visto como um elemento autônomo, como objeto. Segundo Lussault¹², o mapa não é o espaço, mas é um espaço. Mapas urbanos podem anteceder a cidade ou simplesmente registrá-la *a posteriori*¹³, mas de que são feitos eles? Que história podem guardar e nos revelar a partir de leituras e referenciais que se alteram no tempo?

Cosgrove diz que o espaço urbano e o espaço cartográfico são inseparáveis. Sua abordagem no artigo refere-se à forma como os mapas urbanos se situam entre criar e registrar as cidades. Mapas são instrumentos de descoberta e de visualização de cidades, mesmo das que já não existem mais.

Ele afirma que as origens urbanas, o conhecimento das primeiras cidades, como as do Vale do Ur ou da Suméria, por exemplo, puderam ser reconstituídas a partir do mapeamento do traçado de suas ruas. Segundo ele, a elevação (as edificações) é a forma urbana menos durável. A projeção horizontal, porém, permite que o mapeamento vá descobrindo, camada por camada, não só os aspectos físicos de uma cidade, mas também a sua vida cultural, social, política e religiosa¹⁴.

Para Cosgrove, um conceito importante é o modo como os mapas podem servir para o registro das cidades, ou então como podem ser utilizados para planejar e desenhar suas ampliações ou mesmo a criação de uma nova localidade:

Conceitualmente, o mapa tem tanto precedido a presença física da cidade quanto servido para regular e coordenar a sua continuidade. São Petersburgo, Washington D. C., Nova Délhi, Brasília, incontáveis fortalezas e cidades coloniais existiram no papel antes de terem qualquer expressão material. Paris, Roma, Viena, Amsterdã, Jerusalém – virtualmente, toda grande cidade – foram construídas ou expandidas por meio de um plano desenhado. E, além da extensão física de reconstrução do espaço urbano, o mapa registrou e determinou incontáveis aspectos da vida urbana e da cidadania¹⁵.

Mapas que antecedem cidades são aqueles mapas elaborados a partir de um projeto de cidade; por sua vez, os mapas que registram são aqueles elaborados para

12 LUSSAULT, Michel. *L'homme spatial: la construction sociale de l'espace humain*. Paris: Éditions du Seuil, 2007. (Coll. La couleur des idées).

13 COSGROVE, Denis Edmund. Carto-city. In: ABRAMS, Janet; HALL, Peter (Org.). *Else/where: mapping – new cartographies of networks and territories*. Minneapolis: University of Minnesota Design Institute, 2006.

14 Ibidem, p. 148.

15 Ibidem (tradução nossa).

determinada finalidade: cadastro, tributação, rotas etc. Em ambos os casos, há contextos sociais, políticos e até mesmo econômicos a serem considerados: projetos de cidades, não raro, eram objeto de concursos, como o de Brasília, mas também encomendados a profissionais ligados aos governantes, como Aarão Reis, que projetou Belo Horizonte, assim como levantamentos cadastrais. Parece-nos oportuno, entretanto, fazer a distinção entre mapas de planejamento (que antecedem a cidade) e mapas cadastrais (que registram a cidade), o que nos permitirá compreender melhor a produção cartográfica e suas relações com o contexto socioeconômico. O recorte será a cidade de São Paulo, e o período, de 1930 a 1980.

No caso das plantas oficiais, há a distinção entre plantas cadastrais e plantas de projeto. Ambas podem explicar processos de produção da cidade: no caso das cadastrais, a representação da “realidade” urbana está sujeita a limitações de ordem tecnológica, econômica ou até mesmo política. Já as plantas de projetos representam ideias muitas vezes modificadas na implantação, quando não ideias e projetos nunca concretizados, o que também tem um significado.

Fonseca e Oliva propõem a discussão sobre os projetos para a cidade de São Paulo, seus impactos e as representações geradas. Citando como exemplos o Plano de Avenidas de Prestes Maia e a representação da Lei de Zoneamento, afirmam:

Após as reflexões e articulações sobre o urbano e as representações visuais, será exemplificado como elas podem se transformar em elementos metodológicos no caso da metrópole de São Paulo. Um critério que pode ser um primeiro passo é a identificação de eventos e processos que tiveram peso na dinâmica da urbanidade, e que também foram intensos geradores de representações visuais. A ligação entre essas duas realidades costuma ser intensa¹⁶.

Adotando essa linha metodológica e aliando-a à classificação entre mapas cadastrais e mapas de planejamento, examinaremos alguns casos representativos.

Mapas cadastrais e de diagnóstico

Os mapas que representam a cidade *a posteriori* são utilizados em diferentes aplicações, servindo a fins fiscais, como no caso das Plantas Genéricas de Valores, mas também como base para projetos de intervenções urbanas, como nas desapropriações para melhoramentos viários, por exemplo. São cadastrais porque apresentam as informações fundiárias e de configuração urbana em detalhes.

Denominamos aqui, como mapas de diagnóstico, aqueles que reúnem informações tanto para o planejamento urbano, como para outras políticas setoriais.

Os casos a seguir tratados referem-se a momentos específicos da administração da cidade de São Paulo: a Planta Sara, da década de 1930, é reconhecida pela qualidade do levantamento e pelo ineditismo da tecnologia utilizada fora da Europa, num momento em que a cidade se encontrava em processo de expansão; já o levantamento

16 FONSECA, Fernanda Padovesi; OLIVA, Jaime. Reflexões sobre o urbano, a cartografia e a iconografia: o caso da metrópole de São Paulo. *Revista Geografia e Pesquisa*, Ourinhos, v. 5, n. 2, p. II-38, 2013, p. 29-30.

da pesquisa Sigmacs se insere no contexto da urbanização consolidada e com forte espraiamento urbano.

O mapa oficial cadastral: a Planta Sara e a memória urbana

O levantamento aerofotogramétrico cadastral, que ficou conhecido como Levantamento Sara Brasil, foi contratado em 1928 pelo então prefeito de São Paulo, José Pires do Rio. Sua intenção era dotar a cidade de um mapa preciso numa escala adequada ao planejamento (1:1.000), que iria substituir os antigos mapas gerais da cidade. A gestão de Pires do Rio (1926-1930) foi marcada por várias iniciativas de melhoramentos da cidade, dentre elas, o projeto de retificação do Rio Tietê, encomendado a Saturnino de Brito, e o levantamento Sara Brasil, iniciado em 1928.

O levantamento Sara foi um trabalho inédito de aerofotogrametria, demandando grande mobilização de profissionais e equipamentos, até mesmo aviões, que foram trazidos da Itália para o trabalho. Segundo Lima¹⁷, o levantamento demorou mais que o previsto, por uma série de razões, dentre elas, o fato de a empresa De Agostini, gráfica responsável pela impressão das plantas, não ter capacidade para imprimir mais de 20 folhas por dia, a crise de 1929, que impactou a economia mundial, e, por último, a extensão da cidade. Mas o trabalho foi entregue em 1933, formando um conjunto de 82 folhas na escala 1:5.000 e 51 folhas na escala 1:1.000, escala adotada para a área mais central da cidade.

A partir do levantamento Sara Brasil, o planejamento urbano teve à sua disposição uma ferramenta de conhecimento do território do município sem precedentes. Como afirmam Fonseca e Oliva¹⁸, “o Plano de Avenidas se beneficiou de um trabalho cartográfico magnífico para época, e que demonstra o poder dos mapas como operador na reestruturação urbana”.

De fato, a representação da área do município de São Paulo, em escala grande, 1:1.000, com cadastro das edificações, curvas de nível, hidrografia e pontos notáveis, foi um trabalho que só seria refeito em 1972-1974, quarenta anos depois, em escala 1:2.000. Outro levantamento aerofotogramétrico foi realizado em 1954, pela Vasp-Cruzeiro, que, todavia, não se compara em qualidade técnica e metodologia com o Sara Brasil.

Ao nos debruçarmos sobre a teoria apresentada classificando os mapas Sara como mapas oficiais cadastrais e ao aceitá-los como um registro da “realidade” da cidade, podemos tecer algumas considerações quanto ao contexto histórico de sua produção, quanto à estética e qualidade técnica do mapa como objeto e quanto ao seu conteúdo e significado.

Compreender o contexto histórico da produção do levantamento Sara Brasil envolve avaliar que a cidade de São Paulo estava passando por um período de crescimento demográfico causado pela intensificação da imigração estrangeira (só nas três primeiras décadas do século XX a população passou de 240 mil para quase

17 LIMA, Eryl Caldas de. *O levantamento pioneiro da Sara Brasil: histórico, tecnologia empregada e avaliação dos produtos*. Dissertação (Mestrado em Engenharia). Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, 2013.

18 FONSECA, Fernanda Padovesi; OLIVA, Jaime, op. cit., p. 31.

1 milhão de habitantes) e pela industrialização financiada pela cultura cafeeira. As elites já se instalavam em locais mais distantes do centro, ocupando as áreas mais altas, como o espigão da Avenida Paulista.

Mas foi um período conturbado no campo político e econômico. Em 1924, São Paulo esteve sob o domínio das forças tenentistas por vários dias. Em 1929, a quebra da bolsa de Nova York e, em 1930, o golpe de Estado dado por Getúlio Vargas, que precedeu a Revolução Constitucionalista em 1932, não permitem afirmar que tenha sido um período de tranquilidade para a administração municipal. Ainda assim, Pires do Rio, em seu mandato de 1926 a 1930, conseguiu entabular essas iniciativas, respaldado pelas decisões da Câmara de Vereadores.

Em termos estéticos e de qualidade técnica, as folhas obedecem aos padrões da época de precisão cartográfica, mas também consistem num material muito bem organizado em termos de informações, legendas etc. O fato de ter sido impresso em litografia, técnica que permite a impressão colorida, faz com que se tenha um mapa visualmente agradável, de fácil leitura imagética. Mesmo nas escalas menores os mapas são extremamente legíveis.

Por fim, um conjunto de mapas que serviu como instrumento de cadastro, de representação da “realidade” de determinado período, hoje continua sendo utilizado como referência histórica. Inúmeros trabalhos, acadêmicos ou não, utilizam os mapas Sara como base: o mapa, nesse caso, muda de função sem mudar na sua essência – ele nos transmite a imagem de uma cidade do passado, de suas relações espaciais e de organização da sociedade daquela época. Nesse sentido, o mapa registra não só uma situação do presente, mas também um retrato do passado. O mapa é o espelho da memória.

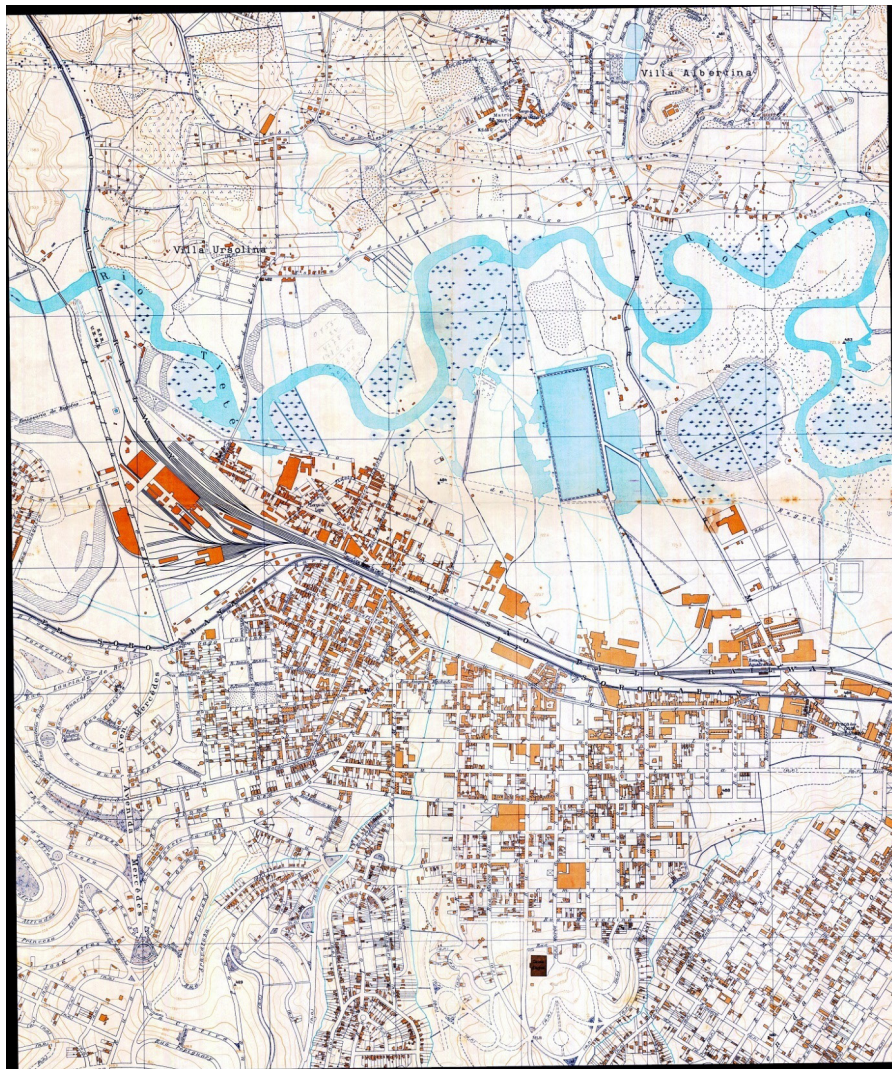


Figura 1 – Folha 35 do Levantamento Sara. Região da Lapa, zona oeste da cidade de São Paulo. Fonte: Laboratório de Cartografia do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas (DG/FFLCH/USP)

O mapa diagnóstico social: a pesquisa Sagmacs e o diagrama “margarida”

Outro tipo de representação da cidade de característica peculiar é a que encontramos no relatório do trabalho que ficou conhecido como “Pesquisa Sagmacs”¹⁹. Coordenada pelo padre Louis Joseph Lebre, no contexto do movimento humanista, essa pesquisa

¹⁹ Sociedade para Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais.

foi encomendada pela prefeitura para o conhecimento da realidade da aglomeração paulistana. Seu título oficial é: “Estrutura urbana da aglomeração paulistana”.

Essa pesquisa consistiu num grande levantamento, que envolveu mais de cem profissionais, divididos em grupos temáticos de pesquisa, ressaltando-se seu caráter multidisciplinar. Foi realizada de 1956 a 1958, e o material produzido é uma representação socioeconômica da aglomeração paulistana, envolvendo não só o município, mas também o que foi chamado de “Great São Paulo”.

Em termos dos mapas produzidos, chamam a atenção a simplificação do fundo do mapa e a utilização de hachuras para a representação das diferentes categorias. Mas outro aspecto é peculiar: a utilização do gráfico “margarida” para representar as variáveis pesquisadas.

A metodologia adotada por Lebrecht e, por conseguinte, pelo Movimento Economia e Humanismo (EH) era a de interpretação da realidade social por meio de levantamentos estatísticos comprovados pela verificação empírica. Segundo Cestaro:

O empirismo era visto por Lebrecht como uma maneira mais humanizada de se conseguirem os dados referentes à realidade social e econômica da sociedade. Porém, era necessário que os dados obtidos em suas pesquisas de campo se constituíssem em um diagnóstico e um relatório com os apontamentos. Por isso, EH introduziu os diagramas como forma de representação gráfica²⁰.

Esses diagramas eram compostos por variáveis que se pretendia representar dispostas de forma radial, onde cada raio (ou pétala) corresponderia a uma variável. O tamanho dos raios é quantitativo da variável. Assim, num esquema como o que se vê na figura 2, quanto mais o traço a partir do centro se aproxima do último círculo, maior é sua quantidade na unidade pesquisada.

20 CESTARO, Lucas. *Urbanismo e humanismo: a Sagmacs e o estudo da “Estrutura urbana da aglomeração paulistana”*. Dissertação (Mestrado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo). Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, 2009, p. 130.

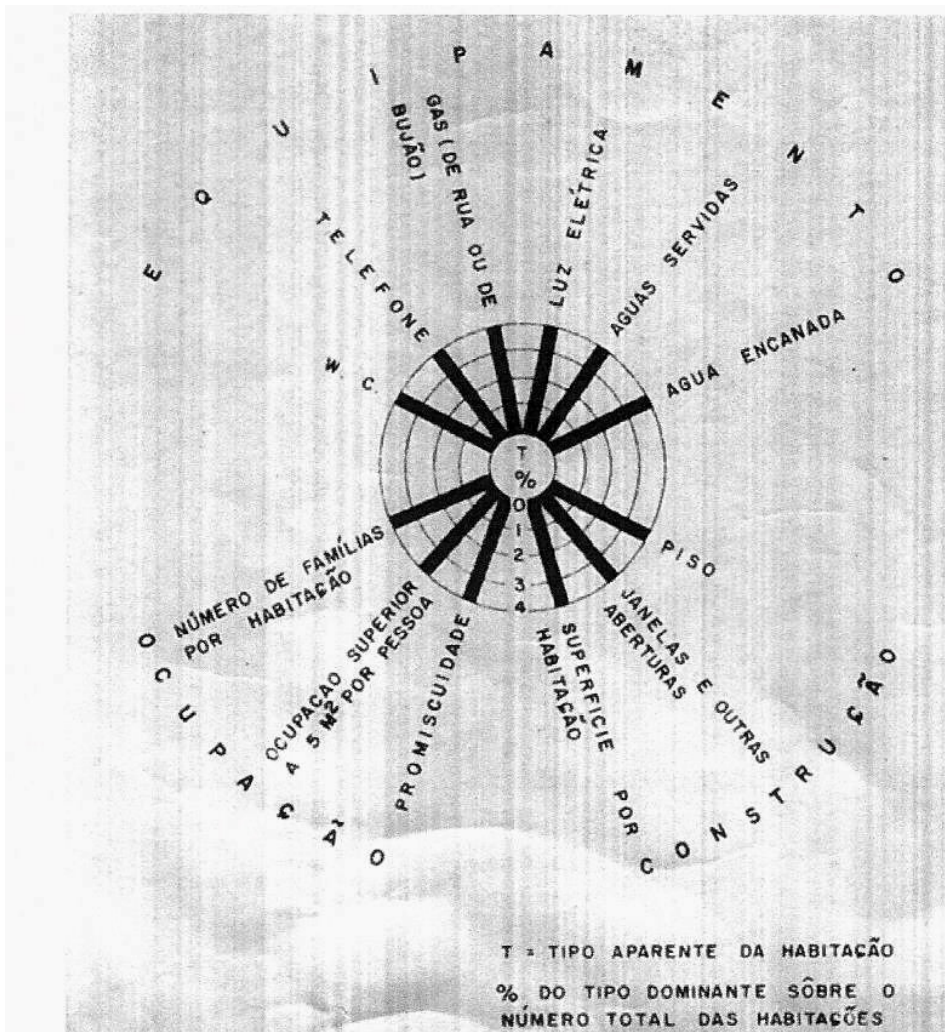


Figura 2 – Legenda do Gráfico da Margarida, com as tipologias habitacionais encontradas.
Fonte: CESTARO, L., 2009, p. 150

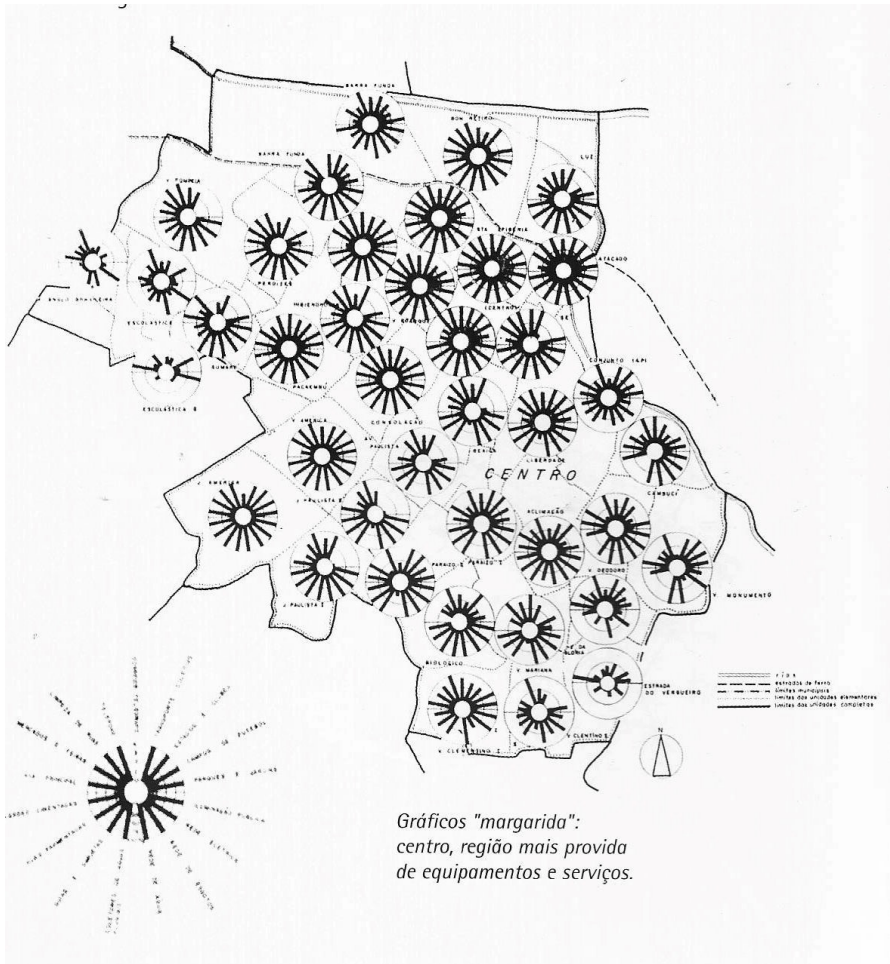


Figura 3 – Exemplo de gráfico margarida na área central. Fonte: ANTONUCCI, D., 2002, p. 103

Na figura 3, observa-se como fundo de mapa os perímetros dos distritos da área central e os gráficos margarida representando a provisão de serviços, segundo Antonucci²¹; note-se que as “margaridas” possuem todas as pétalas, ou seja, as variáveis medidas encontram-se em nível muito próximo do máximo possível.

Já, na figura 4, a mesma representação, mas para a zona leste. Nota-se que as “pétalas” já não estão presentes em todos os gráficos e seu comprimento é mais curto. A representação da pesquisa Sigmacs é peculiar de um momento do urbanismo paulistano em que se buscava a compreensão dos fenômenos urbanos por meio de diagnósticos extensos, que, no entanto, não tinham continuidade. Essa pesquisa talvez tenha sido pioneira na representação gráfica dos componentes socioeconômicos da cidade, mapeando a oferta de serviços, infraestrutura, habitação, renda etc. Tem-se,

21 ANTONUCCI, D. Sigmacs: o estudo que fez escola. In: SOMEKH, N.; CAMPOS, Candido Malta (Org.). *A cidade que não pode parar*. Planos urbanísticos de São Paulo no século XX. São Paulo: Mackpesquisa, 2002, p. 95-108.

portanto, um gênero de mapa pouco estudado, que em alguma medida registra não os aspectos físicos, mas os aspectos socioeconômicos do urbano.

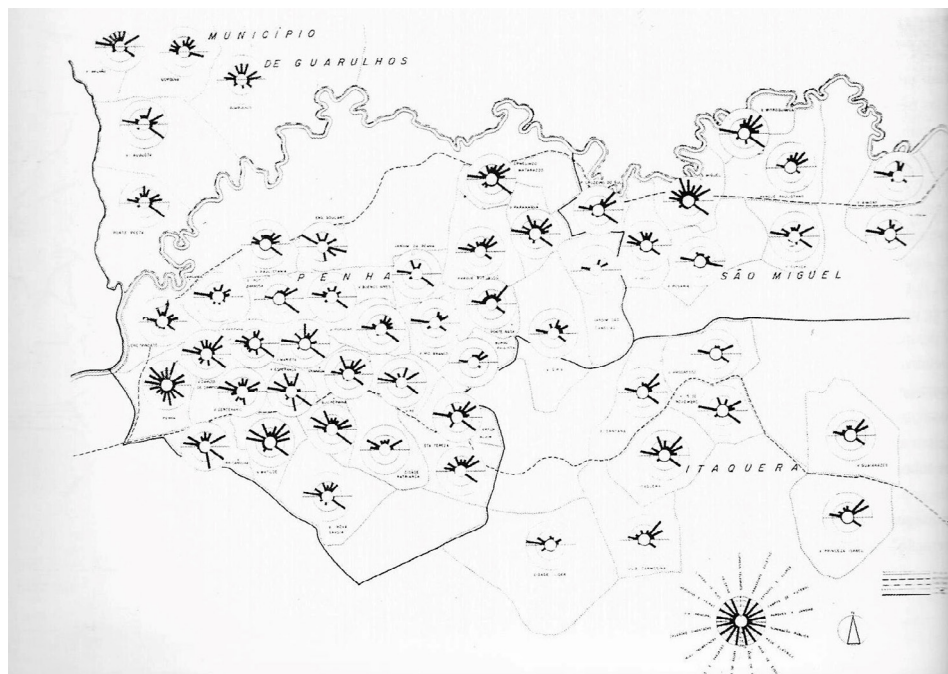


Figura 4 – Exemplo de gráfico margarida na zona leste. Fonte: ANTONUCCI, D., 2002, p. 103

Mapas oficiais de planejamento

Os mapas de planejamento constituem uma fonte de pesquisa de mão dupla: se, por um lado, permitem a comparação entre a cidade idealizada e a cidade materializada quando os projetos são implantados, por outro, permitem conhecer o que não foi concretizado, e assim estabelecer hipóteses do que e como poderia ter sido. Obviamente há razões para a não concretização dos projetos, que dependem fundamentalmente dos contextos históricos e políticos. Há ainda os casos em que são implantados apenas parcialmente, e a estrutura de conjunto de ações se rompe quando apenas uma parte do projeto é implantada.

Traremos a título de exemplo dois tipos de mapas de planejamento: o projeto de intervenção urbana (exemplificado pela retificação do Rio Tietê) e a representação da norma sobre o território – o mapa do zoneamento.

O projeto de Saturnino de Brito para a várzea do Rio Tietê

O primeiro e mais significativo projeto de Saturnino de Brito é o da retificação do Rio Tietê, já estudado em Nunes²². A principal motivação para a obra era a necessidade de saneamento da várzea do rio, que recebia esgotos domésticos, sua baixa declividade e consequente espraiamento das águas, o que causava a formação de alagados propícios à proliferação de doenças.

Segundo Nunes:

Firmiano Pinto constituiu então em 1924 a Comissão de Melhoramentos do Rio Tietê e incumbiu o Eng^o Sanitarista Francisco Saturnino Rodrigues de Brito de elaborar o plano para saneamento da várzea e retificação do Rio Tietê.

O programa solicitado à Comissão compreendia estudos para três aspectos: 1) obras contra inundações; 2) navegação; 3) descarga de esgotos.

Em seu relatório final, Saturnino de Brito apresenta o projeto que previa a retificação do curso do rio, diminuindo sua extensão de 46,3 km para 26 km, em canal trapezoidal. Isso diminuiria a área inundável e aumentaria a vazão do rio. Propôs também a criação de reservatórios a montante para a retenção das águas e a eliminação dos esgotos através da captação por coletores e um emissário de esgotos.

O plano de Brito foi o mais importante e consistente, pois não só abrangia os aspectos técnicos, como também contemplava a inserção urbanística do projeto, considerando o rio como elemento da paisagem e fazendo uso de seus atributos para o desfrute da população, características presentes em todas as suas obras²³.

Além disso ele apontava alternativas de viabilidade econômica para custeio das obras, bem como mecanismos e instrumentos de sua implementação, uma vez que a valorização da terra, quando realizadas as obras, era inevitável. Havia ainda a questão das desapropriações e como ficariam as terras de propriedade municipal.

A figura 5 apresenta o projeto de Saturnino de Brito para o Rio Tietê: na parte superior, o traçado original do rio e, embaixo, o projeto com a identificação das áreas inundáveis e áreas verdes. Traz ainda o dimensionamento das seções transversais trapezoidais. Assim como na planta Sara, a qualidade estética é indiscutível. Esse mapa faz parte do volume XIX das *Obras completas* de Saturnino de Brito²⁴. Na

22 NUNES, Mônica Balestrin. *A configuração espacial da várzea do Rio Tietê: a região da Água Branca e as áreas públicas municipais*. Dissertação (Mestrado em Estruturas Ambientais Urbanas). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004

23 *Ibidem*, p. 87.

24 BRITO, Francisco Saturnino Rodrigues de. *Obras completas*. V. XIX. Defesa contra inundações. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.

página seguinte, vê-se uma imagem do que foi realmente executado, na planta de melhoramento viário aprovada em 1927.

Observa-se que a retificação foi muito maior do que a proposta por Brito, inclusive com a eliminação da ilha na altura da ponte grande, hoje Ponte das Bandeiras. Segundo Nunes:

No Boletim do Instituto de Engenharia de março de 1933, o então prefeito nomeado Theodoro Ramos relata as modificações ocorridas no projeto de Saturnino de Brito, que já havia falecido. Ele aponta as dificuldades que Saturnino encontrou em 1925 para estabelecer a medição de vazões e o regime do rio, por falta de dados anteriores e pela grande seca que a cidade enfrentou em 1924 e 1925.

Entretanto, de 1925 a 1929 – ano da grande cheia – foram feitas segundo ele várias sondagens e estudos, bem como as obras da barragem de Parnahyba e do Rio Pinheiros projetadas pela Light & Power, que levaram à necessidade de modificação do projeto original de Brito, com o aprofundamento do canal e redução de sua largura, e menor área de aterro.

Outra questão colocada pelo prefeito como fator que levou à modificação do projeto diz respeito ao valor da terra e às vantagens auferidas pelos proprietários:

“Relativamente ao projecto elaborado em 1925, o traçado do eixo longitudinal do canal comporta algumas modificações; assim, em consequencia da attitude de alguns proprietários de certo trecho de terrenos compreendido pelo projecto, que exigiram indemnizações exaggeradas pelas suas propriedades, foi adoptada uma variante do projecto organizado, desviando-se desses terrenos, para attingir outros de preços muito mais baixos.” Boletim do I. E. (março/1933, p.190)²⁵.

Observa-se, assim, que há mapas que “desenham” a cidade, mas não “produzem” a cidade efetivamente.

25 NUNES, Mônica Balestrin, op. cit., p. 88.

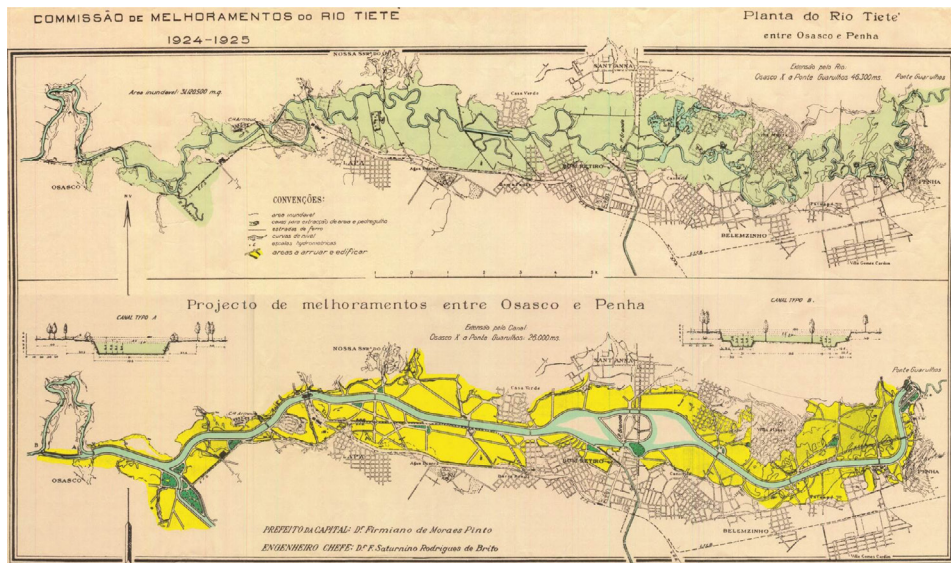


Figura 5 – Projeto de Saturnino de Brito para o Rio Tietê. Fonte: NUNES, M. B., 2004, p. 90

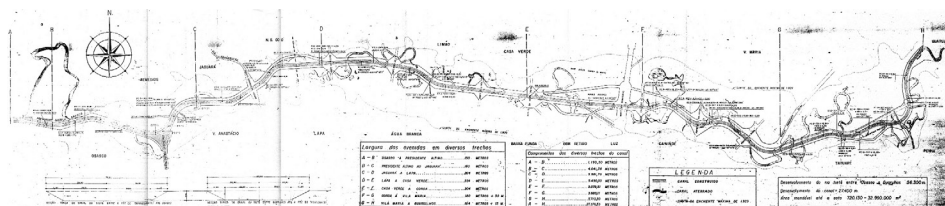


Figura 6 – Projeto para retificação do Rio Tietê. Fonte: NUNES, M. B., 2004, p. 91

O mapa do zoneamento: mapas e normas, uma relação delicada

O processo de “construção” de um zoneamento abrangente para toda a cidade de São Paulo se fez em partes, com leis e decretos que trataram inicialmente apenas da região mais central. Segundo Feldman:

Os elementos básicos do zoneamento que se desenvolve a partir de 1947 já estavam presentes em três leis aprovadas nos anos 1930 e início dos anos 1940: o Acto 127 de 1931, a Lei 3.571 de 1937 e o Decreto-lei 99 de 1941. Estas leis tratam, respectivamente, da demarcação de uma zona funcional, do controle da verticalização em zonas estritamente residenciais e de parâmetros construtivos no âmbito de uma zona, sendo que as duas primeiras seguem de perto princípios da unidade de vizinhança. Elas atuam como precursoras do processo, que se instaura em 1947, de construção do zoneamento na perspectiva de uma lei abrangente ao conjunto da cidade²⁶.

26 FELDMAN, S. *Planejamento e zoneamento: São Paulo 1947-1972*. São Paulo: Edusp, 2005, p. 149.

Embora tenham sido elaborados mapas parciais a partir das leis mencionadas, apenas em 1972 a cidade de São Paulo passou a ter um mapa de referência para o uso e ocupação do solo. Cabem neste ponto duas observações: o zoneamento surgiu a partir de um mosaico de regras, e essas regras não configuravam uma postura teórica, com o objetivo de disciplinar previamente o uso do território, mas sim uma regulamentação dos usos já existentes. Nesse caso, a cidade antecedeu o mapa. A segunda observação é que a preocupação com a distinção de usos, gabaritos e coeficientes se limitou a algumas regiões da cidade, e os parâmetros foram definidos sobre um imenso “pano de fundo” classificado no que se denominou zona 2.

Assim, o zoneamento foi definido partindo-se dos casos específicos das áreas central e sudoeste, onde já havia maior adensamento. Na área central, o coeficiente de aproveitamento podia chegar a seis vezes a área do terreno e, na região sudoeste, a quatro. Excetuando-se os núcleos mais adensados, o restante da cidade foi classificado como Z2, zona de uso misto, de baixa densidade, com coeficiente de aproveitamento máximo 1 e taxa de ocupação de 50%. Segundo Rolnik:

A Lei de Uso e Ocupação do Solo, de 1972, reduziu ainda mais o coeficiente 4, ao permitir que apenas 1% da área da cidade – limitada basicamente ao Centro e à Avenida Paulista, Z5 – pudesse atingir esse potencial. Outros 10% poderiam chegar a 2 ou 3, e a grande maioria da cidade, incluída na Z2, poderia construir apenas uma vez a área do terreno²⁷.

Segundo Fonseca e Oliva,

A lei se sustentava numa visão exatamente antiurbanidade, na medida em que impedia a densificação e compactação da cidade, assim como a mistura de atividades, o que também impossibilitava a diversidade social. A regressão da urbanidade pode ser debitada na conta do urbanismo dominante, legitimador da setorização e do zoneamento²⁸.

O que os autores indicam como antiurbanidade foi reforçado pela lei de zoneamento. Não houve, na produção do zoneamento paulistano, qualquer planejamento de como a cidade *deveria* ser. A segregação espacial já estava presente, e o zoneamento tratou apenas de cristalizá-la.

Feldman nos mostra que o zoneamento da cidade de São Paulo foi sendo montado a partir de 1947, como um mosaico de leis, para somente em 1972 tornar-se uma lei que abrangia todo o território municipal. Além disso, ela destaca que o zoneamento é a expressão das ações concretas, sem qualquer elaboração *a priori*, e sim um “ir fazendo” para adaptar a situação fática ou os interesses de grupos a uma norma legitimadora:

27 ROLNIK, R. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel, 1997, p. 200.

28 FONSECA, Fernanda Padovesi; OLIVA, Jaime, op. cit., p. 31.

O zoneamento se constrói “ao vivo”, por partes, diretamente articulado à dinâmica de alguns setores da cidade, confirmando a hipótese discutida por Mancuso (1978: 17) de que o zoneamento não é um instrumento “disciplinar”, não resulta de uma postura teórica, mas é resultado de uma série de ações desenvolvidas pelas municipalidades e experimentadas diretamente na cidade, antes mesmo de serem codificadas. Nesse sentido, segundo o autor, tanto as características estruturais do zoneamento, como os parâmetros que opera e os setores da cidade nos quais intervém, nascem com a necessidade de responder aos objetivos de caráter econômico, político e social colocados pelos conflitos gerados com o crescimento acelerado das cidades²⁹.

MAPEANDO PAISAGENS: A CARTOGRAFIA NA GEOGRAFIA CULTURAL HUMANISTA

A paisagem na geografia cultural humanista assume diferentes formas de interpretação: ela pode ser a interpretação do que se vê, segundo as experiências pessoais do observador, mas também um espaço organizado, onde se pode identificar os processos sociais que levaram à sua formação.

O aspecto subjetivo da paisagem, o da interpretação de quem a vê, passa também pela *forma* como se vê: a perspectiva a partir da qual o observador se posiciona para observar a paisagem é determinante para a sua compreensão e interpretação.

Segundo Besse:

[...] não consideramos sempre as paisagens sob o mesmo ângulo, nem a partir do mesmo ponto de vista. Podemos vê-las do alto, como um pássaro, ou a partir do topo de uma montanha, numa espécie de afastamento e de obliquidade sintética, ou as olhamos a partir delas mesmas, ou seja, de seu interior, e vemos as coisas, por assim dizer, por seu contorno, pelos lados, e nunca realmente de maneira completa. Essas duas maneiras de ver, a visão vertical, assim como a visão lateral, a síntese e o movimento, fazem parte, ambas, da nossa relação com a paisagem. E geralmente nossa relação visual com a paisagem divide-se em uma ampla gama de olhares, ângulos e pontos de vista que não são sempre compatíveis, mesmo que coexistam³⁰.

Essas diversas maneiras de ver a paisagem implicam também diferentes formas de representá-la: as imagens produzidas para representação das paisagens na forma de pinturas, fotografias ou mapas consideram uma dessas perspectivas ou, por vezes, mais de uma.

Em termos de representação, Cosgrove³¹ ressalta a importância da perspectiva voo de pássaro na produção das imagens representativas das paisagens. Esse é um recurso que foi utilizado nas primeiras representações pictóricas da paisagem. Ele

29 FELDMAN, Sarah, op. cit., p. 164.

30 BESSE Jean-Marc. Entre a geografia e a ética: a paisagem e a questão do bem-estar. Trad. Eliane Kuvasney e Mônica Balestrin Nunes. *GEOUSP – espaço e tempo*, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 241-252, 2014, p. 241.

31 COSGROVE, Denis Edmund, 1998, op. cit.

permite a visão de cima, não propriamente zenital, mas a partir da perspectiva de quem se situa num plano mais elevado em relação ao que se observa.

Como se observa na história da cartografia, nem sempre os mapas são produzidos para representação zenital da paisagem. No Renascimento, com o surgimento da perspectiva, a visão “voos de pássaro” passa a ser adotada para a representação das cidades. O recurso da perspectiva na produção iconográfica pode ser interpretado como uma busca de representação que permita a “visão de cima”, uma elevação em relação ao plano horizontal, e que denote poder sobre o que se vê.

Thürlemann, em estudo sobre a representação das paisagens na perspectiva voos de pássaro, mostra que esse tipo de representação era elaborado inicialmente a partir da projeção ortogonal para, depois, ter seu plano “inclinado”:

Antes de ter tido a possibilidade de olhar a superfície da terra a partir de balões e de aviões, o homem desenhou mapas e plantas de cidades a voos de pássaro, como ainda o chamam hoje – e isto independentemente da possibilidade de uma vista real inclinada a partir de montanhas ou de torres. [...]

O mapa a voos de pássaro pressupõe uma tomada prévia ortogonal, isto é, perpendicular, da superfície representada. Subsequentemente, esta tomada é submetida a uma perspectiva oblíqua³².

Cosgrove aponta que a perspectiva voos de pássaro, além de denotar a relação de poder em relação ao objeto, também permite certa generalização da informação, transformando e dando outro sentido à paisagem. Assim:

A perspectiva do olho do pássaro é perfeita para demonstrar a elegância e a prosperidade das cidades recém-criadas e muitas vezes mal construídas. Enfatizando sua grade de ruas com a agitação de carruagens e carroças, os mapas muitas vezes mostraram lugares caóticos e violentos como comunidades civicamente bem-ordenadas³³.

A essas formas de representação correspondem mapas produzidos em momentos históricos diversos, não sendo uma produção exclusiva do Renascimento, mas perdurando até os dias de hoje.

A perspectiva voos de pássaro talvez seja a forma mais eficiente de representar paisagens, mas não é a única. As representações em plano ortogonal, da cartografia euclidiana, podem também representá-las. A leitura do plano ortogonal permite identificar elementos da morfologia da paisagem que a distinguem de outras paisagens: o traçado viário, a existência de espaços livres, a arborização, a hidrografia

32 THÜRLEMANN, Felix. Olhar como os pássaros. Sobre a estrutura de enunciação de um tipo de mapa cartográfico. *Galáxia* – Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Semiótica, São Paulo, n. 22, p. 118-132, dez. 2011, p. 121-122

33 COSGROVE, Denis Edmund, 1998, op. cit., p. 1954.

são elementos que podem ser identificados primeiramente no plano para depois serem vistos a partir da perspectiva do observador.

A cada projeção ortogonal corresponde uma elevação, de modo que diferentes planos ortogonais produzem diferentes elevações e, por consequência, diferentes paisagens.

Jean-Marc Besse, no prefácio da tradução francesa de *Discovering the vernacular landscape*, de J. B. Jackson³⁴, cita outra obra do mesmo autor, *The necessity of ruins*:

O objeto principal que deve preocupar aquele que estuda as paisagens (notemos este plural), é por consequência, escreve Jackson em *The necessity of ruins*, a maneira pela qual o espaço é organizado pela comunidade, isto é, como ela traça a fronteira, mas também reparte as parcelas entre as famílias, constrói estradas e um lugar para reuniões públicas, e reserva terra para uso comum³⁵.

Essas formas podem ser vistas em projeção, por meio de mapas feitos a partir da visão ortogonal, e, ainda assim, revelam paisagens. É nesse sentido que os mapas, sejam representações em perspectiva ou em projeção, permitem a leitura das paisagens. Mas não é só pelos elementos físicos, como coloca Jackson, que a paisagem pode ser lida por meio dos mapas: a compreensão do contexto histórico e da sociedade permite a leitura da paisagem cultural, das relações entre a materialidade objetiva e os significados a ela atribuídos.

Nesse aspecto, retornamos ao início do artigo: os mapas, para além de representar a realidade existente ou a possibilidade de uma nova realidade, denotam também as relações sociais, econômicas e culturais do contexto em que foram produzidos.

Cabe ao profissional dos estudos urbanos, portanto, ao se deparar com esse tipo de representação, buscar compreender o contexto e extrair dessa análise subsídios para seu trabalho.

No caso específico dos geógrafos, Seemann, ao elaborar uma revisão bibliográfica sobre a cartografia na geografia cultural humanista, sintetiza o seu papel em relação ao ofício:

As habilidades se dividem entre o geógrafo que sabe produzir e ler mapas e o geógrafo que mapeia e interpreta as complexas relações entre espaço e cultura. O caso ideal é quando o geógrafo consegue conectar produto e processo, política e poética, analogia e metáfora³⁶.

34 JACKSON, John. Brinckerhoff. *A la découverte du paysage vernaculaire*. Arles: Actes Sud, 2003, 278 p.

35 BESSE, J. M.; TIBERGHEN, G. A. Préface. In: JACKSON, John Brinckerhoff. *A la découverte du paysage vernaculaire*. Arles: Actes Sud, 2003.

36 SEEMANN, Jörn. Cartografia e cultura: abordagens para a geografia cultural. In: ROSENDAHL, Zeny; CORREA, Roberto Lobato (Org.). *Temas e caminhos da geografia cultural*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, v. I, p. 115-156, 2010, p. 12.

SOBRE A AUTORA

MÔNICA BALESTRIN NUNES é geógrafa, mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU/USP), doutora em Geografia Humana pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH/USP) e analista de infraestrutura do Ministério das Cidades.
E-mail: monibalestrin@gmail.com

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTONUCCI, Denise. Sagmacs: o estudo que fez escola. In: SOMEKH, N.; CAMPOS, C. M. et al. *A cidade que não pode parar*. São Paulo: Mackpesquisa, 2002, p. 95-108.
- ARCHELA, Rosely Sampaio. História da cartografia no Brasil: instituições, formação profissional e técnicas cartográficas. *Revista Brasileira de Cartografia*, n. 59, p. 11-37, dez. 2007.
- BESSE Jean-Marc. Entre a geografia e a ética: a paisagem e a questão do bem-estar. Trad. Eliane Kuvasney e Mônica Balestrin Nunes. *GE USP – espaço e tempo*. São Paulo, v. 18, n. 2, p. 241-252, 2014.
- BESSE, J. M.; TIBERGHEN, G. A. Préface. In: JACKSON, John Brinckerhoff. *A la découverte du paysage vernaculaire*. Arles: Actes Sud, 2003.
- BRITO, Francisco Saturnino Rodrigues de. *Obras completas*. V. XIX. Defesa contra inundações. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.
- CESTARO, Lucas. *Urbanismo e humanismo: a Sagmacs e o estudo da estrutura urbana da aglomeração paulistana*. Dissertação (Mestrado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo). Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, 2009.
- COSGROVE, Denis. Edmund. *Social formation and symbolic landscape*. Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 1998, 293 p.
- _____. Carto-city. In: ABRAMS, J.; HALL, P. (Org.). *Else/where: mapping – new cartographies of networks and territories*. Minneapolis: University of Minnesota Design Institute, 2006.
- FELDMAN, Sarah. *Planejamento e zoneamento: São Paulo 1947-1972*. São Paulo: Edusp, 2005.
- FONSECA, Fernanda Padovesi. *A inflexibilidade do espaço cartográfico, uma questão para a geografia: análise das discussões sobre o papel da cartografia*. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- FONSECA, Fernanda Padovesi; OLIVA, Jaime. Reflexões sobre o urbano, a cartografia e a iconografia: o caso da metrópole de São Paulo. *Revista Geografia e Pesquisa*, Ourinhos, v. 5, n. 2, p. 11-38, 2013, p. 29-30.
- HARLEY, B. Mapas, saber e poder. Tradução Mônica Balestrin Nunes. *Confins – Revista Franco-Brasileira de Geografia*, n. 5, 2009. Disponível em: <<http://confins.revues.org/5724>>. Acesso em: nov. 2016.
- JACKSON, John Brinckerhoff. *De la nécessité des ruines et autres sujets*. Paris: Éditions Du Linteau, 2005, 195 p.
- _____. *A la découverte du paysage vernaculaire*. Arles: Actes Sud, 2003, 278 p.
- LIMA, Erly Caldas de. O levantamento pioneiro da Sara Brasil: histórico, tecnologia empregada e avalia-

- ção dos produtos. Dissertação (Mestrado em Engenharia). Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, 2013.
- LUSSAULT, Michel. *L'homme spatial: la construction sociale de l'espace humain*. Paris: Éditions du Seuil, 2007. (Coll. La couleur des idées).
- NUNES, Mônica Balestrin. *A configuração espacial da várzea do Rio Tietê: a região da Água Branca e as áreas públicas municipais*. Dissertação (Mestrado em Estruturas Ambientais Urbanas). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004
- ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel, 1997.
- SANTOS. Boaventura Sousa. Uma cartografia simbólica das representações sociais: prolegômenos a uma concepção pós-moderna do direito. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 24, março de 1988, p. 139-172. Disponível em: <<http://www.boaventuradesousasantos.pt/pages/pt/artigos-em-revistas-cientificas.php>>. Acesso em: 11 jun. 2014
- SEEMANN, Jörn. Cartografia e cultura: abordagens para a geografia cultural. In: ROSENDAHL, Zeny; CORREA, Roberto Lobato (Org.). *Temas e caminhos da geografia cultural*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2010, v. 1, p. 115-156.
- THÜRLEMANN, Felix. Olhar como os pássaros. Sobre a estrutura de enunciação de um tipo de mapa cartográfico. *Galáxia – Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Semiótica*, São Paulo, n. 22, p. 118-132, dez. 2011.
- VERGARA, Moema Rezende; CAPILÉ, Bruno. A Comissão da Carta Geral do Império (1862-1878) e sua participação no contexto da cartografia brasileira no Império. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 1. *Anais...*, Paraty, RJ, 10 a 13 de maio de 2011. Disponível em: <https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/VERGARA_MOEMA_R_E_CAPILE_BRUNO.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2014.

A imagem de Lyon nos guias de viagem (1900-1950): uma abordagem geo-histórica das representações urbanas

[*The image of Lyon in travel guides (1900-1950): a geo-historical approach of urban representations*]

Damien Petermann¹

Texto traduzido do francês por Vanessa Moura de Lacerda Teixeira, com revisão de Eliane Kuvasney.

RESUMO • O guia de viagem impresso é de grande importância para o estudo da imagem da cidade. Através de um *corpus* contendo quatro coleções de guias, esta pesquisa se interessa pelos meios de construção e evolução da imagem turística de Lyon na primeira metade do século XX. A evolução das representações espaciais lionesas ao longo do tempo pode ser analisada através da busca e da identificação precisas das mudanças no discurso turístico dos guias, principalmente o aparecimento e o desaparecimento de objetos de uma edição a outra. As informações espaciais extraídas dos guias do *corpus* são integradas num Sistema de Informações Geográficas – SIG, o que permite realizar diferentes tratamentos e cruzamentos de dados. É possível, por exemplo, espacializar os itinerários de visita presentes nos guias. • **PALAVRAS-CHAVE** • Lyon; guia de viagem; imagem

da cidade; geo-história; século XX. • **ABSTRACT** • Printed travel guide is of great interest to study the image of the city. This research is concerned with the modes of construction and the evolution of the touristic image of Lyon in the first half of the 20th century, through a corpus of four collections of travel guides. The evolution of the representations of Lyon urban space can be followed over time by tracking changes in the touristic discourse, like appearance and disappearance of objects between the editions. Extracting spatial information from the guides of the corpus and entering it into a Geographic Information System – GIS makes it possible to conduct various treatments and analyses. For example, it is possible to spatialize the walking tours listed in travel guides. • **KEYWORDS** • Lyon; travel guidebooks; image of the city; geo-history; XXth century.

Recebido em 5 de abril de 2016

Aprovado em 30 de novembro de 2016

PETERMANN, Damien. A imagem de Lyon nos guias de viagem (1900-1950): uma abordagem geo-histórica das representações urbanas. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 65, p. 120-144, dez. 2016.

DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.voi65p120-144>

¹ Universidade Jean Moulin Lyon 3 (Lyon, França).

O objetivo deste artigo é mostrar a importância do guia de viagem impresso como fonte explicativa da história e do espaço de uma cidade. Através de um *corpus* compreendendo quatro coleções de guias, esta pesquisa se atém aos modos de construção e à evolução da imagem turística de Lyon na primeira metade do século XX. Este estudo se inscreve numa pesquisa de doutorado em curso sobre a representação do espaço de Lyon entre a metade do século XIX e o final do século XX². O guia de viagem impresso constitui uma fonte importante para o pesquisador que estuda as representações urbanas e sua evolução. Na sua forma mais completa, esse gênero literário é composto de três materiais complementares: textos, ilustrações e mapas.

O GUIA DE VIAGEM, UMA FONTE PARA O ESTUDO DA CIDADE

Existe uma grande variedade de fontes textuais e iconográficas com referência espacial que podem dar informações sobre a imagem da cidade. Podemos citar, para o texto, o diário de viagem, a imprensa generalista ou especializada, os folhetos turísticos e, para a imagem, os cartazes, as vistas urbanas, os cartões-postais, os selos, as etiquetas comerciais. A maioria desses materiais dificilmente são utilizados no âmbito de um estudo científico em razão da quantidade de documentos a analisar e do relativo desconhecimento desses tipos de fontes.

Contrariamente à maioria desses documentos, o guia de viagem apresenta uma forte coerência, tornando-se uma fonte para estudar a imagem de um território e a representação dos espaços. As grandes coleções turísticas constituem uma fonte serial: as edições frequentes de obras publicadas por editores especializados tornam possível o estudo num período relativamente longo. Durante a primeira metade do século XX, o guia de viagem se caracteriza por forte estabilidade no nível da forma

2 PETERMANN, Damien. *L'espace lyonnais représenté à l'usage des voyageurs aux époques moderne et contemporaine, histoire et construction de l'image d'un territoire, XVII^e-XX^e siècles*. Tese (Doutorado) sob a orientação do professor Bernard Gauthiez, Université Jean Moulin Lyon 3 (co-diretor: Gilles Bertrand, Université Pierre Mendès France Grenoble 2), financiada pela Região Rhône-Alpes (ARC 7).

e também em grande parte pelo conteúdo. Ao mesmo tempo produto turístico e obra literária, o guia responde a uma lógica editorial e econômica bastante específica. A análise aprofundada dos guias permite questionar sobre o papel, os objetivos e a estratégia dos diferentes atores na elaboração e evolução da imagem turística da cidade.

Até recentemente, e com raras exceções³, o guia de viagem não foi considerado como um objeto digno de grande interesse pela comunidade científica e pelas instituições culturais encarregadas da conservação dos documentos. Na França, as pesquisas sobre esse tipo específico de literatura foram multiplicadas ao longo dos últimos vinte anos, mas o reconhecimento dos guias como uma fonte útil e importante para o conhecimento do espaço ainda permanece bastante parcial.

Entre as pesquisas francófonas sobre os guias de viagem, é preciso citar o colóquio ocorrido em 1998, cujos anais, publicados em 2000, constituem uma obra de referência sobre os guias de viagem⁴. Desde os anos 1990, diversas teses de doutorado foram destinadas a esse objeto de estudo. Pierre-Yves Saunier estudou 71 guias de Lyon do século XIX e do início do século XX⁵. A tese de Claire Hancock visava os guias de Paris e de Londres no século XIX⁶ e a de Marc Francon tinha por objeto a história do guia Vert Michelin⁷. Elsa Damien estudou em sua tese os guias de viagem da Itália no século XIX⁸. Entre as pesquisas mais recentes, estão os trabalhos de Ariane Devanthéry sobre os guias relativos à Suíça nos séculos XVIII e XIX⁹, assim como o número 15 da revista *In Situ* destinada aos guias de viagem¹⁰.

A forma e o conteúdo do guia de viagem apresentam um cruzamento de diversas disciplinas. As pesquisas conduzidas nesses últimos anos sobre esse tipo de fonte

3 Para as pesquisas, citamos especialmente: CHABAUD, Gilles; MONZANI, Pierre. *Les guides de Paris aux XVII^e et XVIII^e siècles, images de la ville*. 1979. Dissertação (Mestrado em História). Université Paris I, 1979. Com relação à conservação, é preciso citar os fundos da Bibliothèque du Tourisme et des Voyages – Germaine Tillin (BTV), em Paris.

4 CHABAUD, Gilles; et al. (Dir.). *Les guides imprimés du XVI^e au XX^e siècle*. Villes, paysages, voyages. Colloque 1998. Université Paris VII. Paris: Belin, 2000.

5 SAUNIER, Pierre-Yves. *Lyon au XIX^e siècle: les espaces d'une cité*. Tese (Doutorado em História). Université Lumière Lyon 2, 1992.

6 HANCOCK, Claire. *Paris et Londres au XIX^e siècle*. Représentations dans les guides et récits de voyage. Paris: CNRS éditions, 2003.

7 FRANCON, Marc. *Le Guide Vert Michelin*. L'invention du tourisme culturel populaire. Paris: Economica, 2001.

8 DAMIEN, Elsa. *La notion de guide à l'épreuve du tourisme naissant*. Les voyageurs anglo-saxons en Italie à l'ère industriel. Tese (Doutorado em Estudos Italianos). Université Paris III, Sorbonne Nouvelle, 2004.

9 DEVANTHÉRY, Ariane. *Itinéraires. Les guides de voyage en Suisse de la fin du XVIII^e siècle à 1914*. Pour une histoire culturelle du tourisme. Tese (Doutorado em Literatura). Université de Lausanne, 2008.

10 COHEN, Évelyne; VAJDA, Joanne; TOULIER, Bernard (Dir.). Le patrimoine des guides: lectures de l'espace urbain européen. *In Situ*: Revue des patrimoines, n. 15, 2011. Disponível em: <<http://insitu.revues.org/111>>. Acesso em: out. 2016.

refletem bastante a diversidade das abordagens disciplinares: literatura, história¹¹, história da arte¹², estudos italianos, semiologia, geografia, linguística¹³, informática¹⁴... A maioria desses trabalhos se concentra nos guias dos séculos XVIII-XIX e do início do século XX (até 1914). Por outro lado, a literatura turística do século XX, e principalmente aquela entre as duas guerras, foi pouco estudada. E, no entanto, foi um período importante da história do turismo francês e europeu.

O CONTEXTO TURÍSTICO NA FRANÇA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Nos últimos anos do século XIX, dois organismos importantes ligados à viagem são fundados na França: o Touring Club de France – TCF (1890) e o Automobile-club de France (1895). O TCF, bastante ativo na promoção das cidades e regiões francesas, publica uma revista mensal¹⁵, assim como álbuns ricamente ilustrados¹⁶. Em escala local, o primeiro sindicato de iniciativa¹⁷ é fundado em Grenoble em 1889. O Sindicato de Iniciativa de Lyon e seu entorno (SIL) é fundado em 1901¹⁸.

11 Ver especialmente os trabalhos de Gilles Bertrand sobre os guias e diários de viagem na Itália no século XVIII: *Bibliographie des études sur le voyage en Italie. Voyage en Italie, voyage en Europe, XVIe-XXe siècle*, Grenoble, Université Pierre Mendès France-CRHIPA, *Les cahiers du CRHIPA* n. 2, 2000, 301 p.; BERTRAND, Gilles. *Le Grand Tour Le Grand Tour revisité. Pour une archéologie du tourisme: le voyage des Français en Italie, milieu XVIIIe siècle-début XIXe siècle*. Rome: École Française de Rome. Collection de l'École Française de Rome, n. 398, 2008, 791 p.

12 Ver o projeto em andamento “Guides de Paris (les historiens des arts et les corpus numériques)”, dirigido por Marianne Cojannot-Leblanc (Labex Les Passés dans le Présent), em parceria com a Bibliothèque Nationale de France. Disponível em: <<http://www.passes-present.eu/fr/node/363>>. Acesso em: out. 2016.

13 SEOANE, Annabelle. *Les mécanismes énonciatifs dans les guides touristiques: entre genre et positionnements discursifs*. Paris: L'Harmattan, 2013.

14 Ver especialmente os trabalhos de Mauro Gaio (Laboratoire Informatique de l'Université de Pau et des Pays de l'Adour – Liuppa) sobre a extração automática de entidades espaciais nomeadas nos guias de viagem atuais. Disponível em: <<http://dblp.uni-trier.de/pers/hd/g/Gaio:Mauro>>. Acesso em: out. 2016.

15 Touring Club de France, *Revue Mensuelle*. Disponível em Gallica: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/cb34350057f/date>.

16 RECLUS, Onésime. *À la France: sites et monuments*. Paris: Touring Club de France, 1900-1906. 32 v. Disponível em: <<http://catalogue.bnf.fr/ark:/12148/cb31185614w>>. Acesso em: out. 2016. Touring Club de France. *La France en images*. 2 álbuns, 1922. Disponível em Gallica: 1^{ère} série: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b10508771s.r>> et 2^e série: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b10508829p.r>>.

17 De acordo com Marc Boyer, sindicato de iniciativa era um comitê “de pessoas conhecidas que voluntariamente davam informações e prestavam serviços aos habitantes” e tinha “como objetivo atrair e acolher bem os turistas”. BOYER, Marc. *História do turismo de massa*. Bauru: Edusc, 1999 apud SANTANA, Nara Maria Carlos de (Org.). *Turismo entre diálogos*. Interpretações sobre gestão, política, cultura e sociedade. Rio de Janeiro: Faperj/e-papers, 2012, p. 19. (N. T.).

18 CREATION *d'un Syndicat d'initiative dans l'intérêt de la Ville de Lyon et ses environs*, 1901, 4 p., Lyon, Musées Gadagne, inv. 1895.8.

Nessa época, o trem é o meio de transporte preferido dos viajantes, enquanto o uso da bicicleta e do automóvel começa a se desenvolver. Em nível nacional, estruturas aparecem a fim de tratar questões relativas ao turismo. O Serviço Nacional do Turismo é criado em 1910. A lei sobre a criação das estações hidrominerais, climáticas e turísticas, votada em 1919, institui a aplicação da taxa de estadia em cada uma das cidades em questão. Após um pedido do conselho municipal, Lyon é oficialmente classificada como estação turística em 1921, e uma câmara da indústria turística é criada na cidade¹⁹. Em 1936, a lei instituindo duas semanas de férias pagas²⁰ e o estabelecimento do *billet populaire de congé annuel* (bilhete popular de férias anual – bilhete de trem com tarifa reduzida) dão origem a um turismo de massa na França. No mesmo ano é criada a Subsecretaria de Estado de Lazer, dirigida por Léo Lagrange.

O turismo e a guerra

As duas guerras mundiais (1914-1918 e 1939-1945) tiveram consequências importantes na mobilidade dos viajantes e no desenvolvimento do turismo na França.

Em 1914, a entrada da França na guerra contra Alemanha e Áustria-Hungria afeta fortemente a Exposição Internacional Urbana de Lyon e, conseqüentemente, uma grande parte da atividade turística da cidade²¹. Muitos viajantes presentes em Lyon no início do século XX eram alemães e austríacos. O Sindicato de Iniciativa de Lyon possuía, além disso, excelentes relações com a imprensa desses dois países, em particular o *Illustrirte Zeitung*, jornal editado em Leipzig²². Após a guerra, supõe-se que o SIL não tenha mais nenhuma relação com as nações vencidas e passe a tentar atrair para Lyon os viajantes britânicos e da América do Norte.

A quantidade de publicações relacionadas ao turismo é fortemente reduzida nos anos pós-guerra. Em 1918, numerosos empregados das editoras foram mortos durante a guerra, e os custos das impressões aumentaram significativamente com o aumento do preço do papel²³. A atualização das edições de guias é bastante complicada nos períodos pós-guerra em razão da destruição urbana e da desorganização geral do país. No prefácio do guia Hachette Bourgogne, *Franche-Comté, Morvan, Jura, Lyonnais*, de 1920, o diretor da coleção dos *Guides Bleus*, Marcel Monmarché, advertia assim o leitor:

19 *Journal officiel de la République française. Lois et décrets*, 13 mars 1921, année 53, n. 71, p. 3159-3160. Disponível em Gallica: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6439417f.r>>. Acesso em: out. 2016 .

20 A lei de 20 de junho de 1936 institui férias anuais pagas na indústria, no comércio, nas profissões liberais, nos serviços domésticos e na agricultura.

21 PRIVAT-SAVIGNY, Maria-Anne (Dir.). *Lyon, centre du monde! L'exposition internationale urbaine de 1914*. Catálogo da exposição. Lyon: musées Gadagne, 2013.

22 Syndicat d'Initiative de Lyon. *Lyon-Touriste*. 1^{er} août 1907, 2^e année, n. 8, p. 2.

23 HUBÉ, Nicolas; CHUPIN, Ivan; KACIAF, Nicolas. *Histoire politique et économique des médias en France*. Paris: La Découverte, 2009, p. 46.

[...] notre travail accompli pendant la guerre et dans la période de l'armistice s'est heurté à bien des difficultés [...]: beaucoup d'hôtels, de casinos, d'établissements publics transformés en hôpitaux n'ont pas encore rouvert; partout les prix d'hôtel ont subi et subiront encore des fluctuations [...], les services des chemins de fer, des voitures publiques, etc., ont été complètement bouleversés; certains musées, châteaux, etc., ont été provisoirement fermés aux visiteurs²⁴.

Vinte e sete anos mais tarde, seu filho, Georges Monmarché, que o sucedeu na direção da coleção, apresenta basicamente o mesmo discurso no guia *France automobile en un volume*:

Certains musées ont été détruits pendant la guerre 1939-45. Nous les avons signalés. D'autres ont été ou sont encore fermés pour un temps indéterminé. Le lecteur voudra bien se renseigner sur place. [...] En raison de l'instabilité actuelle, les chiffres de population sont donnés d'après le dénombrement de 1936. [...] La situation mouvante de l'hôtellerie ne nous a pas permis d'établir des listes auxquelles le voyageur puisse se fier aussi parfaitement qu'autrefois. Beaucoup d'hôtels ont été détruits; nous les avons supprimés dans notre guide. D'autres sont réquisitionnés, mais seront rendus à la clientèle dans un avenir plus ou moins proche. D'autres sont encore en voie de réinstallation. Nous avons cru bon de les laisser figurer au nombre des hôtels ouverts, mais le voyageur devra se renseigner sur place. [...] Nous nous excusons auprès de nos lecteurs des inévitables lacunes que comporte la rédaction d'un Guide dans cette période d'après-guerre. Certains détails n'ont pu encore être recueillis dans les régions sinistrées, et pour les villes de moindre importance, qui n'ont pas subi de dégâts dans leur patrimoine artistique, nous nous sommes bornés quelquefois à la description d'avant-guerre²⁵.

Após o conflito, muitos anos foram necessários para os ajustes das edições atualizadas.

24 “[...] nosso trabalho durante a guerra e no período de armistício encontrou muitas dificuldades [...]: muitos hotéis, cassinos, estabelecimentos públicos transformados em hospitais ainda não reabriram; em todos os lugares os preços dos hotéis sofreram e sofrerão ainda flutuações [...], os serviços das estradas de ferro, dos transportes públicos etc. foram completamente atingidos; alguns museus, castelos etc. foram temporariamente fechados aos visitantes.” MONMARCHÉ, Marcel (Dir.). *Bourgogne, Franche-Comté, Morvan, Jura, Lyonnais*. Paris: Hachette, 1920, p. VI.

25 “Alguns museus foram destruídos durante a guerra 1939-45. Nós os havíamos advertido. Outros foram ou estão ainda fechados por tempo indeterminado. O leitor gostaria muito de se informar sobre o local. [...] Em função da instabilidade atual, os números de população são dados após a contagem de 1936. [...] A situação instável do setor hoteleiro não nos permitiu estabelecer listas nas quais o viajante possa se orgulhar tão perfeitamente como antes. Muitos hotéis foram destruídos; nós os suprimimos do nosso guia. Outros estão tomados pelos militares, mas serão oferecidos aos clientes num futuro mais ou menos próximo. Outros estão ainda em vias de reinstalação. Nós acreditamos que seria bom deixá-los figurar no número de hotéis abertos, mas o viajante deverá se informar no local. [...] Pedimos desculpas aos nossos leitores acerca das inevitáveis lacunas existentes na redação de um guia neste período de pós-guerra. Alguns detalhes não puderam ainda ser recolhidos nas regiões afetadas e, para as cidades de menor importância, que não sofreram danos no seu patrimônio artístico, nós nos limitamos, em alguns casos, à descrição do pré-guerra.” MONMARCHÉ, Georges (Dir.). *France automobile en un volume*. Paris: Hachette, 1947, p. VIII-X.

Se a guerra é um obstáculo à viagem de lazer, ela torna possível, no entanto, o aparecimento de muitas formas inusitadas de turismo. Assim, durante a Primeira Guerra Mundial, os turistas tradicionais são bem menos numerosos em Lyon que antes da guerra. A revista do SIL, *Lyon-touriste*, diagnostica, em 1915, a presença de novos turistas: são os soldados atingidos na guerra, atendidos nos hospitais de Lyon, que conhecem a cidade em companhia de suas famílias que vieram visitá-los. Durante a Segunda Guerra Mundial, alguns documentos turísticos são publicados especificamente para as forças armadas. É o caso do *Deutscher Wegleiter für Paris*, um periódico de uma centena de números impressos em Paris entre 1940 e 1944²⁶. Essa publicação esclarece os soldados alemães sobre os locais de lazer da capital e contém críticas de peças de teatro, filmes e exposições. Em 1944, um guia destinado às cidades do sul da França é publicado pelo departamento de guerra americano para o uso dos soldados que foram combater naquele país²⁷. O prefácio dessa obra recomenda aos militares que aproveitem a oportunidade que se apresenta a eles de visitar o país, advertindo-os sobre as destruições e mudanças que poderiam ocorrer durante o conflito:

*About the only thing in this booklet that can be guaranteed is the terrain. The rest of it is up to the fortunes or misfortunes of war. [...] The short historical notes and city plans concerning most of the towns are correct as of the outbreak of the war. But the changes of war were still happening in many places when this pocket guide went to press. [...] Anyhow, so far as your military duties permit, see as much as you can. You've got a great chance to do now, major expenses paid, what would cost you a lot of your money after the war. Take advantage of it*²⁸.

É preciso também mencionar o aparecimento do turismo de memória ligado às

26 A esse respeito, ver: GORDON, Bertram M. Ist Gott Französisch? Germans, tourism, and occupied France, 1940–1944. *Modern & contemporary France*, 4:3, 1996, p. 287-298; GEIGER, Wolfgang. Chapitre X. Regards croisés sur la France 1940-1944. In: _____. *L'image de la France dans l'Allemagne nazie: 1933-1945*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 1999, § 242. Disponível em: <<http://books.openedition.org/pur/9296>>. Acesso em: out. 2016.

27 UNITED STATES. Army Service Forces. Information and Education Division. *Pocket guide to the cities of Southern France*. Washington D. C., 1944, VI-82 p. Disponível em: <<https://archive.org/details/PocketGuideToTheCitiesOfSouthernFrance>>. Acesso em: out. 2016.

28 “A única coisa neste livro que pode ser garantida é o terreno. O resto depende das fortunas ou desgraças da guerra. [...] As breves notas históricas e as plantas referentes à maioria das cidades estão corretas desde o início da guerra. Mas as transformações oriundas da guerra ainda estavam acontecendo em muitos lugares quando este guia de bolso foi para a impressão. [...] De qualquer modo, até onde as suas forças militares o permitam, veja o máximo que puder. Você tem uma grande chance de fazer agora, com as despesas pagas, o que custaria muito do seu dinheiro depois da guerra. Aproveite.” Ibidem, p. III-IV.

batalhas que se desenvolveram durante a Primeira Guerra Mundial. Assim, a editora Michelin publica guias dos campos de batalha desde 1917²⁹.

O SINDICATO DE INICIATIVA DE LYON E SEU ENTORNO

O SIL é um organismo privado e independente, fundado em 1901, que possui estreitas ligações com as esferas política, econômica e comercial de Lyon. Nesse sentido, a lista de membros do SIL em 1906 contém nomes de comerciantes, proprietários de hotéis, banqueiros, industriais, advogados e médicos. Muitas personalidades políticas locais também fazem parte dessa lista: os conselheiros municipais Gorjus e Nové-Josserand, assim como o professor Beauvisage, adjunto ao prefeito de Lyon e eleito senador do Rhône em 1909. Há também diversos representantes oficiais de países estrangeiros: o cônsul do México, o cônsul da Bélgica, o cônsul suíço, o vice-cônsul do Brasil (Édouard Payen) e o vice-cônsul do Chile. Diversos membros do SIL são eleitos pela Câmara do Comércio, outros são membros eruditos de sociedades científicas.

Desde a sua criação, o SIL é bastante ativo na promoção turística de Lyon no exterior. Os objetivos são claramente anunciados em cada uma das publicações, principalmente na revista *Lyon-Touriste*:

Le Syndicat d'initiative a pour but:

1° *D'attirer à Lyon les étrangers par une publicité incessante en brochures, journaux et affiches.*

2° *De les y retenir en leur donnant tous les renseignements nécessaires pour la visite de la ville et de ses environs, et en favorisant de tout son pouvoir, en les provoquant au besoin, les fêtes, concours et expositions.*

3° *De donner à nos compatriotes toutes les indications utiles pour les voyages et excursions qu'ils veulent entreprendre, aussi bien que pour les aider dans le choix d'un lieu de villégiature estivale ou hivernale*³⁰.

O SIL está relacionado a muitos jornais estrangeiros, nos quais publicou anúncios contendo “uma vista de Lyon com esta citação: “Turistas, venham a Lyon, uma das

29 A esse respeito, ver: BRANDT, Susanne. Le voyage aux champs de bataille. *Vingtième Siècle, revue d'histoire*, n. 41, janvier-mars 1994, p. 18-22. Disponível em: <www.persee.fr/doc/xxs_0294-1759_1994_num_41_1_3262>. Acesso em: out. 2016; HARP, Stephen L. Touring the Trenches. Michelin Guides to World War I Battlefields. In: _____. *Marketing Michelin: advertising & cultural identity in twentieth-century France*. Londres: J. Hopkins University Press, 2001, p. 89-125.

30 “O Sindicato de iniciativa tem por objetivo: 1° Atrair a Lyon os estrangeiros através de uma publicidade incessante em folhetos, jornais e cartazes. 2° Fornecer-lhes todas as informações necessárias para a visita à cidade e a seu entorno e, aproveitando-se de todo o seu poder, proporcionar-lhes, de acordo com a necessidade, acesso a festas, concursos e exposições. 3° Dar a nossos compatriotas todas as indicações úteis para as viagens e excursões que eles querem realizar, assim como para ajudá-los na escolha de um local de férias no verão ou no inverno.” Syndicat d'initiative de Lyon. *Lyon-Touriste*. 1^{er} septembre 1906, 1^{re} année, n. 9, p. 1.

mais belas cidades da Europa”³¹. Entre 1906 e 1910, esse anúncio está também presente no *Graphic*, jornal inglês, e nos três jornais alemães: *Illustrirte Zeitung*, *Weltcourrier* e *Modern Kunst*. Os relatórios do *Lyon-Touriste* mencionam também contatos com o *Daily Telegraph* para negociar um encarte publicitário. Uma versão um pouco diferente dessa visão turística foi publicada na agenda PLM de 1921 (figura 1). O SIL procura também atrair turistas americanos que vão para a Europa, por intermédio de anúncios inseridos no *Journal de l'Atlantique*, revista distribuída nos navios transatlânticos.



LYON

Ville magnifiquement située au confluent du Rhône et de la Saône et dominée par deux belles collines. — Agglomération de 1.000.000 d'habitants. — Très beaux et nombreux monuments anciens et modernes. — 25 ponts. Sites superbes. — Panoramas immenses et pittoresques.

Vastes places, belles avenues, quais splendides uniques au monde. — Cuisine particulièrement réputée. — Siège d'une Université, d'une Cour d'Appel, d'un Corps d'Armée, d'un Archevêché, d'une Préfecture. — Point de départ de l'inoubliable *Descente du Rhône*.

Sur demande, le SYNDICAT d'INITIATIVE, Place Bellecour envoie contre 50 centimes en timbres une très belle brochure illustrée de nombreuses photographies.

Figura 1 – Anúncio do SIL. Fonte: Agenda PLM – Paris-Lyon-Méditerranée. Vers la renaissance du tourisme. Paris: Compagnie PLM, de 1921, p. 225

A revista do SIL, *Lyon-Touriste*, é publicada de 1906 até 1944. Inicialmente de tiragem mensal, ela se torna trimestral. Essa publicação contém os “relatórios [das] sessões, indicações dos procedimentos realizados junto à municipalidade de Lyon ou das companhias de transporte para o embelezamento da nossa cidade, a

31 Syndicat d'initiative de Lyon. *Lyon-Touriste*. 1^{er} mars 1908, 3^e année, n. 3, p. 4.

salvaguarda de nossos passeios e monumentos ou para obter facilidade de acesso e de comunicação”³².

Ela reproduz, às vezes, artigos publicados na imprensa de Lyon (*Le salut public, Lyon-Républicain*) no que diz respeito ao turismo ou à promoção de Lyon no exterior, ao embelezamento da cidade e aos problemas que podem prejudicar o turismo. A tiragem da revista é de 1.500 exemplares em 1906, e 2.000 em 1907³³. É distribuída nos hotéis da região, nas bibliotecas municipais, e enviada a outros sindicatos de iniciativa locais.

O SIL é apoiado financeiramente pela Câmara de Comércio³⁴, pelo Conselho Geral do Rhône, pelo Touring-Club de France, pelos bancos, pelos diversos sindicatos patronais, pelos industriais, pelos negociadores³⁵ e pelo município de Lyon a partir de 1906³⁶.

CORPUS DE ESTUDO

O *corpus* de estudo reúne 44 edições de guias de Lyon, pertencendo a quatro coleções turísticas distintas³⁷. São obras publicadas entre 1900 e 1950, por dois editores locais (o SIL e a sociedade de guias POL), uma importante editora francesa (Hachette) e uma célebre editora alemã (Baedeker). Esse *corpus* assim constituído apresenta o interesse de confrontar a representação de Lyon nos guias de quatro coleções com graus diferentes de importância, durante a primeira metade do século XX.

Os guias Hachette

Hachette é, no século XX, a coleção francesa de referência em matéria de obras ligadas ao turismo. Desde 1857, Hachette edita a coleção dos *Guides Joanne*, que se tornam em 1919 os *Guides Bleus*³⁸. Numerosos títulos são publicados, contendo diferentes lugares na França e no exterior. Existem monografias locais (*Lyon et ses environs*), guias contendo uma vasta região (*Bourgogne, Morvan, Jura, Lyonnais, Sud-Est*) ou então guias de todo o país (*France automobile en un volume*). Nos anos 1920-1930, os viajantes utilizam cada vez mais o automóvel em relação ao trem, e a evolução dos títulos dos guias Hachette traduz essa importante mudança. Em 1923, o título *France en 4 volumes* foi dividido de acordo com as grandes redes de estradas de ferro (a parte “Lyon” se encontrava então no volume *Sud-Est, Le réseau PLM*). Em 1938, o guia

32 Syndicat d’initiative de Lyon. *Lyon-Touriste*. 1^{er} mars 1907, 2^e année, n. 3, p. 2.

33 Ibidem.

34 Desde 1902, a Câmara de Comércio deposita ao SIL um subsídio de 1.000 francos.

35 Syndicat d’initiative de Lyon. *Lyon-Touriste*. 1^{er} mars 1906, 1^{er} année, n. 3, p. 5.

36 O subsídio depositado ao SIL pela cidade de Lyon foi de 1.000 francos em 1906 e de 1.500 francos em 1907.

Syndicat d’initiative de Lyon. *Lyon-Touriste*. 1^{er} mars 1907, 2^e année, n. 3, p. 3.

37 Esse *corpus* reúne 18 guias Hachette, 9 guias Baedeker, 12 folhetos-guia do SIL e 5 guias POL (Apêndice 1).

38 MORLIER, Hélène. *Les Guides-Joanne, Genèse des Guides-Bleus*. Paris: Les Sentiers débattus, 2007, p. 16.

Hachette destinado à descrição do país se intitula, a partir de então, *France automobile en un volume*.

Os guias Baedeker

Desde 1832, a editora alemã Baedeker, situada em Leipzig, publica os guias de viagem, que são muito renomados na Europa³⁹. A grande particularidade de Baedeker é que foram publicadas obras em três línguas diferentes (alemão, inglês e francês), o que lhe permite ser um sério concorrente de Hachette na França. A parte destinada a Lyon se encontra nos guias da parte do sudeste da França. A Primeira Guerra Mundial marca uma ruptura importante para Baedeker, que não edita mais nenhum guia em língua francesa, à exceção daqueles sobre a Bélgica e Luxemburgo.

Os folhetos-guia SIL

A partir de 1902, o SIL edita um folheto-guia anual sobre Lyon, distribuído gratuitamente. No início foi chamado de *Lyon-pittoresque* e evolui sensivelmente a partir de 1929, tornando-se *Lyon – guide officiel illustré*. O folheto-guia do SIL contém numerosas ilustrações (fotografias em preto e branco) e muita publicidade⁴⁰.

Na edição de 1913, a descrição da cidade no folheto-guia começa pela seguinte frase:

*Au point de vue pittoresque, Lyon offre tous les signes distinctifs d'une Capitale, non moins que sous le rapport de sa situation géographique, de sa richesse industrielle et commerciale, de son essor économique, de la célébrité de son Université, de son influence artistique et scientifique, de son rayonnement intellectuel et de l'intensité de sa vie administrative*⁴¹.

Os guias POL

A Sociedade dos Guias POL, dirigida por Gustave Toursier, foi fundada em 1896. As informações disponíveis sobre essa coleção são pouco numerosas. Ela edita, desde o fim do século XIX, guias em língua francesa sobre diferentes cidades e regiões, na França e em alguns países vizinhos. Existem títulos destinados a Paris, Lyon, Grenoble, Avignon, Marseille, Dijon, Vichy, Genebra, Chamonix, Le-Puy-en-Velay, Gênes, assim como aos Alpes, à côte d'Azur e ao vale do Rhône. As edições do *Guide pratique de Lyon et de sa région* são frequentes durante a primeira metade do século

39 Ver a bibliografia dos guias Baedeker: HINRICHSEN, Alex W. *Baedeker's Reisehandbücher, 1832-1990: Bibliographie 1832-1944: Verzeichnis 1948-1990: Verlagsgeschichte mit Abbildungen und zusätzlichen Übersichten*. 2. ed. Bevern: U. Hinrichsen, 1991.

40 Syndicat d'initiative de Lyon. *Lyon-Touriste*. 1^{er} mars 1906, 1^{re} année, n. 3, p. 3.

41 "Do ponto de vista pitoresco, Lyon oferece todos os sinais distintos de uma capital, não menos que sobre a relação de sua situação geográfica, de sua riqueza industrial e comercial, de seu desenvolvimento econômico, de sua célebre universidade, de sua influência artística e científica, de sua influência intelectual e da intensidade de sua vida administrativa." Syndicat d'initiative de Lyon. *Lyon-Pittoresque*. Lyon, 1913, p. 13.

XX. Os escritórios da Sociedade dos Guias POL situavam-se na Praça Bellecour, número 19, próximo ao escritório do SIL.

Os guias Hachette e Baedeker são bastante utilizados pelos viajantes presentes em Lyon se levarmos em conta a revista *Lyon-Touriste*, que chama, em 1903, os estrangeiros que visitam a cidade como “seus Joanne ou seus Baedeker à mão”⁴². As edições dos guias Baedeker cobrem uma vasta região e são desprovidas de ilustrações e publicidade. Os guias do SIL e os guias POL contêm numerosas imagens de Lyon e diversas plantas da cidade. Quanto aos guias Hachette, isso depende dos títulos. Aqueles destinados a toda a França ou a uma região extensa não são ilustrados, diferentemente dos guias destinados a Lyon e seu entorno (figura 2).

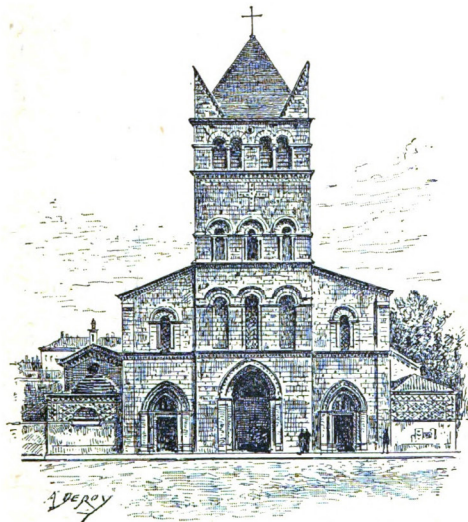
PLACE BELLECOUR.

23

Quartier Bellecour.

Moyens de communication. — Presque tout le réseau des trams passe ou aboutit à la pl. Bellecour (V. ci-dessous).

Aspect général. — C'est le quartier des élégances de Lyon. Au S. et sur la pl. même se concentre la vie de l'aristocratie et de la haute bourgeoisie. Au N. commence le mouvement commercial.



Saint-Martin d'Ainay.

Continuant à remonter la rue Victor-Hugo on voit à l'angle de la rue Sala (entrée par la rue Boissac) l'ancien hôtel Varissan, auj. *Hôtel du Gouverneur*, commandant le 14^e Corps d'armée et généralissime de l'armée des Alpes.

La superbe **place Bellecour** (Pl. E, 3; 310 m. de long. sur 200 m. de larg.), encadrée par deux belles façades construites en 1800 pour remplacer celles détruites en 1793, qui avaient été exécutées sur les dessins de Mansart, est ornée de jardins, de fontaines (puissants jets d'eau) et décorée au centre de la *statue équestre de Louis XIV*, par Lemot. Elle est par excellence la promenade lyonnaise à la mode et le rendez-vous des étrangers, surtout aux heures des concerts

Figura 2 – Fonte: PAILLON, Maurice, 1905, p. 23

42 Syndicat d'initiative de Lyon. *Lyon-Touriste*. 1^{er} mars 1906, 1^{re} année, n. 3, p. 3.

Existem alguns elos entre os diferentes editores de guias. Por exemplo, um número de *Lyon-Touriste* de 1909 menciona uma carta enviada ao SIL por Marcel Monmarché, diretor da coleção dos guias Joanne, “solicitando sua inscrição como membro do sindicato”⁴³. Maurice Paillon, autor do guia Hachette *Lyon et ses environs* de 1905, é membro do SIL, onde exerce a função de administrador. Enfim, o diretor dos guias POL, Gustave Toursier, é também citado entre os membros do SIL. Essas relações entre autores e editores de guias franceses sobre Lyon (SIL, Hachette, POL) foram importantes nos anos 1900-1920.

Outras publicações turísticas

Além dessas coleções, existem inúmeras outras publicações turísticas (guias, revistas, folhetos) incluindo uma parte destinada à visita a Lyon. Algumas obras são dedicadas a um itinerário regional no qual Lyon é apenas uma simples passagem. É o caso das agendas publicadas pela Compagnie des Chemins de fer de Paris à Lyon et à la Méditerranée (PLM) e dos guias sobre os Alpes ou a Côte d’Azur. Esses documentos, que podem trazer esclarecimentos interessantes, não foram integrados ao *corpus* do estudo em razão da sua grande heterogeneidade e porque não apresentam a mesma coerência no seu conjunto como as coleções turísticas escolhidas.

O GUIA DE VIAGEM, DOCUMENTO DE DIFÍCIL ACESSO PARA O PESQUISADOR

O pesquisador que escolhe estudar os guias de viagem se encontra rapidamente frente a um problema de acessibilidade aos dados. Poucos exemplares são conservados nas coleções públicas, seja em bibliotecas, arquivos ou museus. As pesquisas nos arquivos privados de editoras especializadas em turismo se apresentam mais bem-sucedidas, sem, contudo, serem suficientes. Assim, os arquivos da editora Hachette⁴⁴ contêm inúmeras edições dos *Guides Joanne* e *Guides Bleus*, mas estamos bem distantes da exaustividade. Determinadas edições de guias, publicados no início do século XX, foram digitalizadas. Essas obras, que desde então são de domínio público, podem ser consultadas em *sites* especializados, como Google Books, Gallica, Internet Archive. No entanto, a qualidade da digitalização é bastante desigual e pode apresentar diversos problemas, principalmente no Google Books. Em geral, a totalidade do texto está disponível, a menos que haja erros de digitalização (páginas em falta ou dobradas). Por outro lado, as ilustrações são pouco exploradas (baixa resolução, imagem muito escura), e as plantas, dobradas, com frequência não foram digitalizadas na sua totalidade. Finalmente, a melhor solução permanece na consulta do exemplar

43 Syndicat d’initiative de Lyon. *Lyon-Touriste*. 1^{er} janvier 1909, 4^e année, n. 1, p. 3.

44 Os exemplares da editora Hachette foram arquivados em 1993 no Institut de la Mémoire Ecrite Contemporaine – Imec (Abbaye d’Ardenne, 14280 Saint-Germain-la-Blanche-Herbe, França). Para outras informações, consultar a descrição dos arquivos Hachette em: IMEC – Institut Mémoires d’Édition Contemporaine. Les collections. Hachette Livre. Disponível em: <www.imec-archives.com/fonds/hachette-livre>. Acesso em: out. 2016.

impresso. Muitas vezes é possível consultar os guias pertencentes a colecionadores particulares, que em geral se mostram de acordo em fornecer uma autorização para pesquisas científicas. Enfim, o pesquisador tem também o interesse de constituir sua própria coleção pessoal através da compra de guias usados, que são regularmente vendidos em livrarias de usados e na internet.

AS DUAS DIMENSÕES DE LEITURA DOS GUIAS DE VIAGEM

Para a análise do guia de viagem impresso é necessário distinguir duas dimensões de leitura. O guia pode ser estudado a partir de numerosas informações suscetíveis aos interesses dos pesquisadores de diferentes disciplinas: história, história da arte, urbanismo, geografia, transportes, arquitetura... Esse tipo de documento contém principalmente informações sobre os serviços e equipamentos urbanos: cafés, restaurantes, hotéis, correios, consulados, bancos, teatros, cinemas, bibliotecas... Por exemplo, o *Guide pratique de Lyon*⁴⁵, publicado pela editora POL por volta de 1922, contém informações precisas de cada linha de bonde: número da linha, estações de chegada e saída, estações intermediárias e principais e duração total do trajeto⁴⁶. Esse mesmo guia contém também uma planta de Lyon, bastante interessante, mostrando a mancha urbana (figura 3).

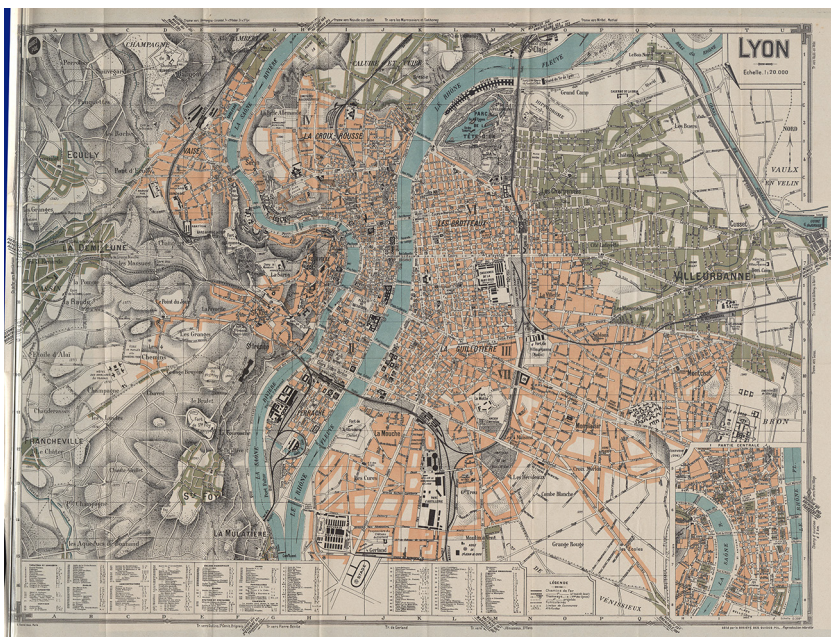


Figura 3 – Planta de Lyon e seu entorno. Fonte: TOURSIER, Gustav, [1922?]

45 TOURSIER, Gustave (Dir.). *Guide pratique de Lyon et de sa région*. II. ed. Lyon: Société des Guides POL, [1922?].

46 Ibidem, p. 10-II.

O guia de viagem tem por objetivo informar o leitor sobre o que há de interessante num território. As recomendações presentes no guia têm importante valor prescritivo para o viajante. Por essência, o guia não diz tudo: há uma seleção da mensagem. O pesquisador pode assim se interessar pela maneira pela qual o guia valoriza determinadas informações em relação a outras. A análise do discurso, a investigação dos elementos ausentes no guia e aqueles especialmente mais valorizados são bastante interessantes. Este estudo necessita levar em consideração o contexto de produção, o conteúdo e a forma do guia e buscar estruturar os objetivos dos autores. As diferentes coleções turísticas recorrem a diversos meios tipográficos a fim de estabelecer uma hierarquia entre os elementos mencionados. A mensagem é fortemente estruturada, os pontos de interesse são hierarquizados com o auxílio de símbolos (estrelas, asteriscos). No *corpus*, esse tipo de símbolo aparece pela primeira vez nos guias Baedeker. A tipografia (negrito, itálico, letras maiúsculas) é igualmente utilizada nos guias de viagem para diferenciar as entidades espaciais nomeadas seguindo alguns níveis de interesse. O estudo do vocabulário associado aos diferentes espaços e objetos urbanos traz também elementos particularmente esclarecedores.

ESTRUTURA DO GUIA DE VIAGEM

A maioria dos guias de Lyon reunidos no *corpus* adotam uma organização similar do conteúdo. Frequentemente, a visita à cidade é separada em três grandes partes, em função dos rios: Presqu'île (e Croix-Rousse)/margem direita do Saône (Vieux Lyon e Fourvière)/margem esquerda do Rhône (Brotteaux et Guillotière). Essa divisão espacial, que estava presente em determinados guias de Lyon na metade do século XIX⁴⁷, aparece progressivamente nas quatro coleções estudadas.

Assim, os guias Baedeker adotam essa organização desde a edição alemã de 1898⁴⁸ e, depois, na edição francesa de 1906⁴⁹ e na edição inglesa de 1914⁵⁰. A edição alemã de 1930 retoma a mesma estrutura.

Na coleção dos *Guides Joanne* (Hachette) a edição 1905 do guia *Lyon et ses environs*⁵¹ é a primeira a dividir a cidade em função do espaço e não mais em função das categorias temáticas utilizadas anteriormente (edificações religiosas e civis, praças, ruas). No entanto, é somente a partir de 1920 que uma tripla organização (cidade central – cidade antiga – cidade nova) se torna a regra nos guias Hachette de Lyon. Verificou-se que, na edição de 1944 do *Guide Bleu Lyon et ses environs*, além da divisão

47 SAUNIER, Pierre-Yves, op. cit, p. 50.

48 BAEDEKER, Karl. *Die Riviera, das südöstliche Frankreich, Korsika, die Kurorte an den oberitalienischen Seen und am Genfer See*. I. ed. Leipzig: Karl Baedeker, 1898.

49 Idem, *Le Sud-Est de la France du Jura à la Méditerranée y compris la Corse*. 8. ed. Leipzig: Karl Baedeker e Paris: Paul Ollendorff, 1906.

50 Idem, *Southern France including Corsica*. 6. ed. Leipzig: Karl Baedeker e Londres: T. Fischer Unwin, 1914.

51 PAILLON, Maurice. *Lyon et ses environs*. Paris: Hachette, 1905.

clássica, uma quarta seção é presente, destinada ao “urbanismo moderno de Lyon”⁵². Nessa parte são apresentados os projetos urbanos recentes e aqueles realizados: Villeurbanne, bairro dos Hospitais, aeroporto de Bron, bairro de Gerland (Estádio Municipal e edifício dos Abatedouros).

Desde a primeira edição (1902), os folhetos-guia do SIL propõem uma visita à cidade organizada de acordo com um recorte geográfico. A edição de 1902 contém, assim, seis espaços – *Lyon-Bellecour* (da estação de Perrache até a igreja Saint-Nizier), *Lyon-Fourvière* (Fourvière, Saint-Jean e Vieux-Lyon), *Lyon-Vaise*, *Lyon-Terreaux e Croix-Rousse* (a Câmara Municipal e o Palais des Arts), *Lyon-Brotteaux* (Parc de la Tête-d’Or), *Lyon-Guillotière* (a Universidade e a Prefeitura) –, aos quais se adiciona uma seção dedicada aos cais de Lyon. A edição seguinte, em 1903, adota praticamente a mesma estrutura. A única diferença é a adição de uma parte denominada *Lyon-Perrache*, que corresponde ao espaço situado entre a estação de Perrache e a Praça Bellecour. A edição de 1913 e as seguintes, até a de 1928, não apresentam mais nenhuma organização por bairros. Somente um itinerário é proposto, o que parte da Praça Terreaux “para aqui retornar”⁵³, com indicações bem definidas do percurso a seguir.

Quanto aos guias POL, estes adotam estrutura bastante similar, com uma separação em várias seções. A edição 1909 do *Guide pratique de Lyon et de sa région* é assim dividido em partes numeradas: 1) De Perrache até Bellecour; 2) De Bellecour até Terreaux; 3) Fourvière, Saint-Jean, Saint-Paul; 4) Passeio sobre o rio Saône: Perrache, Bellecour, Vaise e Ile Barbe; 5) Guillotière; 6) Brotteaux, Parc de la Tête d’Or; 7) Croix-Rousse, Martinière; 8) Saint-Just e Saint-Irénée. Cada seção contém uma planta parcial da cidade com o traçado do itinerário de visita correspondente. A edição de 1941 retoma a mesma organização, com exceção da parte destinada ao passeio sobre o Rio Saône, que foi suprimida.

INFORMAÇÕES ESPACIAIS E O SIG – SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS

No nosso conhecimento, não existem ainda pesquisas em língua francesa sobre a literatura turística do século XX que contemple a utilização de SIG para tratar e cruzar os dados espaciais extraídos dos guias. Não obstante, o guia de viagem impresso apresenta um forte potencial de estudo no que diz respeito à representação do espaço urbano. Cada um dos três materiais que compõem o guia (texto, ilustrações, mapas) contém informações úteis do ponto de vista espacial.

Texto

O texto possui inúmeras informações com referência espacial: rios, edifícios, praças, ruas, parques, fontes, bairros, colinas. O levantamento sistemático dessas citações textuais torna possível a geolocalização no SIG das entidades espaciais nomeadas.

52 MONMARCHÉ, Marcel (Dir.). *Lyon et ses environs*. Paris: Hachette, 1944, p. 72-74.

53 Syndicat d’initiative de Lyon. *Lyon-Pittoresque*, 1913, p. 19.

Assim, é possível, para cada edição, espacializar os pontos de interesse, os itinerários, os pontos de vista e os panoramas recomendados e também a divisão do espaço urbano no guia. A fim de possibilitar o tratamento correto dos dados textuais, é necessário dispor o texto no formato digital (TXT) para cada edição do *corpus*. Os guias encontrados em meio eletrônico e aqueles que digitalizamos estão disponíveis no formato PDF. O texto é convertido para o formato numérico por um programa de reconhecimento óptico de caracteres (OCR), necessitando em seguida de uma fase de verificação e correção. Esse processo de transcrição numérica dos dados textuais é longo, mas abre numerosas possibilidades de análise e de tratamento.

Ilustrações

A maioria das ilustrações apresentadas nos guias são perspectivas urbanas, principalmente fotografias. É possível geolocalizar com precisão os locais onde foram realizadas tais imagens no SIG. O mapeamento desses pontos de vista permite colocar em evidência os espaços que são frequentemente valorizados pelas ilustrações turísticas e compará-los, por exemplo, com o mapeamento dos panoramas recomendados no texto. Podemos, em seguida, melhorar a precisão das informações associadas às imagens: ângulo de visão, distinção das diferentes perspectivas...

Mapas

As plantas urbanas contêm também informações que podem ser integradas no SIG. Podemos assim traçar a extensão espacial de cada planta (figura 4), espacializar os elementos presentes na legenda do mapa, as edificações mais importantes e os pontos de interesse.

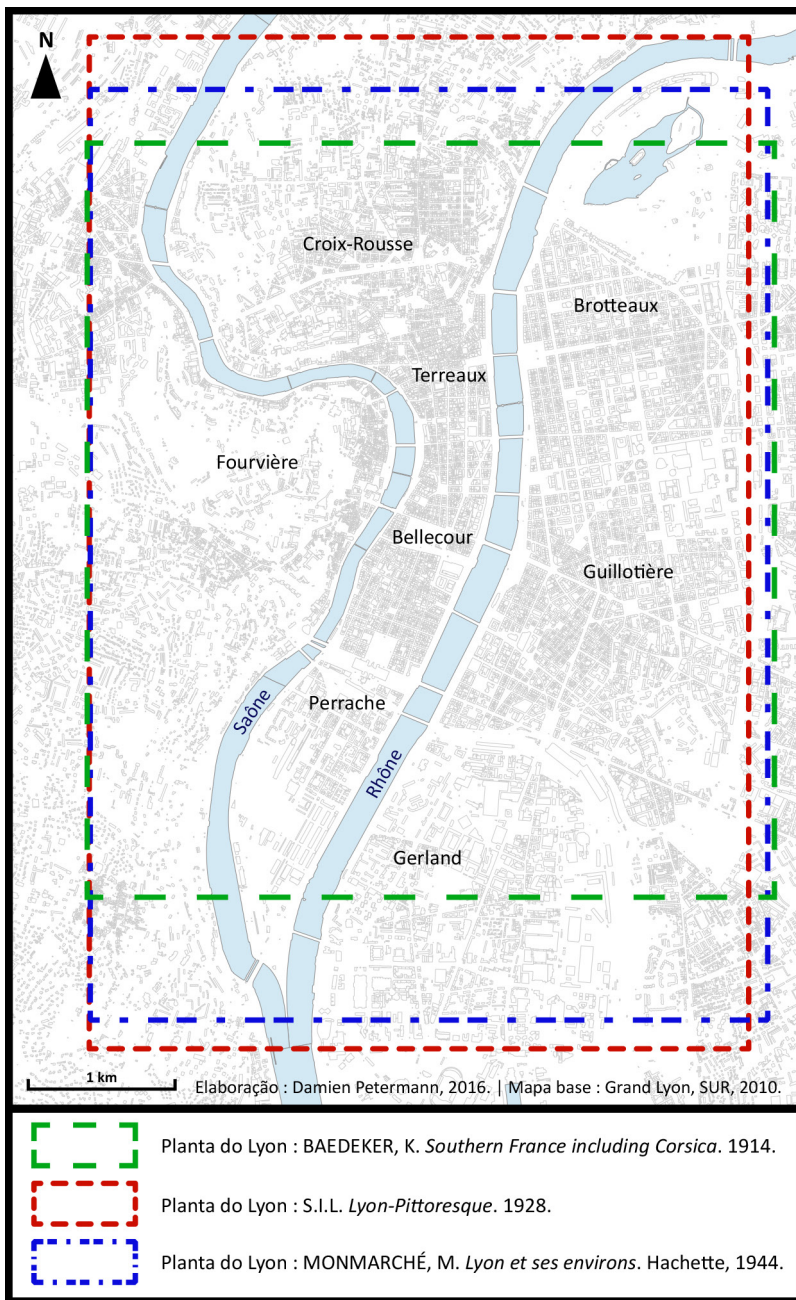


Figura 4 – Comparação da extensão espacial de algumas plantas de guias

Esse material apresenta, no entanto, alguns obstáculos que tornam difíceis sua digitalização e seu estudo. Em geral a planta é anexada ao guia por uma pequena faixa de papel, no final do volume ou entre duas páginas. É preciso desdobrá-la para poder proceder à consulta. Em razão da sua fragilidade, o material cartográfico

está frequentemente ausente nos exemplares físicos consultados em bibliotecas⁵⁴. Quando presente, uma parte da planta pode estar ausente ou rasgada, em função de uma utilização inadequada. A digitalização correta das plantas intactas também é complicada. Na biblioteca ou nos arquivos, muitas vezes é necessário se contentar com fotografias para não danificar o documento. As plantas são, em muitos casos, de grandes dimensões e, como são fixadas no guia, é difícil estabilizá-las na horizontal a fim de tirar uma fotografia de qualidade. A digitalização das plantas em guias comprados ou emprestados por colecionadores particulares é outra operação bastante delicada. É necessário todo o cuidado no momento da manipulação do documento a fim de não danificá-lo. A dificuldade consiste em manter a planta na horizontal, sobre o vidro do *scanner*, tendo o guia ao lado, a fim de não rasgá-la. Pudemos digitalizar corretamente algumas plantas dos guias do *corpus*⁵⁵, no entanto, como se trata de plantas dobráveis, existem marcas de dobraduras na imagem digitalizada.

Um exemplo de tratamento: o traçado dos itinerários de visita

Os itinerários de visita recomendados podem ser explícitos ou implícitos. A partir da edição de 1929, o folheto-guia do SIL contém uma planta da cidade com o traçado dos quatro itinerários propostos⁵⁶. Todos os percursos partem da Praça Bellecour: o primeiro é dedicado à visita ao sul da Presqu'île; o segundo leva até a colina da Croix-Rousse; o terceiro passa sobre a margem direita do Rio Saône (Fourvière, Saint-Jean, Saint-Paul, Saint-Just, Saint-Irénée); e o quarto promove a visita à margem esquerda do Rhône (parque da Tête-d'Or, Brotteaux, Prefeitura, Guillotière e Universidade). Após ter levantado os percursos na planta, pudemos espacializar no SIG os quatro itinerários recomendados no guia do SIL de 1929 (figura 5).

54 HANCOCK, Claire, 2003, op. cit, p. 69.

55 Agradecemos a Patrick Desfarges e Julie Erismann, que nos possibilitaram utilizar o *scanner* da Maison de l'Orient et de la Méditerranée de Lyon para digitalizar algumas plantas de grandes dimensões.

56 Syndicat d'initiative de Lyon. *Lyon – Guide officiel illustré*. Paris: Mayeux, 1929, p. 16-17.

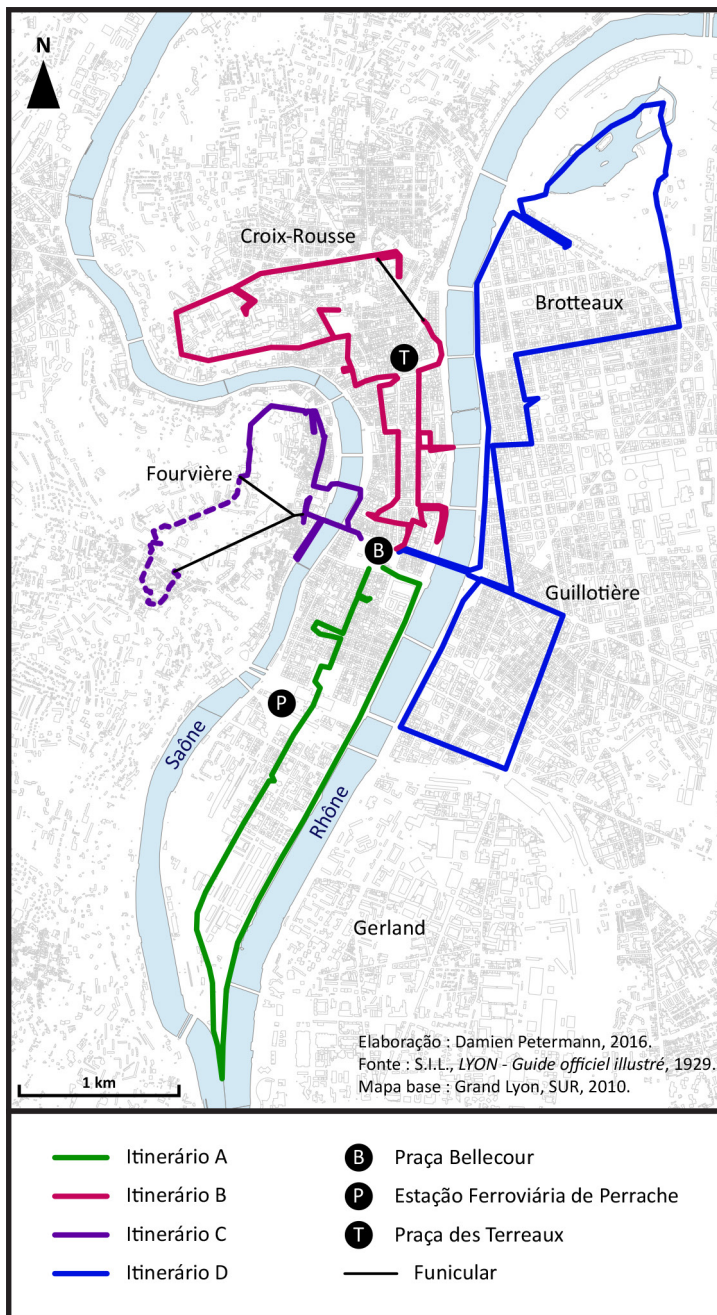


Figura 5 – A espacialização no SIG dos quatro itinerários recomendados no guia do SIL de 1929

CONCLUSÃO E PERSPECTIVAS DE ESTUDO

O guia de viagem impresso é uma fonte que apresenta grande interesse no estudo da evolução da imagem da cidade. Até o presente, esse tipo de fonte foi pouco estudado por pesquisadores de língua francesa. A abordagem geo-histórica é particularmente adaptada à análise dos guias de viagem. A evolução das representações espaciais de Lyon pode ser acompanhada pela busca e identificação precisas das mudanças no discurso turístico, principalmente identificando as entradas e saídas de objetos de uma edição a outra.

A integração e a análise num SIG dos dados espaciais extraídos dos guias podem levar a resultados bastante interessantes. O objetivo é constituir, para cada material (texto, ilustração, planta), para cada edição estudada e para o conjunto do *corpus*, o mapeamento do espaço efetivamente entregue ao olhar do viajante e, em oposição, de espaços urbanos que não aparecem nos guias. O estudo dessas fontes no SIG tem também o interesse de poder confrontar a visão turística do espaço urbano a uma topografia verificada, ao espaço real da cidade. Por outro lado, os dados espaciais extraídos dos guias são compatíveis com as camadas vetoriais realizadas durante o projeto USP-Cofecub, pois o mapeamento de referência utilizado é o sistema urbano de referência de Lyon (SUR)⁵⁷.

Apêndice 1 – Lista dos guias de viagem reunidos no *corpus* de estudo

- **1901**
 - BAEDEKER, Karl. *Le Sud-Est de la France du Jura à la Méditerranée et y compris la Corse*. 7. ed. Leipzig: Karl Baedeker; Paris: Paul Ollendorff, 1901.
- **1902**
 - BAEDEKER, Karl. *Southern France including Corsica*. 4. ed. Leipzig: Karl Baedeker, 1902.
 - JOANNE, Paul. *Bourgogne, Morvan, Jura, Lyonnais*. Paris: Hachette, 1902.
 - Syndicat d'initiative de Lyon. *Lyon-Pittoresque*. Lyon, 1902.
- **1903**
 - Syndicat d'initiative de Lyon. *Lyon-Pittoresque*. Lyon, 1903.
- **1905**
 - PAILLON, Maurice. *Lyon et ses environs*. Paris: Hachette, 1905.
- **1906**
 - BAEDEKER, Karl. *Le Sud-Est de la France du Jura à la Méditerranée y compris la Corse*. 8. ed. Leipzig: Karl Baedeker; Paris: Paul Ollendorff, 1906.
 - BAEDEKER, Karl. *Die Riviera, das südöstliche Frankreich, Korsika, die Kurorte in Südtirol, an den oberitalienischen Seen und am Genfer See*. 4. ed. Leipzig: Karl Baedeker, 1906.
 - *Lyon et ses environs*. Paris: Hachette, 1906.
 - Syndicat d'initiative de Lyon. *Lyon-Pittoresque*. Lyon, 1906.

57 Grand Lyon, Système urbain de référence, 2010.

- **1907**
- BAEDEKER, Karl. *Southern France including Corsica*. 5. ed. Leipzig: Karl Baedeker e Londres: T. Fischer Unwin, 1907.
- JOANNE, Paul. *Bourgogne, Morvan, Jura, Lyonnais*. Paris: Hachette, 1907.
- Syndicat d'initiative de Lyon. *Lyon-Pittoresque*. Lyon, 1907.
- **1908**
- Syndicat d'initiative de Lyon. *Lyon-Pittoresque*. Lyon, 1908.
- **1909**
- TOURSIER Gustave. *Guide pratique de Lyon et de sa région*. Lyon: Société des Guides POL, 1909.
- **1910**
- BAEDEKER, Karl. *Le Sud-Est de la France du Jura à la Méditerranée y compris la Corse*. 9. ed. Leipzig: Karl Baedeker; Paris: Paul Ollendorff, 1910.
- **1913**
- BAEDEKER, Karl. *Die Riviera, das südöstliche Frankreich, Korsika, die Kurorte in Südtirol, an den oberitalienischen Seen und am Genfer See*. 5. ed. Leipzig: Karl Baedeker, 1913.
- Syndicat d'initiative de Lyon. *Lyon-Pittoresque*. Lyon, 1913.
- TOURSIER, Gustave (Dir.). *Guide pratique de Lyon et de sa région*. Lyon: Société des Guides POL, [1913?].
- **1914**
- BAEDEKER, Karl. *Southern France including Corsica*. 6. ed. Leipzig: Karl Baedeker e Londres: T. Fischer Unwin, 1914.
- *Lyon et ses environs*. Paris : Hachette, 1914.
- **1920**
- MONMARCHÉ, Marcel (Dir.). *Bourgogne, Franche-Comté, Morvan, Jura, Lyonnais*. Paris: Hachette, 1920.
- MONMARCHÉ, Marcel (Dir.). *De Paris aux Alpes et à la Méditerranée, Réseau PLM*. Paris: Hachette; Londres: Macmillan, 1920.
- **1922**
- TOURSIER, Gustave (Dir.). *Guide pratique de Lyon et de sa région*. II. ed. Lyon: Société des Guides POL, [1922?].
- **1923**
- MONMARCHÉ, Marcel (Dir.). *Vallée du Rhône, Cévennes, Lyonnais, Velay, Vivarais, Gorges du Tarn*. Paris: Hachette, 1923.
- MONMARCHÉ, Marcel (Dir.). *France en 4 volumes. Sud-est: le réseau PLM*. Paris: Hachette, 1923.
- **1925**
- *Lyon et ses environs*. Paris: Hachette, 1925.
- **1928**
- Syndicat d'initiative de Lyon. *Lyon-Pittoresque*. Lyon, 1928.
- **1929**
- Syndicat d'initiative de Lyon. *LYON - Guide officiel illustré*. Paris: Mayeux, 1929.

- **1930**
- BAEDERER, Karl. *Riviera, südöstliches Frankreich, Korsika, oberitalienische Seen, Meran, Genfer See*. 6. ed. Leipzig: Karl Baedeker, 1930.
- Syndicat d'initiative de Lyon. *LYON - Guide officiel illustré*. Paris: Mayeux, 1930.
- TOURSIER, Gustave (Dir.). *Guide pratique de Lyon et de sa région*. 15. ed. Lyon: Société des Guides POL, 1930-1931.
- **1931**
- MONMARCHÉ, Georges; LECOMPTE-BOINET, J. *Bourgogne, Franche-Comté, Jura, Lyonnais*. Paris: Hachette, 1931.
- Syndicat d'initiative de Lyon. *LYON - Guide officiel illustré*. Paris: Mayeux, 1931.
- **1932**
- *Lyon et ses environs*. Paris: Hachette, 1932.
- **1933**
- *Bourgogne, Jura, Lyonnais*. Paris: Hachette, 1933.
- **1935**
- Syndicat d'initiative de Lyon. *LYON - Guide officiel illustré*. Paris: Mayeux, 1935.
- **1938**
- MONMARCHÉ, Marcel (Dir.). *France automobile en un volume*. Paris: Hachette, 1938.
- Syndicat d'initiative de Lyon. *LYON - Guide officiel illustré*. Paris: Mayeux, 1938.
- **1939**
- MONMARCHÉ, Georges (Dir.). *Bourgogne, Morvan, Nivernais, Lyonnais*, Paris: Hachette, 1939.
- BEAUVAIS, Gaston. *Vosges-Jura, Champagne, Lorraine, Alsace, Bourgogne, Lyonnais, Franche-Comté*. Paris: Hachette, 1939.
- **1941**
- BÉRERD, Francis (Dir.). *Guide pratique de Lyon et de sa région*. 15. ed. Lyon: Société des Guides POL, 1941.
- **1944**
- MONMARCHÉ, Marcel (Dir.). *Lyon et ses environs*. Paris: Hachette, 1944.
- **1947**
- MONMARCHÉ, Georges (Dir.). *France automobile en un volume*. Paris: Hachette, 1947.

SOBRE O AUTOR

DAMIEN PETERMANN é doutorando em Geografia na Université de Lyon, Université Jean Moulin – Lyon 3. UMR 5600 Environnement Ville Société.
E-mail: damien.petermann@yahoo.fr

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAEDEKER, Karl. *Die Riviera, das südöstliche Frankreich, Korsika, die Kurorte an den oberitalienischen Seen und am Genfer See*. I. ed. Leipzig: Karl Baedeker, 1898.
- _____. *Le Sud-Est de la France du Jura à la Méditerranée y compris la Corse*. 8. ed. Leipzig: Karl Baedeker; Paris: Paul Ollendorff, 1906.
- _____. *Southern France including Corsica*. 6. ed. Leipzig: Karl Baedeker; Londres: T. Fischer Unwin, 1914.
- BERTRAND, Gilles. *Le Grand Tour Le Grand Tour revisité*. Pour une archéologie du tourisme: le voyage des Français en Italie, milieu XVIIIe siècle-début XIXe siècle). Rome: École Française de Rome. Collection de l'Ecole Française de Rome, n. 398, 2008, 791 p.
- BRANDT, Susanne. Le voyage aux champs de bataille. *Vingtième siècle, revue d'histoire*, n. 41, janvier-mars 1994, p. 18-22. Disponível em: <www.persee.fr/doc/xxs_0294-1759_1994_num_41_1_3262>. Acesso em: out. 2016.
- CHABAUD, Gilles; MONZANI, Pierre. *Les guides de Paris aux XVII^e et XVIII^e siècles, images de la ville*. Dissertação (Mestrado em História). Université Paris I, 1979.
- CHABAUD, Gilles et al. (Dir.). *Les guides imprimés du XVI^e au XX^e siècle. Villes, paysages, voyages*. Colloque 1998, Université Paris VII. Paris: Belin, 2000.
- COHEN, Évelyne; VAJDA, Joanne, TOULIER, Bernard (Dir.). Le patrimoine des guides: lectures de l'espace urbain européen. In *Situ*, n. 15, 2011. Disponível em: <<http://insitu.revues.org/III>>. Acesso em: out. 2016
- CRÉATION d'un Syndicat d'initiative dans l'intérêt de la Ville de Lyon et ses environs, 1901, 4 p., Lyon, Musées Gadagne, inv. 1895,8.
- DAMIEN, Elsa. *La notion de guide à l'épreuve du tourisme naissant. Les voyageurs anglo-saxons en Italie à l'ère industriel*. Tese (Doutorado em Estudos Italianos). Université Paris III, Sorbonne Nouvelle, 2004.
- DEVANTHÉRY, Ariane. *Itinéraires. Les guides de voyage en Suisse de la fin du XVIII^e siècle à 1914*. Pour une histoire culturelle du tourisme. Tese (Doutorado em Literatura). Université de Lausanne, 2008.
- FRANCON, Marc. *Le Guide Vert Michelin*. L'invention du tourisme culturel populaire. Paris: Economica, 2001.
- GEIGER, Wolfgang. Chapitre X. Regards croisés sur la France 1940-1944. In: GEIGER, Wolfgang. *L'image de la France dans l'Allemagne nazie: 1933-1945*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 1999, §242. Disponível em: <<http://books.openedition.org/pur/9296>>. Acesso em: out. 2016.
- GORDON, Bertram M. Ist Gott Französisch? Germans, tourism, and occupied France, 1940-1944. *Modern & contemporary France*, 4:3, 1996, p. 287-298.
- HANCOCK, Claire. *Paris et Londres au XIX^e siècle*. Représentations dans les guides et récits de voyage. Paris: CNRS éditions, 2003.
- HARP, Stephen L. *Touring the trenches*. Michelin Guides to World War I Battlefields. In: _____. *Marketing Michelin: advertising & cultural identity in twentieth-century France*. Baltimore and London: J. Hopkins University Press, 2001, p. 89-125.
- HINRICHSSEN, Alex W. *Baedeker's Reisehandbücher, 1832-199 – Bibliographie 1832-1944: Verzeichnis 1948-1990: Verlagsgeschichte mit Abbildungen und zusätzlichen Übersichten*. 2. ed. Bevern: U. Hinrichsen, 1991.
- HUBÉ, Nicolas; CHUPIN, Ivan; KACIAF, Nicolas. *Histoire politique et économique des médias en France*. Paris: La Découverte, 2009.
- IMEC – Institut Mémoires de l'Édition Contemporaine. Les collections. Hachette Livre. Disponível em: <www.imec-archives.com/fonds/hachette-livre>. Acesso em: out. 2016

- JOURNAL *Officiel de la République Française. Lois et décrets*, 13 mars 1921, année 53, n. 71, p. 3.159-3.160.
Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6439417f.r>>. Acesso em: out. 2016.
- LES GUIDES DE PARIS (les historiens d'art et les corpus numériques), dirigido por Marianne Cojannot-Leblanc (Labex Les Passés dans le Présent), em parceria com a Bibliothèque Nationale de France.
Disponível em: <<http://www.passes-present.eu/fr/node/363>>. Acesso em: out. 2016.
- MONMARCHÉ, Marcel (Dir.). *Bourgogne, Franche-Comté, Morvan, Jura, Lyonnais*. Paris: Hachette, 1920.
_____. (Dir.). *Lyon et ses environs*. Paris: Hachette, 1944, p. 72-74.
_____. (Dir.). *France automobile en un volume*. Paris: Hachette, 1947, p. VIII-X.
- MORLIER, Hélène. *Les Guides-Joanne, Genèse des Guides-Bleus*. Paris: Les Sentiers débattus, 2007.
- PAILLON, Maurice. *Lyon et ses environs*. Paris: Hachette, 1905.
- PETERMANN, Damien. *L'espace lyonnais représenté à l'usage des voyageurs aux époques moderne et contemporaine, histoire et construction de l'image d'un territoire, XVII^e-XX^e siècles*, sob a orientação do professor Bernard Gauthiez, Université Jean Moulin Lyon 3 (co-diretor: Gilles Bertrand, Université Pierre Mendès France Grenoble 2). Esta tese é financiada pela Região Rhône-Alpes (ARC 7).
- PRIVAT-SAVIGNY, Maria-Anne (Dir.). *Lyon, centre du monde! L'exposition internationale urbaine de 1914*. Catálogo da exposição. Lyon: Musées Gadagne, 2013.
- RECLUS, Onésime. *À la France, Sites et monuments*. Paris: Touring Club de France, 1900-1906. 32 v. Disponível em: <<http://catalogue.bnf.fr/ark:/12148/cb31185614w>>. Acesso em : out. 2016.
- SANTANA, Nara Maria Carlos de (Org.). *Turismo entre diálogos*. Interpretações sobre gestão, política, cultura e sociedade. Rio de Janeiro: Faperj/e-papers, 2012.
- SAUNIER, Pierre-Yves. *Lyon au XIX^e siècle: les espaces d'une cité*. 1992. Tese (Doutorado em História). Université Lumière Lyon 2, 1992.
- SEOANE, Annabelle. *Les mécanismes énonciatifs dans les guides touristiques: entre genre et positionnements discursifs*. Paris: L'Harmattan, 2013.
- SYNDICAT d'initiative de Lyon. *Lyon-Touriste*. 1^{er} mars 1906, 1^{re} année, n. 3, p. 5.
_____. *Lyon-Touriste*. 1^{er} septembre 1906, 1^{re} année, n. 9, p. 1.
_____. *Lyon-Touriste*. 1^{er} mars 1907, 2^e année, n. 3, p. 2.
_____. *Lyon-Touriste*. 1^{er} août 1907, 2^e année, n. 8, p. 2.
_____. *Lyon-Touriste*. 1^{er} mars 1908, 3^e année, n. 3, p. 4.
_____. *Lyon-Touriste*. 1^{er} janvier 1909, 4^e année, n. 1, p. 3.
_____. *Lyon-Pittoresque*. 1913, p. 19.
_____. *Lyon – Guide officiel illustré*. Paris: Mayeux, 1929, p. 16-17.
- TOURING CLUB de France. *Revue mensuelle*. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/cb34350057f/date>>. Acesso em: out. 2016.
_____. *La France en images*. 2 albums, 1922. Disponível em Gallica: 1^{ère} série: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b10508771s.r>> et 2^e série: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b10508829p.r>>.
- TOURSIER, Gustave (Dir.). *Guide pratique de Lyon et de sa région*. II. ed. Lyon: Société des Guides POL [1922?].
- UNITED STATES. Army Service Forces, Information and Education Division. *Pocket guide to the cities of Southern France*. Washington DC, 1944, VI-82 p. Disponível em: <<https://archive.org/details/Pocket-GuideToTheCitiesOfSouthernFrance>>. Acesso em: out. 2016.

Fontes e métodos para a cartografia do comércio no SIG geo-histórico de Lyon

[Sources and methods to view the retail business layers of Lyon town's geo-historical GIS

Olivier Chareire¹

Traduzido do francês por Enali De Biaggi e Vanessa Moura de Lacerda Teixeira.

RESUMO · Os almanaques editados nos séculos XIX e XX permitem criar, pelos conteúdos e disponibilidade, *layers* de localização das atividades comerciais para um Sistema de Informações Geográficas – SIG geo-histórico. Esses dados sociais podem enriquecer o SIG, cuja finalidade seria analisar no tempo longo as evoluções da cidade de Lyon. · **PALAVRAS-CHAVE** · Geo-história; cidade; comércio; SIG;

geocodificação. · **ABSTRACT** · Because of their content and availability, the almanacs during the nineteenth and twentieth century allow to realize some location layers of retail activities for a geo-historical GIS. These social data enrich the GIS whose purpose is to help the Lyon town's analysis of evolution on a long period. · **KEYWORDS** · Geo-history; town; retail; GIS; geocoding.

Recebido em 5 de abril de 2016

Aprovado em 5 de dezembro de 2016

CHAREIRE, Olivier. Fontes e métodos para a cartografia do comércio no SIG geo-histórico de Lyon. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 65, p. 145-158, dez. 2016.

DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.voi65p145-158>

¹ Université Jean Moulin Lyon 3 (Lyon, França).

O SIG geo-histórico coordenado por Bernard Gauthiez e sua equipe da Universidade de Lyon – Jean Moulin é antes de tudo um meio de capitalizar os dados espaciais referentes ao espaço urbano de Lyon.

Os dados são organizados em *layers* vetoriais temáticos no formato *shapefile*, utilizando a mesma referência espacial do plano topográfico digital atual da metrópole de Lyon (SUR – Sistema Urbano de Referência da Grande Lyon). No momento de criação de *layers*, os objetos ou fenômenos que devem ser cartografados são posicionados e desenhados em função desse referencial único, permitindo assim que se descubra os objetos que se sucederam em um mesmo local. A partir de dados sobre edifícios, parcelas e ruas, certo número de *layers* são criados para descrever a materialidade do espaço urbano entre os séculos XVII e XX. Os *layers* de objetos materiais são realizados por “método regressivo”, o que permite economia de tempo e maior precisão dos contornos. Para criar o *layer*, esse método usa os objetos de um *layer* mais recente que não foram alterados no período, enquanto os objetos que sofreram uma transformação são modificados ou desenhados².

A visualização das evoluções espaçotemporais de configurações de objetos coloca em evidência as transformações sucessivas do espaço urbano de Lyon. Como indica Nicolas Jacob-Rousseau³, “o conhecimento dos estados anteriores de um sistema pode ser usado para definir as trajetórias evolutivas e colocar em destaque os efeitos de herança”. A finalidade do sistema é, assim, permitir a análise geo-histórica da cidade em um tempo longo.

O estudo do espaço urbano inclui também os usos sociais da cidade, dos quais o comércio é um componente. Para Jean-Pierre Bondue, “o comércio, pela sua elevada capacidade de resposta às mudanças, aparece como revelador pertinente das mutações e paradoxos que afetam a dinâmica dos territórios, sem que seja o motor das mesmas⁴”.

2 GAUTHIEZ, Bernard. Lyon en 1824-32: un plan de la ville sous forme vecteur d'après le cadastre ancien. *Géocarrefour*, v. 83/1, 2008.

3 JACOB-ROUSSEAU, Nicolas. Géohistoire/géo-histoire: quelles méthodes pour quel récit?. *Géocarrefour*, v. 84/4, 2009.

4 BONDUE, Jean-Pierre. Le commerce dans la géographie humaine. *Annales de Géographie*, t. 109, n. 611, p. 94-102.

Para as atividades comerciais, nosso projeto atual de realização se estende de meados do século XIX ao final do século XX. Esse período se beneficia de um sistema unificado de referência de localizações com base no sistema de numeração local de edifícios, para todas as fontes de documentos, sobre as atividades. A decisão de implementação de tal sistema de numeração de edifícios para Lyon data de 1809, e a sua instalação foi feita gradualmente. O sistema atribuiu todos os números pares de um lado da rua e números ímpares do outro lado⁵. Essa permanência na organização da numeração nos permite usar o mesmo método de tratamento para criar o *layer* dos estabelecimentos de comércio ao longo de todo o período de análise.

O próximo passo é discutir as fontes necessárias para o posicionamento e formatação dos dados, bem como as transformações dos mesmos para gerar os *layers*.

AS FONTES SOBRE AS ATIVIDADES COMERCIAIS

Os estudos específicos sobre o comércio urbano que descrevem as atividades e a localização dos estabelecimentos comerciais se desenvolveram bastante a partir das décadas de 1960 e 1970. No nível intraurbano, essas pesquisas estão frequentemente relacionadas com preocupações de planejamento ou urbanismo comercial. Esse é o caso na Inglaterra, com o trabalho de R. Davies⁶, e na Bélgica, com os trabalhos de A. Sporck⁷.

Geógrafos de língua francesa adotaram e adaptaram os métodos apresentados por A. Sporck, que favorecem o trabalho de campo para reunir as atividades e características dos pontos de venda. Só a investigação de campo permite um verdadeiro cadastro comercial que identifique as características físicas de estabelecimentos locais (área, comprimento e estado da fachada comercial). Ela também ajuda a levantar de forma detalhada a atividade do estabelecimento. As listas compiladas a partir dessas pesquisas são mais detalhadas e mais relevantes do que as classificações utilizadas pelos registros administrativos para fins fiscais (de patente, do imposto profissional) ou para as câmaras de comércio. Na ausência de levantamentos de campo antigos, a realização da cartografia dos estabelecimentos comerciais do passado só pode ser feita graças ao uso de arquivos administrativos ou comerciais.

O estudo do comércio para a formação de um *layer* no SIG geo-histórico necessita da disponibilidade de fontes sobre os estabelecimentos comerciais existentes, incluindo, pelo menos, uma descrição da sua atividade e de seu endereço para permitir a localização. Se o objeto de estudo também inclui um componente social

5 Esse sistema integra também uma numeração contínua para as docas e para as praças. Mas, às vezes, as praças não contam com uma numeração específica, sendo usada a numeração das ruas que as delimitam.

6 DAVIES, R. L. *Marketing geography with special reference to retailing*. Cambridge: Retailing and Planning Association, 1976, 300 p.

7 SPORCK, J. A. Étude de la localisation du commerce de détail. Aspects méthodologiques. *Bulletin de la Société Belge d'Études Géographiques*, t. XXXIII, I, 1964, p. 53-106.

que ajude a seguir a vida corporativa do comerciante, então esse dado deve também estar presente na fonte.

O estudo da localização das atividades comerciais para os períodos mais recentes é muito facilitado pelo acesso aos dados digitais, como as bases nacionais de estabelecimentos exercendo uma atividade na França: o arquivo “Sirene”, criado em 1973 e gerido pelo Institut National de la Statistique et des Études Économiques – INSEE. Nas décadas de 1980-1990, a informatização e o aumento da confiabilidade dos arquivos consulares das Câmaras de Comércio e Indústria e da Câmara de “Métiers” (artesanato) também contribuem para a evolução do registro de empresas e de estabelecimentos, além de facilitar as pesquisas.

Para períodos anteriores, é preciso verificar e digitalizar as informações de outras fontes: anuários de atividades, arquivos de contribuições fiscais e arquivos do registro comercial e de sociedades.

Essas três fontes, indicando a localização do estabelecimento através do seu endereço, podem ser usadas para formar dados integrados em um sistema de informação geográfica.

Os anuários de atividades

Os anuários ou indicadores são os herdeiros dos almanaques que foram publicados em Lyon desde 1711. Publicados anualmente por editores privados, foram financiados também pelas autoridades locais no período monárquico e na terceira república. Seu conteúdo evoluiu, e eles se tornaram verdadeiros anuários na primeira metade do século XIX. Além das descrições das organizações administrativas, judiciais e religiosas, bem como a lista de serviços com os nomes de seus responsáveis, acrescentou-se a lista de profissões e produtos. Durante a segunda metade do século XIX, a lista dos estabelecimentos e produtos por profissões funciona como uma lista dos “principais habitantes” classificados por ruas e números dos imóveis. A primeira metade do século XX viu o surgimento de listas de assinantes de telefone. Esses anuários propõem uma riqueza de informações que vai além dos domínios do comércio e das atividades comerciais.

Os anuários de 1800 até 1867 mudaram várias vezes de nome, de editor e de denominação⁸. Três anuários cobrem grande parte do nosso período de estudo: o *Annuaire Fournier*, de 1867-1969, e o *Indicateur Labaume*, de 1861-1881, e seu sucessor, o *Indicateur Henry*, de 1881-1972⁹, cujo conteúdo é bastante similar no que diz respeito às principais seções. Esses anuários concorrentes utilizam fontes disponibilizadas pelas administrações municipais a partir de documentos fiscais e censos de população. Uma decisão do tribunal de 1870, nos seus considerandos, indica a utilização de tais fontes administrativas. A decisão rejeita a acusação de falsificação feita pelo

8 Os editores são: de 1801 a 1822, Ballanche, com ou sem sócios; de 1823 a 1836, Russand; em 1837-1838, Lesne e Crozet; de 1838 a 1840 Pelagaud; de 1841 a 1876, Mougin e Russand; de 1861 a 1883, Labaume. Somente a partir de 1838 que o termo “anuário” ou “*indicateur*” substitui o termo “almanaque”.

9 Essas denominações não correspondem aos títulos das publicações, que mudaram diversas vezes ao longo do período de estudo.

editor Labaume, no que diz respeito à publicação da lista dos principais habitantes categorizados por rua, contra o editor Fournier¹⁰.

O anuário se torna mais amplo gradualmente, adicionando novas seções, introduzindo encartes publicitários, especialmente, pelo crescimento do número de estabelecimentos e moradores da cidade. Em 1867, ele compreende mais de 860 páginas e, em 1937, mais de 2.800. Nos anos 1950-1960 foi publicado em dois volumes.

A lista dos principais habitantes por rua é particularmente adequada para o estudo de uma rua, setor ou de toda a área da cidade de Lyon. Essa é a lista que foi estudada para 1900 na área da margem direita do Rhône¹¹. A lista está em ordem de nomes de ruas e números dos imóveis, finalmente, por ordem de andar (de baixo para cima) no imóvel, sem que indicações de andar apareçam. Ela também distingue os diferentes imóveis no mesmo endereço, particularmente os que se situam no pátio interno. Ela contém: o sobrenome da pessoa ou o nome da empresa com, nesse caso, o nome de seu dirigente local. Muitas vezes a primeira inicial do nome é mencionada, mais raramente o primeiro nome na íntegra. Finalmente, a atividade ou profissão é sempre indicada.

Durante a utilização da lista deve-se distinguir o lugar de negócio e de residência. A distinção é fácil de se estabelecer para o comércio e muito menos clara para outras atividades, especialmente para as pequenas empresas artesanais, que podem ser feitas no domicílio, entre as quais se encontram várias atividades femininas relacionadas à confecção têxtil, particularmente presentes em Lyon: rendeira, bordadeira ... A posição na lista para o imóvel normalmente determina o local de atividades. Para os profissionais liberais e comerciantes, quando há uma confusão, nota-se a abreviatura “app” para apartamento. Às vezes algumas informações sobre a natureza das instalações são indicadas por abreviaturas (fábrica, oficina, escritório, anexo).

As listas de profissões e produtos estão em ordem alfabética dos itens e, em seguida, em ordem alfabética de sobrenomes ou nome da empresa, para as empresas. Além do nome do proprietário ou dos dirigentes locais de empresas, consta o endereço do estabelecimento. Ela contém uma nomenclatura para Lyon, com cerca de 500 profissões/produtos em 1867, passando para 1.400 profissões/produtos em 1937. Um mesmo estabelecimento, segundo suas atividades, pode ser introduzido em diversas categorias. A lista pode ser usada para produzir estatísticas por atividade ou para o mapeamento, permitindo também, através do cruzamento de informações, levantar incertezas da lista dos “principais habitantes”, como a distinção entre o local de trabalho ou domicílio. Com o tempo ele foi incorporando mais e mais anúncios publicitários, principal fonte de financiamento da publicação.

10 ARRÊT du 24 mars 1870. *Recueil périodique et critique de jurisprudence de législation et de doctrine*, année 1870, éditeur Dalloz.

11 A lista foi filtrada, para manter somente as atividades, sendo relançada por Louis Dufier. DUFIER, Louis. *Etat artisanal, commercial, industriel et agricole de Lyon et Villeurbanne en 1900*. Lyon: Belier, 2003, 353 p.

ANNUAIRE FOURNIER DE LYON E DO RHÔNE DE 1937

| ITENS/SEÇÕES | NÚMERO DE PÁGINAS |
|--|-------------------|
| – TABELAS GERAIS | 8 PÁGINAS |
| LYON VILLEURBANNE | |
| – NOMENCLATURA DE RUAS | 25 P. |
| – PRINCIPAIS HABITANTES, POR RUA | 665 P. |
| – PRINCIPAIS HABITANTES, LISTA ALFABÉTICA | 828 P. |
| – COMERCIANTES E INDUSTRIAIS, POR PROFISSÃO/PRODUTOS (COM PROPAGANDAS) | 831 P. |
| DEPARTAMENTO DO RHONE | |
| – ANUÁRIO DAS COMUNAS: GEOGRAFIA, POLÍTICA, COMERCIANTES E INDUSTRIAIS, POR PROFISSÃO PRINCIPAIS PROPRIETÁRIOS | 108 P. |
| – PARTE ADMINISTRATIVA DEPARTAMENTAL, MUNICIPAL PARA LYON, ADMINISTRAÇÃO GERAL (COMÉRCIO, RELIGIÃO, FINANÇAS, GUERRA, INSTRUÇÃO PÚBLICA, JUSTIÇA, CORREIOS TELÉGRAFOS, OBRAS PÚBLICAS) | 112 P. |
| – ANUÁRIO TELEFÔNICO DO DEPARTAMENTO | 230 P. |

Figura 1 – Exemplo de lista de conteúdos do *Anuário Fournier* nos Arquivos Municipais de Lyon. Fonte: AML

A lista ordenada por ordem de sobrenomes é interessante para genealogistas ou para estudos sobre a origem geográfica da população.

Os Arquivos Municipais de Lyon (AML)¹² têm uma coleção quase completa dos anuários *Henry* e *Fournier*. Os livros não estão disponíveis diretamente – a consulta é realizada por microfilme de baixa qualidade, o que dificulta a leitura¹³.

Pode-se consultar igualmente os anuários originais na Biblioteca Municipal de Lyon (BML), mas as coleções são incompletas: para o *Anuário Fournier* existem 33 anos dos 102 de produção; para o *Indicador Henry*, 51 de 91. As coleções da BML dizem respeito, principalmente, ao século XX. Antes de 1900 apenas onze anos estão disponíveis para ambos os diretórios¹⁴. Os Arquivos Departamentais do Rhône (ADR) possuem uma coleção completa do *Indicador Henry*, de 1884-1925, que permite superar as deficiências da Biblioteca Municipal. Também é possível comprar anuários dos séculos XIX ou XX através de *sites* de livros usados.

Em Lyon, graças à disponibilidade de anuários para várias datas pode-se seguir, de maneira gradual, a evolução do comércio e de outras atividades. Do mesmo modo, os dados impressos e formatados em colunas são mais fáceis de ler do que as fontes fiscais manuscritas.

12 AML – Archives Municipales de Lyon. Disponível em: <http://www.archives-lyon.fr/archives/sections/fr/archives_en_ligne>. Acesso em: jan. 2016.

13 Os microfilmes dos anuários e indicadores podem ser consultados na sala de leitura dos AML.

14 Referência 950388 para o *Anuário Fournier* e 950389 para o *Indicador Henry*.

A Patente

A Patente é um imposto nacional francês cuja cobrança ocorreu de 1791 a 1924. É um imposto devido pelas empresas comerciais, de serviços e de produção. Após 1914, ele se torna um imposto local e é substituído em 1979 pela taxa profissional. Ao longo do tempo foi modificado diversas vezes, interpretado de maneira variada e colocado em questão. No entanto, a estrutura geral de tributação permaneceu semelhante durante o século XIX¹⁵.

ESTRUTURA DE TRIBUTAÇÃO DA PATENTE

O IMPOSTO É COMPOSTO DE UM DIREITO FIXO E DE UM DIREITO PROPORCIONAL.

O DIREITO FIXO:

- DIZ RESPEITO ÀS PROFISSÕES QUE SÃO OBJETO DE UMA CLASSIFICAÇÃO;
- SERVE DE BASE A UMA TRIBUTAÇÃO INVARIÁVEL PARA TODAS AS EMPRESAS DE MESMA ATIVIDADE.

O DIREITO PROPORCIONAL

- É FIXADO DE ACORDO COM O VALOR DE LOCAÇÃO DO IMÓVEL PROFISSIONAL DO PATENTEADO;
- PODE TAMBÉM SER FIXADO SOBRE O VALOR DE LOCAÇÃO DE DETERMINADOS INSTRUMENTOS DE PRODUÇÃO DA LOJA OU DO ATELIÊ.

A AVALIAÇÃO DO DIREITO PROPORCIONAL VARIA:

- PARA OS ESTABELECIMENTOS DE COMÉRCIO DE ACORDO COM A IMPORTÂNCIA DA LOCALIZAÇÃO;
- PARA AS FÁBRICAS DE ACORDO COM A IMPORTÂNCIA DE UMA PRODUÇÃO ONDE O RAIOS DE VENDA É AVALIADO ATRAVÉS DOS INSTRUMENTOS IMPLANTADOS.

Figura 2 – Desdobramentos da estrutura de tributação da Patente. Fonte: elaboração do autor

A matriz das contribuições da Patente se apresenta sob a forma de grandes tabelas onde as notas estão manuscritas. A matriz está classificada geograficamente por rua e número do imóvel, sendo, portanto, bem adaptada à constituição de uma base de dados geolocalizada. Essa fonte, como instrumento do sistema tributário, possui um bom nível de confiabilidade.

Além das informações que identificam os proprietários ou as sociedades, os valores dos direitos proporcionais permitem introduzir certa hierarquização da importância das atividades que os almanaques não oferecem. Para explorá-los, é preciso, contudo, levar em consideração as taxas de tributação fixadas em função da nomenclatura das atividades. Eles permitem também distinguir os estabelecimentos ou atividades e residências associados.

A análise das mudanças entre as nomenclaturas de atividades de 1844 e de 1881 é interessante para o estudo sobre as mutações dos tipos de comércio.

A fonte está disponível nos Arquivos Municipais de Lyon, mas falta o período

¹⁵ Para uma visão resumida sobre a Patente, consultar: MINISTÈRE DE L'ÉCONOMIE ET DES FINANCES. Le Portail de l'Économie et des Finances. Centre des Archives Économiques et Financières – Caef. Disponível em: <<http://www.economie.gouv.fr/caef/patente#codification%20de%201944>>. Acesso em: 16 jan. 2016. Para se aprofundar a respeito do histórico do imposto, consultar: TARDIEU, J. *Traité théorique et pratique des patentes*. Paris: Larose, 1902, 258 p.

de 1880 a 1935, em que a taxa profissional que a sucedeu está só parcialmente arquivada¹⁶.

O registro do comércio e das sociedades (RCS)

O registro do comércio e das sociedades é uma herança do direito alemão em vigor na Alsácia e Lorraine. Esse sistema, mantido pela Secretaria do Tribunal do Comércio, é introduzido na legislação francesa após a guerra, em 1919. Diversos estudos sobre a utilização dessa fonte foram publicados¹⁷.

Encontramos inscritas no RCS:

- as criações de estabelecimentos comerciais e de sociedades, mas a partir de 1936 os artesãos serão inscritos no Registro das Profissões;
- as modificações que os afetam: aumento ou redução de capital, mudança de administrador, acréscimo de nova unidade;
- as exclusões.

O RCS é composto, na realidade, de diversos elementos:

- declarações para fins de inscrição: uma distinção é realizada entre as empresas individuais e as sociedades;
- declarações para fins de inscrições que se modificam;
- registro cronológico;
- registro analítico, que é a síntese da história jurídica da empresa;
- registro alfabético, que permite acessar diretamente as fichas de inscrições.

Essa fonte permite retrair a história das empresas e a localização de seus estabelecimentos. Devido à sua estrutura, ela é demasiado longa para estudar as unidades espaciais que ultrapassem uma rua. É, portanto, uma fonte complementar para realizar focos localizados e seguir a história de algumas empresas.

O historiador Hervé Joly¹⁸ insiste no caráter “problemático” dessa fonte devido à heterogeneidade das leituras e do caráter incompleto dos arquivos disponíveis. Um estudo de J. C. Bonnet sobre os comerciantes estrangeiros em Lyon no período entre as duas guerras utiliza o registro do comércio¹⁹.

16 Nos Arquivos Municipais, as patentes do município de Lyon estão na série 310 WP para o período de 1791 a 1880 e a série 920 WP para o período 1935-1965. O inventário dos pagamentos de 1997 menciona a taxa profissional de 1973 a 1983 unicamente para a sétima região administrativa de Lyon.

17 ZALC, Claire. L'analyse d'une institution: le registre du commerce et les étrangers dans l'entre-deux-guerres. *Genèses*, 31, 1998, p. 99-118.

18 JOLY, Hervé. L'exploitation des actes de sociétés pour l'histoire des entreprises: intérêts et difficultés. *Entreprises et histoire*, éditeur Eska, 2003, p. 120-126.

19 BONNET, J. C. Étude des petits commerçants étrangers dans l'agglomération Lyonnaise (1919-1939) à partir du registre du commerce. *Bulletin du centre d'histoire économique et sociale de Lyon*, 1975.

O registro dos dados e a sua formatação

Esse registro foi escolhido para levantar a natureza da atividade comercial tal como ela é apresentada nos almanaques a fim de preservar a possibilidade de pesquisar as atividades específicas. Como exemplo, para as atividades em 1900, as pesquisas efetuadas a partir da retranscrição do almanaque por Louis Dufier contabilizavam 788 denominações de atividades/profissões, das quais 301 eram para o comércio.

A delimitação do campo do comércio necessita de um conhecimento acerca das antigas denominações das atividades comerciais. Algumas são suficientemente familiares e não causam problemas, como os “comerciantes de óculos”, que são hoje as ópticas. Outros, como o “*régrattier*”, são desconhecidos. No século XIX, o “*régrattier*” era um comerciante de coisas usadas. O dono de uma mercearia dita “*régrattier*”, além de alimentos, vendia outros produtos em pequenas quantidades: carvão, madeira para aquecimento... O portal da internet do Centre National de Ressources Textuelles et Lexicales (CNTRL)²⁰ oferece uma potente ferramenta para as pesquisas sobre as antigas denominações de atividades. Onde colocar os limites do campo do comércio? Um número importante de atividades no século XIX reúne a fabricação e a venda em um quiosque, por exemplo, o sapateiro, o alfaiate... Ao longo do século, os quiosques se transformaram em lojas dedicadas à venda e, em seguida, a loja evoluiu para os magazines, caracterizados pela importância dos bens expostos em vitrines. Os critérios de inclusão no campo do comércio são para essas atividades mistas (produção-venda): uma produção artesanal para o serviço da população residente e uma localização frequente no andar térreo dos imóveis. Esse segundo critério é avaliado a partir das listas por rua dos principais habitantes publicadas nos almanaques.

A utilização dos dados comerciais não pode ser considerada sobre um grande número de categoriais, muitas das quais só agrupam alguns estabelecimentos. Utilizamos, para uma primeira apresentação, a nomenclatura estabelecida pela Comissão Francesa de Geografia do Comércio baseada nos grupos destinados aos bens e serviços (alimentares, equipamento pessoal, equipamento residencial). Os estabelecimentos comerciais foram classificados em 35 categorias de atividades que se agrupam em oito classes. Outras classificações baseadas nos modos de frequência e nos fatores de localização formam uma grade de estudo mais pertinente ao espaço comercial urbano²¹. A evolução dos tipos de atividades comerciais e dos modos de consumo dos habitantes durante um século deve ser levada em conta para constituir categorias representativas da organização socio espacial da cidade. Análises das afinidades de localização das atividades em diferentes épocas deveriam auxiliar na determinação dos agrupamentos dessas últimas.

20 CNRTL – Centre National de Ressources Textuelles et Lexicales (Centro Nacional de Recursos Textuais e Lexicais). A gestão do portal é realizada por UMR ATILF (CNRS – Université de Nancy). Disponível em: <<http://www.cnrtl.fr/lexiques>>. Acesso em: out. 2016.

21 GRIMMEAU, Jean-Pierre. Affinités spatiale et facteurs de localisation des types de commerces de détail dans la ville. *Recherches de géographie urbaine*, Hommage à J.A.Sporck, éditeur Société de Géographie de Liège, 1987, p.301-316

As pesquisas dos documentos-fontes manuscritos, apresentadas frequentemente em grandes tabelas, só podem ser realizadas através de elaboração de planilha. Para os documentos impressos de boa qualidade podemos utilizar as ferramentas de reconhecimento de caracteres para produzir o texto. Os documentos da segunda metade do século XX são adaptados a esses tratamentos. É necessário, em seguida, reformatá-los sob a forma de tabela. Os almanaques impressos em papel de baixa qualidade não permitem aos programas de reconhecimento de caracteres produzir bons resultados. O texto gerado apresenta muitos erros, e o tempo de correção associado à reformatação ultrapassa aquele usado para a captura direta pelo teclado.

DOS DADOS ÀS CAMADAS DO SIG

Os dados pela geocodificação

A geocodificação posiciona os estabelecimentos comerciais no espaço mapeado. Para isso, é necessário obter os dados espacializados com o nome das ruas e a numeração dos edifícios. As sucessões de regimes políticos (II República/II Império/III República) e o costume desde o início da III República de honrar os homens célebres multiplicaram as modificações dos nomes das ruas. Maurice Vanario²² os levantou, e sua obra é um guia precioso para preparar o trabalho de geocodificação. Através do trabalho de Vanario, a fim de facilitar a pesquisa dos nomes antigos e de sua correspondência atual, criamos uma base de dados sobre as modificações dos nomes das vias. O trabalho em elaboração contém atualmente dois terços das modificações.

Quando a modificação de uma denominação só diz respeito a uma parte de uma via, isso leva a uma modificação da numeração dos edifícios. Uma bifurcação prolongando uma rua, se ela se situa do lado do início da rua, induz igualmente uma renumeração. Essa variação dos nomes e numerações obriga a conhecer e trabalhar os dados de endereços correspondendo, ao máximo, à data dos registros dos estabelecimentos.

Para Lyon, as antigas plantas topográficas da cidade indicam a numeração dos edifícios. Elas estão disponíveis no *site* dos Arquivos Municipais²³. Existem duas séries, sendo a mais detalhada aquela na escala 1:500 em 604 folhas para o período de 1861 a 1983. Essa série contém também o nome do proprietário das parcelas, o que representa um dado útil para os estudos sociais acerca das relações propriedades/atividades. Outra série na escala 1:2.000 está também disponível e cobre o território do município em 35 folhas para o período de 1920 a 1983. Para algumas folhas, a primeira edição é de 1910²⁴. As folhas mais antigas cobrem o centro da cidade, e as edições da periferia são mais recentes e se sobrepõem à evolução da expansão da

22 VANARIO, Maurice. *Rues de Lyon à travers les siècles: XIVE-XXIe siècles*. Direction de Henri Hours. 2. ed. Lyon: Editions Lyonnaises d'Art et d'Histoire, 2002, 333 p.

23 AML, op. cit.

24 AML: série 4s para a cobertura na escala 1:500 e série 5s para a cobertura na escala 1:2.000.

urbanização. Para as duas escalas, as datas das edições sucessivas diferem de uma folha a outra, e não existe cobertura de dados completa numa data determinada. Apesar das imprecisões sobre a periodização das modificações, essas séries de mapas são práticas para investigar as mudanças das denominações e numeração das ruas. As decisões municipais que dizem respeito às vias permitem também seguir essas modificações. Elas estão arquivadas em diversas pastas dos Arquivos Municipais de Lyon²⁵.

É preciso também notar que as localizações criadas a partir do endereço postal não oferecem a possibilidade de produzir um cadastro comercial, como podemos perceber a partir dos levantamentos de campo. De fato, os imóveis lioneses construídos desde o final do século XVIII possuem geralmente uma fachada bastante longa sobre a rua, contendo muitas vezes diversas células comerciais. Assim, o endereço não permite reconstituir, para os imóveis, a sequência de localizações ao longo da rua. Da mesma forma, as localizações geradas a partir dos endereços não podem reconstituir a evolução das atividades de uma área comercial.

Procedimentos de geocodificação

A geocodificação se realiza de maneira manual ou automatizada.

O procedimento manual utiliza a referência da posição dos endereços nas plantas antigas que contêm os nomes das vias e a numeração dos imóveis. Essas plantas são georreferenciadas em relação ao plano topográfico atual da metrópole da Grande Lyon.

Os procedimentos automatizados de geocodificação utilizam uma base cartográfica de endereços, que pode ser organizada sob a forma de “pontos-endereço” ou sob a forma de segmentos de ruas contendo os endereços de início e fim do segmento para os dois lados da via. Os segmentos são delimitados por dois cruzamentos sucessivos. Com a primeira forma o ponto mapeado é situado no polígono do desenho do imóvel ou do lote, permitindo associar a informação comercial e parcelar à edificação. Tecnicamente, o procedimento se realiza por uma simples união dos endereços comerciais com a camada de pontos-endereço. Com uma base por segmento de via, a geolocalização se realiza pela interpolação, utilizando um módulo específico de tratamento chamado “geocodificador”. O posicionamento cartográfico é assim menos preciso e não pode estar associado com precisão a um edifício ou a um lote. A imprecisão é insignificante quando visualizamos um conjunto extenso em pequena escala. Pode ser desvantajoso para escalas maiores, como, por exemplo, no estudo de um bairro ou de uma rua, em que a referência espacial é baseada no imóvel. O principal inconveniente desse procedimento é a

25 As pastas dos AML contendo as informações sobre a denominação e a numeração das vias são: 323 WP para o período 1792-1912; e 944 WP para o período 1901-1912. As pastas 321 WP, 330 WP, 331 WP, 452 WP, 950 WP, 951 WP, 955 WP contêm informações sobre as criações, alargamentos e prolongamentos de vias, úteis para situar as mudanças.

impossibilidade de associar de maneira confiável dados sociais e dados urbanos (edifícios e lotes) não permitindo o enriquecimento dos dados por cruzamento.

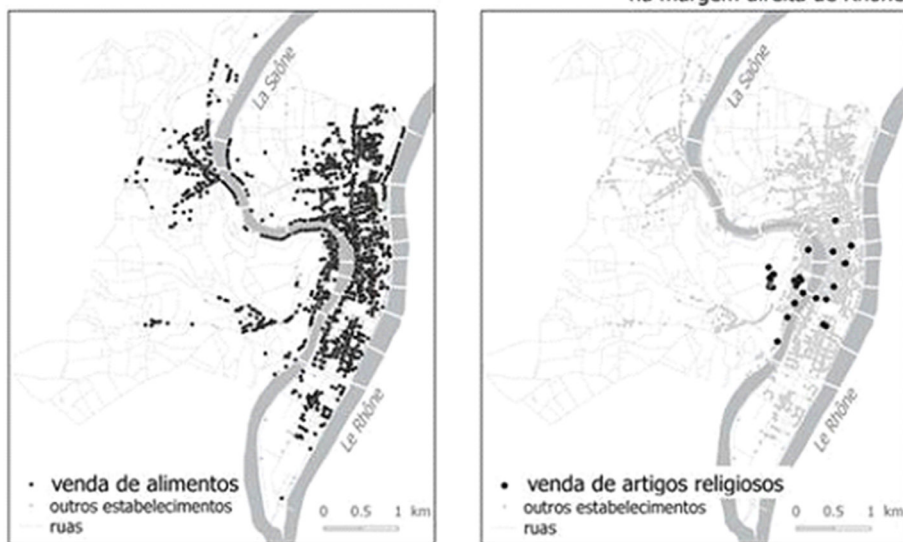
A geocodificação por pontos-endereço é preferível, e a realização de uma camada com pontos-endereço exige muito tempo. Para que a automatização da geocodificação seja eficaz, é preciso que a camada dos pontos-endereço seja completa. O número de pontos a criar pode assim ultrapassar bastante o número de estabelecimentos comerciais a geocodificar, eliminando o ganho de tempo da automatização do tratamento.

Para geocodificar os dados de 1867 e de 1900 da área do centro da cidade entre as praças Terreaux e Bellecour, duas bases de pontos-endereço foram realizadas utilizando os planos topográficos de duas épocas. A base de 1867 foi produzida a partir da base de 1900, pelo método regressivo. Para o centro da cidade, as mudanças na denominação e numeração das vias são pouco numerosas entre essas duas datas.

A camada dos estabelecimentos de comércio de Lyon no conjunto da margem direita do Rhône foi produzida a partir de uma base de geocodificação adaptada à época, por segmento de rua. Essa base é derivada de uma base dos segmentos realizada para o período de 1995 de acordo com o método regressivo (figura 3).

Alguns estabelecimentos comerciais de Lyon em 1900

na margem direita de Rhône



figura

origem : Anuario Fournier em 1900 , realização : O.Chareire

Figura 3 – Alguns estabelecimentos comerciais de Lyon em 1900 na margem direita do Rhône. Fonte: Anuário Fournier, 1900

CONCLUSÃO

Das três fontes apresentadas, os almanaques *Fournier* e *Henry* sobre Lyon e o Departamento do Rhône são os mais práticos e disponíveis para realizar as camadas de estabelecimentos comerciais no período 1860-1970. A exploração dos dados da Patente permitiria enriquecer os dados, hierarquizando a importância dos estabelecimentos. O registro do comércio, pela sua estrutura, não pode ser somente uma fonte pontualmente complementar, já que a sua utilidade é também a de poder reconstituir a história das empresas.

A partir dos endereços dos estabelecimentos utilizando uma base de geocodificação por ponto-endereço, os posicionamentos gerados autorizam um cruzamento, por análise espacial, com os dados cadastrais e aqueles dos imóveis, abrindo assim o campo de estudos dessas relações.

Além do comércio, numerosos dados úteis para o estudo da cidade são encontrados através dos endereços e eles deveriam ser integrados ao SIG geo-histórico de Lyon. A quantidade de dados existentes justificaria a realização de uma ferramenta permitindo uma codificação automatizada, qualquer que fosse o ano dos dados. A constituição, em andamento, de um arquivo das mudanças de denominação das vias é um primeiro elemento da ferramenta. A disponibilidade de uma camada de pontos-endereço no *open-data* da Metrópole da Grande Lyon oferece outro elemento importante para essa ferramenta. A ferramenta de geocodificação poderia ser realizada a partir dessa camada utilizando as informações das séries de planos topográficos de Lyon e o método regressivo.

SOBRE O AUTOR

OLIVIER CHAREIRE é professor do Département de Géographie et Aménagement du Territoire, Université de Lyon, Université Jean Moulin Lyon 3, CNRS Environnement Ville et Société – UMR 5600.

E-mail: olivier_chareire@yahoo.fr

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AML – Archives Municipales de Lyon. Disponível em: <http://www.archives-lyon.fr/archives/sections/fr/archives_en_ligne>. Acesso em: jan. 2016.

ARRÊT du 24 mars 1870. *Recueil périodique et critique de jurisprudence de législation et de doctrine*, année 1870, éditeur Dalloz.

BONDUE, Jean-Pierre. Le commerce dans la géographie humaine. *Annales de géographie*, t. 109, n. 611, p. 94-102.

- BONNET, J. C. Étude des petits commerçants étrangers dans l'agglomération Lyonnaise (1919-1939) à partir du registre du commerce. *Bulletin du centre d'histoire économique et sociale de Lyon*, 1975.
- CNRTL – Centre National de Ressources Textuelles et Lexicales. Disponible em: <<http://www.cnrtl.fr/lexiques>>. Acesso em: out. 2016.
- DAVIES, R. L. *Marketing geography with special reference to retailing*. Cambridge: Retailing and Planning Association, 1976, 300 p.
- DUFIER, Louis. *Etat artisanal, commercial, industriel et agricole de Lyon et Villeurbanne en 1900*. Lyon: édition Belier, 2003, 353 p.
- GAUTHIEZ, Bernard. Lyon en 1824-32: un plan de la ville sous forme vecteur d'après le cadastre ancien. *Géocarrefour*, v. 83/1, 2008.
- GRIMMEAU, Jean-Pierre. Affinités spatiale et facteurs de localisation des types de commerces de détail dans la ville. *Recherches de géographie urbaine*, Hommage à J. A. Sporck, éditeur Société de Géographie de Liège, 1987, p. 301-316.
- JACOB-ROUSSEAU, Nicolas. Géohistoire/géo-histoire: quelles méthodes pour quel récit?. *Géocarrefour*, v. 84/4, 2009.
- JOLY, Hervé. L'exploitation des actes de sociétés pour l'histoire des entreprises: intérêts et difficultés. *Entreprises et histoire*, éditeur Eska, 2003, p. 120-126.
- MINISTÈRE DE L'ÉCONOMIE ET DES FINANCES. Le Portail de l'Économie et des Finances. Centre des Archives Économiques et Financières – CAEF. Disponible em: <<http://www.economie.gouv.fr/caef/patente#codification%20de%201944>>. Acesso em: 16 jan. 2016.
- SPORCK, J. A. Étude de la localisation du commerce de détail. Aspects méthodologiques. *Bulletin de la Société Belge d'Études Géographiques*, t. XXXIII, 1, 1964, p. 53-106.
- TARDIEU, J. *Traité théorique et pratique des patentes*. Paris: Larose, 1902, 258 p.
- VANARIO, Maurice. *Rues de Lyon à travers les siècles: XIVe-XXIe siècles*. Direction de Henri Hours. 2. ed. Lyon: Editions Lyonnaises d'Art et d'Histoire, 2002, 333 p.
- ZALC, Claire. L'analyse d'une institution: le registre du commerce et les étrangers dans l'entre-deux-guerres. *Genèses*, n. 31, juin 1998, p. 99-118.

Produção da cidade: quais dados para quais questões?

[*Urban fabric: which questions for which data?*]

Fabien Mazenod¹

Vanessa Moura de Lacerda Teixeira²

Carolina Moretti Fonseca³

Texto traduzido do francês pelas autoras.

RESUMO · O artigo é o resultado do seminário “Dinâmicas de urbanismo e representações espaciais: heurística dos dados e contexto”, organizado no âmbito do projeto USP-Cofecub entre as universidades de Lyon e de São Paulo. Propõe-se explorar os métodos e as fontes dos dados utilizados por três doutorandos que tratam da produção da cidade em diferentes trabalhos de campo no Brasil, na Itália e na França. Cada posicionamento é dirigido pela especificidade da pesquisa, do estado da arte no local do trabalho de campo e, sobretudo, pelo nível de análise da produção da cidade escolhido: o ator social envolvido, os meios e o território. Esses níveis possibilitaram estruturar questões específicas a fim de explorar dados diferentes para contribuir para uma compreensão global do fenômeno acerca da produção da cidade. · **PALAVRAS-CHAVE** · Produção da cidade; dados;

método; fontes. · **ABSTRACT** · This article is the result of the seminar organized for the project USP-COFEUCUB between universities of Lyon and São Paulo, entitled “Dynamic planning and spatial representations: heuristic data and context”. It highlights the methods and sources used by three doctoral students that deal with the production of the city on different field researches in Brazil, in Italy and in France. Each research is oriented by its particularities, the state of science in its own place, but mainly by the level of analysis of the city production, used by the researcher: the actor, the means and the territory. These levels are forcing to ask specific questions, to use different data to contribute to a comprehensive understanding of the global phenomenon of the production of the city. · **KEYWORDS** · Urban production; data; method; sources.

Recebido em 21 de março de 2016

Aprovado em 5 de dezembro de 2016

TEIXEIRA, Vanessa Moura de Lacerda; FONSECA, Carolina Moretti; MAZENOD, Fabien. Produção da cidade: quais dados para quais questões?. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 65, p. 159-176, dez. 2016.

DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.voi65p159-176>

1 Université Jean Moulin Lyon 3 (Lyon, França).

2 Université Jean Moulin Lyon 3 (Lyon, França).

3 Université Jean Moulin Lyon 3 (Lyon, França).

A produção da cidade é, neste trabalho, compreendida como um processo de transformação do espaço tomado por diferentes atores que mobilizam meios diversos para renovar o tecido urbano ou estendê-los ao território⁴. Três níveis de estudo da produção da cidade foram então definidos: o ator social envolvido, os meios e o território.

O ator é uma entidade agindo na cidade. São pessoas e instituições que possuem um papel importante na organização do espaço, que intervêm direta ou indiretamente na elaboração dos projetos de planejamento⁵. Esses atores utilizam mecanismos de gestão urbana a fim de responder aos interesses da produção da cidade contemporânea. Os meios podem ser financeiros, imobiliários, regulamentares ou de gestão. Entretanto, eles são sempre precedidos por um estatuto jurídico que define e dimensiona suas aplicações. Esses meios são aplicados num território ocupado por um grupo humano que dele se apropria de maneiras diversas, principalmente políticas e jurídicas⁶. Assim, de acordo com a apropriação por determinados atores mobilizando os próprios meios, o território é apreendido e concebido de diferentes maneiras. Essa definição do território como “espaço apropriado” é compartilhada por certo número de geógrafos franceses⁷.

Os três níveis de análise – atores sociais, meios e território – suscitam diferentes questionamentos para compreender a produção da cidade. A fim de responder a esses questionamentos, necessitamos de dados específicos. Essa contribuição apresenta a maneira pela qual as três teses de doutorado questionam a produção da cidade nesses três níveis, utilizando-se de dados diferentes, mas complementares. As escolhas foram impostas pela formação e sensibilidade de cada doutorando, e também pelas áreas de pesquisa escolhidas.

4 BOINO, Paul. *La production de la ville*. Paris: Éditions Parenthèses, 2009; GAUTHIEZ, Bernard; BURGEL, Guy. *Espace urbain: vocabulaire et morphologie*. Paris: Centre des Monuments Nationaux, 2003.

5 GUMUCHIAN, Hervé (Coord.). *Les acteurs, ces oubliés du territoire*. Paris: Anthropos; 2003; WACKERMANN, Gabriel; BATTIAU, Michel. *Dictionnaire de géographie*. Paris: Ellipses Marketing, 2005.

6 KLEINSCHMAGER, Richard; PUMAIN, Denise; PAQUOT, Thierry. *Dictionnaire la ville et l'urbain*. Paris: Economica, 2006.

7 LUSSAULT, Michel; LEVY, Jacques. *Dictionnaire de la géographie et de l'espace des sociétés*. Tours: Belin, 2003.

Para estudar a produção da cidade de Roma durante o fascismo, Fabien Mazenod⁸ escolheu analisar a ação e a lógica de um operador importante, o INA (Istituto Nazionale delle Assicurazioni, uma sociedade de assistência). Nessa linha de pesquisa, em que a literatura científica é abundante, a abordagem do ator social permite um conhecimento mais detalhado da produção urbana e a reconstituição da análise política e ideológica do processo. Para essa forma de estudar a produção da cidade, uma presença assídua nos arquivos da cidade e sobretudo nos arquivos de empresas se mostrou necessária.

Para compreender como as operações de urbanismo consorciadas se realizam em Lyon, no caso da Confluence, e em São Paulo, no caso da Operação Urbana Consorciada Água Espraiada – Oucaé, Carolina Moretti Fonseca⁹ explora os meios jurídicos ligados aos dois casos e também os dados de valorização imobiliária ligada à transformação do espaço planejado.

Vanessa Moura de Lacerda Teixeira¹⁰ estudou a produção da cidade a partir do território. A noção de território é vasta e, no âmbito de seu trabalho, a pesquisadora escolheu analisá-lo pela sua apropriação e como configuração espacial¹¹ para compreender as mudanças ocorridas nas zonas naturais e antrópico-naturais através da urbanização dos municípios da Região dos Lagos, no estado do Rio de Janeiro, desde os anos 1940. Ainda que a literatura sobre a abordagem “cidade e meio ambiente” seja abundante, faltam trabalhos acerca dessas relações na região estudada. O olhar histórico e espacial é a palavra-chave da construção de dados a partir de fontes de diferentes domínios disciplinares e instituições.

DADOS HISTÓRICOS E ARQUIVOS EMPRESARIAIS PARA O ESTUDO DO PAPEL DE UM ATOR NA PRODUÇÃO DA CIDADE

Para estudar as dinâmicas urbanas de Roma no período entreguerras, um ator na fabricação da cidade foi escolhido como objeto de estudo. Ainda que, durante a administração fascista da cidade (1922-1943), as periferias romanas (arredores) tenham se expandido consideravelmente e o centro histórico tenha sido modificado pela renovação urbana, poucos estudos foram realizados sobre os atores responsáveis

8 MAZENOD, Fabien. *Fabriquer la Rome fasciste. L'action de l'Istituto Nazionale delle Assicurazioni (INA). Investisseur immobilier et financeur de l'aménagement urbain*. Tese (Doutorado). Lyon: Université Jean Moulin (Lyon 3), 2014. Disponível em: <www.theses.fr/2014LYO30042>. Acesso em: out. 2016.

9 FONSECA, Carolina M. *Les enjeux fonciers de la production de la ville contemporaine et les outils juridiques à service de l'aménagement urbain: étude comparative entre les opérations urbaines “Confluence”, à Lyon et “Água Espraiada”, à São Paulo, entre 2001 et 2013*. Tese (Doutorado em andamento). Lyon: Université Jean Moulin (Lyon 3), 2016.

10 TEIXEIRA, Vanessa M. de L. *L'urbanisation autour de la lagune Araruama, état de Rio de Janeiro, Brésil: dynamiques spatiales et enjeux environnementaux*. Tese (Doutorado). Lyon: Université Jean Moulin (Lyon 3), 2016. Disponível em: <www.theses.fr/SI55231>. Acesso em: out. 2016.

11 Ibidem.

por essas dinâmicas urbanas¹². Assim, foi feita a escolha de estudar a ação e as motivações de um operador importante, o Istituto Nazionale delle Assicurazioni (INA), uma companhia seguradora que foi responsável pelo desenvolvimento de certas partes da cidade construindo edifícios e também financiando projetos conduzidos por outros operadores, entre os quais o Governorat de Roma, o poder municipal fascista.

Qual é o papel do INA na produção da cidade de Roma no período entreguerras? Aqui está a pergunta principal que guiou o projeto. Para respondê-la, dados variados foram reunidos a partir de arquivos diversos. No vasto campo de pesquisa romana, sobre o qual vários estudos urbanos já foram realizados, o pesquisador tem que achar novos objetos de estudo e, especialmente, fontes de primeira mão ainda inexploradas.

Os arquivos de empresas têm um enorme potencial científico, uma nova frente de exploração de dados e de informações para os pesquisadores que estão interessados na produção da cidade. O acesso aos arquivos de empresas é uma dificuldade real, mas que pode ser superada visto que certas companhias, especialmente os grupos maiores, têm um serviço (departamento) de arquivos acessível aos pesquisadores mediante autorização. Na Itália, muitos esforços foram feitos junto a empresas e arquivos públicos para colecionar, preservar e disponibilizar documentos. Assim, nos arquivos centrais do Estado foi possível encontrar os fundos (coleções) de numerosas empresas paraestatais (ferroviária, mineradora, rodoviária etc.), que influenciaram, pelas suas ações territoriais, as dinâmicas espaciais (construção civil e extensão das redes de transporte e de comunicação) a partir da instalação de unidades de produção, de moradias para os empregados etc. Além disso, o Ministério Italiano de Cultura e Turismo desenvolveu o portal Archivi d'Impresa para a coleção e a difusão dos arquivos das empresas italianas¹³. Foram encontradas notas nas Coleções de Arquivos de mais de 2 mil empresas que trabalham na Itália, dos maiores conglomerados aos mais modestos. As pesquisas são feitas através do nome e também através da área geográfica e por período cronológico.

Para começar a pesquisa, um número significativo de dados foi coletado junto aos arquivos da empresa seguradora, com o objetivo de entender a sua dinâmica operacional (a montagem de operações de urbanismo pela empresa, por exemplo). Por montagem de uma operação de urbanismo nós entendemos a organização financeira e operacional dos trabalhos. Eles são, no princípio contratos concluídos entre a empresa e os sócios (autoridades públicas para a construção de estradas, por exemplo), empresas de construção civil, arquitetos etc. Esses contratos nos informam sobre as ligações técnicas e financeiras entre a empresa e os outros operadores da cidade. Comparando os contratos, as especificações, com os relatórios das visitas

12 Nós podemos citar, não obstante, sobre o caso do Istituto Autonomo per Le Case Popolari e da Unione Edilizia Nazionale: BARTOLINI, Francesco. *Roma Borghese*. La casa e i ceti medi tra le due guerre. Rome: Laterza, 2001. Também, sobre o Banco de Itália, o trabalho de: DOTI, Gerardo; MARINO, Angela. La Banca d'Italia e l'attività edilizia per Roma capitale: il progetto di ricerca. *Roma moderna e contemporanea*, n. 3, 2002.

13 ARCHIVI D'IMPRESA. Ministero dei beni e delle attività culturali e del turismo. Sistema Archivistico Nazionale – SAN. Disponível em: <http://www.impresae.san.beniculturali.it/web/impresae/home;jsessionid=2792B854D5C3D35B2217E8C05D2A4D5A.sanimprese_JBOSS>. Acesso em: out. 2016.

de acompanhamento ao local dos trabalhos, nós podemos julgar o progresso do local de construção e o respeito com os compromissos assumidos, em particular os financeiros. Os balancetes anuais da empresa também foram de grande ajuda para entender a estrutura financeira da mesma, o peso e a natureza de seus investimentos na economia da cidade. Nós assim demonstramos que o investimento em bens imóveis, feito pelo INA, era relativamente baixo em relação aos investimentos do governo (8% do investimento total do instituto, em média, contra 36% do orçamento público entre 1922 e 1944). Nos arquivos de bens imóveis do instituto são mantidos os documentos cartográficos e iconográficos das construções da empresa no território romano. Encontramos projetos volumétricos, plantas baixas de cada andar, cortes longitudinais, projetos de fachadas e fotografias históricas. Um abrangente corpo iconográfico pôde assim ser constituído para todo o conjunto de bens imobiliários do INA, entre 1912 e 1945, na cidade de Roma.

Depois do estabelecimento do corpo de operações de urbanismo empreendido pelo INA, foram coletados nos arquivos públicos os elementos esclarecedores do contexto político, econômico e social das intervenções. Junto aos arquivos municipais de Roma (Archivio Storico Capitolino), foram encontradas as deliberações do Governorat de Roma (Executivo municipal), as notificações dos comitês municipais competentes (comissões), que permitiram elucidar as políticas urbanas conduzidas pela municipalidade e as operações de urbanismo conduzidas em parceria público-privada: o trabalho de renovação do centro da cidade (*sventramenti*) e a construção de alojamentos subvencionados para acomodar os funcionários públicos (*case convenzionate*). Os arquivos da Secretaria de Assistência Social do Governorat contêm informação muito preciosa a propósito da indenização, da expulsão e da realocação de famílias desalojadas pela renovação urbana. Eles dispõem de informações sobre as famílias afetadas (dados cadastrais) com o nome e a profissão do chefe da família, sua composição, as características da unidade habitacional destruída, indicações sobre a renda da família, a indenização pretendida e efetivamente depositada, e se a família solicita ou não seu realojamento em um novo alojamento de habitação social. São também conservados todos os pedidos de alojamento, de reclamações e as deliberações de ajuda social. O estudo desse arquivo recentemente aberto ao público refuta duas afirmações admitidas pela comunidade científica: a de que o centro histórico de Roma antes da renovação era povoado de forma homogênea por casas muito modestas; e a de que foi grande o movimento das populações do centro histórico para os *borgate* (núcleos residenciais na periferia romana).

Os arquivos municipais de Roma iniciaram um trabalho importante de revisão e digitalização dos mapas históricos da cidade como também das fotografias históricas. Trata-se certamente de uma porção minúscula da produção de mapas para a cidade de Roma, mas, graças ao trabalho de arquivos, o pesquisador pode ter acesso a uma coleção rica e prática do período que se inicia no século XVI até nossos dias, que, todavia, esconde disparidades fortes. A maior parte dos mapas disponíveis para consulta é do período de 1870-1900 sobre o desenvolvimento de redes de transporte e serviços técnicos urbanos, mas há poucos documentos datando dos anos 1910-1920. O arquivo privilegia o período fascista, em particular os planos de desenvolvimento

de certas zonas da cidade depois de 1931, e o inventário fotográfico versa sobre os *baracche* (moradia informal) da municipalidade iniciada nos anos 1928.

Junto aos Arquivos Centrais do Estado (Archivio Centrale dello Stato), foram encontrados relatórios feitos pelo Governorat e pelos comitês municipais para Mussolini, que tinha o controle supremo do urbanismo da capital. Além disso, numerosas cartas e telegramas trocados entre os dirigentes do INA e o secretário particular de Mussolini foram reunidas, mostrando outra faceta da relação entre a empresa e o poder, outro papel do INA na produção da cidade: o financiamento das operações de urbanismo e de planejamento do território. De fato, o INA financiou a renovação urbana como uma instituição de crédito, mas também o subsídio agrícola ou a expansão das redes rodoviária e ferroviária, concedendo numerosos empréstimos ao Governorat de Roma e também para as municipalidades e para as províncias de toda a Itália. O poder fascista se apropriou da empresa para financiar e concretizar suas políticas urbanas e de planejamento de cidades em todo o país. Cartas e relatórios recolhidos nos arquivos públicos permitem elucidar a relação triangular entre o INA, Mussolini e o Governorat de Roma para esclarecer a produção da cidade de Roma, avaliar melhor o equilíbrio de forças entre as três operadoras e minimizar a parte do não dito, sempre presente nas relações bilaterais, principalmente durante a administração fascista da municipalidade de Roma, que contém a chave para entender o jogo dos atores e a fabricação material da capital.

Estudar a produção da cidade partindo da lógica de um operador é um posicionamento científico que exige recorrer aos seus arquivos. E, para tanto, o pesquisador enfrenta várias dificuldades. Além da acessibilidade física e prática às fontes, a dificuldade principal é cruzar os elementos obtidos junto aos arquivos do operador com outros dados, tudo isso em um movimento constante e interativo entre fontes e questionamentos, especialmente porque os arquivos das empresas são muito pouco explorados. Para a pesquisa doutoral conduzida sobre a produção da cidade de Roma durante o fascismo, o estudo da ação e da lógica de um operador urbano permitiu refinar o quadro da história do urbanismo romano, monopolizado pela análise política, ideológica e arquitetural, restituindo os desafios e os interesses de cada um dos operadores na produção da cidade. Para conhecer o processo de formação das cidades na Europa e no resto do mundo, é preciso estudar a produção da cidade sob o enfoque do operador urbano.

QUAIS REGRAS DE PLANEJAMENTO URBANO SÃO NECESSÁRIAS PARA ENTENDER A PRODUÇÃO DA CIDADE?

No Brasil, como na França, as operações de planejamento urbano realçam o papel do urbanista e do administrador público. Na França, a prática do planejamento é mais antiga e é guiada pelos conhecimentos geográficos universitários desde o século XIX. No Brasil, essa prática é mais recente e fomentada pela transferência do conhecimento geográfico estrangeiro. Novas formas de planejamento urbano, sobretudo encampadas pelas administrações das grandes cidades, são estudos de

caso interessantes para a análise da utilização e da circulação do conhecimento geográfico no discurso e na prática.

Uma dimensão que não pode ser subconsiderada é a normativa. As regras de planejamento urbano têm papel fundamental no desenvolvimento das cidades, e entender seu conteúdo e os impactos de sua aplicação é um desafio científico e metodológico. A intenção deste trabalho é explorar, a partir da análise de dois casos concretos, os dados necessários para fazer face a esse desafio.

O eixo desse raciocínio, entendido como um dos modos pelos quais é possível urbanizar um território, levará em consideração os diversos aspectos que se cruzam para produzir a qualidade urbana¹⁴. As vertentes legais e de gestão serão a ele adicionadas visando a uma análise mais completa.

A cada consideração, uma pergunta será feita e, a cada resposta, serão indicados os dados utilizados para explicá-la. Um quadro sinóptico resumirá a análise. Esse exercício será feito a partir de dois exemplos: a Operação Urbana Consorciada Água Espraiada, no Brasil, e a Zone d'Aménagement Concerté Confluence – ZAC¹⁵, na França.

O aspecto normativo, entendido como essencial para o planejamento das cidades, contribui com o arcabouço jurídico necessário para que a operação urbana possa ser realizada em consonância com as demais normas aplicáveis ao território¹⁶. Conhecer os textos normativos sobre território, no Brasil e na França, é, sobretudo, possível graças à exploração de fontes digitais. A doutrina é acessível a partir de referências bibliográficas¹⁷.

A gestão do território como objeto de estudo pode ter grande amplitude. Para

14 A qualidade urbana é uma noção muito complexa, pois mistura (envolve) considerações econômicas, ambientais, políticas e sociais. Uma qualidade do planejamento urbano tem que satisfazer as necessidades de habitantes e de usuários, tem que permitir o acesso multimodal às funções urbanas (escritórios), favorecer as trocas e o bem-estar. A qualidade urbana é pensada, assim, na escala articulada do projeto urbano ao território aglomerado. DUMONT, Marc; ANDRIEU, Dominique. *Qualité urbaine et ville durable à l'épreuve du renouvellement urbain. L'exemple du Grand Projet de Ville Malakoff Pré Gauchet à Nantes*. *Norois*, n. 198, 2066; BARBARINO-SAULNIER, Natalia. *De la qualité de vie au diagnostic urbain, vers une nouvelle méthode d'évaluation: le cas de la ville de Lyon*, sous la direction de Franck Scherrer. Lyon: Université de Lyon, 2005; BOURDEAU-LEPAGE, Lise. *Regards sur la ville*, Paris: Economica, 2012; CUNHA, Antonio da; GUINAND, Sandra. *Qualité urbaine, justice spatiale et projet*. Lausanne: Presses Polytechniques et Universitaires romandes, 2014.

15 Zone d'Aménagement Concerté – ZAC corresponde, no direito brasileiro, ao perímetro de uma operação urbana.

16 SILVA, José Alfonso da. *Direito urbanístico brasileiro*. São Paulo: Malheiros Editores, 2012; FERNANDES, Edésio; VARLEY, Ann. *Illegal cities: law and urban change in developing countries*. London: Zed Books, 1998; OLBERTZ, Karlin. *Operação urbana consorciada*. Belo Horizonte: Fórum, 2012; RENARD, Vincent. *Plans d'urbanisme et justice foncière*. Paris: Presses Universitaires de France, 1992; SOLER-COUTEAUX, Pierre; CARPENTIER, Elise. *Droit de l'urbanisme*. Paris: Dalloz, 2013; ZEPF, Marcus (Coord). *Concertar, governar e conceber los espacios publicos urbanos*. Lausanne: Presses Polytechniques et Universitaires Romandes, 2004.

17 SILVA, José Alfonso da, op. cit.; FERNANDES, Edésio; VARLEY, Ann, op. cit.; OLBERTZ, Karlin, op. cit.; RENARD, Vincent, op. cit.; SOLER-COUTEAUX, Pierre; CARPENTIER, Elise, op. cit.; ZEPF, Marcus, op. cit.

entender a administração das operações urbanas escolhidas é necessário inserir-se em suas lógicas individuais e operacionais, o que é possível a partir das atas das reuniões deliberativas e dos relatórios de acompanhamento, em que estão registradas as decisões e as motivações e dos tomadores de decisões.

A variável econômica do planejamento urbano, nesta análise, será restrita à questão fundiária antes e depois da operação urbana, mais exatamente às aquisições das áreas necessárias para intervenções previstas pela operação, e também à valorização dos bens imóveis atribuída a essas intervenções, que podem ser traduzidas por um ganho de capital que se evidencia nos preços de mercado dos referidos bens. O acompanhamento orçamentário da operação urbana e as licitações são essenciais para ilustrar essa dimensão.

O respeito ao meio ambiente é um aspecto particular das operações de planejamento urbano, porque é ao mesmo tempo condicionado pelo conjunto de regras urbanísticas e pelos valores da sociedade na qual estão inseridas. Os documentos oficiais de apresentação das operações e de suas intervenções realçam essa constatação. O aspecto humano, mensurado pela cidade em escala humana, enfrenta os mesmos desafios.

A dimensão política, bastante vasta, será traduzida pelo papel dos agentes públicos e privados envolvidos nos processos de planejamento urbano. Vários interesses estão em jogo, e a imprensa coloca-se como uma espectadora atenta. O testemunho dos empregados estatais também pode ajudar a explicar algumas indagações.

O aspecto social – razão de ser das políticas públicas – aparece em várias ações de planejamento urbano. Ele justifica e motiva um grande número de iniciativas. Seu caráter abrangente apresenta, algumas vezes, uma difícil execução, apesar de as deliberações e regras serem muito precisas. Os registros das decisões e os relatórios das reuniões do conselho deliberativo das operações urbanas são preciosos como elementos iniciais de análise.

O quadro I permite a visualização das perguntas e dos respectivos dados aplicados a cada um dos estudos de caso

| Dimensão | Questão | Informação | Oucae | Confluence |
|-----------|---------------------------------------|--------------------------|-------|------------|
| Jurídica | Quais regras? | Leis | x | x |
| | Qual jurisprudência? | Bibliografia | x | x |
| De gestão | Como são produzidas | Arquivos | | x |
| | Como são executadas? | Documentos internos | x | |
| | Como são gerenciadas? | Experiência vivida | x | |
| Econômica | Gestão fundiária | Arquivos | x | x |
| | Gestão da mais-valia | Dados imobiliários | x | x |
| Ambiental | Quais são as dimensões envolvidas? | Documentos oficiais | x | x |
| Política | Quem lucra com as operações urbanas? | Imprensa e arquivos | x | x |
| Social | Miscigenação social e de tipos de uso | Documento de criação | x | |
| | Habitação social | Documento de implantação | | x |
| | Transporte e mobilidade | Orçamento | x | x |
| | Escala humana | “Exposição de motivos” | x | |
| | Participação das minorias | Atas de reuniões | x | x |
| | Escuta das minorias | Arquivos | | x |

Quadro 1 – Quais dados são necessários para medir a qualidade urbana? Fonte: FONSECA, Carolina M., 2016

ELABORAÇÃO DE DADOS A PARTIR DE FONTES MULTIVARIADAS PARA O ESTUDO DA APROPRIAÇÃO DO TERRITÓRIO

O objetivo de uma parte do trabalho realizado durante a pesquisa foi o de analisar as dinâmicas de apropriação do território para compreender as transformações das zonas naturais e antrópico-naturais durante 60 anos de urbanização da Região dos Lagos, no estado do Rio de Janeiro. Essa análise parte de um olhar ao mesmo tempo histórico e espacial, com o objetivo de lançar hipóteses que determinaram a localização dos loteamentos residenciais e, em seguida, favorecer ou não a urbanização no seu entorno. Essas escolhas foram, evidentemente, realizadas de acordo com as políticas urbanas locais, regionais e nacionais, e seus atores sociais. Numerosos regulamentos, em diferentes níveis, favoreceram a extensão urbana, e outros, mais recentes, modificaram a forma de construir a cidade através do adensamento de loteamentos. Esses dois processos são, portanto, fenômenos ligados à urbanização que conduz ao consumo dos espaços naturais e antrópico-naturais em escala regional, passando à escala municipal, até a escala urbana e a do lote com o exemplo mais concreto da comuna de Araruama. A extensão urbana e o adensamento nos colocam questões sobre a sustentabilidade desses espaços em uma região onde o hábitat, sob a forma de loteamentos destinados à utilização temporária, se revela predominante.

A construção metodológica para estudar a dinâmica de transformação dos

espaços naturais e antrópico-naturais, devido à urbanização, necessitou de prévia organização dos dados, que estavam distribuídos em diversos documentos, organismos e instituições, em diferentes suportes, escalas e períodos. Um dos primeiros elementos trabalhados foram os dados de ocupação do solo da região.

Outro aspecto que merece atenção é a possibilidade de realizar comparações através da evolução urbana com dados estatísticos de outras instituições, como, por exemplo, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. A descentralização das responsabilidades na produção e difusão dos dados no país, de um lado, permite, a especialização das instituições, mas, de outro, envolve perda considerável em termos de acompanhamento das mudanças ambientais. Uma das dificuldades foi a de identificar qual dado era o mais confiável e aquele que propiciaria o maior número de análises possível. Colocamos assim a seguinte questão: como utilizar dados multivariados disponíveis para analisar o fenômeno de urbanização em diversas escalas temporais e espaciais?

O objetivo aqui é identificar quais dados foram mobilizados para compor a evolução da ocupação do solo da Região dos Lagos (figuras 1 e 2) e a evolução da implantação de loteamentos por período e localização, além do desafio de elaborar novos dados a partir de diferentes fontes:

- CILSJ – O Consórcio Intermunicipal Lagos São João reúne os 12 municípios da bacia hidrográfica Lagos São João e trabalha para a gestão ambiental dos recursos naturais existentes nos municípios sob sua responsabilidade. Os arquivos disponíveis no CILSJ contêm elementos sobre a ocupação do solo para o ano de 1998¹⁸.
- INEA – O Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro coloca à disposição em seu *site* todos os arquivos da obra intitulada *O estado do ambiente* em que são analisados os aspectos do meio ambiente do estado do Rio de Janeiro¹⁹. O interesse por esses arquivos foi a ocupação e uso do solo da Região dos Lagos para o ano de 2010.
- IBGE – O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística²⁰ coloca à disposição dados no formato .shp. Outros dados no formato .dgn disponíveis no *site* foram também utilizados para compor o mapa de ocupação do solo dos anos 1960. Para elaborar esse mapa, dois métodos foram utilizados: a conversão dos elementos no formato .dgn para o formato .shp, e a digitalização de algumas classes de ocupação do solo do mapa topográfico correspondente. O IBGE dispõe também da malha dos setores do censo.
- INPE – O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais coloca à disposição para *download*, gratuitamente, desde os anos 1970, numerosas imagens de satélite do Brasil²¹. São imagens de resoluções variáveis (de 2 m a 80 m) captadas por diferentes

18 CILSJ – Consórcio Intermunicipal Lagos São João. Disponível em: <<http://www.lagossaojoao.org.br/index-2.html>>. Acesso em: out. 2016.

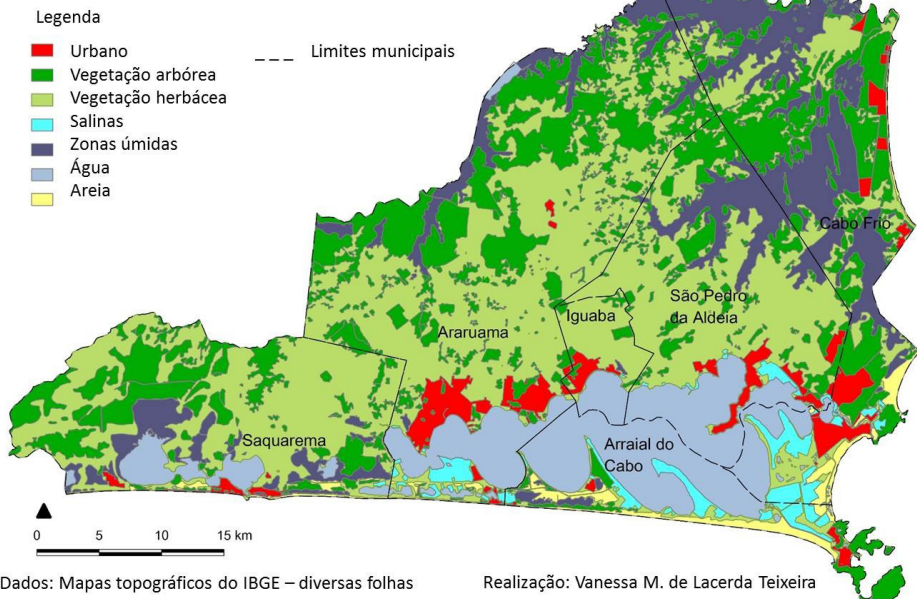
19 INEA – Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.inea.rj.gov.br/Portal/index.htm>>. Acesso em: out. 2016.

20 IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home>>. Acesso em: out. 2016.

21 INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Disponível em: <<http://www.dgi.inpe.br/siteDgi/portugues/index.php>>. Acesso em: out. 2016.

satélites. Utilizamos a imagem de outubro de 1986 do Landsat-5 TM, e, em seguida, um trabalho de sensoriamento remoto foi necessário para elaborar o mapa de ocupação do solo de 1986. Os elementos detectados foram convertidos no formato .shp para sua utilização em um software de SIG a fim de possibilitar a comparação entre os diferentes períodos dos mapas de ocupação do solo e as análises das dinâmicas de consumo dos espaços naturais e antrópico-naturais.

OCUPAÇÃO DO SOLO DA REGIÃO DOS LAGOS - 1969



OCUPAÇÃO DO SOLO DA REGIÃO DOS LAGOS - 1986

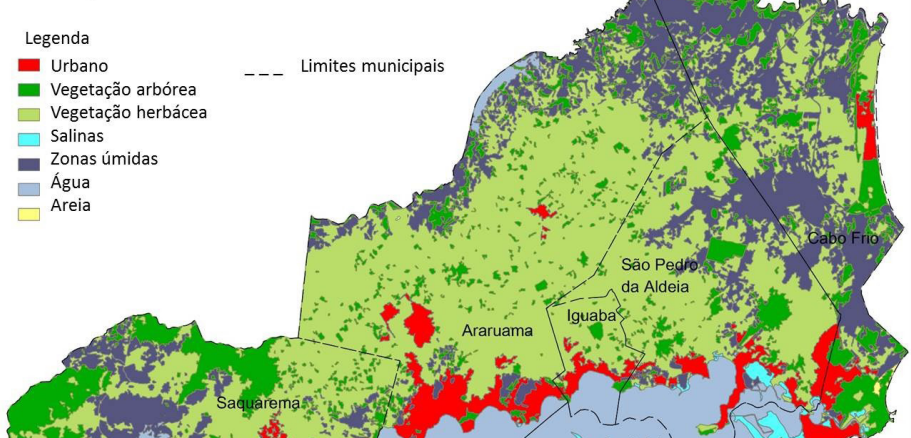


Figura 1 – Ocupação do solo da Região dos Lagos – 1969 e 1986. Fonte: TEIXEIRA, Vanessa M. de Lacerda, 2016

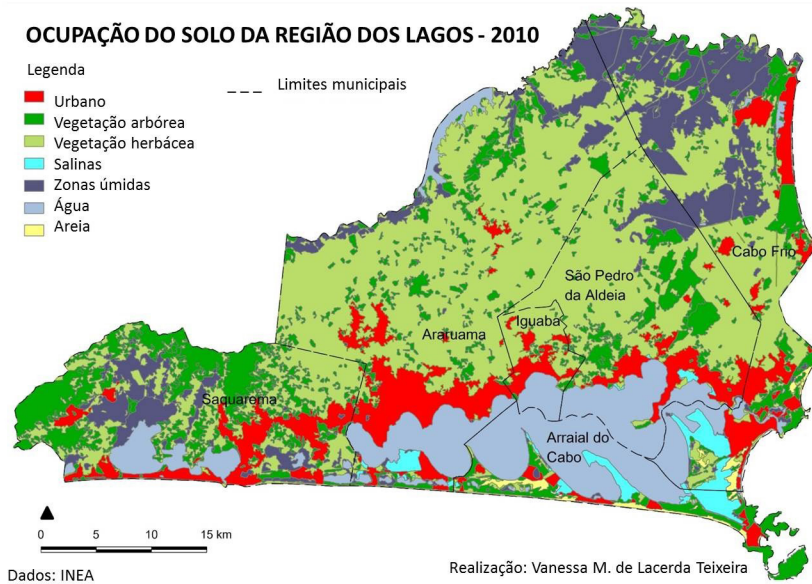
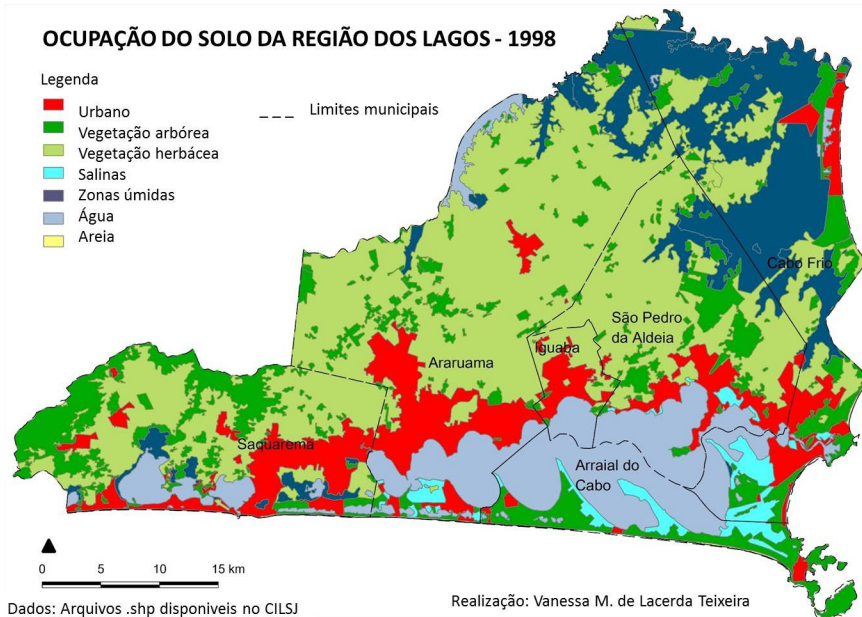


Figura 2 – Ocupação do solo da Região dos Lagos – 1998 e 2010. Fonte: TEIXEIRA, Vanessa M. de Lacerda, 2016

Diversos estudos utilizaram diferentes tipos de imagens e fontes de material

para compor mapas de ocupação do solo²². Herzog e Lausch²³ realizaram um estudo comparativo de aplicação das métricas da paisagem e o impacto da escala, da resolução espacial e temporal. Eles concluíram que, na digitalização de um mapa ou de uma fotografia aérea, resultando em um dado vetorial, a informação espacial é interpretada e generalizada, pois no mapa-base do trabalho uma interpretação já havia sido realizada pelo pesquisador, enquanto, na interpretação de uma imagem de satélite, há menos generalização e a informação espacial é conservada. Gregory²⁴ assinala que existem problemas de precisão no momento da utilização do SIG, no que diz respeito à escala, como o método utilizado para captar o primeiro dado (digitalização, sensoriamento remoto, o escaneamento de uma imagem e em seguida a sua digitalização manual). Ele indica que diversas informações podem ser perdidas em termos de precisão da fonte do dado original durante o seu tratamento. Esse foi um dos desafios na utilização de dados multivariados para compor o conjunto de mapas de ocupação do solo.

Plantas de loteamentos do município de Araruama

Os arquivos da Prefeitura de Araruama representam também uma fonte histórica sobre a morfologia urbana na escala local, tal como concebida no momento de sua aprovação. Essas plantas, datadas de várias épocas, foram úteis na compreensão da produção da cidade de Araruama, na localização dos loteamentos, e para os interesses da Prefeitura (atores sociais), principalmente aquele de adquirir o máximo de superfície urbana no momento da aprovação dos loteamentos para compor seu patrimônio municipal²⁵. No entanto, a dificuldade na organização dos dados depende também do nível de organização institucional na qual esses dados são produzidos e armazenados. Diversas plantas de loteamentos utilizadas para mostrar a evolução urbana de Araruama estavam em péssimas condições de conservação, enroladas em tubos e muitas vezes rasgadas. A chance de encontrá-las fotografadas por um técnico facilitou o trabalho de coleta e análise, mas com uma perda muito grande de informações.

22 RUDOLPHO, Lucas da Silva et al. Aplicação de técnicas de geoprocessamento e métricas da paisagem na análise temporal da cobertura florestal da Bacia do Ribeirão Fortaleza em Blumenau/SC. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO – SBSR, 16., *Anais...*, Foz do Iguaçu, 2013, 13 a 18 de abril, p. 1.742-1.749; LAUSCH, Angela; HERZOG, Felix. Applicability of landscape metrics for the monitoring of landscape change: issues of scale, resolution and interpretability. *Ecological Indicators*, n. 2, Elsevier, 2002, p. 3-15.

23 HERZOG, Felix; LAUSCH, Angela. Supplementing land-use statistics with landscape metrics: some methodological considerations. *Environmental Monitoring and Assessment*, v. 72, Issue 1, Kluwer Academic Publishers, 2001, p. 37-50.

24 GREGORY, Ian. *A place in history: a guide to using GIS in historical research*. Oxford: Oxbow Books, 2003.

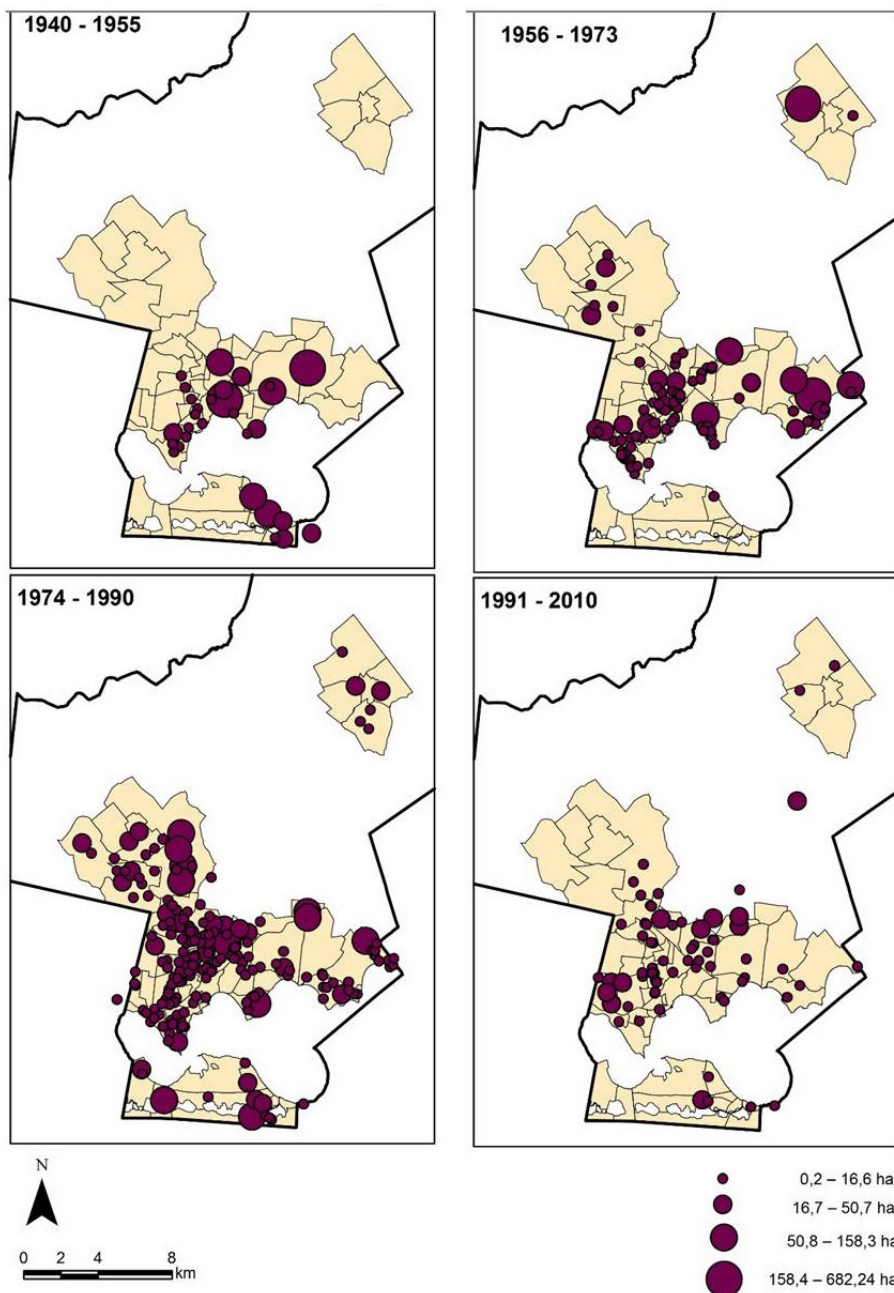
25 O Código de Urbanismo e Construção de Araruama regulamenta a obrigação da cessão à Prefeitura, pelo proprietário, de uma porcentagem da superfície do loteamento a ser aprovado, o que aumenta consideravelmente o patrimônio municipal.

Evolução do município de Araruama entre 1940 e 1990

Costa²⁶ apresenta a evolução urbana de Araruama entre 1940 e 1990 através da implantação de loteamentos. O trabalho metodológico do seu estudo compreende uma lista por período (1950-1955; 1956-1973; 1974-1990) de todos os loteamentos implantados por data de aquisição da terra, data de implantação e superfície total do loteamento e sua localização por bairro. Ele estrutura também uma evolução baseada no papel da evolução imobiliária no município e seus principais atores de investimento (agentes particulares, agências imobiliárias, proprietários de terras e parcerias proprietários de terras-agências imobiliárias) a fim de se compreender o papel desses atores na transformação do uso do solo. Costa não realizou um estudo espacial do desenvolvimento urbano do município a partir de seus dados de pesquisa, o que seria fundamental para a continuidade do trabalho científico iniciado por ele em 1993. Assim, os loteamentos recenseados entre 1940 e 1990 foram geolocalizados por bairros em um programa de SIG (QuantumGIS) a fim de se fazer referência às zonas urbanas dos anos 1960 e 1990 (figura 3).

Essa tese utilizou numerosos dados brasileiros para a compreensão das dinâmicas espaciais e questões ambientais associadas. Essa tarefa, terminada em diferentes escalas de análise – regional, municipal/urbana –, coloca em questão a organização das bases de dados brasileiros. Esses dados, distribuídos em diferentes instituições em diferentes suportes e escalas espaciais e temporais, tornam complexa a análise e implicam uma sólida metodologia, especialmente para as bases de ocupação do solo.

26 COSTA, Claudio Barbosa da. *O negócio da terra – a expansão urbana de Araruama 1940-1990*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993.



Dados: Costa (1993); Secretaria de Obras e Urbanismo de Araruama

Figura 3 – Evolução da superfície e localização dos loteamentos no município de Araruama (hectares) de 1940 a 2010. Fonte: TEIXEIRA, Vanessa M. de Lacerda, 2016

Discussões

O contexto da gestão territorial brasileira e a experiência do trabalho de campo mostraram que a eficácia do planejamento necessita da organização das bases de dados, que atualmente não existem de maneira sistemática, levando em consideração informações sobre a dinâmica de evolução. Os cinco municípios da região e o município de Araruama não possuem um sistema de informação reunindo dados para o acompanhamento das mudanças. A metodologia usada através de um SIG mostrou que é possível avaliar as pressões de acordo com a evolução urbana e ambiental, pois os dados podem ser reutilizados em outras análises comparativas. O principal problema identificado na região, também presente em outros municípios brasileiros, está ligado ao fato de que a maioria deles não dispõe de pessoal e de meios técnicos para aplicar um sistema de gestão dos dados compartilhado do território.

A aplicabilidade dos dados coletados em um SIG se mostrou bastante importante nesse contexto multivariado em razão da possibilidade de sua reutilização em outros períodos (por exemplo, através da atualização de dados antigos a partir de ortofotos recentes) e, sobretudo, pela possibilidade de comparações espaciais e históricas. Outro aspecto é a interligação possível entre o território, os atores sociais e os meios, que são os três níveis de análise propostos neste artigo para estudar a produção da cidade no seu contexto multiescalar, em termos não só espaciais, mas também temporais.

CONCLUSÃO

Os três estudos da produção da cidade apresentados aqui se desenvolvem em três dimensões diferentes. De acordo com a abordagem de cada um, os questionamentos variam, mas são complementares. É então necessário elaborar e/ou coletar dados específicos. Por exemplo, a abordagem territorial depende da análise das lógicas dos atores e dos meios que eles mobilizam aplicados à cidade. Esses dois últimos níveis de análise são secundários, mas necessários para a abordagem territorial. Da mesma forma, os aspectos jurídicos permitem associar o ator ao território. Para compreender a produção da cidade, é preciso, então, mobilizar essas três dimensões e utilizar os diferentes dados produzidos através da cartografia, dos arquivos ou dos regulamentos jurídicos.

SOBRE OS AUTORES

FABIEN MAZENOD é doutor em Geografia e Planejamento pela Université Jean Moulin (Lyon 3) e pesquisador associado ao Laboratório UMR 5600 Environnement Ville Société.

E-mail: fabien.mazenod@gmail.com

CAROLINA MORETTI FONSECA é doutoranda em Geografia e Planejamento na Université Jean Moulin – Lyon 3. UMR 5600 Environnement Ville Société. E-mail: morettifonseca@uol.com.br

VANESSA MOURA DE LACERDA TEIXEIRA é doutora em Geografia e Planejamento pela Université Jean Moulin (Lyon 3) e pesquisadora associada ao Laboratório UMR 5600 Environnement Ville Société. E-mail: vanessamlt2@gmail.com

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARCHIVI D'IMPRESA. Ministero dei beni e delle attività culturali e del turismo. Sistema Archivistico Nazionale – SAN. Disponível em: <http://www.impreses.san.beniculturali.it/web/impreses/home;jsessionid=2792B854D5C3D35B2217E8C05D2A4D5A.sanimprese_JBOSS>. Acesso em: out. 2016.
- BARBARINO-SAULNIER, Natalia. *De la qualité de vie au diagnostic urbain, vers une nouvelle méthode d'évaluation: le cas de la ville de Lyon*. Thèse (Doctorat en Géographie). Sous la direction de Franck Scherrer. Université de Lyon, Lyon, 2005.
- BARTOLINI, Francesco. *Roma Borghese: la casa e i ceti medi tra le due guerre*. Rome: Laterza, 2001.
- BOINO, Paul. *La production de la ville*. Paris: Éditions Parenthèses, 2009.
- BOURDEAU-LEPAGE, Lise. *Regards sur la ville*. Paris: Economica, 2012.
- COSTA, Claudio Barbosa da. *O negócio da terra: a expansão urbana de Araruama 1940-1990*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993.
- CUNHA, Antonio da; GUINAND, Sandra. *Qualité urbaine, justice spatiale et projet*. Lausanne: Presses Polytechniques et Universitaires Romandes, 2014.
- DOTI, Gerardo; MARINO, Angela. La Banca d'Italia e l'attività edilizia per Roma capitale: il progetto di ricerca. *Roma moderna e contemporanea*, n. 3, 2002.
- DUMONT, Marc; ANDRIEU, Dominique. Qualité urbaine et ville durable à l'épreuve du renouvellement urbain. L'exemple du Grand Projet de Ville Malakoff Pré Gauchet à Nantes. *Norois*, n. 198, 2066.
- FERNANDES, Edésio; VARLEY, Ann. *Illegal cities: law and urban change in developing countries*. London: Zed Books, 1998.
- FONSECA, Carolina M. *Les enjeux fonciers de la production de la ville contemporaine et les outils juridiques à service de l'aménagement urbain: étude comparative entre les opérations urbaines "Confluence", à Lyon et "Água Espreada", à São Paulo, entre 2001 et 2013*. Tese (Doutorado em andamento). Lyon: Université Jean Moulin (Lyon 3), 2016.
- GAUTHIEZ, Bernard; BURGEL, Guy. *Espace urbain: vocabulaire et morphologie*. Paris: Centre des Monuments Nationaux, 2003.
- GREGORY, Ian. *A place in history: a guide to using GIS in historical research*. Oxford: Oxbow Books, 2003.
- GUMUCHIAN, Hervé (Coord.). *Les acteurs, ces oubliés du territoire*. Paris: Anthropos, 2003.
- HERZOG, Felix; LAUSCH, Angela. Supplementing land-use statistics with landscape metrics: some methodological considerations. *Environmental Monitoring and Assessment*, v. 72, Issue 1, Kluwer Academic Publishers, 2001, p. 37-50.

- INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Disponível em: <www.inpe.br>. Acesso em: out. 2016.
- KLEINSCHMAGER, Richard; PUMAIN, Denise; PAQUOT, Thierry. *Dictionnaire La ville et l'urbain*. Paris: Economica, 2006.
- LAUSCH, Angela; HERZOG, Felix. Applicability of landscape metrics for the monitoring of landscape change: issues of scale, resolution and interpretability. *Ecological Indicators*, n. 2, Elsevier, 2002, p. 3-15.
- LUSSAULT, Michel; LEVY, Jacques. *Dictionnaire de la géographie et de l'espace des sociétés*. Tours: Belin, 2003.
- MAZENOD Fabien. *Fabriquer la Rome fasciste*. L'action de l'Istituto Nazionale delle Assicurazioni (INA). Investisseur immobilier et financeur de l'aménagement urbain. Tese (Doutorado). Lyon: Université Jean Moulin (Lyon 3), 2014. Disponível em: <www.theses.fr/2014LYO30042>. Acesso em: out. 2016.
- OLBERTZ, Karlin. *Operação Urbana Consorciada*. Belo Horizonte: Fórum, 2012.
- RENARD, Vincent. *Plans d'urbanisme et justice foncière*. Paris: Presses Universitaires de France, 1992.
- RUDOLPHO, Lucas da Silva et al. Aplicação de técnicas de geoprocessamento e métricas da paisagem na análise temporal da cobertura florestal da Bacia do Ribeirão Fortaleza em Blumenau/SC. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO – SBSR, 16., *Anais...*, Foz do Iguaçu, 2013, 13 a 18 de abril, p. 1.742-1.749.
- SILVA, José Alfonso da. *Direito urbanístico brasileiro*. São Paulo: Malheiros Editores, 2012.
- SOLER-COUTEAUX, Pierre; CARPENTIER, Elise. *Droit de l'urbanisme*. Paris: Dalloz, 2013.
- TEIXEIRA Vanessa M. de L. *L'urbanisation autour de la lagune Araruama, état de Rio de Janeiro, Brésil: dynamiques spatiales et enjeux environnementaux*. Tese (Doutorado). Lyon: Université Jean Moulin (Lyon 3), 2016. Disponível em: <www.theses.fr/S155231>. Acesso em: out. 2016.
- WACKERMANN, Gabriel; BATTIAU, Michel. *Dictionnaire de géographie*. Paris: Ellipses Marketing, 2005.
- ZEPF, Marcus (Coord). *Concerter, gouverner et concevoir les espaces publics urbains*. Lausanne: Presses Polytechniques et Universitaires Romandes, 2004.

A educação para as relações étnico-raciais e os estudos sobre racismo no Brasil

[*Education for the ethno-racial relations and the studies about racism in Brazil*]

Roberto da Silva¹

Juliano da Silva Tobias²

Texto originado da dissertação de mestrado *Negros e negras chegam à universidade: estudo sobre a trajetória acadêmica e as perspectivas profissionais dos cotistas da Unifesp*, defendida em 2/9/2014 no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo, com apoio da Fundação Ford por meio de bolsa de estudos.

RESUMO · Este artigo tem como objetivo fazer a revisão bibliográfica de alguns dos estudos clássicos sobre as relações raciais no Brasil. A revisão engloba o período do início dos anos 30 do século XX até os trabalhos mais recentes, que têm em comum o fato de caracterizarem a discriminação racial como fator importante para a manutenção das desigualdades raciais, reunindo argumentos que fundamentam as reflexões quanto à necessidade da adoção de políticas de ação afirmativa no Brasil, bem como os argumentos que consideram que a pobreza e a desigualdade são os fatores principais que contribuem para a marginalização do negro. Passar a limpo tais teorias e conceitos constitui contribuição significativa para dar efetividade às *Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana*.

· **PALAVRAS-CHAVE** · Racismo; relações étnico-raciais; educação. · **ABSTRACT** · The article aims to make a literature review of some of the major studies on race relations in Brazil. The review comprises early 30's (20th century) through current one and have in common the fact they regard racial discrimination as an important aspect for the maintenance of racial inequalities, gathering arguments which support the reflections as to the need of the adoption of the affirmative action policies in Brazil, as well as the ones who regards that the poverty and the inequality are the main aspects that contribute to the black people exclusion. Review such theories and concepts makes up a significant contribution to the effectiveness of the National curriculum guidelines for the racial and ethnic relations education. · **KEYWORDS** · Racism; ethno-racial relations; education.

Recebido em 23 de março de 2015

Aprovado em 2 de março de 2016

SILVA, Roberto da; TOBIAS, Juliano da Silva. A educação para as relações étnico-raciais e os estudos sobre racismo no Brasil. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 65, p. 177-199, dez. 2016.

DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.voi65p177-199>

1 Universidade de São Paulo (USP, São Paulo, SP, Brasil).

2 Universidade de São Paulo (USP, São Paulo, SP, Brasil).

As Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, instituídas pelo Conselho Nacional de Educação a partir da Resolução n. 1, de 17 de junho de 2004, constituem a norma mais atualizada para orientar o tratamento do tema no âmbito da política educacional brasileira.

Da pesquisa de mestrado intitulada *Negros e negras chegam à universidade: estudo sobre as trajetórias acadêmicas e as perspectivas profissionais dos cotistas da Unifesp*, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo em 2 de setembro de 2014, recuperaremos neste artigo a parte de fundamentação teórica que, pensamos nós, pode contribuir de forma objetiva para a formação da “consciência política e histórica da diversidade”³, princípio presente nas *Diretrizes* citadas, que deve conduzir:

[...] – à desconstrução, por meio de questionamentos e análises críticas, objetivando eliminar conceitos, ideias, comportamentos veiculados pela ideologia do branqueamento, pelo mito da democracia racial, que tanto mal fazem a negros e brancos;

– à busca, da parte de pessoas, em particular de professores não familiarizados com a análise das relações étnico-raciais e sociais com o estudo de história e cultura afro-brasileira e africana, de informações e subsídios que lhes permitam formular concepções não baseadas em preconceitos e construir ações respeitadas⁴.

A formação de educadores e profissionais da área comprometidos com uma educação antirracista não pode prescindir do conhecimento da produção teórica de diversos autores sobre as relações raciais no Brasil. Por meio dele, esses profissionais terão contato com as contribuições, os acertos e os equívocos decorrentes desses trabalhos. Esse fato lhes permitirá questionar algumas ideias

3 BRASIL. *Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana*. Brasília: Ministério da Educação – MEC, 2004, p. 18.

4 *Ibidem*, p. 19.

que, embora desacreditadas academicamente, têm grande força no imaginário social e obstaculizam a compreensão mais precisa da realidade racial brasileira.

Na primeira parte deste artigo elencaremos os argumentos extraídos dos estudos sobre desigualdades raciais que apontam a raça como principal fator de precarização da vida da população negra. Na segunda parte abordaremos os argumentos extraídos dos trabalhos que, apesar de admitirem a existência de discriminação racial no Brasil, propõem que a pobreza e a desigualdade sejam os fatores principais que contribuem para a marginalização do negro.

Essa divisão tem como objetivo não só apresentar os argumentos utilizados por muitos pesquisadores e pelo movimento negro em geral no enfrentamento do racismo institucional na educação, mas também fornecer subsídios para enfrentar uma das grandes dificuldades da educação para as relações étnico-raciais, que é a naturalização das relações e a prevalência do mito da democracia racial.

RAÇA COMO PRINCIPAL FATOR DE PRECARIZAÇÃO DA VIDA DA POPULAÇÃO NEGRA

Estudos sobre relações raciais patrocinados pela Unesco (São Paulo e Rio de Janeiro)

Até meados dos anos 1950, o Brasil era visto como um paraíso racial, uma terra onde as relações entre negros e brancos eram harmoniosas e sem nenhum tipo de discriminação entre eles. Essa visão de mundo tomou corpo principalmente no início dos anos 1930 com o antropólogo Gilberto Freyre e seus seguidores.

Apoiada nessa visão e chocada com os horrores ocorridos na Segunda Guerra Mundial, causados pelo nazismo e pelo racismo, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) promoveu um conjunto de pesquisas que tinham como objetivo “estudar e coletar materiais científicos relacionados com questões de raça; dar completa difusão para as informações científicas coletadas; preparar uma campanha educacional baseada nessas informações”⁵.

Contrariando as expectativas da Unesco, que queria usar o Brasil como exemplo de terra livre de preconceito racial, alguns desses trabalhos chegaram a conclusões distintas, dependendo da região do país onde se realizou a pesquisa. Neste primeiro momento, traremos os trabalhos patrocinados pela Unesco que apontaram a discriminação racial como fator de precarização da vida da população negra. Na segunda parte do artigo, abordaremos aqueles trabalhos patrocinados por ela e que negam ou relativizam o peso da discriminação racial na precarização da vida da população negra na sociedade brasileira.

As pesquisas sobre as relações raciais feitas nos estados mais industrializados do país, como Rio de Janeiro e São Paulo, revelaram realidade distinta da encontrada na Região Nordeste. Para os autores desses trabalhos, a industrialização e a possibilidade

5 MÊTRAUX, Alfred. Unesco and the racial problem. *International Social Science Bulletin*, v. II, n. 3, 1950, p. 384.

de ascensão social de negros fizeram com que o preconceito racial começasse a se manifestar de modo mais explícito nesses lugares.

A pesquisa que teve como campo de estudo a cidade do Rio de Janeiro, realizada pelo sociólogo Luiz Aguiar Costa Pinto, foi intitulada *O negro no Rio de Janeiro: relações de raças numa sociedade em mudança*⁶.

Nesse trabalho, Luiz Costa Pinto nos conta que, na época da escravidão, brancos e negros ocupavam, respectivamente, os postos de senhores e escravos. Por essas posições sociais estarem bem marcadas na sociedade escravocrata, o preconceito racial, como mecanismo de defesa de posições, não tinha razão de existir.

A ascensão social dos negros, provocada pela industrialização no Rio de Janeiro, e a formação de uma sociedade de classes sociais abertas fizeram com que o preconceito, de acordo com o autor, se transformasse em instrumento para manter a precarização da vida da população negra, gerando assim a discriminação racial que a vítima.

Dentro desse quadro:

[...] o preconceito e a discriminação atuam fundamentalmente no sentido de reconduzir ao seu lugar o negro que historicamente sai desse lugar, o lugar que tradicionalmente ocupava no sistema de relações sociais, lugar que a ideologia do grupo socialmente dirigente e etnicamente diferenciado considera próprio, natural, biologicamente justificado – tão próprio, natural e biologicamente justificado quanto o seu de grupo dominante⁷.

Já a pesquisa que teve como campo de estudo a sociedade paulistana foi realizada pelos sociólogos Roger Bastide e Florestan Fernandes⁸ e gerou o livro *Branco e negros em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade brasileira*. Nesse trabalho, os autores nos ensinam que a transição da sociedade escravocrata para a sociedade de classes não foi capaz de promover mudanças significativas que desorganizassem o sistema de relações sociais característico da escravidão. Com isso, não foi possível fazer com que cor deixasse de ser vista como símbolo de posição social e referência com o poder de gerar expectativas de comportamento ou de promoção de direitos e deveres recíprocos nas relações sociais.

Além da persistência dessas expectativas e de um comportamento negativo em relação ao negro, Bastide nos mostra que há uma negação no Brasil da existência de preconceito em relação ao negro:

6 PINTO, Luiz Aguiar Costa. *O negro no Rio de Janeiro: relações de raças numa sociedade em mudança*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1953, p. 318.

7 *Ibidem*, p. 318.

8 FERNANDES, Florestan. *Cor e estrutura social em mudança*. In: BASTIDE, Roger & FERNANDES, Florestan. *Branco e negros em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade brasileira*. São Paulo: Global, 2008, p. 91-154.

“Nós brasileiros”, dizia-nos um branco, “temos o preconceito de não ter preconceito. E esse simples fato basta para mostrar a que ponto está arraigado no nosso meio social”. Muitas respostas negativas explicam-se por esse preconceito de ausência de preconceito, por essa fidelidade do Brasil ao seu ideal de democracia racial. [...] É verdade que esse ideal de democracia impede as manifestações demasiado brutais, disfarça a raça sob a classe, limita os perigos de um conflito aberto. Se a isso acrescentarmos certa bondade natural do brasileiro, o hábito adquirido há séculos de viver com os negros e, mesmo, por vezes, uma certa displicência, compreenderemos melhor que o preconceito não se exprima abertamente, mas de um modo sutil ou encoberto⁹.

Embora Fernandes¹⁰ aponte a persistência do passado, que se consubstanciaria por meio de uma representação negativa da personalidade e do *status* do negro, que dificultaria sua ascensão social, ele acreditava que se tratava de fenômeno transitório. Para defender sua tese, apoia-se na ideia de que a sociedade paulista sempre se orientou no sentido de fazer prevalecer os princípios de integração estrutural sobre as diferenças raciais, étnicas e culturais. Para o autor, se essa tendência se perpetuasse dentro do regime de trabalho livre e de dominação capitalista, a antiga correspondência entre cor e posição social perderia significado e ponto de apoio estrutural. Com isso, ocorreria um processo de incorporação dos negros às classes sociais, que produziria efeitos que refletiriam diretamente na própria constituição do sistema de relações raciais. Ou seja, a discriminação racial era vista como prática social característica da ordem escravocrata, que desapareceria com a consolidação da sociedade de classes capitalista.

Opinião semelhante a essa tem Luiz Aguiar Costa Pinto¹¹ ao dizer que, mesmo dentro do sistema de estratificação e de valores da época, havia uma lenta ascensão social de negros. Todavia, o autor pondera que, dentro das dificuldades que a situação encerra, é possível a ascensão de uma elite negra, mas a de uma massa de negros na sociedade brasileira somente ocorreria no âmbito da ascensão social da massa de brasileiros, das quais os negros fazem parte. Vale a pena ressaltar que essa ideia foi bastante criticada pelo movimento negro da época, que não acreditava que somente a consolidação da sociedade de classes seria suficiente para acabar com preconceitos e discriminações.

Outro trabalho que até hoje serve de referência nos estudos sobre relações raciais foi realizado pelo sociólogo Oracy Nogueira¹², chamado “Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem (sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil)”.

9 BASTIDE, Roger. Manifestações do preconceito de cor. In: BASTIDE, Roger & FERNANDES, Florestan. *Branços e negros em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade brasileira*. São Paulo: Global, 2008, p. 155.

10 FERNANDES, Florestan, 2008, op. cit.

11 PINTO, Luiz Aguiar Costa, op. cit.

12 NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem (sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil). In: _____. *Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais*. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1985, p. 67-93.

Ao fazer nesse estudo uma reflexão sobre os trabalhos patrocinados pela Unesco, Nogueira¹³ diz que, ao contrário do que ocorria anteriormente, houve um explícito reconhecimento da existência de preconceito racial no Brasil. Porém, o autor pondera que essa constatação não seria suficiente se ignorássemos as diferenças entre o tipo de relações entre negros e brancos no Brasil e nos Estados Unidos. Com isso, ele questiona se as relações raciais nesses dois países diferem em intensidade ou se há uma diferença qualitativa.

Partindo dessa constatação, Nogueira¹⁴ elabora sua reflexão dentro do âmbito restrito do preconceito racial, desdobrando-o em dois tipos: quando o preconceito se exerce em relação à aparência, aos gestos, ao sotaque, o autor diz que esse tipo é de *marca*, que seria o predominante no Brasil; quando o preconceito se exerce pelo fato de um indivíduo ser descendente de certo grupo étnico ou racial, afirma que é de *origem*, que seria o tipo de preconceito dominante nos Estados Unidos. Isso faz com que o tipo de preconceito vigente em uma dada sociedade determine o modo como se dão as relações entre os diversos grupos étnicos e raciais.

Nos lugares onde o preconceito é de marca, a probabilidade de ascensão social está relacionada, de acordo com Nogueira¹⁵, com a intensidade e a quantidade de marcas fenotípicas que o indivíduo venha a possuir, fazendo com que o preconceito racial fique disfarçado sob o preconceito de classe, com o qual tende a coincidir. Ou seja, a maior presença ou a ausência de traços fenotípicos negros podem determinar maior dificuldade ou não na ascensão social dos indivíduos.

Nos lugares onde vige o preconceito de origem, Nogueira¹⁶ diz que os grupos discriminadores e discriminados permanecem rigidamente separados, como se fossem duas sociedades totalmente distintas, e não se confundem. Os estudos patrocinados pela Unesco que se detiveram na análise das relações raciais nas regiões mais industrializadas do país, ao invés de confirmarem a visão até então mundialmente conhecida de que o Brasil é um país onde não há discriminação racial, mostraram exatamente o contrário: o racismo e a discriminação racial são fenômenos presentes na sociedade brasileira, e a cor, ao contrário do senso comum da época, é critério que fundamenta o tratamento desigual entre negros e brancos.

Esses trabalhos foram extremamente importantes porque questionaram a visão então hegemônica de que o Brasil seria uma sociedade livre de discriminação racial. A partir deles, começaram a surgir outras investigações que foram desdobramentos desses trabalhos iniciais. Dentre esses, podemos citar os produzidos pela Escola Paulista de Sociologia, que deu prosseguimento aos estudos sobre discriminação racial no Brasil, agora questionando a visão de que a escravidão no Brasil foi mais benévola que em outros países, e de que o país seria uma democracia racial em que negros e brancos seriam tratados da mesma maneira.

13 Ibidem.

14 Ibidem.

15 Ibidem.

16 Ibidem.

A Escola Paulista de Sociologia e o mito da democracia racial

O historiador Richard Graham¹⁷ destaca, no texto “Brazilian slavery re-examined: a review article”, que a visão de uma escravidão suave e de senhores benevolentes e escravos leais acabou prevalecendo na literatura e na história. Esses foram, de acordo com o autor, um dos mitos forjados por uma sociedade cujo objetivo era defender um sistema que considerava ideal.

Questionando essas ideias, surgiram novas investigações que abordaram a história da escravidão no Brasil e o período de transição de uma sociedade escravocrata para uma sociedade livre. Segundo Graham¹⁸, o centro de produção dessas novas pesquisas foi a Universidade de São Paulo (USP). O grupo de pesquisa constituído ficou conhecido como Escola Paulista de Sociologia.

O autor destaca que o sociólogo Florestan Fernandes organizou sua própria cadeira de pós-graduação, em que foram realizados grandes estudos sobre relações raciais em várias áreas, com especial atenção aos aspectos históricos.

Dentre as pesquisas originárias desse grupo estão os trabalhos produzidos pelos orientandos de doutorado de Florestan Fernandes, os sociólogos Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso, e a sua própria pesquisa, elaborada para o concurso de professor titular para a cadeira de Sociologia I da USP.

Ao analisar a transição do sistema escravista para o sistema de trabalho livre, Octavio Ianni¹⁹, no livro *As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil Meridional*, que estudou a escravidão no Paraná, aponta que as mudanças na estrutura econômica escravista não acompanharam, no mesmo ritmo, as mudanças na estrutura social.

Nessa transição, brancos e negros transportaram consigo valores, padrões, ideais, técnicas de comportamentos específicos do mundo escravista, que convergiam com a identificação do negro como membro da camada inferior²⁰.

Com a persistência desse conjunto de valores sobre a cor, Ianni²¹ afirma que o senhor e o escravo se metamorfosearam, respectivamente, em branco, e em negro e mulato, porque o mundo que criou tanto o senhor como o escravo, de certa maneira, persistiu na sociedade livre, com esses personagens se prolongando também nas pessoas.

Isso fez com que a discriminação se transformasse em um meio de manutenção da distância social que foi originada no sistema escravista e da própria ideia de negro e branco que foi gerada nesse mesmo sistema de produção²².

17 GRAHAM, Richard. Brazilian slavery re-examined: a review article. *Journal of social history*, v. 3, n. 4, Summer, 1970, p. 431-453.

18 Ibidem.

19 IANNI, Octavio. O negro e o mulato. In: _____. *As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil Meridional*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1962, p. 236-268.

20 Ibidem.

21 Ibidem.

22 Ibidem.

Já Fernando Henrique Cardoso²³, no livro *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*, nos mostra que, após a abolição da escravatura, o negro livre passou a ameaçar de modo mais amplo as expectativas dos brancos e a exclusividade das posições mantidas por eles, originárias do período escravocrata.

De acordo com Cardoso²⁴, a sociedade de classes, que se caracteriza pela igualdade jurídica de todos os cidadãos, fez com que surgisse a necessidade de se desenvolver mecanismos sociais que garantissem, em nome de uma desigualdade natural, a acomodação dos negros ao sistema de atribuição de posições e vantagens assimétricas. Esses mecanismos garantiriam um suprimento abundante de mão de obra, além da perpetuidade no usufruto de posições de autoridade e de prestígio que a ordem escravista assegurava aos brancos e aos senhores.

Sendo assim, o preconceito muda de conteúdo e de funções sociais:

Com a desagregação da ordem servil, que naturalmente antecedeu, como processo, à abolição, foi-se constituindo, pouco a pouco, o *problema negro*, e com ele intensificando-se o preconceito com novo conteúdo. Nesse processo, o “preconceito de cor ou de raça” transparece nitidamente na qualidade de representação social que toma arbitrariamente a cor ou outros atributos raciais distinguíveis, reais ou imaginários, como fonte para a seleção de qualidades estereotípáveis. De um momento para outro, o negro – que fora sustentáculo exclusivo do trabalho na escravidão – passa a ser representado como ocioso, por ser *negro*, e assim por diante²⁵.

Na esteira da produção científica da Escola Paulista de Sociologia, Florestan Fernandes²⁶ mostra, no estudo clássico *A integração do negro na sociedade de classes*, que, no desejo de prevenir supostas tensões raciais que poderiam surgir no pós-abolição e assegurar um meio eficaz de integração social dos negros na sociedade, fecharam-se todas as portas que poderiam colocar os negros na área dos benefícios diretos do processo de democratização dos direitos e garantias sociais.

Esse tipo de relação originou, segundo Fernandes²⁷, um fruto espúrio, a saber, o *mito da democracia racial*. Para o autor, esse mito, criado pelas elites dominantes, teria uma utilidade prática ao generalizar um estado de espírito que permitia atribuir à incapacidade ou à irresponsabilidade do próprio negro as dificuldades vividas por ele. Segundo Fernandes, isso isentaria o branco de qualquer obrigação, responsabilidade ou solidariedade moral perante os efeitos da espoliação abolicionista e da deterioração progressiva da situação socioeconômica do negro e do mulato.

23 CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

24 *Ibidem*, p. 213.

25 *Ibidem*.

26 FERNANDES, Florestan. Heteronomia racial na sociedade de classes. In: _____. *A integração do negro na sociedade de classes*. Volume 1 – O legado da “raça branca”. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1965, p. 191-261.

27 *Ibidem*.

O mito também revitalizou a ideia de avaliar as relações raciais pela aparente ausência de conflitos raciais, gerando uma falsa consciência (impressão) da realidade racial brasileira. Para o autor, isso levou as pessoas a pensarem que não existem distinções raciais no Brasil, que há igualdade de oportunidades para todos e que os problemas dos negros são residuais e transitórios, podendo ser tratados e superados pelos meios tradicionais e por mudanças qualitativas espontâneas²⁸. Os estudos sobre a escravidão e a transição da sociedade escravocrata para a sociedade de trabalho livre no Brasil questionaram o senso comum até então vigente de que a escravidão foi mais *cordial* no Brasil do que em outros países. Além disso, mostraram que os preconceitos e as discriminações que os negros sofriam na época do cativeiro não foram extintos nessa época, continuando mesmo após a abolição da escravatura. Nessa época, esses preconceitos deixaram de ser fundamentados pela religião e passaram a ser fundamentados pelas ciências biológicas e antropológicas da época. A tese do branqueamento

[...] baseava-se na presunção da superioridade branca, às vezes, pelo uso dos eufemismos raças “mais adiantadas” e “menos adiantadas” e pelo fato de ficar em aberto a questão de ser a inferioridade inata. À suposição inicial, juntavam-se mais duas. Primeiro – a população negra diminuía progressivamente em relação à branca por motivos que incluíam a suposta taxa de natalidade mais baixa, a maior incidência de doenças e a desorganização social. Segundo – a miscigenação produzia “naturalmente” uma população mais clara, em parte porque o gene branco era mais forte e em parte porque as pessoas procuravam parceiros mais claros do que elas (a imigração branca reforçaria a resultante predominância branca)²⁹.

Com o tempo, essas teses sobre a superioridade biológica dos brancos passaram a ser desacreditadas por trabalhos posteriores, que defendiam a unidade da espécie humana e rechaçavam qualquer tipo de hierarquização entre os diversos grupos humanos. Contudo, essas teorias não ficaram confinadas ao mundo acadêmico: transformaram-se em políticas públicas e acabaram contaminando o tecido social, moldando comportamentos e reforçando preconceitos.

Na sociedade de classes, o preconceito racial tinha como função a manutenção da distância entre negros e brancos.

Além disso, a ideia de que o Brasil seria uma *democracia racial* foi questionada, transformando-se então em um *mito*, em *uma falsa ideologia*, que serviria tão somente para aplacar os anseios reivindicatórios dos negros, responsabilizando-os pelo estado de precarização da população negra e isentando a sociedade nacional de qualquer inclinação racista.

Os estudos realizados por Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva³⁰ questionaram

28 Ibidem.

29 SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 81.

30 VALLE SILVA, Nelson do. Diferenças raciais de rendimentos. In: HASENBALG, Carlos; VALLE SILVA, Nelson do; LIMA, Márcia. *Cor e estratificação social*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999, p. 184-216.

a visão, até então defendida por alguns sociólogos, de que a industrialização e a consolidação da sociedade de classes eliminariam a discriminação racial na sociedade brasileira. Esses estudos mostraram que a discriminação não era algo que pertencia a uma ordem social anterior, mas que ainda operava na sociedade atual como mecanismo de seleção e manutenção dos postos sociais mais valorizados nas mãos dos brancos.

Os estudos de Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva sobre discriminação racial

Os estudos sobre as relações raciais no Brasil sofrem uma mudança paradigmática importante com a publicação do livro do sociólogo argentino Carlos Hasenbalg³¹, *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*, originalmente uma tese de doutoramento apresentada na Universidade da Califórnia, nos Estados Unidos.

Nesse trabalho, Hasenbalg detectou que a industrialização, longe de extinguir a ordem racial preexistente, acabou reproduzindo internamente a estrutura mais ampla de supraordenação e subordinação da sociedade global.

Com isso, o autor afirma que a raça, como traço fenotípico historicamente elaborado, é um dos critérios mais importantes que influenciam a seleção para a ocupação de posições na sociedade. Para ele, a persistência histórica da discriminação racial não deve ser entendida como um simples legado do passado, mas como ferramenta que serve aos complexos e diversificados interesses do grupo racialmente dominante.

Para Hasenbalg a evidência empírica indica que os negros estão expostos a um ciclo de desvantagens em termos de mobilidade social. De acordo com o autor, nascer negro ou mulato no Brasil significa nascer em famílias de baixo *status* econômico, e as probabilidades de ascender socialmente são consideravelmente menores para os negros do que para os brancos da mesma origem social. Além disso, ele mostra que os negros sofrem com uma desvantagem competitiva em todas as fases do processo de transmissão de *status* social e econômico.

O sociólogo Nelson do Valle Silva³² também escreveu diversos trabalhos sobre mobilidade social e efeitos da discriminação racial sobre os negros. Em um artigo escrito para o livro *Cor e estratificação social*, ele considera implausíveis as duas hipóteses mais correntes na literatura brasileira: a de que no Brasil não há discriminação racial e a de que as pessoas de sangue misto têm posição privilegiada na sociedade, gozando de maiores oportunidades de vida e de mobilidade social. Isso ocorre porque, de acordo com ele, não só existe um resíduo substancial do passado escravocrata, que gera diferenças inter-raciais no campo econômico, mas também os contrastes entre pretos e pardos não são significativos, o que indica a existência de uma linha de cor entre brancos e não brancos.

Valle Silva assinala que,

31 HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Iuperj, 2005.

32 VALLE SILVA, Nelson do, op. cit.

No conjunto, esses resultados apontam para a existência de *múltiplas desvantagens* para os não brancos: eles são menos eficientes que os brancos na conversão de investimentos escolares em posições ocupacionais melhor remuneradas e no mercado de trabalho sofrem chances menores de ter uma carreira e mobilidade, cujo resultado são recompensas econômicas menores. As vantagens obtidas numa geração não são tão bem convertidas em vantagens para o novo coorte de filhos quanto entre os brancos³³.

Os estudos realizados por Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva mostraram que a discriminação racial não se extinguiu com o fim da escravidão. Ao contrário, ela atualmente serve como um meio de direcionar aos brancos a quase exclusividade dos recursos e das posições sociais mais valorizadas. Com isso, a persistência da discriminação racial faz com que a mobilidade social dos negros fique prejudicada, mantendo-os, em grande número, nas camadas mais baixas da sociedade.

Essas pesquisas, junto com a emergência de diversos Conselhos de Desenvolvimento e Participação da Comunidade Negra, o reconhecimento oficial pelo governo federal, em 1995, da existência da discriminação racial e do racismo, e a implantação do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) com a função de estimular e formular políticas de valorização da população negra, redundaram, como nos mostra Silvério³⁴, em uma mudança de postura significativa, em todos os segmentos da sociedade brasileira, em relação ao tratamento das questões da população negra no país.

Silvério aponta a emergência do debate sobre a adoção de ações afirmativas (com as cotas assumindo o protagonismo dentre as diversas modalidades desse tipo de política pública) e registra que a discussão gira, aparentemente, em torno das mudanças ocorridas no pensamento social a partir do final da Segunda Guerra Mundial e suas implicações para a ação coletiva e para a ação estatal nos Estados Unidos. Esse fato nos permite aprender com a discussão sobre a ação afirmativa (*affirmative action*) e a identificação de distorções sociais ao considerar o credo americano e a realidade sobre a qual foram e são aplicadas aquelas políticas públicas e, também, suas repercussões no contexto brasileiro³⁵.

Voltando à realidade brasileira e tomando como ponto de partida a persistência da precarização da população negra, alguns autores questionam a efetividade de adoção de políticas universalistas como meio de promover a ascensão social da população negra. Por isso, defendem que o poder público e os entes privados lancem mão de políticas de ação afirmativa que levem em conta o pertencimento racial, concomitantemente com a melhoria dos serviços públicos que garantam o pleno usufruto dos direitos sociais.

De acordo com Guimarães³⁶, por mais universais e amplas que as políticas públicas sejam, existem certos setores da sociedade que, mesmo se baseando na

33 Ibidem, p. 98.

34 SILVÉRIO, Valter Roberto. Ação afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil. *Cadernos de pesquisa*, n. 117, 2002, p. 219-246.

35 Ibidem.

36 GUIMARÃES, A. S. A. *Racismo e antirracismo no Brasil*. São Paulo: Ed. 34, 1999.

ideia de mérito, não são imunes às práticas de discriminação racial. Esses espaços onde as políticas universalistas têm pouco efeito prático só poderão ser acessíveis a representantes de grupos discriminados por meio de políticas afirmativas, que favoreçam o ingresso dessas pessoas nesses círculos.

Sendo assim, Guimarães conclui que não devemos dispensar o mesmo tratamento aos que são tratados como pertencentes a um grupo inferior, como no caso dos negros na sociedade brasileira, vítimas da discriminação racial. Nesse contexto, a adoção de políticas afirmativas tem, para ele, compromisso com o ideal de igualdade, o que justifica a necessidade de tratar, em certas situações, os “desprivilegiados” como privilegiados, como no caso dos negros, que sofreram e sofrem com a discriminação racial.

Os estudos elaborados na vigência do Projeto Unesco, as pesquisas surgidas no âmbito da Escola Paulista de Sociologia e os trabalhos produzidos por Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva mostraram a persistência da discriminação racial mesmo quase 130 anos após a abolição da escravatura.

Esses trabalhos, juntamente com a experiência estadunidense de combate à discriminação racial, redundaram em uma nova agenda, adotada pelos movimentos negros, que inclui a defesa da adoção de ações afirmativas pelos diversos setores da sociedade brasileira para promover a inclusão plena de negros.

Os estudos sobre as relações raciais no Brasil não tiveram conclusão unânime sobre o papel da discriminação racial na precarização da população negra. Outros estudos enfatizam que é a classe social, e não a raça, o principal fator dessa precarização. Para defender suas teses, os autores desses estudos se apoiam principalmente na visão de que há no Brasil uma relação mais pacífica entre negros e brancos e alto grau de mestiçagem da sua população.

CLASSE, E NÃO RAÇA, COMO PRINCIPAL FATOR DE PRECARIZAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA

Donald Pierson e Gilberto Freyre

O sociólogo americano Robert Park³⁷ afirma, na introdução do livro de outro sociólogo americano, Donald Pierson, intitulado *Branços e pretos na Bahia*, que uma peculiaridade das relações raciais brasileiras é que o Brasil é um país onde não existe problema racial. O autor chega a essa conclusão por acreditar que no país qualquer pessoa negra ou mestiça que se revele capaz recebe sem dificuldades o lugar para o qual suas capacidades o habilitam, ou seja, há uma tendência no Brasil de absorver as pessoas de cor.

37 PARK, Robert E. Introdução à primeira edição norte-americana. In: PIERSON, Donald. *Branços e pretos na Bahia (estudo de contato racial)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971, p. 79-86.

Donald Pierson³⁸ diz que a ascensão das pessoas de cor no Brasil pode ocorrer principalmente em virtude de sua competência pessoal profissional, por sua ligação com uma família de prestígio ou por meio de algum tipo de ligação com pessoas brancas, seja por laço de parentesco, de apadrinhamento ou outros.

O autor acrescenta que essa ascensão pode ocorrer também em razão do grau de instrução, pela quantidade de recursos financeiros, por circunstâncias casuais ou exclusivamente pelo esforço dos indivíduos, um por um, e não como grupo, de modo que os conflitos com base na cor ou na classe sejam relativamente reduzidos.

Por isso, o que se encontra na Bahia, segundo Pierson³⁹ (e que de certo modo ele estende à sociedade brasileira como um todo), é uma sociedade multirracial de classes, não existindo uma casta baseada em raças separadas, mas somente classes. Ele pondera que, mesmo que essas classes sejam identificadas com a cor, ainda assim elas devem ser vistas como classes.

Apesar de admitir a ocorrência de casos de discriminação racial, Pierson⁴⁰ argumenta que eles não acontecem somente por causa da cor e, quando ocorrem, é porque, na maior parte deles, a cor é um dos critérios de posição social. O autor acrescenta que, quando existentes, os casos de discriminação racial não têm apoio da opinião pública e são alvos de reprovação geral e severa, tanto na imprensa como em outros setores da sociedade.

O sociólogo Gilberto Freyre⁴¹, no seu estudo clássico *Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*, destaca que a sociedade brasileira foi formada tendo a agricultura como base econômica, o escravo negro como principal meio de mão de obra, e a mestiçagem e a hibridez como base da sua composição populacional.

Nesse contexto, a sociedade brasileira tem sido, de acordo com Freyre⁴², um equilíbrio de antagonismos, predominando a oposição senhor-escravo. O autor destaca que a existência desses antagonismos não impediu a confraternização e a mobilidade social no Brasil e, em alguns casos, até mesmo amorteceu os choques ou harmonizou essas contradições.

Em outro estudo, intitulado *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*, Gilberto Freyre⁴³ aponta que a disparidade entre os diversos grupos sociais no Brasil é originária do conflito entre as diversas fases ou momentos da cultura. No início, essa desigualdade se relacionava às três raças (negros, brancos e indígenas), mas na atualidade refere-se unicamente a populações

38 PIERSON, Donald. Brancos e pretos na Bahia. In: _____. *Brancos e pretos na Bahia (estudo de contato racial)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971, p. 345-371.

39 Ibidem.

40 Ibidem.

41 FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2006.

42 Ibidem.

43 Idem, *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2000.

puramente sociais, a diferenças regionais e à maior ou menor facilidade de contatos sociais e intelectuais.

Além disso, essa disparidade se origina, segundo Freyre⁴⁴, das distâncias sociais, que aumentaram ao fim da era colonial. Ele diz que o agravamento das disparidades sociais foi provocado pelo desenvolvimento da economia industrial, em certas regiões, em benefício de minorias econômica e politicamente poderosas. O autor afirma que essas diferenças nas condições materiais de vida vieram a coincidir, em consequência da escravidão, com a diversidade de cor ou raça.

A expressão que resume todos esses estudos é a de que no Brasil não existe problema racial. Nesses trabalhos, o Brasil se configura em uma sociedade multirracial de classes, onde a cor não é o principal critério que favoreça ou dificulte a mobilidade social. A competência individual, o nível educacional, as relações de apadrinhamento ou de compadrio são fatores mais importantes que a cor no processo de mobilidade ascendente ou descendente.

De acordo com essas pesquisas, a desigualdade racial existente no Brasil seria resultado das distâncias sociais originadas pela ordem escravocrata e das diferenças sociais entre a classe explorada e a exploradora e não de diferenças raciais.

É a partir desses estudos, especialmente aqueles elaborados por Gilberto Freyre⁴⁵, que emerge e se consolida na sociedade brasileira a ideia de que o Brasil seria uma *democracia racial*. De acordo com essa ideologia, o Brasil seria um país livre de discriminação racial, onde negros e brancos conviveriam pacificamente e todos teriam as mesmas oportunidades de ascensão social.

Os trabalhos sobre relações raciais elaborados pelo Projeto Unesco que tiveram como campo de pesquisa a Região Nordeste chegaram a conclusões semelhantes às dos trabalhos produzidos por Donald Pierson e Gilberto Freyre, a saber: a cor e o pertencimento racial não seriam necessariamente obstáculos à convivência e à ascensão social dos negros no Brasil. Ou seja, para esses autores, diferentemente de outros lugares, como os Estados Unidos, por exemplo, negros e brancos compartilhavam, de modo geral, oportunidades iguais na sociedade brasileira.

Estudos sobre relações raciais patrocinados pela Unesco (Região Nordeste)

Os trabalhos de pesquisa sobre relações raciais no Brasil financiados pela Unesco destacados neste tópico se concentraram na Região Nordeste, que ainda não tinha passado pelo processo de industrialização pelo qual passavam as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Ao pesquisar a cidade de Minas Velhas, no interior da Bahia, o antropólogo americano Marvin Harris⁴⁶ detectou, no seu livro *Town and country in Brazil*, que o comportamento do branco em direção ao negro difere do ideal que deveria ser.

Em sua pesquisa, o autor cita alguns exemplos, que o levam à conclusão de

44 Ibidem.

45 Ibidem.

46 HARRIS, Marvin. Class and race. In: _____. *Town and country in Brazil*. New York: Columbia University Press, 1956, p. 96-146 (tradução nossa).

que há uma contradição entre o ideal baseado em um pensamento estereotipado sobre o negro e o comportamento efetivamente realizado, que contradizia juízos preconceituosos sobre o negro.

Isso ocorria porque a principal razão para a diferença entre as ideias preconcebidas e o comportamento real é que os termos negro e branco indicam um recorte que não é identificado por ninguém. O autor destaca que no dia a dia o conjunto de características físicas por si mesmo não determina o papel do indivíduo na sociedade⁴⁷.

Levando em conta essa constatação, Harris conclui que:

Não há um *status*, um papel para o negro como um negro nem para o branco como um branco, exceto dentro da cultura ideal. Raça é, todavia, um dos vários critérios que determinarão como as massas de outros indivíduos na verdade se comportarão em direção a ele. Em outras palavras, riqueza, ocupação e educação [...] têm até certo ponto o poder de definir raça. Isso se deve ao fato de que não existem grupos socialmente importantes em Minas Velhas que sejam determinados puramente por características físicas⁴⁸.

Já o sociólogo Thales de Azevedo⁴⁹, que pesquisou a sociedade baiana no seu livro *As elites de cor: um estudo de ascensão social*, destaca que, embora o pertencimento a certa classe social determine, dentre outros termos, o *status* dessas pessoas, a ascensão social se processa por livre competição, de tal modo que pretos e mestiços, como indivíduos, podem, por meio do seu mérito ou de circunstâncias favoráveis, melhorar de condição social e mesmo conseguir uma posição nas camadas superiores da sociedade baiana, sendo que essa posição será relativa não somente ao grupo de cor a que pertence, mas à comunidade em geral.

Porém, o autor pondera que, mesmo que a cor represente a experiência passada da escravidão e seja invocada por muitos como explicação para a dificuldade de ascensão social das pessoas com traços fenotípicos negros mais acentuados, esse fato não as impede, nem mesmo as mais claras e de traços fenotípicos brancos, de adquirir *status* tão elevado quanto o dos brancos.

Em trabalho posterior, Thales de Azevedo⁵⁰ muda a sua estratégia de análise da sociedade baiana ao destacar que o retardamento da industrialização era um dos fatores para a permanência dessa situação de conservadorismo social e de maior acúmulo de pessoas negras nas classes mais baixas da sociedade. Por isso o autor previa que, se na sociedade baiana persistissem os valores culturais que se opõem, em medida variável, à discriminação racial, seria possível que uma mudança na

47 *Ibidem* (tradução nossa).

48 *Ibidem*, p. 126 (tradução nossa).

49 AZEVEDO, Thales. Uma sociedade multirracial de classes. In: _____. *As elites de cor: um estudo de ascensão social*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955, p. 70-78.

50 *Idem*. Classes sociais e grupos de prestígio. In: _____. *Cultura e situação racial no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1956, p. 30-43.

estrutura econômica criasse condições para a ascensão social de grande número de pessoas das classes mais baixas.

Por outro lado, ele afirma que a ascensão social das pessoas negras, principalmente daquelas com traços fenotípicos mais característicos desse grupo de cor, poderia levar a uma modificação dos valores que condenam a discriminação racial. A consequência dessa mudança poderia justificar a formação de um novo regime de castas, como o que ocorria nos Estados Unidos, com sistemas de classes sociais autônomas brancas e não brancas⁵¹.

Os estudos da Unesco que se concentraram na Região Nordeste chegaram a conclusões diferentes dos estudos que se detiveram na análise das relações raciais na Região Sudeste.

Esses estudos concluíram que as diferenças de cor não determinam o papel do indivíduo na sociedade, ou seja, o fato de uma pessoa ser negra ou branca não significa que ela não possa ter um *status* social semelhante ao dos brancos. A mobilidade social de um indivíduo estaria, assim, ligada a outros fatores que não somente a sua cor.

Nos dias atuais, alguns estudos sobre relações raciais no Brasil procuram reelaborar a ideia de democracia racial, redefinindo-a como um parâmetro organizador das relações sociais entre negros e brancos no Brasil, ao invés de uma ideologia forjada pelas elites para mascarar o racismo. Para os seus autores, essa ideologia teria o poder de influenciar positivamente a convivência entre os grupos raciais brasileiros.

Além disso, a maior parte dos autores desses estudos tem se colocado contra a adoção de políticas de ações afirmativas de cunho racial, pois defendem que essas políticas poderiam, ao invés de diminuir, acirrar a discriminação racial na sociedade brasileira, gerando um efeito contrário daquele que elas procuram atingir.

A ideia de democracia racial como parâmetro para as relações raciais no Brasil

A ideia de democracia racial, definida por Florestan Fernandes⁵² como mito e como falsa consciência da realidade das relações raciais no Brasil, foi reelaborada por alguns antropólogos, deixando de ter o caráter descrito por Fernandes e passando a ser vista como um discurso fundador da sociedade brasileira.

No livro *Cultura brasileira e identidade nacional*, o sociólogo Renato Ortiz⁵³ destaca que na virada do século XIX para o século XX surge a fábula ou o mito das três raças, que sugere a existência de um ponto de partida a partir do qual se irradia uma história mítica. Esse ponto de partida seria a ideia de um Brasil cadinho, onde as três raças se fundiram nas selvas brasileiras.

Ortiz⁵⁴ ainda aponta que esse mito surge quando a sociedade passa por

51 Ibidem.

52 FERNANDES, Florestan, 1965, op. cit.

53 ORTIZ, Renato. Da raça à cultura: a mestiçagem e o nacional. In: _____. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 37-44.

54 Ibidem.

transformações profundas, deixando de ser uma sociedade escravista e monárquica para se tornar uma sociedade capitalista e republicana.

Complementando essa ideia no livro *Negritude sem etnicidade*, o antropólogo italiano Lívio Sansone⁵⁵ diz que,

Se a democracia racial é um mito – como sem dúvida é –, estamos lidando com um mito fundador das relações sociorraciais brasileiras, cujas origens se inspiram na fábula da *mistura mágica* de três raças: branco, negro e índio. Esse mito é aceito por uma grande parte da sociedade, que o reproduz nas relações cotidianas, articulando-o numa série de discursos populares. Nesses discursos [...] a democracia racial, em vez de ser uma situação concreta da sociedade contemporânea, é transformada num valor, no sonho com uma sociedade melhor, mais justa e menos discriminatória, na qual *todos sejam gente*⁵⁶.

Dentro dessa nova abordagem sobre o mito da democracia racial, e pontuando que as representações sociais não são menos reais que as relações raciais, ocorrendo na verdade o contrário, o antropólogo Peter Fry⁵⁷ destaca, no seu livro *A persistência da raça: ensaios antropológicos sobre o Brasil e a África austral*, que a ideia de democracia real é tão real quanto a discriminação racial.

Para Fry, ao mesmo tempo que essa ideia de democracia produziu uma sociedade sem segregação racial e legalmente universalista, a discriminação racial só é possível porque, antes dela, há outra ideologia que contesta a ideia de democracia racial e que hierarquiza as pessoas de acordo com a sua aparência.

A partir daí, o autor contesta a ideia de que a democracia racial é um mito, como algo que não existe na realidade. Para ele, quando se aborda o mito da democracia racial em uma perspectiva mais antropológica, como padrão de ação social ou um sistema ordenado de pensamento social que expressa entendimentos fundamentais a respeito da sociedade, pode-se compreendê-lo não como impedimento à consciência social, mas como fundamento do significado que a ideia de raça assume para a maioria dos brasileiros.

Apoiando-se nessa concepção antropológica do mito da democracia racial e na influência que essa ideia trouxe às relações raciais no Brasil, Fry⁵⁸ teme que as políticas diferenciadas, que levam em conta a cor em sua aplicação, como as ações afirmativas e as cotas para negros, ao imaginarem um Brasil de raças e grupos étnicos estanques, venham conseqüentemente a criar o que não existe.

Ao comentar sobre as políticas de ação afirmativa que levam em conta a cor, mais especificamente a política de cotas raciais, em artigo escrito para a revista *Estudos*

55 SANSONE, Lívio. *Negritude sem etnicidade*. Salvador: Editora da UFBA, 2003.

56 Ibidem, p. 82-83.

57 FRY, Peter. *A persistência da raça: ensaios antropológicos sobre o Brasil e a África austral*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

58 Ibidem.

avançados, Yvonne Maggie e Peter Fry⁵⁹ colocam em dúvida a pertinência desse tipo de política no Brasil.

Em primeiro lugar, esses autores, que representam essa corrente de pensamento, defendem que esse tipo de política pode incentivar animosidades raciais porque acreditam que não se pode vencer o racismo celebrando o conceito de raça, visto que o racismo, em tese, não existiria se o próprio conceito de raça não existisse. Em segundo lugar, eles não estão convencidos de que a solução universalista foi de fato esgotada. Em terceiro lugar, acreditam que, no lugar de políticas de cotas e de ações afirmativas com recorte racial, deveria se apostar em políticas dirigidas às regiões mais pobres, que atingiriam automaticamente os negros, porque os pobres majoritariamente são negros⁶⁰.

Ao contrário do que fez Florestan Fernandes ao considerar a democracia racial como mito, como algo que carece de verdade, esses estudos a reabilitaram. Essa corrente de pensamento fez com que ela se transformasse na ideia que organizaria e influenciaria as relações sociais entre negros e brancos no Brasil. A democracia racial seria, para esses autores, responsável por uma relação de maior proximidade entre os diversos grupos raciais e pela condenação da discriminação por grande parte da sociedade brasileira.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE OS ESTUDOS DE RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL

A apresentação desses dois grupos de argumentos teve como objetivo resgatar as conclusões das pesquisas sociológicas e antropológicas que abordaram a precarização da população negra na sociedade brasileira. Optou-se por esse tipo de estruturação do artigo porque, apesar de os autores não se manterem neutros nesse debate e aceitarem os argumentos que favorecem as políticas afirmativas, a definição dos termos do debate sobre as relações raciais no Brasil possibilita ao leitor o contato com os diversos argumentos e reflexões de vários autores.

Em ambos os paradigmas, houve mudança de perspectiva sobre as relações entre negros e brancos no Brasil.

No grupo de autores que acreditam que a discriminação racial no Brasil é um dos fatores principais para a precarização da população negra na sociedade brasileira, abandonou-se a crença de que a industrialização acabaria com a discriminação racial porque ela seria uma persistência do passado, uma herança da escravidão. O que se viu, a partir dos trabalhos de Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva⁶¹, é que a

59 MAGGIE, Yvonne; FRY, Peter. A reserva de vagas para negros nas universidades brasileiras. *Estudos avançados*, v. 18, n. 50, 2004, p. 67-80.

60 O desfecho final da discussão da ADPF, por parte do Superior Tribunal Federal – STF, mostrou que o país não estava preparado para adotar as cotas raciais, por isso tivemos que nos contentar com as cotas sociais, que incluem negros, índios e pobres.

61 VALLE SILVA, Nelson do, op. cit.

industrialização não acabou com o preconceito racial, tendo este assumido novas formas que objetivavam a manutenção da hierarquização social.

Houve também mudança de perspectiva no paradigma daqueles que acreditam que a precarização da população negra na sociedade brasileira é uma questão de classe, e não de raça: enquanto os primeiros autores acreditavam que o Brasil era uma democracia racial de fato e que a discriminação contra o negro era resíduo do passado escravocrata, os atuais não negam a existência de discriminação contra os negros, mas ainda acreditam que a pobreza é o principal obstáculo para a sua ascensão social.

Outra mudança vista nesse grupo é em relação à ideia de democracia racial: de falsa consciência da realidade, passou a ser vista como um organizador das relações entre negros e brancos no Brasil. Apesar de aceitarem o fato de que essa ideia não se sustenta na realidade, esses autores acreditam que a democracia racial deve ser vista da seguinte maneira: como uma ideia que condena manifestações brutais de discriminação racial e que corresponde a um desejo da maior parte da sociedade brasileira de que a cor não seja motivo para o tratamento desigual entre as pessoas.

Para além das discussões filosóficas, sociológicas e antropológicas, mas levando em consideração as diversas posições teóricas, coube ao direito constitucional estabelecer a linha de interpretação que, se não põe fim ao debate intelectual, pelo menos passa a balizar o exercício do direito, as decisões do sistema de justiça e a postura das instituições de ensino de todos os níveis e modalidades.

Decidindo por unanimidade pela constitucionalidade do sistema de cotas nas instituições de ensino no Brasil, questionada pelo Partido Democratas (DEM) por meio da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) n. 186, o Supremo Tribunal Federal⁶², em 26 de abril de 2012, decidiu a questão no plano jurídico e, por isso mesmo, os principais argumentos utilizados por nove de seus ministros⁶³ são aqui transcritos, à guisa de conclusão deste artigo. As citações a seguir foram retiradas do acórdão relativo ao julgamento da ADPF n. 186, que decidiu pela adequação da política de cotas aos princípios constitucionais. Vale a pena ressaltar que os votos se apoiaram principalmente nos três principais argumentos utilizados pelos defensores da política de cotas: como instrumento de reparação pela escravidão e discriminação racial, como promotora de justiça social e igualdade material e como promotora de espaços mais plurais e diversos.

62 BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Inteiro Teor do Acórdão da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) n. 186. Brasília, 26 de abril de 2012, 233 p.

63 A composição do STF é de onze ministros, mas o ministro Dias Toffoli foi impedido de participar do julgamento, pois, quando exercia a função de advogado-geral da União, posicionou-se a favor da reserva de vagas. Além disso, o ministro César de Mello abriu mão de se pronunciar.

[...] eu me sinto muito confortável para analisar a questão das ações afirmativas, inclusive como aplicação do princípio da igualdade. [...] a própria realização do princípio de igualdade em muitos casos exige uma ação, seja do legislador, seja da administração, seja de algum setor no sentido de realizar essa equiparação. [...] Por que o legislador faz esse tipo de opção? Certamente a partir de algum tipo de referência com base na própria realidade [ministro Gilmar Mendes]⁶⁴.

[...] a Constituição Brasileira de 1988 produziu, a meu ver, uma grande diferença em relação aos outros textos constitucionais, porque não apenas reforçou [...] o princípio da igualdade formal, mas por partir da compreensão de que a igualdade é processo dinâmico, por isso a igualação, porque a igualdade é estática, é garantia daquele que já se igualou. E a igualação é um processo dinâmico de fazer com que aqueles que não adquiriram ainda uma condição de poder ter igualdade de oportunidades para ser igualmente livres possam vir a adquirir essas condições, daí as políticas chamadas de compensatórias [ministra Cármen Lúcia]⁶⁵.

A Constituição [...] não se contentou com proibir o preconceito. Foi muito além. A Constituição entendeu que uma política punitiva, repressiva, sancionatória, vedatória do racismo era necessária, mas não suficiente. Era preciso promover os nossos irmãos negros que historicamente acumularam desvantagens, perseguições humilhantes e ignominiosas [ministro Ayres Brito]⁶⁶.

A questão do mérito pessoal [...] ignora a força dos obstáculos. Historicamente opostos aos esforços dos grupos marginalizados e cuja superação não depende das vítimas da marginalização, senão de terceiros. [...] O mérito é, sim, um critério justo ou o mais justo, mas, no caso, é justo apenas em relação aos candidatos que tiveram oportunidades idênticas ou, pelo menos, assemelhadas de preparação. Não é possível, então, usar esse mesmo critério também para aqueles que no seu passado não tiveram iguais condições objetivas de suportar agora julgamento por esse critério a título de justiça [ministro Cezar Peluso]⁶⁷.

Pode-se dizer, sem receio de equívoco, que se passou de uma igualização estática, meramente negativa, no que se proibia a discriminação, para uma igualização eficaz, dinâmica, já que os verbos “construir”, “garantir”, “erradicar” e “promover” implicam mudança de ótica ao denotar “ação”. Não basta não discriminar. É preciso viabilizar – e a Carta da República oferece base para fazê-lo – as mesmas oportunidades. Há de ter-se como página virada o sistema simplesmente principiológico. A postura deve ser, acima de tudo, afirmativa [ministro Marco Aurélio Mello]⁶⁸.

64 BRASIL, 2012, op. cit., p. 163.

65 Ibidem, p. 132.

66 Ibidem, p. 228.

67 Ibidem, p. 162.

68 Ibidem, p. 213.

A discriminação e o preconceito existentes na sociedade não têm origem em supostas diferenças no genótipo humano. Baseiam-se, ao revés, em elementos fenotípicos de indivíduos e grupos sociais. São esses traços objetivamente identificáveis que informam e alimentam as práticas insidiosas de hierarquização racial ainda existentes no Brasil. Nesse cenário, o critério adotado pela UnB busca simplesmente incluir aqueles que, pelo seu fenótipo, acabam marginalizados. Diante disso, não vislumbro qualquer inconstitucionalidade na utilização de caracteres físicos e visíveis para definição dos indivíduos afrodescendentes [ministro Luiz Fux]⁶⁹.

Mas, por ser uma igualdade formal, com idêntico tratamento em normas gerais e abstratas, trata-se de igualdade presumida, enquanto desconsidera processos sociais concretos de formação de desigualdades. Identificadas essas desigualdades concretas, a presunção de igualdade deixa de ser benéfica e passa a ser um fardo, fardo porque impede que se percebam as necessidades concretas de grupos que, por não terem as mesmas oportunidades, ficam impossibilitados de galgar os mesmos espaços daqueles que desfrutam de condições sociais mais favoráveis. E, *sem igualdade mínima de oportunidades, não há igualdade de liberdade*. Inegavelmente, as possibilidades de ação, de escolhas de vida, de visões de mundo, de chances econômicas, as manifestações individuais ou coletivas específicas são muito mais restritas para aqueles que, sob a presunção da igualdade, não têm consideradas as suas condições particulares. Necessária se faz, então, a intervenção do Estado, que tem ocorrido em especial por meio das chamadas ações afirmativas. É preciso adentrar no mundo das relações sociais e corrigir a desigualdade concreta para que a igualdade formal volte a ter seu papel benéfico [ministra Rosa Weber]⁷⁰.

Como é de conhecimento geral, o reduzido número de negros e pardos que exercem cargos ou funções de relevo em nossa sociedade, seja na esfera pública, seja na privada, resulta da discriminação histórica que as sucessivas gerações de pessoas pertencentes a esses grupos têm sofrido, ainda que na maior parte das vezes de forma camuflada ou implícita. Os programas de ação afirmativa em sociedades em que isso ocorre, entre as quais a nossa, são uma forma de compensar essa discriminação, culturalmente arraigada, não raro, praticada de forma inconsciente e à sombra de um Estado complacente [ministro Ricardo Lewandowski]⁷¹.

Senhor presidente, eu, efetivamente, não tenho nada mais a acrescentar ao exaustivo e excelente voto do Ministro Lewandowski, que, a meu ver, esgotou completamente o tema. O voto de Sua Excelência não só é convincente, mas é abrangente e inteiramente em sintonia com o que há de mais moderno na literatura sobre o tema [ministro Joaquim Barbosa]⁷².

69 Ibidem, p. 119.

70 Ibidem, p. 125.

71 Ibidem, p. 66-67.

72 Ibidem, p. 154.

A decisão do STF não põe fim ao racismo, ao preconceito e à discriminação, mas significa que, em termos de orientação das políticas públicas implementadas pelo Estado brasileiro, por suas instituições e seus agentes, inclusive a educação, a escola e o ensino da história, a determinação é no sentido de adotar as ações afirmativas como meio para buscar a desejada igualdade. Doravante, a pesquisa acadêmica deveria se ocupar de aferir se, a médio e longo prazos, essas ações afirmativas realmente contribuem para a superação das condições que historicamente colocaram o povo negro em situação de marginalização social e o que essa superação poderia significar em termos de consolidação de um país mais igualitário, mais justo e mais solidário.

SOBRE OS AUTORES

ROBERTO DA SILVA é professor livre-docente do Departamento de Administração Escolar e Economia da Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FE/USP).
E-mail: kalil@usp.br

JULIANO DA SILVA TOBIAS é mestre em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo e professor de Educação Infantil e Ensino Fundamental I da Prefeitura do Município de São Paulo.
E-mail: julitobias@usp.br

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, Thales. Classes sociais e grupos de prestígio. In: _____. *Cultura e situação racial no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1956, p. 30-43.
- _____. Uma sociedade multirracial de classes. In: _____. *As elites de cor: um estudo de ascensão social*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955, p. 70-78.
- BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. *Branços e negros em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade brasileira*. São Paulo: Global, 2008.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP n. 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- _____. *Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana*. Brasília: Ministério da Educação – MEC, 2004.
- _____. Supremo Tribunal Federal. Inteiro Teor do Acórdão da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) n. 186. Brasília, 26 de abril de 2012, 233 p.

- CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FERNANDES, Florestan. Heteronomia racial na sociedade de classes. In: _____. *A integração do negro na sociedade de classes*. Volume I - O legado da raça branca. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965, p. 211-261.
- _____. Cor e estrutura social em mudança. In: BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. *Branços e negros em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade brasileira*. São Paulo: Global, 2008, p. 91-154.
- FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2006.
- _____. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2000.
- FRY, Peter. *A persistência da raça: ensaios antropológicos sobre o Brasil e a África austral*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- GRAHAM, Richard. Brazilian slavery re-examined: a review article. *Journal of social history*, v. 3, n. 4, Summer, 1970, p. 431-453.
- GUIMARÃES, A. S. A. *Racismo e antirracismo no Brasil*. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- HARRIS, Marvin. Class and race. In: _____. *Town and country in Brazil*. New York: Columbia University Press, 1956, p. 96-146.
- HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Luperj, 2005.
- IANNI, Octavio. O negro e o mulato. In: _____. *As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil Meridional*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1962, p. 236-268.
- MAGGIE, Yvonne; FRY, Peter. A reserva de vagas para negros nas universidades brasileiras. *Estudos avançados*, v. 18, n. 50, 2004, p. 67-80.
- MÊTRAUX, Alfred. Unesco and the racial problem. *International Social Science Bulletin*, v. II, n. 3, 1950, p. 384.
- NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem (sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil). In: _____. *Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985, p. 67-93.
- ORTIZ, Renato. Da raça à cultura: a mestiçagem e o nacional. In: _____. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 37-44.
- PARK, Robert E. Introdução à primeira edição norte-americana. In: PIERSON, Donald. *Branços e pretos na Bahia (estudo de contato racial)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971, p. 79-86.
- PIERSON, Donald. Branços e pretos na Bahia. In: _____. *Branços e pretos na Bahia (estudo de contato racial)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971, p. 345-371.
- PINTO, Luis Aguiar Costa. *O negro no Rio de Janeiro: relações de raças numa sociedade em mudança*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1953.
- SANSONE, Lívio. *Negritude sem etnicidade*. Salvador: Editora da UFBA, 2003.
- SILVÉRIO, Valter Roberto. Ação afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil. *Cadernos de pesquisa*, n. 117, 2002, p. 219-246.
- SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- VALLE SILVA, Nelson do. Diferenças raciais de rendimentos. In: HASENBALG, Carlos; VALLE SILVA, Nelson do; LIMA, Márcia. *Cor e estratificação social*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999, p. 184-216.

O Bolsa Família e a tradução regional da questão social

[*The Bolsa Família Program and the regional translation of social question*]

Tadeu Alencar Arrais¹

Artigo vinculado ao projeto *Transferência de renda direta e economia urbana: análise dos impactos da Aposentaria Rural e do Programa Bolsa Família nos municípios goianos* (CNPq, 2015-2018).

RESUMO • O Programa Bolsa Família é uma resposta do Estado brasileiro ao problema da pobreza. Enquadra-se no espectro mais amplo da questão social. Os dados temporais são inequívocos quanto ao perfil regional das famílias beneficiadas. Argumentamos que esse perfil regional não é resultado de decisão governamental, mas de uma arquitetura do desenvolvimento dual do território brasileiro, ancorado em uma ideia de modernização regional que transformou a questão regional em uma das dimensões mais visíveis da questão social. O combate à pobreza, no entanto, não pode ser reduzido ao recorte regional, e a capilaridade do Bolsa Família no território nacional é prova incontestada dessa premissa. • **PALAVRAS-CHAVE** • Bolsa Família; dualidade; questão regional; questão social. • **ABSTRACT** • The Bolsa Família

Program is an answer of the Brazilian state for the problem of poverty. We can include it in the most broad spectrum of the social question. The temporal data are unmistakable in which concerns to the regional profile of the benefited families. We argue this regional profile is not result from the government decision, but by an architecture of dual development of the Brazilian territory, based in an idea of regional modernization which transformed the regional question in one of the most visible dimensions of the social question. The fight against poverty, however, can not be reduced to the regional scope, and the capillarity of the Bolsa Família program in the national territory is proof of this premise. • **KEYWORDS** • Bolsa Família Program; duality; regional question; social question.

Recebido em 13 de agosto de 2016

Aprovado em 8 de dezembro de 2016

ARRAIS, Tadeu Alencar. O Bolsa Família e a tradução regional da questão social. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 65, p. 200-226, dez. 2016.

DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.voi65p200-226>

¹ Universidade Federal de Goiás (UFG, Goiânia, GO, Brasil).

“Que Deus o proteja!” Esta expressão tão popular nos séculos de crença religiosa expressava o sentimento então compartilhado por toda a comunidade de que, para que a criatura humana estivesse verdadeiramente protegida contra todas as contingências da existência, era necessário que uma Onipotência tutelar a tomasse integralmente em suas mãos. Na falta desse fundamento absoluto da seguridade, agora cabe ao homem social a difícil tarefa de por si construir suas proteções².

O Programa Bolsa Família, implementado pelo governo federal no ano de 2003, é caracterizado, de forma geral, pela universalidade, o que significa que qualquer cidadão que se enquadre nas chamadas condicionalidades terá a possibilidade de aderir ao programa. Os dados evolutivos dos benefícios apontam um inequívoco perfil regional das famílias beneficiadas, com presença destacada no Nordeste brasileiro. Trata-se, antes de uma opção eleitoral, de atender demandas ligadas ao histórico processo de integração regional brasileiro. Esse perfil regional é resultado da histórica arquitetura do desenvolvimento dual brasileiro, ancorado em uma ideia de modernização regional seletiva que transformou a questão regional em uma dimensão, possível de ser cartografada, da questão social brasileira. A dualidade, manifestada espacialmente pelos diversos graus de modernização do território e, socialmente, pelo acesso diferencial aos bens e serviços ofertados pelo Estado, foi marca histórica da paisagem social brasileira, fato fartamente registrado pela literatura acadêmica. Dito de outro modo, a pobreza brasileira ainda guarda uma epiderme regional, apesar dos avanços em sua redução registrados ao longo do último quartel do século XX. O Programa Bolsa Família, portanto, é compreendido a partir do mais amplo aspecto da questão social e, ao mesmo tempo, como uma política governamental que tenciona reduzir a pobreza. Essas duas características trazem implicações no discurso sobre a dualidade social e regional brasileira. Esse debate, como argumentamos, deve ser encarado a partir da histórica capitalização diferencial das regiões brasileiras pelo Estado.

2 CASTEL, Robert. *La inseguridad social. ¿Qué estar protegido?*. Buenos Aires: Manantial, 2015, p. 113 (tradução nossa).

DUAS TRADIÇÕES DO TERRITÓRIO HERDADO

Há duas narrativas comuns sobre o território brasileiro que se fundem, de certo modo, em uma narrativa espacial de síntese. A primeira refere-se à dualidade do desenvolvimento e responde pela questão social. A segunda guarda relação com a tradução regional dessas dualidades e responde pela questão regional.

A dualidade, historicamente, funcionou como uma metáfora explicativa da sociedade brasileira. Rangel³ interpretou essa dualidade na perspectiva dos “modos de produção”, articulados entre *polos internos* e *polos externos*. Cada um dos polos é, igualmente, duplicado, o que oferece um retrato dinâmico da integração interna (nacional) que, por sua vez, responde aos determinantes da integração externa (internacional). Em cada dualidade reconhecemos a permeabilidade entre a economia e a política, razão por que, não por acaso, o escravismo encontra conforto na fazenda tradicional e no consequente poder oligárquico. A dualidade também despertou a atenção do sociólogo francês Jacques Lambert. O autor assume a ideia de que existem dois níveis diferenciais em uma nação, aparentemente, unitária. O primeiro nível, segundo Lambert⁴, apresentava uma “natureza arcaica”, comprovada pela presença de condições de vida miseráveis. O segundo nível apresentava uma “natureza moderna”, cuja característica determinante era a velocidade na melhoria das condições de vida. O primeiro Brasil, arcaico, é demarcado pela pausa e pelo imobilismo do agrarismo. O segundo Brasil, moderno, é demarcado pela velocidade própria do mundo industrial que se insinuava em algumas parcelas do país, notadamente em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Mas que Brasil era aquele de Jacques Lambert?

Aquele era, ainda, um país com marcas do período colonial. Um país cuja urbanização litorânea conviveu, de forma esparsa, com o povoamento interiorano, resultado da expansão da pecuária, de modo sistemático, e, de modo pontual, com o povoamento que remontava à mineração dos séculos XVII e XVIII. Não é demais lembrar que Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Tocantins foram povoados na lógica pontual da mineração. O Brasil que rompe o século XIX e inaugura o século XX, ainda na tenra idade republicana, é um Brasil rural, mas que passa a conviver, desde então, com áreas urbanas cada vez mais dinâmicas que drenam, em variadas escalas, os excedentes produzidos no campo. Não deixa de impressionar que, em 1920, o município de São Paulo abrigasse 579.033 pessoas, passando para 1.326.261 habitantes em 1940⁵.

O Brasil dual de Jacques Lambert é menos constrangedor que o retrato espacial da *Geografia da fome* de Josué de Castro⁶. O mapa da fome de Josué de Castro não é, propriamente, dual, muito embora os traços da regionalidade da *fome endêmica* e das *epidemias de fome* sejam inequívocos. As áreas de *subnutrição* predominam no que podemos, *grosso modo*, chamar de Centro-Sul brasileiro. As carências alimentares

3 RANGEL, I. A história da dualidade brasileira. *Revista de economia política*, v. 1(4), out.-dez. 1981.

4 LAMBERT, Jacques. *Os dois Brasis*. 10. ed. São Paulo: Nacional, 1978.

5 BRASIL. *Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920: população*. Rio de Janeiro, 1926; BRASIL. *Recenseamento geral do Brasil 1950*. Rio de Janeiro: IBGE, 1950.

6 CASTRO, Josué. *Geografia da fome*. 11. ed. Rio de Janeiro: Gryp, 1992. [1. ed., 1946].

(vitaminas, proteínas, iodo, cloreto de sódio, anemias) espalham-se pelo país, conformando uma imagem perturbadora, que só encontrou paralelo na arte de Cândido Portinari. Não é coincidência que a conhecida tela a óleo do artista, *Os retirantes*, data do ano de 1944, um pouco antes, portanto, de a *Geografia da fome* ser apresentada ao público.

A década de 1950 inaugura uma espécie de auge do discurso da integração nacional. Um país com 51.944.397 habitantes, com a maioria vivendo no campo e com 50,5% de analfabetos⁷, o que dá a ideia de que o desafio da integração não era, como se supôs, apenas territorial, mas também social. Não é por acaso que nesse período emergem os ideários da reforma agrária e da reforma urbana.

A integração pressupôs a presença do Estado na dotação de infraestrutura (ferrovias, estradas, energia, sistemas de estocagem etc.), o que permitiu a ampliação das trocas regionais, por um lado, e a drenagem de renda, por meio das trocas inter-regionais desiguais, por outro lado. Para isso já havia colaborado o fim dos impostos de exportação entre os estados, como expresso na Constituição de 1934⁸. O capital precisava circular sem barreiras jurídicas.

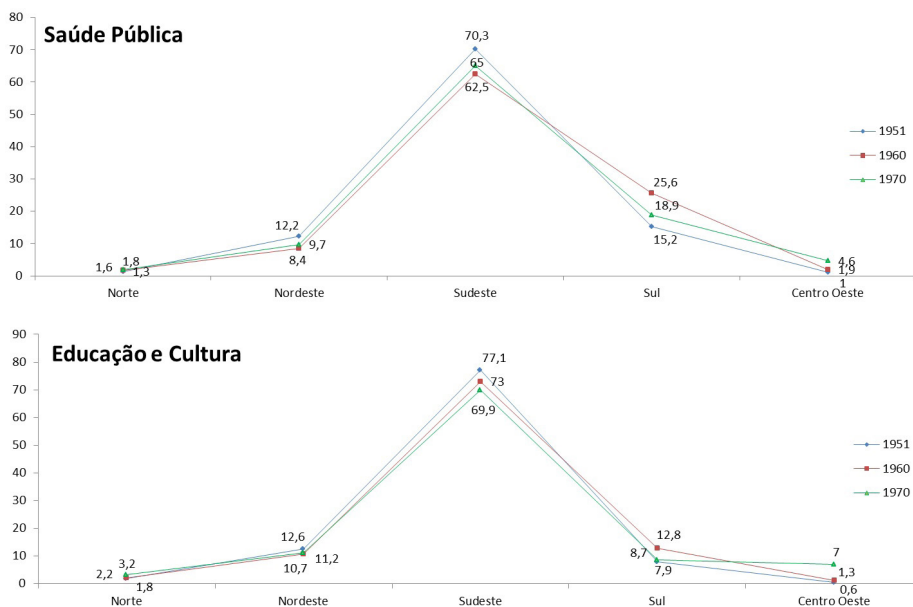


Figura 1 – Percentual de gasto público regional brasileiro em relação ao gasto público total do governo federal, em períodos selecionados. Fonte: elaboração do autor a partir de planilhas anexadas em artigo de MAIMON, Dália; GEIGER, P. Pinchass; BAER, Werner, 1977

7 BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. *Censo demográfico de 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

8 BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil-1934*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm>. Acesso em: 20 jun. 2016.

O esforço de integração nacional resultou na progressiva unificação do “mercado” de consumo e do mercado de mão de obra. O Sudeste, que havia emergido como região industrial, aparece como matriz positiva da dualidade brasileira. O Centro-Oeste ligou-se ao Sudeste por intermédio da modernização da agricultura, via consumo de maquinário e insumos agrícolas, e ao Nordeste, via migração inter-regional, especialmente para a edificação de Brasília. O investimento na integração territorial não resultou da mão invisível do mercado, agindo em uma planície isotrópica. Maimon, Geiger e Baer⁹ expuseram as diferenças regionais nos padrões de investimento e gastos do Estado entre 1951 e 1970. Do total do gasto do Plano Salte, 78% destinaram-se ao Sudeste. O I PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) e o II PND destinaram para o Sudeste 56,99% e 58,88% dos gastos, respectivamente. Considerando os gastos públicos na *saúde* e na *educação e cultura*, os picos de investimentos se concentram no Sudeste, prova incontestada da capitalização dessa região pelo Estado, ação que aumentou as assimetrias regionais, especialmente em relação ao Nordeste, segunda região mais populosa.

Pouco mais de uma década após Josué de Castro publicar *Geografia da fome*¹⁰, a questão nordestina aparece de forma sistematizada na agenda de atuação do governo federal, por meio do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste¹¹. O GTDN institucionalizou, com base na racionalidade do planejamento regional, a dualidade do território brasileiro. A Sudene, herança do GTDN, funda uma espécie de *visão racional*, porque pautada em estudos técnicos, uma *visão política*, dada a ambição de intervenção do Estado brasileiro, e, principalmente, uma *visão social*, difundida por Celso Furtado. O Nordeste tornou-se o *core* da questão regional, como explicitado por Oliveira¹², e compôs, ao lado do Sudeste brasileiro, a liturgia da dualidade brasileira. A interpretação do Brasil dual encontrou, na metáfora utilizada por Francisco de Oliveira, uma explicação de como convivemos com a dualidade, representada pela figura do ornitorrinco. Um país cuja desigualdade é portadora de diferentes modernizações. Uma simbiose entre o que já adjetivamos de atraso e moderno. Assim se expressa Oliveira:

Como é o ornitorrinco? Altamente urbanizado, pouca força de trabalho e população no campo, *dundque* nenhum resíduo pré-capitalista; ao contrário, um forte *agrobusiness*. Um setor industrial da Segunda Revolução Industrial completo, avançado, tatibitate, pela Terceira Revolução, a molecular-digital ou informática¹³.

9 MAINON, Dália; GEIGER, P. Pinchas; BAER, Werner. O impacto regional das políticas econômicas no Brasil. *Revista brasileira de geografia*, Rio de Janeiro, ano 39, n. 3, 1977.

10 CASTRO, Josué, op. cit.

11 GTDN – Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste. *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1959.

12 OLIVEIRA, Francisco de. A questão regional: a hegemonia inacabada. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 7(18), 1993.

13 Idem. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003, p. 133.

A narrativa da dualidade ocorreu em outras escalas. Milton Santos¹⁴ acentuou a convivência, na economia urbana, entre setores modernos, adjetivados de “circuito superior”, e setores não modernos, adjetivados de “circuito inferior”. No centro da leitura, mesmo na escala urbana, residia uma crítica relacionada à positividade do conceito de modernização. Foi a noção de positividade da modernização, associada às questões da conjuntura econômica da década de 1990, que sepultou a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), resultando na criação, por intermédio da Medida Provisória n. 2.146, de 4 de maio de 2001¹⁵, da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene). Uma agência, a julgar pela letra da lei, limitada ao ordenamento de incentivos fiscais por intermédio do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE). Se, no liberalismo, os indivíduos são responsáveis por seu destino, a mesma premissa serviria para as regiões. No mundo global, que assiste, em tese, à erosão dos estados nacionais, as corporações aparecem como ordenadoras das regiões que passam a responder por um projeto global de competitividade. A política regional, no início da década de 1990, perdeu substância para a retórica da internacionalização via Eixos Nacionais de Desenvolvimento, em trajetória analisada por Araújo¹⁶.

O Brasil do início dos anos 2000 é tão distinto daquele da década de 1950 quanto o são os mecanismos metodológicos de mensuração dos graus de desenvolvimento. A análise da figura 2 conduz para duas questões. A primeira delas é a velocidade das mudanças. Em 1991, 85,8% dos municípios brasileiros encontravam-se no intervalo denominado de *faixa de baixo de desenvolvimento municipal*, percentual reduzido para 41,8% em 2000 e 0,6% em 2010¹⁷. A *faixa média de desenvolvimento municipal*, em 2010, predominava, abrangendo 40,1% dos municípios brasileiros, o que é bastante superior

14 SANTOS, M. *O espaço dividido*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

15 BRASIL. Medida Provisória n. 2.146-I, de 4/5/2001. Cria as Agências Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste, extingue a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – Sudam e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/2146-I.htm>. Acesso em: 18 maio 2016.

16 ARAÚJO, T. Bacelar de. *Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro*. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

17 Existem outros modos de mensurar o grau de desenvolvimento de um recorte geográfico determinado. Utilizamos o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) como referência, uma vez que o estudo abrange o território nacional e, a partir dos mapas, é possível estabelecer padrões comparativos. O IDHM, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2010), “Populariza a ideia de que desenvolvimento não se resume à perspectiva do crescimento econômico, mas sim facilita a comparação entre localidades, conduz a um diálogo mais informado na discussão de políticas e estimula a busca de melhores desempenhos socioeconômicos entre os municípios e regiões metropolitanas brasileiras. O índice não abrange todos os aspectos de desenvolvimento humano e não é uma representação da ‘felicidade’ das pessoas, nem indica ‘o melhor lugar no mundo para se viver’, mas sintetiza três das mais importantes dimensões do desenvolvimento humano. Amplia e fomenta o debate, instrumentalizando a sociedade sobre o estado da qualidade de vida nas unidades federativas, municípios, regiões metropolitanas e UDHs brasileiras, estimulando a concertação de atores de forma a protagonizar atividades e políticas inovadoras para a superação dos desafios locais rumo ao desenvolvimento humano”. PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *Atlas do desenvolvimento municipal (2010)*. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em: 15 maio 2016.

ao 0,8% registrado na mesma faixa de desenvolvimento em 1991. Em dezenove anos o mapa do desenvolvimento municipal mudou completamente suas feições. A segunda questão é que persiste um perfil regional dos níveis de desenvolvimento municipal. No Nordeste registra-se, ainda, uma considerável presença da *faixa de baixo desenvolvimento municipal*, seguido da faixa de *médio grau de desenvolvimento municipal*. Não havia registro, em 2010, no Norte e Nordeste, de municípios na *faixa de muito alto grau de desenvolvimento municipal*. No Centro-Oeste, apenas o Distrito Federal situou-se nessa faixa.

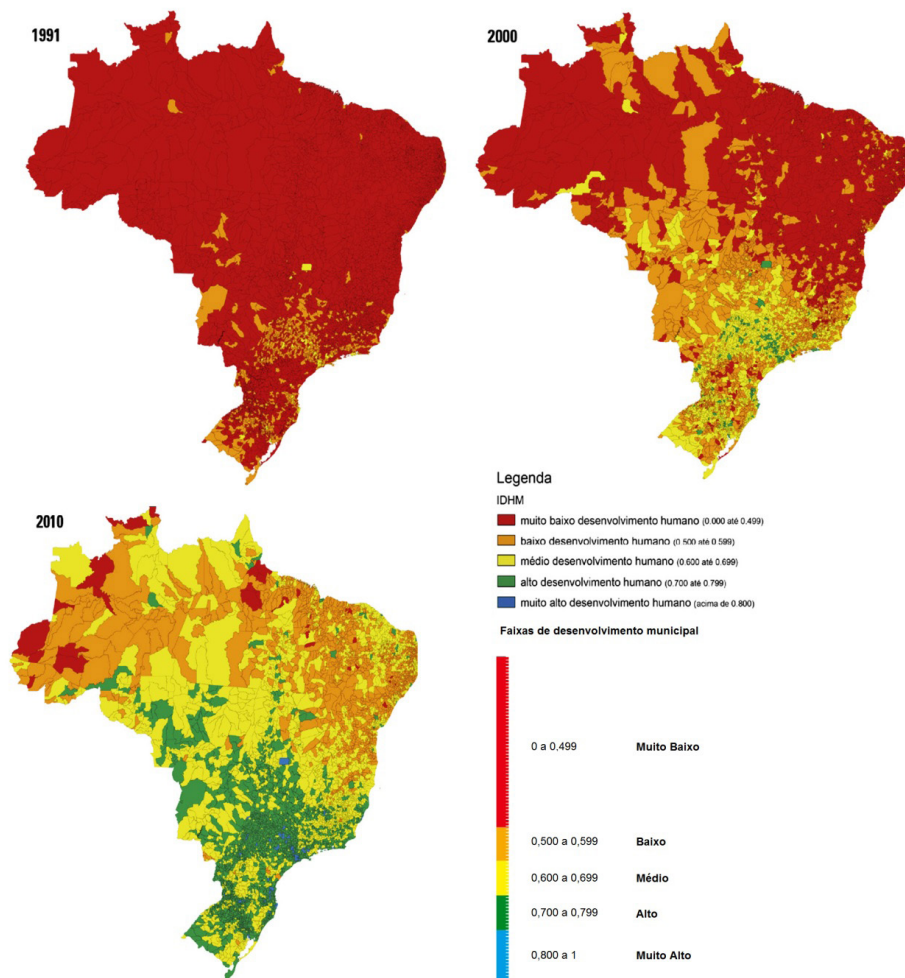


Figura 2 – Evolução das faixas de desenvolvimento municipal, Brasil. Fonte: PNUD, 2010

Estudo desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), intitulado “A década inclusiva (2001-2011)”¹⁸, corrobora as mudanças expressas na cartografia do desenvolvimento municipal. De acordo com o estudo, o Nordeste cresceu mais que São Paulo, a renda rural aumentou mais que a renda urbana e os grupos formados por pretos e pardos foram mais beneficiados com os acréscimos relativos de renda que os brancos. As razões para esses avanços relacionam-se ao aumento do salário mínimo e ao controle inflacionário. Entre 2004 e 2015, apenas no último ano (2015) a inflação registrada foi maior que o reajuste do salário mínimo. O reajuste acumulado do salário mínimo no período atingiu 125,45%, contra 72,34% de inflação acumulada¹⁹. Não é sem motivo que, entre as causas da equidade, a pesquisa do Ipea assinala a contribuição da renda proveniente do trabalho (58%), da Previdência (19%), do Bolsa Família (13%) e do Benefício de Prestação Continuada (4%). A título de comparativo, no ano de 2015, o desembolso com a Aposentadoria Rural atingiu R\$ 86.149.871.890,00²⁰, contemplando 9.346.364 pessoas. No mesmo ano, o desembolso para o Bolsa Família atingiu R\$ 25.378.505.000,00, contemplando 13.782.217 famílias. A redução da desigualdade entre 2001 e 2011, manifestada pela diminuição da pobreza, estimulou o debate nacional sobre a questão social. Nesse sentido, nenhum programa governamental contemporâneo recebeu tanta atenção na esfera política, econômica e acadêmica quanto o Bolsa Família.

O BOLSA FAMÍLIA E A QUESTÃO SOCIAL

O retrato espacial herdado da década de 2000 pode ser interpretado de várias maneiras. Admitimos certo encaixe entre os arranjos regionais, representados pelas regiões, e a centralidade da questão social, representada pelas discussões sobre a função do Estado na condução das políticas sociais. É nesse momento que emerge, como uma variante da questão social, o programa Bolsa Família. Mas o que caracteriza uma questão social? Robert Castel, em *As metamorfoses da questão social*, elabora uma espécie de genealogia da questão social.

18 IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. A década inclusiva (2001-2011): desigualdade, pobreza e políticas de renda. *Comunicados do Ipea*, Brasília, n. 155, 25 de setembro de 2012.

19 BCB – Banco Central do Brasil. Histórico de metas para a inflação no Brasil. 2016. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/Pec/metas/TabelaMetaseResultados.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2016; MTPS – Ministério do Trabalho. Evolução do salário mínimo – Legislação – 1960-2016. 2016. Disponível em: <<http://www.mtps.gov.br/salario-minimo/evolucao-salario-minimo>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

20 MTPS – Ministério do Trabalho. Arrecadação e benefícios emitidos pela Previdência Social nos municípios brasileiros, 2015. Brasília: MTPS, 2015. Disponível em: <<http://www.mtps.gov.br/dados-abertos/dados-da-previdencia/previdencia-social-e-inss/previdencia-estatistica-por-municipio/estatisticas-municipais-2014>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

A “questão social” é uma aporia fundamental sobre a qual uma sociedade experimenta o enigma de sua coesão e tenta conjurar o risco de sua fratura. É um desafio que interroga, põe em questão a capacidade de uma sociedade (o que, em termos políticos, se chama uma nação) para existir como um conjunto ligado por relações de interdependência²¹.

A questão social apresenta, ao mesmo tempo, uma dimensão abstrata, derivada do legítimo questionamento da sociedade sobre a participação dos diferentes grupos sociais na construção da nação, e uma dimensão concreta, resultado da forma como o Estado nacional insere as demandas sociais em sua agenda de atuação. A questão social, portanto, liga-se ao Estado social, aparelho centralizador das redes de proteção social. Parece estar claro que, desde o anúncio da modernidade, ainda no século XIX, o Estado implementou redes de proteção em resposta, por exemplo, ao pauperismo ou mesmo às precárias condições de trabalho na Europa central. Castel²² centra energias no universo europeu e, especialmente, na questão do trabalho. Wanderley²³ (2015) recorda que, no caso da América Latina, com determinantes históricos, econômicos e culturais distintos, outros temas, como a questão indígena, a inclusão dos negros e mulheres e mesmo a inserção dos trabalhadores rurais na agenda de preocupações do Estado, constituíram temas fundamentais para a questão social. O paralelismo com o debate europeu se localiza na questão da coesão social, que, em determinadas circunstâncias históricas, se manifestou naquele continente a partir da inclusão via trabalho assalariado, processo que se apresentou de forma mais tardia no Brasil.

No percurso de sua agenda de atuação no território, o Estado não aparece como uma unidade autônoma em relação ao mercado, daí o fato de as diferentes concepções de Estado repercutirem, historicamente, na questão social. Harvey²⁴, ao se referir às políticas sociais no neoliberalismo, classifica-as de “redistribuição via Estado”. A questão de fundo, como enfatiza Harvey, reside na compreensão do conceito e da forma de ação do Estado na sociedade capitalista. É ingenuidade supor, como alertou Offe²⁵, que a “acumulação capitalista” prescindia da presença do Estado, pois sua eliminação da arena política causaria mais problemas que soluções. As concepções liberais, como aquelas divulgadas por Hayek²⁶, no conhecido *O caminho da servidão*, camuflam, em nome da liberdade, o fato de as ações do Estado serem funcionais para o mercado. Moraes e Silva²⁷ alegam que, mesmo na chamada “pátria do mercado”,

21 CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social*. Petrópolis, 2015, p. 30.

22 Idem. *La inseguridad social*. ¿Qué estar protegido?, op. cit.

23 WANDERLEY, L. Eduardo W. A questão social no contexto da globalização: o caso latino-americano e o caribenho. In: CASTEL, Robert; WANDERLEY, Luiz Eduardo W.; BELFIORE-WANDERLEY, Mariangela. *Desigualdade e a questão social*. 4. ed. São Paulo: Educ, 2015.

24 HARVEY, David. *O neoliberalismo*. São Paulo: Loyola, 2008.

25 OFFE, Clauss. *Trabalho e sociedade*. V. 2. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991.

26 HAYEK, F. August. *O caminho da servidão*. 5. ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

27 MORAES, R. Carmelo Correa; Silva, M. de Paula e. *O peso do Estado na pátria do mercado*. São Paulo: Ed. Unesp, 2014.

os Estados Unidos da América, o papel do Estado foi decisivo na distribuição da infraestrutura e regulação dos mercados, fundamentalmente durante o século XIX e os primeiros quartéis do século XX. Nem mesmo Milton Friedman²⁸ conseguiu ocultar a atuação do Estado na economia americana, daí reproduzir um repertório de reclamações sobre os subsídios para a agricultura, a regulação da indústria, os programas de seguridade, a educação pública, o salário mínimo etc. Não é por ironia que Polanyi²⁹ diz que existe um conteúdo utópico no liberalismo.

Na Europa, especialmente após os Gloriosos Trinta, o debate sobre o papel do Estado social ganhou centralidade, uma vez que o acelerado crescimento do pós-guerra, expresso nos baixos níveis de desemprego e na universalização dos serviços públicos, entrara em declínio. A universalização dos serviços públicos e os direitos sociais foram colocados em xeque. No entanto, a universalização dos serviços públicos não resume as diferentes redes de proteção social. Os chamados Programas de Transferências de Renda são um exemplo. Na América Latina, como indicado em pesquisa de Silva³⁰, programas dessa natureza são registrados em diferentes países, a exemplo de Honduras (1990), Colômbia (2000), México (2000), Chile (2000) e mais recentemente Guatemala (2012).

No Brasil contemporâneo, o marco formal da assistência social foi a Lei Orgânica de Assistência Social (Loas), publicada em 7/12/1993.

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas³¹.

A relação entre direito e dever deve ser compreendida a partir da função dos atores na arena política. A centralidade de uma assistência social não contributiva e sem condicionalidades se expressa na proteção social, de forma abstrata, e de forma concreta, por exemplo, na garantia de *1 salário mínimo de benefício mensal às pessoas deficientes ou mesmo a idosos* que não possuem meios para prover as demandas diárias. É o que se chama de Benefício de Prestação Continuada. A Loas, associada às mudanças na seguridade social referendadas na Constituição de 1988³², que previu aposentadoria não contributiva para *pequenos produtores, parceiros, meeiros, arrendatários rurais, garimpeiros, pescadores artesanais*, ampliou sobremaneira a rede de proteção social. Kersternetzky³³ lembra que a partir de 1988, no ambiente da nova

28 FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e liberdade*. Rio de Janeiro: Artenova, 1977.

29 POLANYI, K. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

30 SILVA, Maria O. da Silva. *Programas de transferência de renda na América Latina e Caribe*. São Paulo: Cortez, 2014.

31 BRASIL. Lei n. 8.742, de 7/12/1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm>. Acesso em: 16 maio 2016.

32 BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil 1988*. São Paulo: Saraiva, 1991.

33 KERSTENETZKY, Celia Lessa. *O Estado do Bem-Estar Social na idade da razão*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012

Constituição Federal, ocorreu uma expansão dos direitos sociais, acompanhada de novas formas de financiamento público. Segundo a autora:

De fato, as políticas sociais são imediatamente afetadas pelas prescrições constitucionais no campo da seguridade social, que passa a abranger a previdência, a assistência social e a saúde. Incluem-se entre as medidas mais importantes a criação do seguro-desemprego, a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), a aplicação de novas regras universalizantes da Previdência Rural e a regulamentação da assistência social “cidadã” – o reconhecimento, enfim, da responsabilidade pública por vários riscos sociais, antigos e novos, e pela “promoção, proteção e recuperação da saúde”³⁴.

No início da década de 1990, o senador Eduardo Suplicy protagonizou debates no Senado Federal durante a tramitação do projeto de lei denominado *Programa de Garantia de Renda Mínima*³⁵. Suplicy cita, com frequência, paralelos com o Imposto de Renda Negativo. Resumidamente, esse imposto consistiria em estabelecer um teto de renda mínima, abaixo do qual haveria, por parte do Estado, uma complementação de renda monetária. Friedman explora essa ideia, opinando que esse imposto seria mais funcional para o mercado do que os vastos e dispersos programas de assistência social: “É de ordem geral e pode substituir o grande conjunto de medidas atualmente existente”³⁶. O Imposto de Renda Negativo, a despeito do entusiasmo de Suplicy por Friedman, não existiria a partir do Estado Social, mas sim da erosão daquilo que ele tem de essencial, que são as redes de proteção social e a oferta de serviços públicos. É preciso considerar, teoricamente, que a adoção de um Imposto de Renda Negativo para financiar transferências de renda, por exemplo, não deveria eliminar o investimento estatal em serviços ligados a saúde e educação e, de forma mais ampla, o investimento em assistência social.

É nesse contexto político geral, envolvendo uma concepção geral de Estado pós-Constituição de 1988, que surge o Bolsa Família, em 2003. A mudança no período de democratização foi significativa, envolvendo, do ponto de vista político, uma espécie de pacto de solidariedade e, do ponto de vista econômico, a afirmação da função redistributiva do Estado. No contexto particular, caracterizou-se pela emergência de um governo que assume a questão social como central em sua agenda política.

Dez meses após assumir a Presidência da República, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou o Programa Bolsa Família³⁷, unificando os programas Bolsa Escola, Programa Nacional de Acesso à Alimentação (PNAA), Bolsa Alimentação e Programa Auxílio-Gás. Classificado como *transferência de renda com condicionalidades*, prevê *benefícios básicos* e *benefícios variáveis*, diferenciados pela situação de *extrema*

34 Ibidem, p. 217.

35 SUPLICY, E. *Programa de Garantia de Renda Mínima*. Brasília: Senado Federal, 1992.

36 FRIEDMAN, Milton, op. cit., p. 162.

37 BRASIL. Medida Provisória n. 132, de 20/10/2003. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/Antigas_2003/132.htm>. Acesso em: 25 maio 2016.

pobreza e pobreza. Isso significa que as transferências são focalizadas com base em uma definição instrumental de pobreza.

| Benefício | Destinação | | Valor mensal (R\$) | | Unidade | Limite de renda per capita familiar (R\$) | |
|-----------------|---------------------------|---|--------------------|-------|--------------|---|--------|
| | | | 2004 | 2015 | | 2004 | 2015 |
| Básico | Extrema pobreza | | 50,00 | 77,00 | Família | 50,00 | 154,00 |
| Variável | Pobreza e extrema pobreza | Gestantes, nutrízes, crianças de 0 a 12 anos e adolescentes até 15 anos | 15* | 35* | Beneficiário | 100,00 | 77,00 |

Tabela 1 – Valores nominais dos benefícios básicos e variáveis de 2004 e 2015. Fonte: elaboração do autor com base em BRASIL, 2003, 2014

*Até 3 benefícios por família

** Até 5 benefícios por família

É necessário considerar duas questões em relação ao Bolsa Família. A primeira é que se trata de um programa recente, o que implica considerar um intervalo de doze anos desde que foram executadas as primeiras transferências para as famílias em situações de *pobreza* e de *extrema pobreza*. A segunda é a dimensão do território brasileiro, marcado por diferenças de acesso aos serviços públicos, de níveis de renda, emprego, escolaridade etc. É oportuno recordar que estamos tratando de um país de dimensões continentais, fragmentado por 5.565 municípios e com contextos ecológicos diferenciados. Do total, 3.921 municípios tinham população de até 20.000 habitantes no ano de 2010³⁸. É sobre esse território que se criou uma rede de assistência social que exige, além de recursos, um aparato técnico-burocrático para colocar em funcionamento o programa social com maior capilaridade nacional.

38 Idem. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. *Censo demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

| Dimensão | Críticas | |
|------------------|---|--|
| | Positivas | Negativas |
| Social | Eficaz no combate à pobreza a partir da focalização em grupos específicos e exigência de condicionalidades na área de saúde e educação. | Estimula a cultura do não trabalho, tradicional fonte da riqueza, e não apresenta garantias do cumprimento das condicionalidades. |
| Política | Estimula a autonomia dos indivíduos, com foco especial no gênero, o que contribui para romper os laços políticos horizontais do clientelismo localista. | Estimula o clientelismo a partir da esfera federal, o que conforma situações de populismo político, indicado pela regionalidade dos votos. |
| Econômica | Baixo custo e efeito capilar na escala local e regional, manifestado, por exemplo, pelo aumento do consumo no varejo. | Gasto público improdutivo, comprometido, ainda, pela ineficiência dos mecanismos de controle. |

Quadro 1 – Síntese das principais críticas ao Programa Bolsa Família. Fonte: elaboração do autor

Do quadro geral de críticas descritas emergiu farta literatura. Temas como o impacto no núcleo familiar e nas relações de gênero, ou mesmo seus efeitos na conjuntura política, demarcada pelo que alguns, como Martins³⁹, chamam de *estatização do clientelismo*, são recorrentes. Na sociologia existem estudos com foco nos efeitos das transferências de renda nos grupos sociais, de maneira geral, e na mobilidade social dos indivíduos, de maneira específica. Rego e Pinzani⁴⁰ desenvolveram primoroso estudo sobre os impactos do Bolsa Família nas relações de gênero e na qualidade de vida das famílias beneficiadas. Na linha dos efeitos econômicos, estudo do Ipea aponta que, a cada R\$ 1 gasto com o Bolsa Família, R\$ 1,78 é incorporado ao PIB⁴¹. Há estudos que procuram desmistificar as críticas ao programa Bolsa Família partindo de uma reflexão sobre os efeitos positivos das condicionalidades (frequência escolar, acompanhamento do pré-natal e do calendário imunológico) e da consequente inserção das famílias beneficiadas no mercado de trabalho formal. Sobre essa última questão, Medeiros, Britto e Soares escrevem:

39 MARTINS, José de Souza. *A política do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2011.

40 REGO, Walquíria L.; PINZANI, Alessandro. *Vozes do Bolsa Família*. São Paulo: Ed. Unesp, 2013.

41 NERI, Marcelo Cortes; VAZ, Fábio Monteiro; SOUZA, P. Herculano G. Efeitos macroeconômicos do programa Bolsa Família: uma análise comparativa das transferências sociais. In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes (Org.). *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*. Brasília, Ipea, 2013.

O fato é que tomar as transferências como um desestímulo ao trabalho é uma ideia que pode ser fundamentada em preconceitos, mas não se apoia em evidências empíricas. Dados recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que pessoas que vivem em domicílios onde há beneficiados do Bolsa Família trabalham tanto ou mais que outras pessoas com renda familiar *per capita* similar⁴².

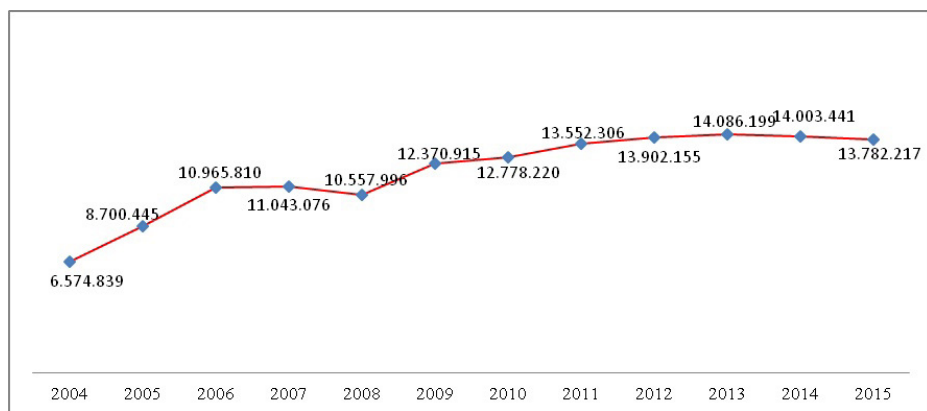


Figura 3 – Evolução temporal do número de famílias contempladas no Bolsa Família, Brasil. Fonte: dados trabalhados pelo autor a partir de DATA-SOCIAL, 2016

No intervalo de onze anos o número de famílias beneficiárias mais que dobrou, chegando em 2015 a 13.782.217 famílias. Se o número de famílias cresceu 125% entre 2004 e 2015, o crescimento percentual no valor desembolsado ultrapassou 260%, passando de R\$ 6.574.839.000,00, em 2004, para R\$ 25.378.505.000, em 2015. Mas a evolução no número de famílias, apesar de considerável, ainda não atesta a capilaridade do Bolsa Família. O número que surpreende refere-se ao total de beneficiários envolvidos diretamente nas transferências. Em 2015 havia 47.146.438 pessoas diretamente beneficiadas, sendo 21.176.069 homens e 26.818.672 mulheres. Considerando que a população do Brasil, em 2015, era de 204.450.649, chegamos à proporção de 23% da população envolvida nessa rede de proteção social. Desse total, 40,5% tinham idade de até 14 anos. No corte étnico, 0,9% era indígena, 6,5% eram negros e 67% eram pardos.

42 MEDEIROS, Marcelo; BRITTO, Tatiana; SOARES, Fábio. Transferência de renda no Brasil. *Novos Estudos – Cebrap*, São Paulo, n. 79, 2007, p. 15. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-3302007000300001&script=sci_arttext>. Acesso em: 15 nov. 2007.



Figura 4 – Evolução, por estado, do número de famílias beneficiadas pelo Bolsa Família. Fonte: elaboração do autor a partir de DATA-SOCIAL, 2016

Mas a capilaridade não estaria completa sem a referência à rede técnica burocrática envolvida diretamente com o Bolsa Família. Em 2007 havia 4.195 Centros de Referência de Assistência Social (Cras), número que passou para 8.091, em 2014,

com cobertura de 98,5% dos municípios brasileiros⁴³. O número de trabalhadores nas secretarias municipais de Assistência Social saltou de 220.730, em 2007, para 256.858, em 2014. A assistência social ainda não resume a rede de trabalhadores que gravitam no Bolsa Família. É necessário considerar a rede de atendimento centralizada na Caixa Econômica Federal, como Agências Convencionais, Caixa Aqui, Agências Lotéricas, Agências-Barco⁴⁴. A presença dessa rede de serviços é mais um dos indicadores da capilaridade do Bolsa Família.

O RETRATO REGIONAL DO BOLSA FAMÍLIA

No ano de 2004, o Nordeste concentrava 51% das famílias beneficiadas e 57% do valor destinado ao Bolsa Família. O Sudeste respondia por 26% do total de famílias e 22% do valor destinado. Para o Nordeste foram destinados R\$ 2.173.475.460,00, e para o Sudeste, R\$ 824.748.603,00. O Centro-Oeste obteve a menor participação no número de famílias, com 4% do total do Brasil. Independente das diferenças de cobertura que se reproduzem na escala intrarregional, o Bolsa Família atingiu a totalidade dos municípios brasileiros. Os dados regionais de 2015 atestam diferença insignificante em relação ao ano de 2004. A participação do Nordeste, que era de 51% no valor em 2004, reduziu para 49% em 2015. A participação do Sudeste, que chegou a 26% em 2004, reduziu para 25% em 2015. Coube ao Norte registrar o maior crescimento, concentrando 8% dos beneficiários em 2004 e 14% em 2015. A Região Sul, cuja participação no total de famílias beneficiadas era de 11% em 2004, reduziu sua participação para 7%, em 2015.

A participação diferencial das regiões será interpretada a partir de três dados: 1) pelas faixas de renda das famílias incluídas no Cadastro Único; 2) pela relação entre a população total, o número de beneficiados e o total de famílias; 3) pela quantidade de famílias beneficiadas por *grupos populacionais tradicionais e específicos*.

43 BRASIL. Lei n. 12.435, 6/7/2011. *Altera a Lei n. 8.742*, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/12435.htm>. Acesso em: 18 maio 2016.

44 CEF – Caixa Econômica Federal. Atendimento. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/sobre-a-caixa/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 18 maio 2016.

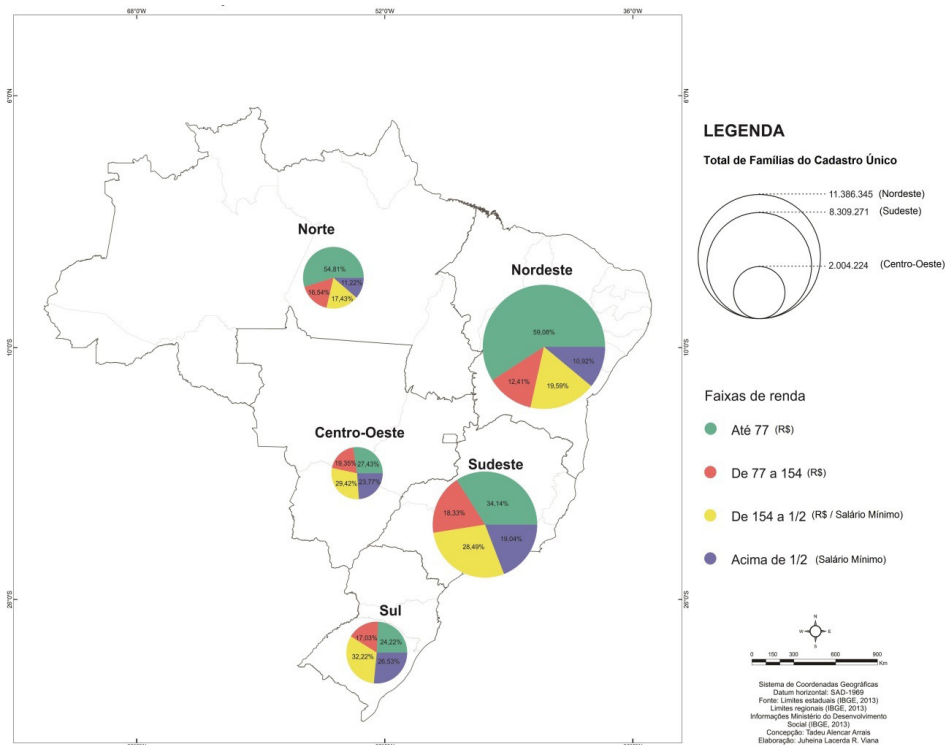


Figura 5 – Total de famílias, por faixa de renda, inscritas no Cadastro Único, 2015. Fonte: elaboração do autor a partir de DATA-SOCIAL, 2016

A figura 5 indica faixas de renda das famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais, condição para requerimento de benefícios sociais. Em dezembro de 2015 existiam 27.325.069 famílias inscritas, totalizando 80.954.053 pessoas cadastradas. A cobertura do Bolsa Família atingiu 50,84% do total de famílias cadastradas, indicando demanda para expansão.

Dentre as faixas de renda *per capita* familiar, aquela de até R\$ 77,00 predomina, com 12.335.278 pessoas, correspondendo a 45,14% do total de inscritos no Cadastro Único. Nessa faixa de renda, o Nordeste concentrava 54,53% do total de cadastrados. O Nordeste é a região mais homogênea, considerando a participação dos estados. A média de participação na Região Nordeste para a faixa de até R\$ 77,00 foi de 59,08%, do Sudeste, 34,14%, do Sul, 24,22%, e a do Centro-Oeste, 27,46%. À proporção que os valores das faixas de renda aumentam, a participação relativa das famílias cadastradas no Sudeste, Sul e Centro-Oeste também aumenta. Na última faixa, acima de ½ salário mínimo de renda *per capita* familiar, o Sul apresenta 26,53%, o Sudeste, 19,03%, e o Centro-Oeste, 23,77%, ficando o Nordeste com 10,92% e o Norte com 10,01% do total de cadastrados nas respectivas regiões. O Nordeste agrupou 11.386.345 famílias, e o Sudeste, 8.309.271 famílias, no Cadastro Único. Os estados com maior número de inscritos no Cadastro Único foram São Paulo (3.621.344), Bahia (3.041.623), Minas Gerais (2.621.137), Pernambuco (1.837.311), Ceará (1.794.179) e Rio de

Janeiro (1.603,912). Os seis estados concentraram, em dezembro de 2015, 53,15% das famílias brasileiras inscritas no Cadastro Único. É sobre o mapa do Cadastro Único que é construída a política de concessão de benefícios do Bolsa Família.

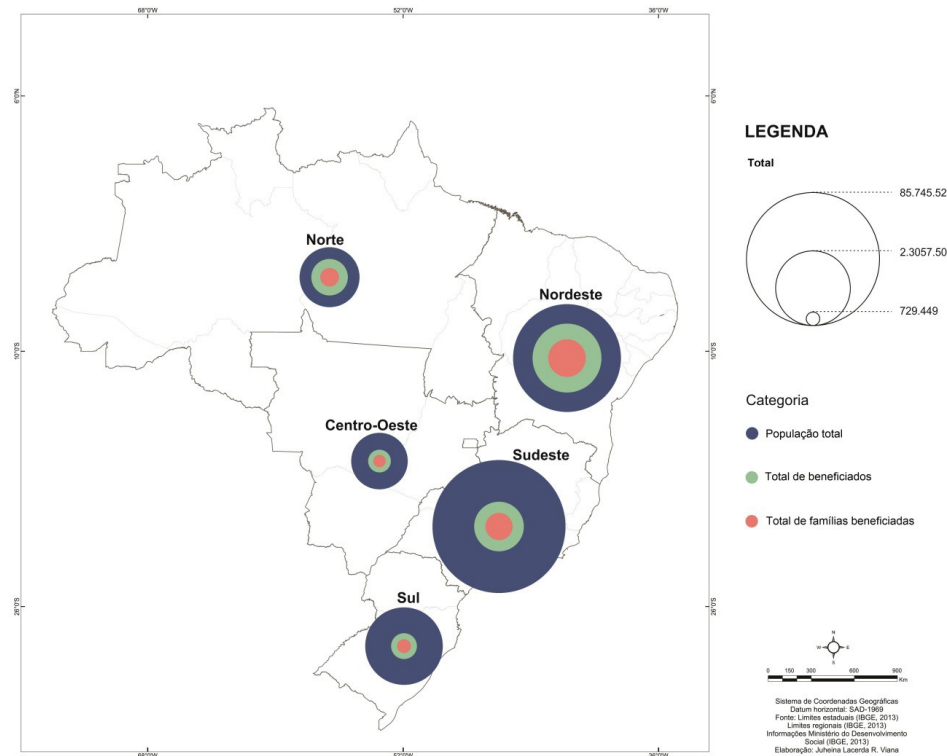


Figura 6 – População total, total de beneficiados e famílias do Bolsa Família, 2015. Fonte: elaboração do autor a partir de DATA-SOCIAL, 2016

A figura 6 correlaciona o total da população, o número de beneficiados e o total das famílias beneficiadas. Nessa perspectiva de análise, 41% da população do Nordeste e 37% da população do Norte, em dezembro de 2015, estavam envolvidas diretamente na rede de proteção. A média brasileira foi de 23%, acima do Centro-Oeste (16%), do Sudeste (14%) e do Sul (11%). O Nordeste concentrava 49,85% das famílias brasileiras beneficiadas. É salutar recordar as diferenças regionais quanto à área e ao total da população. Em números absolutos, o Nordeste, com 1.794 municípios, agrupava 23.057.506 beneficiários, e o Sudeste, com 1.668 municípios, agrupava 11.869.953 beneficiários. As diferenças em relação aos estados comprovam o perfil regional, atestando, nessa perspectiva, a pertinência dos dados regionais. O estado com maior participação proporcional entre o total de beneficiários e o total da população foi o Maranhão, com 49,12%, e o de menor participação, Santa Catarina, com 6,8%. As maiores proporções estão no Nordeste e no Norte. A média de pessoas por família beneficiada no Brasil atingiu, em 2015, 3,42. A média mais baixa esteve no Sudeste (3,32), seguido do Nordeste (3,35). No Norte a média foi de 3,88, inferior à média de

3,97 registrada no Sul. Esses dados, associados à progressiva redução regional da natalidade, são suficientes para colocar reticências nos argumentos sobre a influência da Bolsa Família no aumento da natalidade das famílias.

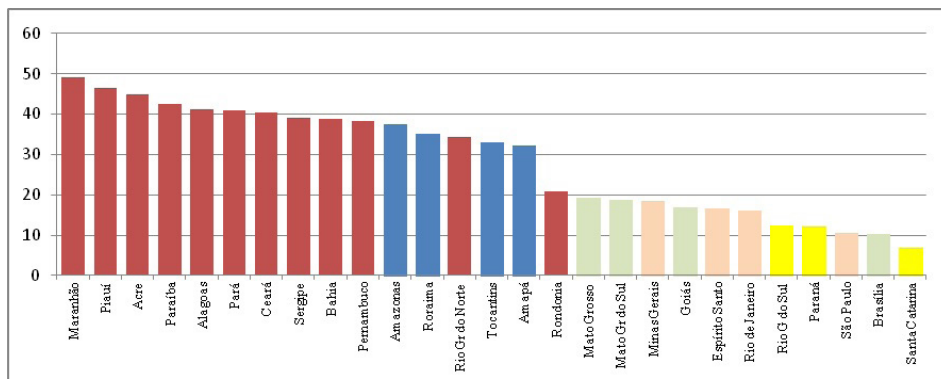


Figura 7 – Participação percentual dos beneficiários do Bolsa Família em relação à população dos estados. Fonte: dados trabalhados pelo autor a partir de DATA-SOCIAL, 2016

A figura 8 deriva de informações sobre um perfil específico de beneficiários, denominado Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos, composto por quatro categorias: Origem étnica (famílias quilombolas, famílias indígenas, famílias ciganas e famílias pertencentes a comunidades de terreiros), Meio ambiente (famílias extrativistas, famílias de pescadores artesanais e famílias ribeirinhas), Meio rural (agricultores familiares, assentados da reforma agrária, beneficiadas do Programa Nacional do Crédito Fundiário e famílias acampadas) e Situações conjunturais (famílias atingidas por empreendimentos de infraestrutura, famílias com pessoas no sistema carcerário, famílias em situação de rua e famílias com catadores de material reciclável). Esses grupos apresentam características ligadas à precarização do trabalho e da moradia. O total desses grupos, em janeiro de 2016, atingiu 1.431.803 famílias, representando 10,25% do total de famílias beneficiadas no Brasil.

Da amostra de grupos, composta por 1.431.808 famílias, os benefícios rurais predominam. Das 887.332 famílias beneficiadas nesse grupo, 677.492 residiam no Nordeste. A participação rural média regional, no total dos grupos, ultrapassou 46%. O Norte foi a região com menor participação rural relativa. No Sudeste, com total de 277.06 famílias, o grupo rural representou 30,6%. Concernente ao atendimento rural, a preponderância relativa e absoluta do Nordeste guarda relação com a fragmentação territorial e com o sistema de pequena agricultura, ainda presente nas faixas do sertão e do agreste, o que indica a importante decisão de focalizar o benefício para uma população sujeita às intempéries. É oportuno destacar o peso da Aposentadoria Rural, que influencia no padrão de distribuição do Bolsa Família, uma vez que há uma inequívoca complementação de renda que, em muitos casos, ultrapassa os parâmetros de *pobreza* e *extrema pobreza*. A título de exemplo, nos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins, Rondônia, Ceará e Paraíba, os benefícios rurais foram superiores aos urbanos, respectivamente com os seguintes percentuais: 66,86%, 64,67%, 59,96%,

56,57%, 53,71% e 51,74%. Os estados com menor representação rural percentual em relação aos benefícios urbanos foram Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, com 2,55%, 6,17%, 7,52%, 23,78%, 25,01% e 27,98%, respectivamente. No entanto, em termos absolutos, o segundo grupo de estados é mais abrangente, com 2.635.170 benefícios rurais, contra 2.471.869 benefícios rurais do primeiro grupo. A Aposentadoria Rural influencia a distribuição dos benefícios rurais porque interfere, diretamente, na renda *per capita* familiar, especialmente quando se registra a presença de dois beneficiários, o que resulta em acréscimo de dois salários mínimos.

O segundo grupo de maior relevância, considerando a amostra de 1.431.808 famílias, relaciona-se ao meio ambiente. O destaque é para o Norte, com percentual geral de 38,69% em relação ao total dos estados. Esse dado se explica pela força do extrativismo vegetal e da pesca, associada à predominância das famílias ribeirinhas, com um tipo de economia pouco capitalizada e sujeita às redes de exploração econômica. O Pará (48,7%), o Amazonas (31,88%) e o Acre (52,06%) foram os estados com maior participação proporcional no grupo ambiental. No Pará, por exemplo, 42.897 famílias ribeirinhas e 32.014 famílias de pescadores artesanais receberam benefícios do Bolsa Família.

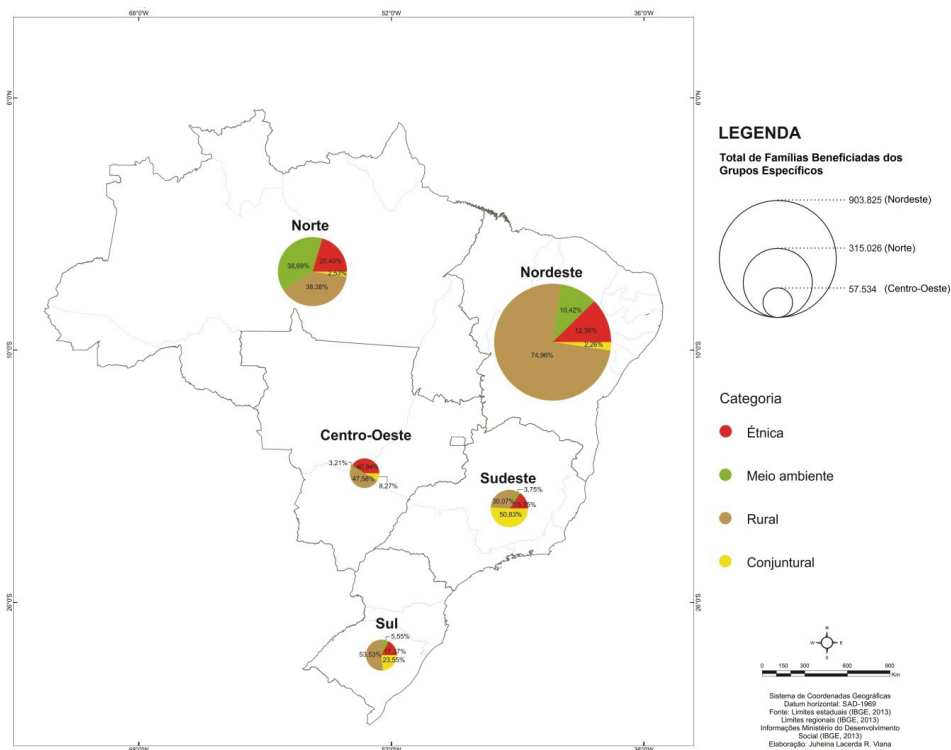


Figura 8 – Total de famílias beneficiárias do Bolsa Família, por grupos beneficiados da amostra, 2015. Fonte: elaboração do autor a partir de DATA-SOCIAL, 2016

O terceiro grupo da amostra é aquele de origem étnica. Do total das 224.686 famílias desse grupo, o destaque é para o Centro-Oeste, com 40,97%, e para o Norte, com 20,4%, em relação ao total das respectivas regiões. No Centro-Oeste, os estados do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul apresentaram, respectivamente, 41,03% e 54,03% do total da amostra nesse grupo. A presença de áreas indígenas justifica esse percentual. No Brasil, em 2010, havia 896.917 indígenas, com concentração de 68,2% no Norte, especialmente nos estados do Amazonas, Roraima e Pará⁴⁵. No Amazonas, 29.869 famílias indígenas e 289 famílias quilombolas receberam benefícios. No Maranhão, muito embora o peso relativo não seja um dos maiores regionalmente, foram beneficiadas 28.597 famílias quilombolas. As comunidades quilombolas existem na maior parte dos estados brasileiros e não se reduzem, apenas, a enclaves rurais.

Do total dos grupos, aquele classificado como conjuntural é o de menor quantidade, com 94.868 famílias no Brasil. A despeito da menor relevância numérica absoluta, o grupo oferece indicativos sobre a focalização da precarização do trabalho e da moradia. No Sudeste esse grupo representou 50,83% do total da região, sendo que São Paulo e o Rio de Janeiro apresentaram, respectivamente, 80,5% e 58,3% da participação no total dos grupos da amostra nos estados. Esse fato se explica pela presença de catadores de papel e moradores em condição de rua. Não é por acaso que o *Censo da população em situação de rua de São Paulo* tenha contabilizado 15.905 pessoas em situação de rua no ano de 2015⁴⁶. No Norte, esse grupo apresentou 2,5%, no Nordeste, 2,26%, no Sul, 23,57%, e no Centro-Oeste, 8,27%. Brasília apresentou 72,72%, resultado da presença de 571 famílias beneficiárias em situação de rua e 954 famílias de catadores de material reciclável. A situação conjuntural, dos grupos da amostra, é aquela que mais caracteriza o perfil urbano, somado à invisibilidade social.

Do ponto de vista absoluto, os beneficiários do Bolsa Família concentram-se nos municípios mais populosos. Não é sem razão que o município de São Paulo, em 2015, tenha agrupado 448.908 famílias beneficiadas, o Rio de Janeiro, 245.788, Fortaleza, 198.615, Salvador, 197.951, Manaus, 132.495, Recife, 116.114, e Belém, 113.370. O conjunto das capitais estaduais concentrou, em 2015, 13,78% dos beneficiados brasileiros. Considerando o dado relativo, o percentual de atendimento em relação à população total aumenta à medida que a população dos municípios decresce. Com poucas exceções, essa é a tendência em todos os estados brasileiros.

O retrato espacial não demonstra apenas a heterogeneidade dos grupos sociais beneficiados, mas também a capilaridade de um programa que ultrapassa a questão regional, pelo simples fato de a pobreza, agravada pela desigualdade social, ser uma característica fundadora de nosso território.

45 BRASIL. *Censo demográfico 2010*. Características gerais dos indígenas: resultado do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

46 SÃO PAULO (Município). *Censo da população em situação de rua da cidade de São Paulo, 2015 – resultados*. São Paulo: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – Fipe/Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/observatorio_social/2015/censo/FIPE_smads_CENSO_2015_coletivafinal.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2016.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No ocaso do século XIX, pouco mais de uma década após a Proclamação da República, Affonso Celso⁴⁷ publicou um livro com curioso título. *Por que me ufano de meu país* apresentava uma lista de onze atributos nacionais que deveriam justificar nossa superioridade. Essas razões estavam centradas na abundância de recursos naturais e em um tipo de cultura harmônica que garantiria nosso glorioso destino. No percurso do século XX encontramos outras razões para nos ufanarmos do país, como o futebol. A miséria invisível, exceto no Nordeste, parece não ter conformado, assim como o desastre diante da Alemanha na Copa do Mundo, uma barreira para o ufanismo patriótico.

Os avanços na distribuição de renda na última década, diferenciados em termos regionais, foram influenciados pela ação do Estado, da mesma forma que as ações de outrora reforçaram as assimetrias nos níveis regionais de desenvolvimento. Celso Furtado⁴⁸, em *A Operação Nordeste*, alertava que o “atraso” do Nordeste não se localizava, apenas, nas questões endógenas relacionadas, por exemplo, à ausência de chuvas, que, frequentemente, desarticulava os sistemas produtivos regionais, descapitalizando os pequenos agricultores, sem redes perenes de proteção social. Celso Furtado ensinou que os subsídios, via política cambial e de crédito, favorecem São Paulo no tocante à importação de bens de capital e prejudicaram o Nordeste no tocante à exportação primária. A história da capitalização do Centro-Oeste, cujo ápice foi a edificação de Brasília, seguida do financiamento da “agricultura moderna”, teve braço decisivo do Estado. O que não devemos perder de vista, antes de adotar, *in totum*, o discurso dualista, é que o Estado capitalizou, diferencialmente, as regiões, beneficiando, em cada uma delas, determinadas frações de classe. O economista Alain Lipietz⁴⁹ lembra que não há, propriamente, “regiões ricas” e “regiões pobres”, mas relações sociais que polarizam, em cada escala, riqueza e pobreza, e as dispõem diferencialmente no espaço. Metodologicamente, o economista alerta que isso é o que se deve explicar e “não de onde se deve partir”⁵⁰.

Os distintos níveis de desenvolvimento das regiões não se explicam apenas por fatores endógenos, mas, principalmente, pelo processo de integração econômica nas escalas nacional e internacional, conformando aquilo que Celso Furtado⁵¹ adjetivou de “interdependência estrutural” a favor de São Paulo. Historicamente, os salários foram diferenciados regionalmente, assim como o poder de compra, fundamentalmente para a base da pirâmide social. Considerando a renda dos domicílios particulares permanentes no ano de 2010⁵², por classe de rendimento, verificamos que, no Brasil, 9,1% dos domicílios são compostos de renda de até ¼ do

47 CELSO, Affonso. *Por que me ufano do meu país*. 2. ed. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1999.

48 FURTADO, Celso. *A Operação Nordeste*. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1959.

49 LIPIETZ, Alain. *O capital e seu espaço*. São Paulo: Nobel, 1988.

50 Ibidem, p. 29.

51 FURTADO, Celso. *O longo amanhecer*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

52 BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. *Censo demográfico de 2010*, op. cit.

salário mínimo *per capita*. Na faixa de mais de cinco salários mínimos esse percentual foi de 5,27%. No Nordeste, a primeira faixa representou 20,52% dos domicílios, índice superior ao do Sudeste, que registrou 3,9%. No extremo de mais de cinco salários mínimos, o Nordeste representou 2,45%, e o Sudeste, 6,66%. Essa comparação regional, no entanto, não pode camuflar a desigualdade de renda intrarregional, seja no Nordeste, seja no Sudeste. A dualidade não é uma propriedade intrínseca do espaço. A dualidade brasileira, para tomar emprestada a expressão utilizada por Galbraith⁵³ para acentuar as relações entre a “estrutura técnica” e a “burocracia pública”, não seria a mesma sem a histórica “simbiose burocrática” que uniu interesses privados e públicos. O economista cita as relações entre o Departamento de Transporte e a indústria automobilística ou, na forma mais “elevada”, as relações entre o Departamento de Defesa e as empresas de armamentos como exemplos de “simbiose burocrática”.

As discrepâncias de renda e oportunidades tornaram a ação do Estado determinante para diminuir as desigualdades sociais⁵⁴, daí a diferença fundamental em relação ao mercado, que, por definição, não se ocupa da questão social. As evidências apontam que a questão social ganhou objetividade a partir dos anos 2000, o que redundou na construção da maior rede de assistência social da América Latina. Nesse ponto a questão social assumiu, em primeiro lugar, a função de combater a pobreza. A pobreza não é apenas, para lembrar Milton Santos⁵⁵, uma categoria econômica, mas, sobretudo, uma categoria política. Como *categoria econômica*, seu parâmetro classificatório é a renda, muito embora os limites da mensuração da pobreza sejam conhecidos, como advertiu Sen⁵⁶. Como *categoria política*, envolve a ação, afinal os pobres existem estruturalmente (condição do próprio capitalismo), subsistem às condições conjunturais (a pobreza aumenta nas crises), ocupam sítios ecológicos (com recursos diferenciais), não formando, apenas, um quadro estatístico estável e homogêneo, visto que são a parte mais vulnerável da nação.

A permeabilidade entre a *dimensão política* e a *dimensão econômica* fez o Bolsa Família constituir-se no programa social de maior capilaridade nacional, adquirindo, em função do curto tempo de existência, destacada centralidade na política nacional. Sua organicidade, resultado direto de sua amplitude e capilaridade, se deve, resumidamente, às seguintes características:

- A *focalização* a partir da renda, muito embora com críticas, encontra paralelo com outras experiências latino-americanas, afinal a renda é eficaz para saldar as demandas de consumo diário e para reverter, em curto intervalo de tempo, as situações de pobreza e extrema pobreza e, em longo prazo, associadas às políticas setoriais de educação e saúde, reverter a pobreza intergeracional.

53 GALBRAITH, John Kenneth. *A economia e o objetivo público*. São Paulo: Martins, 1975.

54 POCHMANN, Márcio. *O emprego no desenvolvimento da nação*. São Paulo: Boitempo, 2008.

55 SANTOS, M. *Pobreza urbana*. São Paulo/Recife: Hucitec, 1978.

56 SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

- A *centralização* do programa na escala federal resultou em críticas localistas, mas também em um maior gasto do governo federal, livrando os municípios e os estados do ônus financeiro. O que está em debate, regionalmente, parece ser a paternidade e a pulverização dos investimentos. Tradicionalmente, o investimento no Nordeste concentrou-se, localmente, em grandes obras, com efeito perverso no apoderamento da gente pobre do sertão. A lógica da transferência de renda inverte esse sistema, capitalizando o beneficiário. A verticalidade, associada à pulverização, impactou positivamente nos indivíduos e nas economias locais.
- A *emancipação*, por meio da capitalização das famílias, é objeto de críticas constantes, especialmente quando se correlaciona o mapa do Bolsa Família com a geografia do voto. Essa perspectiva de análise implica considerar uma espécie de voto de ocasião. No entanto, seria oportuno indagar se não residiria, nesse voto regional, uma racionalidade positiva, uma vez que a população reconhece melhorias na sua vida diária. Não seria essa mesma racionalidade positiva que levaria, em outro polo, grupos de empresários a votarem em determinado governo cujo foco da política fossem os incentivos fiscais ou as privatizações?

A pedagogia da dualidade, representada, de um lado, por um Brasil moderno, construído sobre uma compreensão do trabalho e, de outro lado, por um Brasil arcaico, que sobrevive a expensas do Estado, contribuiu para sedimentar preconceitos na sociedade brasileira. Esses preconceitos emergem com mais força nos momentos de crise, responsabilizando ora os nordestinos, quase sempre, ora os mais pobres, pelo endividamento público. Todavia, o Bolsa Família não chega a ser, necessariamente, um programa revolucionário, pois sua matriz se enquadra em um tipo de liberalismo redistributivo, no sentido atribuído por Harvey⁵⁷. Além disso não é um programa dispendioso – seja comparado ao PIB, pois representou, em 2015, 0,47%, seja comparado ao Orçamento Geral da União, pois representou, em 2015, 0,93%⁵⁸. Nem mesmo esse capitalismo redistributivo, que entende a transferência como funcional para o mercado, parece sensibilizar nossa elite política e os segmentos da chamada “classe média”, que utilizam, cotidianamente, o provérbio que advoga que “ensinar a pescar é melhor do que dar o peixe”. Mas a história ensina que muitos setores “modernos” que pescam com eficiência escondem, por conveniência, que os cardumes de atuns e salmões foram cevados pelo Estado. Essa aporia não parece constranger os liberais, que continuam a acusar o Estado de cometer o pecado de ofertar sardinhas para a parcela mais pobre da população.

57 HARVEY, David, op. cit.

58 BRASIL. Lei n. 13.115 de 20/4/2015. Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2015. Disponível em: <http://www.orcamentofederal.gov.br/orcamentos-anuais/orcamento-2015-2/arquivos-loa/lei-no-13_115_200415.pdf>. Acesso em: 8 dez. 2016; BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Contas nacionais trimestrais. Produto Interno Bruto – 2015. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/defaultcnt.shtm>>. Acesso em: 8 dez. 2016.

SOBRE O AUTOR

TADEU ALENCAR ARRAIS é pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq, Nível 1D), professor associado do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás (Iesa/UFG) e do Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia da UFG.
E-mail: tadeuarraisufg@gmail.com

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, T. Bacelar de. *Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro*. Rio de Janeiro: Revan, 2000.
- BCB – BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Histórico de metas para a inflação no Brasil*. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/Pec/metastabela/TabelaMetaseResultados.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2016.
- BRASIL. *Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920: população*. Rio de Janeiro, 1926.
- _____. *Recenseamento geral do Brasil 1950*. Rio de Janeiro: IBGE, 1950.
- _____. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil-1934*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm>. Acesso em: 16 maio 2016.
- _____. *Constituição da República Federativa do Brasil 1988*. São Paulo: Saraiva, 1991.
- _____. Lei n. 8.742, de 7/12/1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm>. Acesso em: 16 maio 2016.
- _____. Medida Provisória n. 2.146-I, de 4/5/2001. Cria as Agências de Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste, extingue a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – Sudam e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/2146-I.htm>. Acesso em: out. 2016.
- _____. Medida Provisória n. 132, de 20/10/2003. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/Antigas_2003/132.htm>. Acesso em: 20 jun. 2016.
- _____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. *Censo demográfico de 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- _____. *Censo demográfico 2010. Características gerais dos indígenas: resultado do universo*. Rio de Janeiro, IBGE, 2010.
- _____. Lei n. 12.435, 6/7/2011. Altera a Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12435.htm>. Acesso em: 20 jun. 2016.
- _____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Censo SUAS 2014*. Análise dos componentes sistêmicos da Política Nacional de Assistência Social. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-data/METRO/metro_ds.php?p_id=495>. Acesso em: 20 jun. 2016.

- _____. Lei n. 13.115 de 20/4/2015. Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2015. Disponível em: <http://www.orcamentofederal.gov.br/orcamentos-anuais/orcamento-2015-2/arquivos-loa/lei-no-13_115_200415.pdf>. Acesso em: 8 dez. 2016.
- _____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Contas Nacionais Trimestrais. Produto Interno Bruto – 2015. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/defaultcnt.shtm>>. Acesso em: 8 dez. 2016.
- CASTEL, Robert. *La inseguridad social*. Buenos Aires: Manantial, 2015.
- _____. *As metamorfoses da questão social*. Petrópolis: Vozes, 2015.
- CASTRO, Josué. *Geografia da fome*. II. ed. Rio de Janeiro: Gryp, 1992.
- CEF – Caixa Econômica Federal. Atendimento. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/sobre-a-caixa/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 14 jun. 2016.
- CELSO, Affonso. *Porque me ufano do meu país*. 2. ed. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1999.
- DATA-SOCIAL. Portal que disponibiliza dados e indicadores para elaboração de diagnósticos atualizados e para monitoramento das políticas e programas do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, além de informações de contexto social, demográfico e econômico de municípios, estados, regiões e Brasil. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-data/METRO/metro.php?p_id=4>. Acesso: maio 2016.
- FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e liberdade*. Rio de Janeiro: Artenova, 1977.
- FURTADO, Celso. *A Operação Nordeste*. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1959.
- _____. *O longo amanhecer*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- GALBRAITH, John Kenneth. *A economia e o objetivo público*. São Paulo: Martins, 1975.
- GTDN – Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste. *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1959.
- HARVEY, David. *O neoliberalismo*. São Paulo: Loyola, 2008.
- HAYEK, F. August. *O caminho da servidão*. 5. ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. A década inclusiva (2001-2011): desigualdade, pobreza e políticas de renda. *Comunicados do Ipea*, n. 155, Brasília, 2012.
- KERSTENETZKY, Celia Lessa. *O Estado do Bem-Estar Social na idade da razão*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- LAMBERT, Jacques. *Os dois Brasis*. 10. ed. São Paulo: Nacional, 1978.
- LIPIETZ, Alain. *O capital e seu espaço*. São Paulo: Nobel, 1988.
- MAINON, Dália; GEIGER, P. Pinchas; BAER, Werner. O impacto regional das políticas econômicas no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, ano 39, n. 3, 1977.
- MARTINS, José de Souza. *A política do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2011.
- MEDEIROS, Marcelo; BRITTO, Tatiana; SOARES, Fábio. Transferência de renda no Brasil. *Novos Estudos – Cebrap*, São Paulo, n. 79, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33022007000300001&script=sci_arttext>. Acesso em: 15 nov. 2007.
- MORAES, R. Carmelo Correa; SILVA, M. de Paula e. *O peso do Estado na pátria do mercado*. São Paulo: Ed. Unesp, 2014.
- MTPS – Ministério do Trabalho. Arrecadação e benefícios emitidos pela Previdência Social nos municípios brasileiros, 2015. Brasília: MTPS, 2015. Disponível em: <<http://www.mtps.gov.br/dados-abertos/dados-da-previdencia/previdencia-social-e-inss/previdencia-estatistica-por-municipio/estatisticas-municipais-2014>>. Acesso em: 12/04/2016.
- _____. Evolução do Salário Mínimo.– Legislação – 1960-2016. Disponível em: <<http://www.mtps.gov.br/salario-minimo/evolucao-salario-minimo>>. Acesso em: 20/06/2016.
- NERI, Marcelo Cortes; VAZ, Fábio Monteiro; SOUZA, P. Herculano G. Efeitos macroeconômicos do Pro-

- grama Bolsa Família: uma análise comparativa das transferências sociais. In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes (Org.). *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*. Brasília, Ipea, 2013.
- OFFE, Clauss. *Trabalho e sociedade*. V. 2. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991.
- OLIVEIRA, Francisco de. A questão regional: a hegemonia inacabada. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 7(18), USP, 1993.
- _____. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *Atlas do Desenvolvimento Municipal (2010)*. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/IDH/Default.aspx?indiceAccordion=1&li=li_AtlasMunicipios>. Acesso em: 20 jun. 2016.
- POCHMANN, Márcio. *O emprego no desenvolvimento da nação*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- POLANYI, K. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- RANGEL, I. A história da dualidade brasileira. *Revista de Economia Política*, v. 1(4), out.-dez. 1981.
- REGO, Walquiria L.; PINZANI, Alessandro. *Vozes do Bolsa Família*. São Paulo: Ed. Unesp, 2013.
- SANTOS, M. *Pobreza urbana*. São Paulo/Recife: Hucitec, 1978.
- _____. *O espaço dividido*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.
- SÃO PAULO. (Município). Prefeitura. *Censo da População em situação de rua da cidade de São Paulo, 2015 – resultados*. São Paulo: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – Fipe/Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/observatorio_social/2015/censo/FIPE_smads_CENSO_2015_coletivafinal.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2016.
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- SILVA, Maria O. da Silva. *Programas de transferência de renda na América Latina e Caribe*. São Paulo: Cortez, 2014.
- SUPLICY, E. *Programa de Garantia de Renda Mínima*. Brasília: Senado Federal, 1992.
- WANDERLEY, L. Eduardo W. A questão social no contexto da globalização: o caso latino-americano e o caribenho. In: BELFIORE-WANDERLEY, Mariangela; BÓGUS, Lucia; YAZBEK, M. Carmelita. *Desigualdade e a questão social 4*. ed. São Paulo: Educ, 2015.

Mário de Andrade e a especificidade do gênero epistolar: o esboço de uma teoria

[*Mário de Andrade and epistolary genre specificity: the outline of a theory*]

Maria Regina Barcelos Bettiol¹

RESUMO • A correspondência do escritor Mário de Andrade foi a mais representativa do século XX. Mário em seu exercício epistolar ou, melhor dizendo, em sua intermediação entre teoria e prática, mesmo de forma pouco sistematizada, esboça os contornos de uma teoria sobre o gênero epistolar, discute a especificidade do gênero, o seu trânsito pela esfera do literário e aconselha ainda os jovens escritores brasileiros a começar o seu ingresso no mundo das letras pelo texto epistolar. A concepção de gênero epistolar de Andrade se inscreve numa noção mais ampla que entende o epistolar como um gênero híbrido propício à eclosão de outras formas literárias devendo, portanto, ser praticado por todos os nossos escritores e pensado igualmente como um gênero de vital importância para compreendermos o processo de formação da Literatura Brasileira. • **PALAVRAS-CHAVE** • Gênero epistolar; história; especificidade; hibridismo;

Literatura Brasileira. • **ABSTRACT** • The correspondence of writer Mario de Andrade was the most representative of the twentieth century, in his epistolary exercise. Rather, in his mediation between theory and practice, even in his not very systematic manner, the author outlines a theory on the epistolary genre, discusses the specificity of the genre, its transit through the literary sphere and also advises the young Brazilian writers to step into the world of letters by the epistolary text. The Andrade's design of the epistolary genre is part of a broader notion that understands the epistolary as a hybrid genre conducive to the outbreak of other literary forms. It must therefore be practiced by all our writers and also thought as a genre of vital importance to understand the process of formation of Brazilian literature. • **KEYWORDS** • Epistolary genre; history; specificity; hybridity; Brazilian literature.

Recebido em 24 de fevereiro de 2016

Aprovado em 6 de dezembro de 2016

BETTIOL, Maria Regina Barcelos. Mário de Andrade e a especificidade do gênero epistolar: o esboço de uma teoria. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 65, p. 227-236, dez. 2016.

DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.voi65p227-236>

¹ Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI, Rio Grande do Sul, Brasil).

Mário de Andrade escreveu cartas, centenas de cartas que vêm enchendo volumes. Foi indiscutivelmente o mais importante epistológrafo brasileiro do século XX e um dos mais representativos da história da epistolografia mundial. Ao examinarmos a sua vasta correspondência, encontramos “pistas” sobre a história e a prática do gênero epistolar no Brasil num período em que a correspondência trocada entre os nossos escritores não era objeto de estudo.

Nas últimas décadas, os críticos literários brasileiros têm se preocupado em reunir o *corpus* epistolar dos nossos escritores, que passa a ser estudado como uma forma de acedermos à criação da obra de um autor². Ainda que não tenha feito um estudo sistematizado, Mário foi um dos primeiros escritores brasileiros a pensar sobre a especificidade do gênero epistolar. Assim, selecionamos trechos de algumas cartas do escritor que podem servir de ponto de partida para pensarmos a história da epistolografia em nosso país.

A DEFINIÇÃO DA CARTA SEGUNDO MÁRIO DE ANDRADE

No campo da Literatura Brasileira encontramos grandes epistológrafos, como Alceu Amoroso Lima, Luís da Câmara Cascudo, Carlos Drummond de Andrade, Otto Lara Resende, mas, em termos de produção epistolar, Mário de Andrade é o que mais se destaca. Em suas constantes análises, afirmou ao amigo Carlos Drummond de Andrade em 10 de novembro de 1924: “Desculpe esta longuidão de carta. Eu sofro de gigantismo epistolar”³. Essa carta foi o prenúncio de uma produção epistolar que atingiu um gigantismo dado o número de destinatários, assuntos tratados e projetos estéticos desenvolvidos.

2 “Reunir o *corpus* epistolar dos nossos escritores é imprescindível para ‘visualizar os meandros da Teoria Literária e aclarar as poéticas de cada escritor’.” SANTIAGO, Silvano (Org.). *Carlos e Mário: correspondência entre Carlos Drummond de Andrade e Mário de Andrade*. Prefácio e notas de Silvano Santiago. Organização e pesquisa iconográfica de Lélia Coelho Frota. Rio de Janeiro: Bem-te-vi, 2002, p. 10.

3 ANDRADE, Mário de. *A lição do amigo: cartas de Mário de Andrade a Carlos Drummond de Andrade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 22.

Em outra carta, escrita a Henriqueta Lisboa, datada de 22 de março de 1942, confessou sofrer de “epistolomania”, a “mania de escrever cartas”: “A epistolomania foi interrompida pelo almoço de família [...]. Depois continuei escrevendo cartas e uma creio que saiu boa, não reli⁴. Em outras palavras, a necessidade de se comunicar com os seus semelhantes, de trocar impressões, de debater sobre questões de seu tempo, fez com que o espaço epistolar se tornasse propício para reflexões sobre a vida e a arte.

Contudo, cabe aqui definirmos o nosso objeto de estudo: a carta. Na concepção de Mário: “Puxar conversa’ não é diferente de trocar cartas. Puxar conversa na rua é o modo de se aproximar agressiva e despididamente, sensual e fraternamente, do outro, para que o outro, ao passar de objeto a sujeito, transforme o sujeito que puxara a conversa em objeto”⁵. Marcos Antonio de Moraes afirma:

Poucas vezes Mário de Andrade teorizou sobre o fazer epistolográfico, visto por ele como uma “paixão sublime”. Entretanto, a práxis epistolar e algumas de suas ponderações fragmentárias sobre o tema, esparsas em sua correspondência ou na produção literária, poderiam desenhar a sombra de uma teoria, ou pelo menos circunscrever o epistológrafo enfrentando pontos espinhosos dessa escritura tão escorregadia em seus limites discursivos⁶.

A teoria epistolar do escritor se filia à concepção defendida pela escola clássica de epistolografia em que a carta é vista como *sermo*, diálogo⁷. A nossa observação é reforçada por Marcos Antonio de Moraes, que assevera que a carta, na visão de Mário, situava-se para além da comunicação prosaico-imediatista ou das cortesias sociais:

Mário, em suas cartas, deseja empregar os recursos da oralidade – o “falar simples” – não importando que o estilo resultante lhe pareça “besta” e a mensagem, cheia de repetições. Quando o carteador percebe uma queda acentuada para o discurso inerente à palavra escrita – uma mudança de tom –, descobre a inabilidade no uso do gênero⁸.

Nesse processo de definição da carta, Mário ainda fez questão de sublinhar a diferença entre carta e bilhete: “A mim também, como a todo sujeito que escreve cartas que não são apenas recados, me perturba sempre e me empobrece o problema infamante do ‘estilo epistolar”⁹. Ora, essa distinção entre carta e bilhete é feita por

4 ANDRADE, Mário de. *Querida Henriqueta*: cartas de Mário de Andrade a Henriqueta Lisboa. Ed. prep. por padre Lauro Palú. Rio de Janeiro: José Olympio, 1990, p. 84.

5 SANTIAGO, Silviano, op. cit., p. 48.

6 MORAES, Marcos Antonio de. *Orgulho de jamais aconselhar*. A epistolografia de Mário de Andrade. São Paulo: Edusp, 2007, p. 70.

7 A esse respeito ler: DEMETRIUS. *On style* (Trad). Londres: Harvard University Press, 1973.

8 MORAES, Marcos Antonio de, 2007, op. cit, p. 72.

9 Apud MORAES, Marco Antonio de, 2007, op. cit., p. 72.

conhecidos estudiosos do gênero epistolar, como, por exemplo, Marie-Claire Grassi¹⁰. Resumidamente, podemos dizer que, para a referida autora, o bilhete, embora seja uma pequena carta ou, mais precisamente, uma carta em miniatura, não pode ser confundido com a carta justamente por ser escrito sem cerimônia, sem observar normas.

Sabemos que condição *sine qua non* do gênero epistolar é o diálogo entre o emissor e o destinatário – o texto epistolar é um texto escrito a quatro mãos; torna-se imperativo responder à carta recebida para que o pacto epistolar estabelecido entre emissor e destinatário não seja rompido. Mário, ciente da necessidade de preservar o pacto epistolar com seus destinatários, confidenciou à amiga Henriqueta Lisboa: “Uma carta não respondida me queima, me deixa impossível de viver, me persegue. Algumas não respondo, me exercito, ou condeno por inúteis. Me queimam, me perseguem tanto hoje como as deixadas sem resposta, vinte anos atrás”¹¹.

Sentia-se angustiado com a impossibilidade de responder a todos os destinatários. Em 16 de fevereiro de 1945, Mário relatou ao amigo Guilherme de Figueiredo: “Não é verdade mais que eu responda a todas as cartas [...]. E este remorso difuso eu sei que não se acabará, porque a cada carta não respondida, a cada livro não agradecido, o remorso se reimpõe com a mesma inexorabilidade!”¹²

Logo, a interrupção ou rompimento do pacto epistolar era algo que incomodava o escritor, pois significava a impossibilidade de dialogar, de puxar conversa com os seus destinatários¹³, daí podemos concluir que a carta na concepção mariodeandradiana era muito mais do que um simples pedaço de papel, de um ato burocrático, mas um exercício de fraternidade, de solidariedade para com os seus semelhantes.

OS ÍNDICES DE IDENTIFICAÇÃO DO GÊNERO EPISTOLAR

A carta se forma a partir de dados elementos, como emissor, destinatário, data, lugar, assunto, assinatura, sigilo e publicação¹⁴, aspectos que encontramos nas cartas redigidas por Mário de Andrade e que pretendemos discutir aqui. No que diz respeito ao emissor, podemos aprofundar o nosso conhecimento sobre o seu perfil biográfico e a sua trajetória profissional. Em tom confessional fala de si, registra as suas impressões, especialmente as suas expectativas em relação ao trabalho. Contudo, o

10 GRASSI, Marie-Claire. *Lire l'épistolaire*. Paris: Dunod, 1998, p. 3.

11 ANDRADE, Mário de, 1990, op. cit., p. 164.

12 ANDRADE, Mário de. *A lição do Guru*: cartas a Guilherme Figueiredo. 1937-1945. Ed. prep. pelo destinatário. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989, p. 160.

13 Ler a esse respeito: CAMARGO, Ceci Ribeiro de. *Índice temático da correspondência ativa de Mário de Andrade, 1919-1945*. V. I. Porto Alegre: UFRGS, 1998. Essa pesquisa, orientada pelo historiador José Augusto Avancine, organizada em três volumes, nos dá a dimensão do número de correspondentes de Mário de Andrade. Para que o leitor tenha conhecimento, apenas no primeiro volume são apresentados 81 destinatários.

14 ROCHA, Andrée Crabé. *A epistolografia em Portugal*. Coimbra: Almedina, 1965.

autor não testemunhou apenas episódios da sua vida pessoal, mas também da vida dos seus destinatários.

Nas palavras de Matildes Santos, “A carta não só diz do remetente, como abre brechas para o conhecimento do destinatário, expondo-o através de observações, comentários”¹⁵. A leitura da correspondência de determinado autor nos permite avaliar o tipo de relação que ele mantinha com determinadas pessoas (públicas e anônimas), daí a importância de conhecermos a identidade dos correspondentes.

No tocante à data, a maioria das cartas de Mário de Andrade, com raras exceções, são datadas. Conforme Rocha, a data é importante por várias razões, pois ela situa a carta no tempo de sua feitura. As cartas não têm autonomia textual, só têm verdadeiro sentido na série temporal que as viu nascer, isto é, as cartas estão ligadas às circunstâncias que as determinam, situações históricas e ideológicas¹⁶. Entretanto, Rocha explica que a correspondência não é um caminho retilíneo, a carta se perde numa série de bifurcações, de temporalidades distintas. Dito de outra forma, existe um tempo cronológico/externo e um tempo interior, que aparece registrado no texto epistolar através das impressões e sensações do carteador e que não corresponde necessariamente ao tempo cronológico.

Em relação ao lugar, a maioria das cartas de Mário foram escritas em São Paulo, onde residiu, mas, quando porventura viajava, costumava mencionar o nome da cidade que estava visitando naquele momento. Quanto ao assunto tratado nas cartas, podemos dizer que a lista é imensa – conversava sobre os mais variados assuntos, desde os seus projetos literários e artísticos até assuntos corriqueiros, como, por exemplo, algum problema de saúde ou familiar.

No que diz respeito à questão da assinatura, o escritor confidenciou ao amigo Guilherme de Figueiredo, em 1º de julho de 1944, que, em razão de não conseguir mais ler e responder a todas as cartas que recebia, pediu ao seu secretário que falsificasse a sua assinatura: “Sempre o meu secretário é que passa os olhos no livro primeiro [...] a maioria ele mesmo acusa recebimentos, faz uma das várias festinhas que ensinei por norma e falsifica a minha assinatura. Bem isto deve ser escandaloso, não conte pra ninguém”.¹⁷

Devemos explicar aos leitores e estudiosos do gênero epistolar que, no século XVII, o epistológrafo costumava ter um secretário que imitava a sua caligrafia¹⁸. Escrevendo por mão alheia, Mário deu continuidade a essa tradição epistolar. E essa informação é de vital relevância para aqueles que se dedicam a organizar a sua correspondência, pois significa que provavelmente encontraremos outros textos que não foram escritos de próprio punho pelo escritor. Apesar disso, por se tratar de mensagem subscrita, a assinatura responsabiliza jurídica, moral e literariamente

15 SANTOS, Matildes Demétrio dos. *Ao sol carta é farol*. A correspondência de Mário de Andrade e outros missivistas. São Paulo: Annablume, 1998, p. 69-70.

16 ROCHA, Andréa Crabé, op. cit., p. 16.

17 ANDRADE, Mário de, 1989, op. cit., p. 160.

18 FREIRE, Francisco Joseph (Cândido Lusitano). *O secretario portuguez*. Lisboa: Oficina de Domingos Gonçalves, 1745.

quem faz uso dela¹⁹. Portanto, a assinatura é a marca da autoria, assegura a origem, a filiação de um texto.

E finalmente, no que concerne ao sigilo e publicação das cartas, devemos pensar que inicialmente uma carta não era escrita para ser publicada – o sigilo, a confiança e a discricção sempre foram regras respeitadas pelo emissor e pelo destinatário. Nesse sentido, Mário deixou recomendações expressas em relação à sua correspondência, que nem sempre foram observadas. Em poucas palavras, ele fez questão de estabelecer uma diferença precisa entre carta pública e privada, sendo bastante reticente em relação à publicação de suas cartas privadas. O escritor advertiu ao amigo Manuel Bandeira sobre esse seu desejo: “Por mais que eu escreva agora direto e simples, ainda faço distinção entre escrever pra público e pra amigos. As cartas que mando pra você são suas. Se eu morrer amanhã não quero que você as publique”²⁰.

Já no final de sua existência, o escritor paulista tinha consciência do volume da sua produção epistolar – vislumbrando a possibilidade de sua correspondência se tornar uma obra para a posteridade – e do perigo que representava para sua vida, e de todos os envolvidos, suas cartas particulares virem a público. Segundo Moraes:

A possibilidade de que esse complexo material, revelador de intimidades e contraditório pela própria natureza, viesse um dia a se tornar público causava-lhe mal-estar. [...]. Parecia-lhe estar realizando uma “infâmia”, devassando ao olhar público o particular, nascido para ser sepultado na carta. Mário ressentia-se, nesse momento, que o escritor, o artista, por ter “uma vida pública, não pudesse ter uma vida particular” e dá o veredicto a Murilo Miranda, não enviará as cartas, não permitirá que as publique enquanto viver: “devia ser proibido a mostra pública de cartas particulares, por lei governamental”²¹.

Em 2015, veio a público uma carta de autoria de Mário de Andrade falando sobre a sua homossexualidade²² e gerando algumas polêmicas entre os estudiosos da sua correspondência. Como mencionamos anteriormente, o autor estabeleceu uma nítida diferença entre carta pública e privada, entre cartas publicáveis e não publicáveis. Mário não se refere apenas aos brasileirismos empregados em textos divulgados na imprensa, tinha também certa reserva em relação à sua vida pessoal. Portanto, ignorar essa classificação estabelecida pelo próprio escritor significa desconhecer aspectos da sua teoria epistolar. Evidentemente que existe o direito à informação e que não podemos de forma alguma censurar a publicação de uma carta. Contudo acreditamos que o estudo dessa carta privada poderá ser de maior utilidade para aqueles que se dedicam a estudar a sua biografia, não trazendo, todavia, grandes novidades em relação ao seu processo de criação.

19 ROCHA, Andrée Crabé, op. cit.

20 Apud MORAES, Marcos Antonio de (Org.). *Correspondência Mário de Andrade e Manuel Bandeira*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros – IEB/USP, 2000, p. 182. (Coleção Correspondência de Mário de Andrade; I).

21 MORAES, Marcos Antonio de, 2007, op. cit., p. 119-120.

22 COZER, Raquel. Carta de Mário vetada por herdeiro tem acesso liberado. *Folha de S. Paulo*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br>>. Acesso em: out. 2016.

AO ESCREVER CARTAS NÃO ESTAREI FAZENDO LITERATURA?

Ao vivenciar a práxis epistolar no seu dia a dia, em determinado momento Mário de Andrade começou a questionar se não estaria fazendo literatura:

Aquela pergunta desgraçada “não estarei fazendo literatura”?, “não estarei posando”?, me martiriza também a cada imagem que brota, a cada frase que ficou mais bem-feitinha, e o que é pior, a cada sentimento ou ideia mais nobre e mais intenso. É detestável, e muita coisa que prejudicará a naturalidade das minhas cartas, sobretudo sentimentos sequestrados, descrições estúpidas e processos, exageros, tudo vem de uma naturalidade falsa, criada sem pensar ao léu da escrita pra amainar o ímpeto da sinceridade, da paixão, do amor²³.

Essa questão levantada pelo autor é a questão central da epistolografia contemporânea, ela é bastante pertinente se pensarmos que as cartas sempre tiveram o seu “passaporte recusado na esfera do literário”²⁴. A análise de Mário de Andrade demonstra que o eu, embora carregue a marca da personalidade, deve ser entendido como um outro, ou seja, devemos considerar a existência dos autores múltiplos de um mesmo “eu”.

Para Matildes Santos, o eu que escreve testemunha e interpreta um outro, que viveu tempos atrás: “Sem dúvida, trata-se da mesma pessoa, mas sempre um outro, modificado pelas vicissitudes do tempo. Como, então, não duvidar que o relato não tinha sido contaminado pela química do imaginário?”²⁵.

Na mesma linha de reflexão de Matildes Santos, Marcos Antonio de Moraes afiança que há muitas formas de contar-se – esse eu reproduz as imagens da civilização que o concebeu, fazendo, de cada um, “outros”:

A experiência comum de quem escreve cartas não ignora que o carteador se modifica em graus diferentes, moldando-se pela imagem que tenciona mostrar ao outro, reflexo não muito distante das ações sociais que modelam o indivíduo em mil facetas da personalidade. Esse caráter particular e intransferível da carta determina um espaço narrativo subterrâneo, protegido pelo segredo, próximo de uma “encenação” do eu, consciente ou apenas movido pela intuição²⁶.

Diante do questionamento se estaria fazendo literatura, o autor percebeu que a carta como texto não está isenta de ficcionalidade e que o gênero epistolar, assim como outros gêneros, é híbrido: “Todos os gêneros se baralham, isso até Croce já

23 Apud MORAES, Marcos Antonio de, 2007, op. cit., p. 70.

24 Conforme Diaz, as cartas sempre foram reduzidas ao *status* subalterno de dados biográficos ou psicológicos, amarradas a um indivíduo, a uma história, reduzidas ao pessoal, ao íntimo, tendo seu passaporte sempre recusado na esfera do literário. DIAZ, Brigitte. *L'épistolaire ou la pensée nômade*. Formes et fonctions de la correspondance dans quelques parcours d'écrivains au XIX. Paris: PUF, 2002, p. 5.

25 SANTOS, Matildes, op. cit., p. 55.

26 MORAES, Marcos Antonio de, 2007, op. cit., p. 75.

decretou e está certo. Romances que são estudos científicos, poemas que são lirismo, contos que são poemas, histórias que são filosofias”²⁷.

Devemos acrescentar ainda que Mário é um dos poucos escritores brasileiros a conceder destaque ao gênero epistolar no processo de formação da Literatura Brasileira. Em outras palavras, o experiente epistológrafo Mário de Andrade já apontava a importância do Modernismo na consolidação do gênero epistolar no Brasil e propõe o estudo da Literatura Brasileira através das cartas:

Eu sempre afirmo que a literatura brasileira só principiou escrevendo realmente cartas, com o movimento modernista. Antes, com alguma rara exceção, os escritores brasileiros só faziam “estilo epistolar”, oh primores de estilo! Mas as cartas com assunto, falando mal dos outros, xingando, contando coisas, dizendo palavrões, discutindo problemas estéticos e sociais, cartas de pijama, onde as vidas se vivem sem mandar respeitos à excelentíssima esposa do próximo nem descrever crepúsculos, sem dançar minuetos sobre eleições acadêmicas e doenças do fígado: só mesmo com o modernismo se tornaram uma forma espiritual de vida em nossa literatura²⁸.

Na análise de Mário, o texto epistolar funciona como intertexto, ajuda a pensar o processo de maturação, de criação da obra literária. No dizer de Moraes:

A carta aparece, assim, estrategicamente, em segundo plano: como exercício que os iniciantes nas letras deveriam praticar antes de se aventurarem no delicado “piano” da criação literária. Era o espaço para o “treino”, o “adestramento” da escrita, para o enfrentamento diário de problemas “técnicos” da arte da palavra [...]. Escrever cartas vale como um conselho aos novos ficcionistas, apressados divulgadores de obras imperfeitas²⁹.

Não foi por acaso que Mário recomendou aos jovens escritores o exercício epistolar uma vez que essa prática propicia todas as eclosões literárias. Essa recomendação sinaliza o entendimento, por parte do escritor, de que a carta ocupa inegavelmente um lugar na esfera do literário, por isso a define como “violão da literatura”, uma espécie de estágio do aspirante ao mundo das letras antes de praticar o “piano da criação literária”.

Assim, o conceito de epistolografia desenvolvido pelo autor deve ser entendido à luz de uma teoria do hibridismo. Ele apontava a necessidade de uma reformulação teórica do gênero epistolar pois analisou o gênero epistolar a partir de um outro viés, de uma noção de identidade epistolar móvel, não de uma identidade fixa, ancorada em um único tempo e espaço, mas a partir de seu eterno nomadismo criativo e criador de novas formas.

A grande lição do escritor foi mostrar as armadilhas que o estudo de um gênero traz para a crítica. Como qualquer sistema de gênero, o epistolar repete a história e resiste a ela. A crítica do gênero tem por função consolidar o gênero estabelecido, determinando

27 MORAES, Marcos Antonio de, 2000, op. cit., p. 17.

28 ANDRADE, Mário. Amadeu Amaral. In ____ *O empalhador de passarinho*. São Paulo Martins/INL-MEC, 1972, p.182-183.

29 MORAES, Marcos Antonio de, 2007, op. cit., p. 110-111.

sua permanência e autonomia, sua convenção e transgressão. Mário fez mais do que adestrar os jovens escritores no ofício da criação literária, ele propôs uma releitura do gênero epistolar e da forma como vinha sendo praticado no Brasil daquele período.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do nosso percurso, verificamos que, a exemplo do texto literário, o texto epistolar também exige um trabalho de decodificação. Em outras palavras, a obra literária é destinada a um público de desconhecidos, enquanto a carta é dirigida a determinada pessoa, com quem se divide conhecimentos muito particulares. As cartas de Mário de Andrade foram aqui analisadas dentro de outra situação performativa, ou seja, o pacto epistolar entre remetente e destinatários foi rompido, a carta passou a ser objeto de contemplação teórica de um terceiro, o leitor, transformado numa espécie de *voyeur*.

Ainda que não tenha propriamente sistematizado a sua teoria epistolar, em seus comentários Mário apresenta o gênero como princípio dinâmico de produção, a carta é lida sob o duplo signo da convenção e da transgressão, no seu duplo estatuto de texto literário e não literário, documento, monumento, dentro de um plano micro e macrotextual, que delimita e excede limites. O autor soube reconhecer a principal característica do gênero epistolar, que é justamente a sua hibridez, e constatou em suas análises que a carta é um texto que apresenta a própria especificidade e resistente a classificações genéricas.

Para concluir, devemos destacar que muitas cartas de Mário de Andrade estão sendo organizadas em edições críticas, portanto, novas descobertas, novas reflexões poderão surgir da leitura de cartas inéditas. Contudo, saímos com a certeza de que para o escritor a carta é texto escrito a quatro mãos, um processo de criação compartilhada.

SOBRE A AUTORA

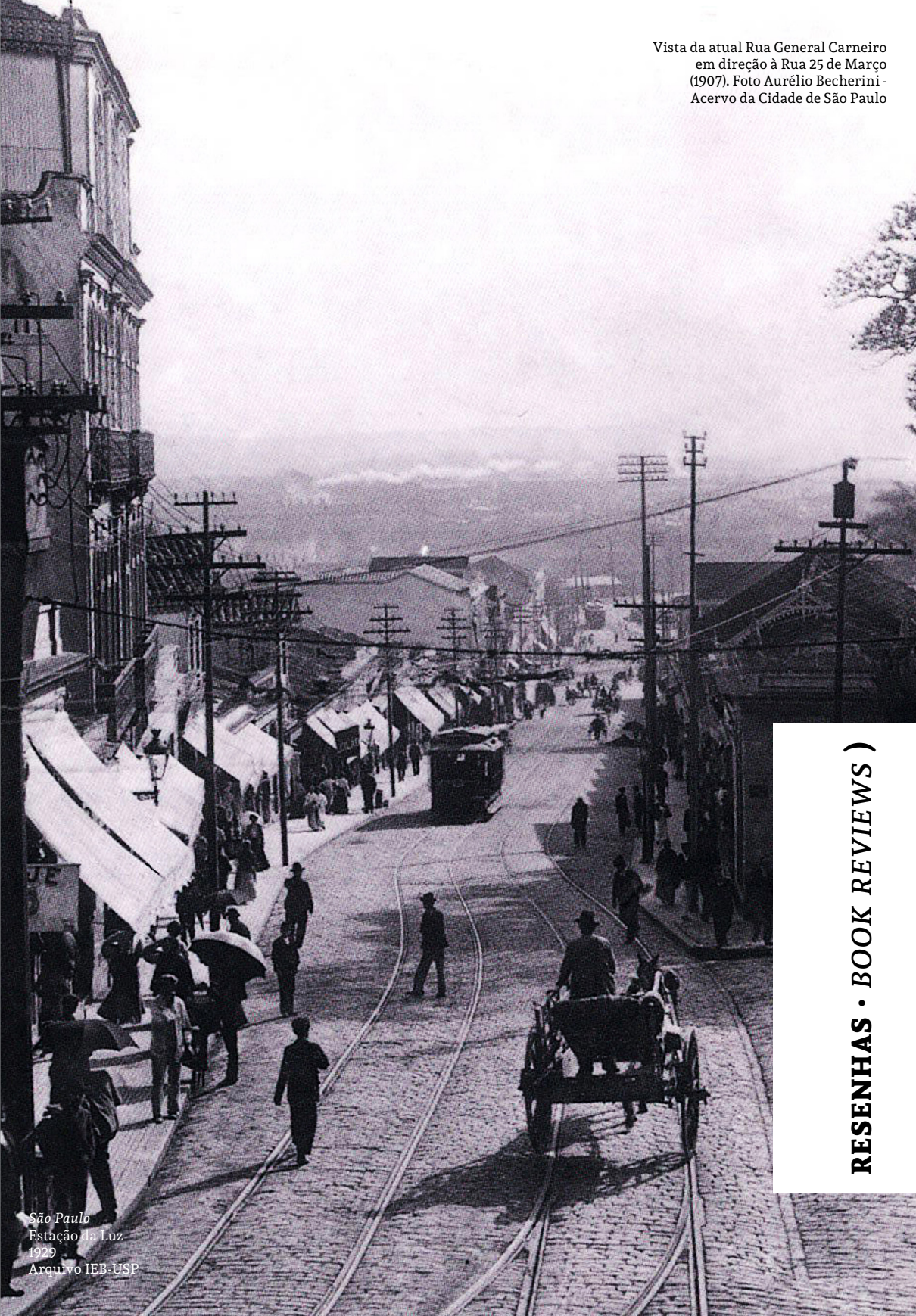
MARIA REGINA BARCELOS BETTIOL é doutora em Letras (Littérature Générale et Comparée) pela Université Sorbonne Nouvelle Paris III e pós-doutorada em Teoria da Literatura pela Universidade de Coimbra. Atualmente, é pesquisadora Capes PNPd na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões.

Email: mrbbettiol@yahoo.com.br

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL, Aracy (Org.). *Correspondência Mário de Andrade e Tarsila do Amaral*. São Paulo: Edusp/Instituto de Estudos Brasileiros (IEB/USP), 2001. (Coleção Correspondência de Mário de Andrade: 2).
- ANDRADE, Mário de. Amadeu Amaral. In: *O empalhador de passarinho*. São Paulo Martins/INL-MEC, 1972.
- _____. *Cartas a um jovem escritor*. De Mário de Andrade a Fernando Sabino. Ed. prep. pelo destinatário. Rio de Janeiro: Record, 1981.
- _____. *A lição do guru: cartas a Guilherme Figueiredo. 1937-1945*. Ed. prep. pelo destinatário. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- _____. *Querida Henriqueta: cartas de Mário de Andrade a Henriqueta Lisboa*. Ed. prep. pelo padre Lauro Palú. Rio de Janeiro: José Olympio, 1990.
- _____. *Vida literária*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1993.
- _____. *A lição do amigo: cartas de Mário de Andrade a Carlos Drummond de Andrade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- ARROU-VIGNOD, Jean-Philippe. *Le discours des absents*. Paris: Gallimard, 1993.
- _____. *L'écriture intime*. Montreal: Arcade, outubro 1986.
- BETTIOL, Maria Regina Barcelos. *A escritura do intervalo: a poética epistolar de Antônio Vieira*. São Leopoldo: Unisinos, 2008.
- _____. O colecionador Mário de Andrade e a defesa do patrimônio artístico nacional. *Revista literatura e debate* (URI), Frederico Westphalen, v. 9, n. 16, 2015, p. 57-68.
- BOSSIS, Mireille. *La lettre à la croisée de l'individuel et du social*. Paris: Kimé, 1994.
- CAMARGO, Ceci Ribeiro de. *Índice temático da correspondência ativa de Mário de Andrade: 1919-1945*. Porto Alegre: UFRGS, 1998.
- COZER, Raquel. Carta de Mário vetada por herdeiro tem acesso liberado. *Folha de S. Paulo*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br>>. Acesso em: out. 2016.
- DEMETRIUS. *On style* (Trad). Londres: Harvard University Press, 1973.
- DIAZ, Brigitte. *L'épistolaire ou la pensée nomade: formes et fonctions de la correspondance dans quelques parcours d'écrivains au XIX^e*. Paris: PUF, 2002.
- DIAZ, José Luis. Quelle génétique pour les correspondances?. *Genesis – Revue internationale de critique génétique*, n. 13, Paris, 1999, p. 11-31.
- GRASSI, Marie-Claire. *Lire l'épistolaire*. Paris: Dunod, 1998.
- FREIRE, Francisco Joseph (Cândido Lusitano). *O secretario portuguez*. Lisboa: Officina de Domingos Gonçalves, 1745.
- KAUFMANN, Vincent. *L'équivoque épistolaire*. Paris, Minuit, 1990.
- MORAES, Marcos Antônio de (Org.). *Cartas de Mário de Andrade e Murilo Rubião*. Belo Horizonte: UFMG/IEB/Giordano, 1995.
- _____. (Org.). *Correspondência: Mário de Andrade & Manuel Bandeira*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros (IEB/USP), 2000. (Coleção correspondência de Mário de Andrade: 1)
- _____. *Orgulho de jamais aconselhar*. A epistolografia de Mário de Andrade. São Paulo: EDUSP, 2007.
- ROCHA, Andréa Crabé. *A epistolografia em Portugal*. Coimbra: Almedina, 1965.
- SANTIAGO, Silviano (Org.). *Carlos e Mário: correspondência completa entre Carlos Drummond de Andrade e Mário de Andrade*. Prefácio e notas de Silviano Santiago. Organização e pesquisa iconográfica de Lélia Coelho Frota. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi, 2002.
- SANTOS, Matildes Demétrio dos. *Ao Sol Carta é Farol. A correspondência de Mário de Andrade e outros missivistas*. São Paulo: Annablume, 1998.

Vista da atual Rua General Carneiro em direção à Rua 25 de Março (1907). Foto Aurélio Becherini - Acervo da Cidade de São Paulo



RESENHAS • BOOK REVIEWS)

O romance da cidade da Bahia – e do Brasil

[*The novel of the city of Bahia – and Brazil*

Regina Zilberman¹

[PAIXÃO, OSB, dom Gregório; LOSE, Alicia Duhá (Coord. geral). *Livros do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia*. Editando 430 anos de história. Salvador: Memória&Arte, 2016. 5 v.

1. Em um de seus mais conhecidos sonetos, o parnasiano Olavo Bilac sugere a um poeta: “Longe do estéril turbilhão da rua,/ Beneditino, escreve!”. Na sequência, os versos sublinham a necessidade de isolamento e concentração, associada a um trabalho rigoroso com a palavra: “No aconchego/ Do claustro, na paciência e no sossego,/ Trabalha, e teima, e lima, e sofre, e sua!”².

Olavo Bilac pôde recorrer à imagem dos monges beneditinos, que, no silêncio do claustro, serenamente estudam ou escrevem, porque foram aqueles sacerdotes que, com amplo reconhecimento, encarregaram-se da conservação da memória e da cultura da humanidade. Com efeito, desde a fundação da Ordem de São Bento, no século VI, a educação e o ensino estiveram no horizonte das atividades de seus membros. Durante a Idade Média, os mosteiros beneditinos tornaram-se centros culturais, suas bibliotecas abrigando as obras remanescentes da Antiguidade. Não surpreende, pois, que a Universidade de Paris tenha se expandido a partir da Abadia de Cluny e que Umberto Eco, quando redigiu *O nome da rosa*, tenha situado a ação do romance em volta à biblioteca de um fictício mosteiro beneditino, imaginado a partir da tradição medieval de saber que emanava daquelas construções.

ZILBERMAN, Regina. O romance da cidade da Bahia – e do Brasil. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 65, p. 238-243, dez. 2016.

DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.voi65p238-243>

1 Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, Porto Alegre, RS, Brasil).

2 BILAC, Olavo. A um poeta. In: _____. *Poesia*. Org. Alceu Amoroso Lima. 2. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1959, p. 92.

Os primeiros beneditinos chegaram ao Brasil em 1581, edificando em Salvador, em 1582, o mosteiro que inauguraria a trajetória da Ordem no continente americano. Desde os anos iniciais, o mosteiro contava com respeitável biblioteca. E, coerente com o princípio de os mosteiros se apresentarem como “mantenedores da cultura eclesiástica e civil”³, como afirmam dom Gregório Paixão, OSB, e Dênia Gonçalves, o da cidade da Bahia não deixou de incorporar um Arquivo Histórico e responsabilizar-se pela guarda de documentos em que se registravam propriedades e fatos relativos à vida naquele local e nas regiões próximas. Esse material veio a formar os volumes de Livros do Tombo que, até recentemente de acesso muito restrito, foram publicados em formato de livro, em escrita legível de imprensa, e em formato digital, com transcrição linha a linha.

2. Os Livros do Tombo originais compõem-se de seis volumes, com desigual dimensão e número páginas. Neles, consta a transcrição, em manuscrito, da documentação que circulou entre 1552 e 1913, nas regiões das capitanias da Bahia, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Ilhéus, Rio de Janeiro e São Vicente, equivalendo hoje, pois, ao território que se estende do estado da Paraíba ao de São Paulo, quase sem descontinuidade.

Os volumes originais são fontes primárias em, digamos, estado puro e facultam o entendimento não apenas dos episódios de ocupação, povoamento e expansão territorial do Brasil, como também de organização familiar, rituais de vida e de morte, distribuição da propriedade, no período coberto pelos documentos. E ainda mais: favorecem o conhecimento das genealogias, o exercício do poder colonial, a atuação de figuras públicas no âmbito da política, da cultura e da religião. Isso no que diz respeito a seu conteúdo. Mas eles propiciam a compreensão de formas de tratamento, normas de composição de linguagem, modos retóricos de abordar questões complexas relativas à divisão das terras, à apropriação de heranças, à aceitação da morte. Questões dessa natureza, por sua vez, não são sempre idênticas, e os documentos proporcionam a localização das transformações históricas, quando

3 PAIXÃO, OSB, dom Gregório; GONÇALVES, Dênia. Adormecidos no colo de uma estante. In: PAIXÃO, OSB, dom Gregório; LOSE, Alicia Duhá (Coord. geral). *Livros do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia*: Editando 430 anos de história. Salvador: Memória&Arte, 2016, v. I, p. 23.

elas sucedem, ou das continuidades, quando as ocorrências revelam-se rotineiras. Assim, estabelece-se um gênero de discurso associado à maneira de redigir dos tabeliães e seus representantes, que se enraíza na língua empregada no Brasil pelos que exercem aqueles cargos e que se converte no chamado estilo bacharelesco, tão frequente ainda hoje, e que, desde a geração de Machado de Assis, com o decisivo aporte irônico desse escritor, torna-se objeto de sátira ou de paródia.

Por último, e não menos importante, os Livros do Tombo apontam para um modelo de suporte documental que não pode ser ignorado. Os registros valem-se de determinada espécie de papel, emprega-se certo exemplo de letra cursiva, os tabeliães utilizam tinta com características específicas, estas sendo inclusive responsáveis pelas dificuldades de identificação das palavras originais e pela deterioração do fundamento físico. Há aqui uma segunda história narrada, a da transmissão da palavra escrita à época anterior à difusão dos meios tecnológicos de impressão tipográfica, sinalizando o que representava manter documentos destinados ao futuro diante de tal precariedade.

Nunca é excessivo sublinhar a relevância dos Livros do Tombo não apenas enquanto documentos e fontes primárias, mas também enquanto matéria-prima de uma história que extravasa o assunto que expressa. O olhar de nosso tempo, esgotado o entusiasmo com a modernidade e com seus frutos, esses muitas vezes assinalados pela incompreensão da alteridade e pela barbárie, tem-se voltado, curiosamente esperançoso, para o passado, na busca das raízes, dos momentos de ruptura, da compreensão do que aconteceu e do que poderia ter sido diverso. Os Livros do Tombo podem oferecer várias e profundas respostas, que falam de nosso povo ao longo de vários séculos.

3. A reedição dos volumes dos Livros do Tombo mostrava-se, pois, necessária e urgente. Contudo, a execução de uma tarefa de tal natureza e envergadura requer um conjunto de medidas, a começar pela invocação da paciência beneditina a que se refere Olavo Bilac em seu famoso soneto. É um processo que demanda tempo, dedicação e vocação, exigências, como se vê, próprias a quem opta pela atividade sacerdotal. Nada mais perto dessa que o desempenho do pesquisador incumbido de lidar com fontes primárias. Com efeito, há um tanto de sacerdócio na ação das pessoas que elegem o exercício do labor científico: cabe acreditar no trabalho executado, ainda que não se tenha certeza de que os resultados previstos serão alcançados; há que tomar alguma distância do “estéril turbilhão da rua” lembrado pelo poeta parnasiano; torna-se necessário operar coletivamente, ignorando preferências ou ambições individuais.

A natureza coletiva e plural da pesquisa, especialmente quando se trata de lidar com fontes primárias, não se materializa, porém, sem apoio institucional. Eis outra exigência: buscar o endosso público representado pela universidade, a academia, as agências de fomento. E todas essas carregam consigo a hipótese para garantir a concretização de outro dos pleitos: o financiamento.

Pesquisar não é barato, independentemente do significado que se dê a esse adjetivo. Tem um custo existencial, porque envolve parte – e talvez parte bem substancial – da vida dos pesquisadores. E supõe muitas despesas, nem sempre disponíveis no âmbito

das instituições em que atuam as pessoas encarregadas do trabalho de investigação científica. Agências de fomento justificam sua existência desde esse patamar: elas cooperam, com auxílios financeiros e recursos humanos, para o desenvolvimento das etapas relativas às descobertas e arranjo dos dados. Mas dificilmente bastam quando se trata de conferir visibilidade ao produto obtido. A busca de financiamento é igualmente uma ocupação árdua, que pesquisadores nem sempre conseguem evitar.

A operação de reedição dos volumes dos Livros do Tombo passou por todos esses estágios: contou com uma equipe solidária e competente, liderada por dom Gregório Paixão, OSB, e pelas professoras Célia Marques Telles e Alicia Duhá Lose, vocacionadas para a pesquisa com fontes primárias e engajadas na formação de recursos humanos igualmente comprometidos com o beneditino esforço de recuperação e restauração de documentos; dispôs do apoio do Mosteiro de São Bento da Bahia, que, por mais de uma década, liberou o acesso às preciosidades de seu acervo, além de acompanhar, fomentar e cooperar com a realização de suas metas, e da Universidade Federal da Bahia, que disponibilizou os pesquisadores responsáveis para a execução de estudos, que certamente excediam suas horas de docência e orientação; recebeu suporte das principais agências federais e estaduais da Bahia para alavancar, com bolsas e auxílio, as atividades iniciais e básicas de busca e exploração do material; e, por último, mas não menos importante, encontrou na Petrobras a parceira para financiar a divulgação dos livros impressos e digitais, na esteira do reconhecimento, por parte da Unesco, do incalculável valor do acervo do Mosteiro de São Bento.

4. O resultado é notável, pois oferece ao leitor, seja ele pesquisador, interessado ou simpatizante, dois conjuntos de obras. De uma parte, a edição semidiplomática e fac-similar *on-line*⁴, que, de maneira didática, coloca o usuário perante cada um dos volumes na sua escrita original, cotejada à transcrição para letra de imprensa. Além disso, fornece informações sobre o projeto e a equipe de trabalho, e ainda responde a questões que o internauta menos familiarizado com o tema pode eventualmente ter feito a si mesmo enquanto transitava pelo site.

A edição impressa difere da edição digital, o que significa que o melhor cenário é dispor de ambas. Compõe-se de cinco volumes em papel couché, em capa dura e dimensões de 29,7 cm de altura e 21 cm de largura. O primeiro volume, nomeado Livro de Arte, contém as informações sobre o projeto, fotografias do material original, do Mosteiro de São Bento e de seu acervo, além de primoroso estudo sobre o conteúdo e os discursos dos Livros do Tombo, de autoria de Célia Marques Telles, Alícia Duhá Lose, Marla Oliveira Andrade, Aldacelis dos Santos Lima Barbosa e Livia Borges Souza Magalhães.

A matéria dos livros originais distribui-se pelos demais volumes: o segundo abriga o Livro Velho, o terceiro reproduz o Livro I, o quarto contém o Livro III, e o último divide-se entre o Livro II e o Livro IV. O Livro V não requereu um volume adicional,

4 LIVROS DO TOMBO do Mosteiro de São Bento da Bahia. Disponível em: <<http://saobento.org/livrosdotombo>>. Acesso em: out. 2016.

porque, preparado à sua época para a transcrição de documentos, não chegou a ser utilizado.

O conjunto não é apenas bom; é também belo, e esse adjetivo, que acompanha a arte e dá conta de nossa percepção diferenciada diante de produtos destinados a produzir um efeito estético, não pode ser mais justo para avaliar os Livros do Tombo lançados em 2016. Porque é um tipo de obra de arte que temos diante de nós, o romance que conta a história do Brasil e, em particular, da Bahia e de sua cidade-sede. Lá estão protagonistas de nosso passado, e não em sua versão mítica, mas enquanto seres humanos, históricos e decididos.

Dentre essas figuras, em meio das quais se destacam a família dos Garcia d'Ávila, Gabriel Soares de Souza, Bernardo Vieira Ravasco, Gregório de Mattos, Duarte Coelho e Mathias de Albuquerque, personalidades da história nacional e da literatura brasileira, caberia salientar Catarina Alvares, a Caramuru, como é designada em muitos documentos. Ainda que celebrizada por Santa Rita Durão em seu poema épico, e depois por poetas, ficcionistas e historiadores da literatura (como Ferdinand Denis, nos *Resumos da história literária de Portugal e do Brasil*), a esposa de Diogo Alvares Correia apaga-se à sombra do marido e até da irmã Moema, cujo final trágico rendeu versos e narrativas que se estendem do século XVII à atualidade⁵.

Com efeito, Catarina não experimentou o destino fatal de Moema, Lindoia ou Iracema, o que a coloca na contramão de certa representação da mulher indígena na literatura nacional do passado e do presente. Talvez por isso tenha permanecido em um segundo plano próximo do esquecimento. Os Livros do Tombo recuperam seu protagonismo e induzem a repensar o papel da mulher nativa, de etnia indígena, na história do Brasil desde seus primeiros anos de ocupação e povoamento.

Eis mais um dos tantos méritos compartilhados pelos *Livros do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia*, razão por que devemos nos congratular por sua edição, esperando que essa motive novas pesquisas que enriqueçam o patrimônio constituído pela memória cultural de nosso país.

SOBRE A AUTORA

REGINA ZILBERMAN é professora adjunta de Literatura Portuguesa do Programa de Pós-Graduação em Letras do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

E-mail: reginaz@portoweb.com.br

5 Cf. RIBEIRO, Maria Aparecida. Moema, um episódio romântico no Barroco brasileiro e suas projeções até os nossos dias. *Veredas 19* (Santiago de Compostela, 2013), p. 71-92.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BILAC, Olavo. A um poeta. In: _____. *Poesia*. Org. Alceu Amoroso Lima. 2. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1959.
- PAIXÃO, OSB, dom Gregório; GONÇALVES, Dênia. Adormecidos no colo de uma estante. In: PAIXÃO, OSB, dom Gregório; LOSE, Alícia Duhá (Coord. geral). *Livros do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia*. Editando 430 anos de história. . Salvador: Memória&Arte, 2016, v. I.
- RIBEIRO, Maria Aparecida. Moema, um episódio romântico no Barroco brasileiro e suas projeções até os nossos dias. *Veredas* 19 (Santiago de Compostela, 2013), p. 71-92.

Viagem à América

[*Voyage to America*

Marcelo Maraninchi¹

[COSTA, Hipólito José da. *Diário da minha viagem para Filadélfia*. Edição crítica: Tânia Dias. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

De Lisboa, em fins do século XVIII, Hipólito José da Costa parte, na corveta William, rumo aos Estados Unidos. Formado por Coimbra, em direito e ciências naturais, o jovem vai em missão oficial. Visita Filadélfia, Boston, Nova York. Tem contato com estudiosos de botânica, Bartram e Hamilton, e conhece o presidente do país, John Adams. Comparece até mesmo a um baile de aniversário do general Washington, mas, quando este morre, meses depois, não vai às exéquias – faltam-lhe trajes e crédito². Na América, busca dados sobre a cochonilha e as culturas do arroz, açúcar, tabaco e algodão. Sua viagem responde a interesses políticos e econômicos da Coroa: segue a diretriz administrativa colonial de modernizar o cultivo agrícola e a extração das minas. Seu olhar é pautado pelas instruções de d. Rodrigo de Sousa Coutinho e do frei José Mariano da Conceição Veloso, e pelos manuais que orientavam a prática de observação dos viajantes³. Nos cadernos que leva consigo, desenha para ocupar o tempo e reter imagens que lhe despertam a atenção: barcos, a torre de Belém, instrumentos de cultivo.

MARANINCHI, Marcelo. Viagem à América. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 65, p. 244-250, dez. 2016.

DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.voi65p244-250>

1 Universidade de São Paulo (USP, São Paulo, SP, Brasil).

2 “Hoje se fizeram as honras funerárias ao General Washington a que eu não assisti por não ter luto nem dinheiro para comprar; porém tenho a descrição que foi publicada na Gazeta.” COSTA, Hipólito José da. *Diário da minha viagem para Filadélfia*. Edição crítica: Tânia Dias. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016, p. 173.

3 A indicação de obras e autores que compõem o repertório de Hipólito José da Costa, funcionando como matrizes do *Diário*, é um dos méritos da introdução elaborada por Tânia Dias.

Minucioso no relato de instituições civis e sobretudo técnicas de semeadura e colheita, no que atende à orientação de d. Rodrigo, o *Diário da minha viagem para Filadélfia* é composto também do registro da vida cotidiana e da colagem de trechos curtos, traduzidos de obras científicas. Cobre o período de outubro de 1798 a dezembro de 1799 e interessa como documento da formação do autor e do projeto de modernização da Coroa, em meio ao processo de autonomia política e constituição dos Estados do novo mundo. O *Diário* nos mostra, passados dois séculos, fragmentos dos primeiros tempos de um país independente e republicano, pelo ângulo de um membro da elite luso-brasileira, ainda sob o regime antigo. A diferença entre o viajante e o país onde desembarca é parte do encanto do texto, dotado de estilo espontâneo, que envolve o leitor em passagens de lirismo inesperado. O encontro de Hipólito José da Costa com John Adams, em 1^o de janeiro de 1799, é ilustrativo da diferença:

Hoje fui apresentado pelo nosso Ministro ao Presidente dos Estados Unidos John Adams. Ele todas as terças-feiras faz o seu *levee*, e hoje era além de dia de *levee* dia de ano-bom que aqui celebram muito. A casa constava de uma antessala, ou sala de espera onde estavam dois criados de farda, e onde as pessoas que entravam deixavam os seus capotes (e alguns mesmo o chapéu); havia depois desta sala mais duas, uma onde estava o Presidente, e outra onde havia uma mesa com ponche, vinho, e uns bolos doces, que todas as pessoas eram obrigadas a provar segundo a etiqueta, e que alguns comiam a fartar. O Presidente estava de pé de casaca, espada, e chapéu debaixo do braço conversando com alguma das Pessoas que ali se achava; quando se entra, dirige-se a ele e se lhe faz um cumprimento ele pega na mão, pergunta pela saúde, e diz mais alguma coisa, a mim me perguntou que tal achava o seu País, depois disto, todas as pessoas conversam umas com as outras, mesmo passeiam pela casa e o mesmo Presidente muda de lugar frequentemente de modo que estão todos confundidos sem ordem ou arranjo de etiqueta; os Senadores e pessoas mais qualificadas que entraram vinham uns de botas, outros sem pós no cabelo, casacas velhas quase todos, vieram a pé a maior parte; de sorte que à exceção dos ministros estrangeiros, todo

o resto respirava muito pouca civilização, e maneiras polidas; à saída não se lhe fez outro cumprimento que uma vênha com a cabeça a que ele correspondeu igualmente⁴.

Se aqui predomina o reproche aristocrata, o *Diário* revela em muitas passagens o apreço do autor pela simplicidade. No baile em honra do presidente, em 16 de janeiro, transparece a mistura de desagrado e aprovação; um pouco mais favorável, apenas, à rusticidade norte-americana. Hipólito José da Costa observa que “a má disposição reinou em tudo”. Elogia, porém, o estado de espírito dos participantes e a tranquilidade com que transcorre o evento:

[...] as mesas à ceia não tinham criados para servir, não tinham pratos para se mudar; não havia facas e garfos senão de ferro; não se mudavam nem lavavam; a harmonia reinava por toda a parte, nada de descontentamento, nenhuma perturbação nem inda fora com as imensas carruagens que havia, criados, etc., se ouviu uma só bulha apesar de não haver guardas absolutamente; mas este sossego é o caráter geral da Nação; o Ministro de Portugal gozou das primeiras honras em tudo depois do Presidente. As gazetas atestam que é a maior função que aqui se tem feito; o que me dá a entender que nunca nos E.U. se viu uma função brilhante⁵.

A edição crítica do *Diário*, a cargo de Tânia Dias, difere das anteriores – a última foi publicada no Brasil em 2004⁶ – no tratamento do texto e na descrição minuciosa do manuscrito. Contém uma introdução crítico-filológica, mais a análise das razões da viagem e da linguagem descritiva usada pelo autor. A pesquisadora da Fundação Casa de Rui Barbosa sublinha a relevância da obra para a concepção de jornal desenvolvida por Hipólito José da Costa; alude à possibilidade de seu preparo modelar a prática dele, mais tarde, como editor do *Correio Braziliense*, e o formato assumido pelo jornal – teria inspirado, por exemplo, a seção Comércio e Arte, de temas diversos. A hipótese é desenvolvida de modo sucinto e anunciada como objeto de um trabalho futuro, sobre “a constituição de uma voz narrativa que se esboça nos escritos íntimos e oficiais e que se consolida nas páginas do *Correio Braziliense* entre os anos de 1808 e 1822”⁷.

Para o estabelecimento do texto, Tânia Dias ancorou-se no manuscrito autógrafo – códice de 20,5 cm de altura por 16 cm de largura, escrito a tinta preta, conservado na Biblioteca Pública de Évora, em Portugal –, ocupando-se da padronização e atualização gráficas. A introdução crítico-filológica do volume explica e fundamenta em detalhe as escolhas da edição. Foram atualizados, em sua maioria, os ditongos (p. ex., *pexe* > *peixe*, *pateo* > *pátio*, *chapeo* > *chapéu*), a posição do til (*razaõ* > *razão*), a grafia de vogais (*curveta* > *corveta*, *quazi* > *quase*) e a acentuação. Em casos específicos, conservaram-se

4 Ibidem, p. 29.

5 Ibidem, p. 40.

6 COSTA, Hipólito da. *Diário da minha viagem para Filadélfia: 1798-1799*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2004.

7 DIAS, Tânia. A escrita diária de uma “viagem de instrução”. In: COSTA, Hipólito José. *Diário da minha viagem para Filadélfia*. Edição crítica: Tânia Dias. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016p. XXIX.

variantes dicionarizadas (tais como *doirado* e *desembarcadoiro*). Palavras em inglês e nomes próprios, quando grafados em desacordo com a regra atual, e outros termos ou construções interpretados como deslize foram corrigidos. O apóstrofo indicador de elisão (*d'oiro, d'arma, mão d'obra*), neologismos (*farinoso, barrilinho, asserpentinadas*), inclusive os de origem francófona (*plesanteria*) e anglófona (*New Amsterdão, café house*), assim como a concordância e a sintaxe seguiram a lição do autor.

Além da escrita inventiva, o *Diário* apresenta uma pontuação “particularíssima”, consistentemente abordada pela organizadora no texto introdutório. Os casos de troca de pontuação no trabalho de fixação do texto são explicitados na introdução, como os dois-pontos substituídos por vírgula ou ponto e vírgula. Suprimiu-se o sinal de igualdade, empregado com frequência no manuscrito para indicar pausas e abrir parágrafo, em prol da legibilidade; conservado o sinal, o leitor talvez pudesse se ver um pouco mais próximo do *trabalho sujo* do manuscrito. A pesquisa cuidadosa municia o aparato crítico, no rodapé, referenciando nomes de pessoas, obras e lugares, assim como notícia variantes e aspectos de interesse genético, a exemplo de acréscimos e rasuras. Na introdução, Tânia Dias procura caracterizar o *Diário* como escrita em vaivém, baseando-se no manuscrito, que conserva indícios das temporalidades diversas de sua gênese.

ETHOS ILUSTRADO E ESTILO DO TEXTO

Há dois aspectos interessantes pelos quais se percebe a inclinação ilustrada de Hipólito José da Costa. Um deles diz respeito ao gosto dos experimentos científicos. Cruzando o Atlântico, aborrecido com a dificuldade de anotar com precisão o percurso do navio, o viajante cria um método novo: “O trabalho que me dava o fazer a derrota calculada pelas tabuadinhas me fez imaginar um método mais fácil, por meio de um instrumento que inventei, e que pretendo mandar fazer de latão logo que chegar a Filadélfia”⁸. Nos Estados Unidos, interessa-se pelo tempo de duração da água até se corromper: “Hoje pelas 10 horas enchia uma garrafa de água da bomba para experimentar quanto tempo dura até se corromper; e vou assentando o estado da atmosfera pelo termômetro de Fahrenheit”⁹. Também a relação do autor com a cultura escrita é digna de nota. A bordo da corveta, recomenda a um soldado suíço que deseja regressar à Saxônia que tome um navio hamburguês. A ideia não agrada ao outro: “a razão que me deu foi que em tais Navios costumavam fechar os homens no porão e mandá-los violentamente para a Índia”. A princípio Hipólito não crê na justificativa do soldado. Seu caso, digamos, é de ler para crer: “Não lhe dei muito crédito mas lendo hoje as viagens do Dr. Thunberg lá achei este costume praticado na Holanda, e diz mais: que em Amsterdã há malvados que vivem de furtar homens

8 *Ibidem*, p. 5.

9 Segue: “Um sujeito me disse que no tempo de verão tinha deixado um copo d’água descoberto sobre um cemitério desta cidade por uma noite; ao outro dia tinha evaporado uma terça parte e o resto tinha a consistência de geleia mole com um grande sedimento de cor amarela, e fétida”. *Ibidem*, p. 41.

chamados *kidnappers*¹⁰. O curioso é que, logo na sequência, a palavra escrita seja duplamente desmentida pela experiência. A tábua de mantimentos dos marinheiros, afixada no navio, prevê o menu para cada dia da semana: carne de porco e ervilhas aos domingos; às segundas, feijão e batatas; às terças, carne de porco e feijão. Ao lado, no manuscrito, o autor acrescenta: “Esta tábua que é em consequência de um ato do Congresso nunca foi executada a bordo do meu Navio”¹¹.

O *Diário*, sob o ponto de vista do estilo, é bastante marcado pela oscilação de idioma. Quando trata dos colonos que vão se estabelecer no interior do país, a oscilação mostra-se ampliada: constroem “uma casa em dois dias cruzando os paus, que têm cortado em 24 horas”, derrubam o mato em redor, passam a plantar trigo e milho, “e eis aqui em 4 ou 5 anos um *farmer* que vive muito *comfortable*, como eles dizem, e que se é um homem d’indústria é um membro da assembleia e um *respectable citizen*”¹².

Mais ainda, o estilo do *Diário da minha viagem para Filadélfia* é assinalado pela transição brusca. Assim como o autor passa de imediato daquilo que reprova para o que elogia, no relato do baile em homenagem ao presidente Adams, há várias sequências de corte abrupto que produzem no leitor efeito de disparate. No dia de Natal, em Filadélfia, Hipólito José menciona o sermão na Igreja Saint Mary, católica, e a prédica noturna em uma igreja metodista. A narrativa salta, na sequência, das cerimônias ligadas ao nascimento de Cristo para o meretrício espalhado pela cidade:

Há em todas as Igrejas assentos fechados para todas as famílias que pagam por eles um tanto, por ano: esta renda com as esmolas que sempre se tiram nos *meetings* ou ajuntamentos das festas faz a sustentação das Igrejas e Eclesiásticos, de todas as Religiões, e mesmo dos católicos. As prostitutas em Filadélfia são tantas que inundam as ruas de noite, de modo que em se vendo na rua mulher sem homem é indefectivelmente porém as suas casas são sempre isentas de perigos, o contrário que em outras partes da Europa¹³.

Pode ser que a escrita fluente e despreocupada de olhos alheios bem como as circunstâncias materiais, dimensões do suporte e disponibilidade de tempo tenham levado ao efeito involuntário. Ou, quem sabe, o pudor de Hipólito José, que guardava os domingos, explique a desarticulação do trecho. Ao mesmo tempo em que condensa a descrição dos costumes e o pouco caso com as formalidades de estilo

10 Ibidem, p. 4.

11 Ibidem, p. 5.

12 Ibidem, p. 118.

13 Ibidem, p. 26.

ou o encadeamento lógico do relato, o excerto guarda a particularidade de transitar sem peças entre os assuntos, como em várias páginas da obra¹⁴.

O interesse em recolher elementos para estudos futuros¹⁵ e as recomendações de Veloso e Coutinho, que orientam o olhar de Hipólito José da Costa, não eliminam a notação livre, e de certo modo inútil, da experiência. A “Memória” e as cartas a d. Rodrigo de Sousa Coutinho, organizadas como *Copiador e registro de cartas de ofício*, além dos seis cadernos de observações e um caderno de arranjos, liberam o futuro editor do *Correio Braziliense* para esses escapes. No *Diário*, registra a saúde e o tédio, faz autocríticas ou promessas¹⁶, sem empregar a dicção confessional. Combina, por vezes, o registro de interesse científico com peripécias romanescas. É o caso do episódio em que, chegando a Nova York, o viajante descreve a paisagem urbana, as baterias insuficientes que a protegem, os cais e armazéns ao longo da praia, os edifícios regulares e, enfim, as ruas, “pela maior parte muito estreitas”¹⁷. As construções de madeira, sujeitas a incêndios frequentes, impondo a necessidade de uma defesa civil bem organizada, introduzem a anedota: “hoje pegou fogo em uma casa junto à estalagem em que Eu estava, e Eu vendo a proximidade do mal peguei na minha mala às costas, e não parei com ela senão na outra extremidade da cidade”¹⁸. Assim como períodos cômicos, o *Diário* conta com passagens de lirismo inesperado, como a comparação suscitada em New Castle, quando Hipólito José acabara de aportar nos Estados Unidos. “A névoa que tinha caído e enchia as ruas era perfeitamente semelhante ao caramelo doce que se vende em Lisboa”¹⁹, ele diz.

14 “É tal a escassez do dinheiro de ouro nos E. U. que o incômodo de levar os *dollars* nas viagens etc. obriga a entregá-los a um banco que dá por ele um certificado em papel, bem aceito sim em toda a parte, e pelo mesmo banco sempre que se queira outra vez a prata. O tabaco sendo uma mercadoria proibida em Portugal e Espanha, e sofrendo em Inglaterra muitos impostos, os Americanos exportam muito pouco, e só para a França.” *Ibidem*, p. 12. Ou ainda: “Tendo variado muito o tempo e o vento estas 24 horas e estando o dia muito escuro se deitou a sonda mas não se achou fundo; eram 2 horas. Os Pilotos da barra em Filadélfia ganham de meter uma embarcação dentro meio *guinea* por cada palmo de água que demanda o vaso: por exemplo se o Navio demanda 14 palmos de água o Piloto ganha 7 *guineas*. Os Ingleses chamam a uma mãe d’água que cuida ser o [espaço em branco] de *Lineu portuguese man-of-war* (militar português)”. *Ibidem*, p. 14.

15 Tânia Dias apresenta o *Diário* como “uma escrita pessoal, de certa forma descompromissada com o registro formal, que tinha como objetivo apenas reunir observações para futuros estudos sistematizados”. DIAS, Tânia, *op. cit.*, p. xviii.

16 “Hoje tive notícia da Sociedade Filantrópica de Londres que por meio de subscrições particulares fez um estabelecimento de rapazes pobres para os aplicar às artes. Este estabelecimento devo Eu estabelecer no Rio Grande inda à custa de grande parte do meu patrimônio.” *Ibidem*, p. 6.

17 *Ibidem*, p. 84.

18 *Ibidem*.

19 *Ibidem*, p. 21.

SOBRE O AUTOR

MARCELO MARANINCHI é mestrando em Culturas e Identidades Brasileiras no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP), sob a orientação da professora doutora Telê Porto Ancona Lopez.
E-mail: marcelo.maraninchi@usp.br

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COSTA, Hipólito José da. *Diário da minha viagem para Filadélfia*. Edição crítica: Tânia Dias. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.
- _____. *Diário da minha viagem para Filadélfia: 1798-1799*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2004.
- DIAS, Tânia. A escrita diária de uma “viagem de instrução”. In: COSTA, Hipólito José. *Diário da minha viagem para Filadélfia*. Edição crítica: Tânia Dias. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016, p. XXIX.



Antonietta Penteado da Silva Prado com
uma sombrinha na mão, em pé, em um
caminho, posando para a foto [1907]
Acervo: Caio Prado Júnior - IEB/USP

**DOCUMENTAÇÃO •
DOCUMENTS)**

A produção do “olhar urbano” na primeira década do século XX, na cidade de São Paulo

*[The production of the “urban look” in the first decade of
the twentieth century, in the city of São Paulo*

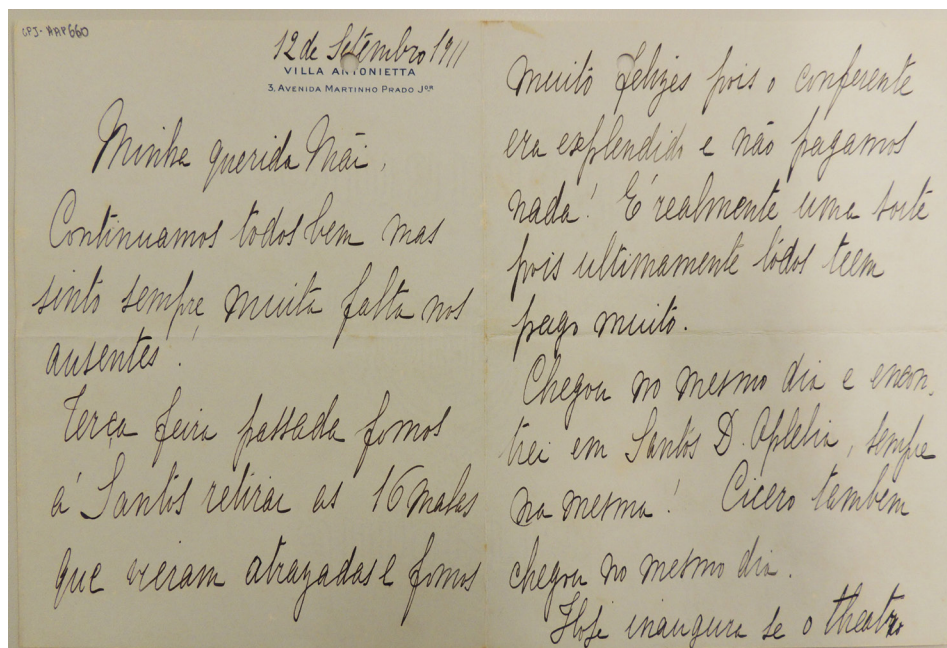
Jaime Tadeu Oliva¹

OLIVA, Jaime Tadeu. A produção do “olhar urbano” na primeira década do século XX, na cidade de São Paulo. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 65, p. 252-259, dez. 2016.

DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.voi65p252-259>

¹ Universidade de São Paulo (USP, São Paulo, SP, Brasil).

No arquivo do IEB está depositada a documentação do grande historiador Caio Prado Júnior, um dos maiores intelectuais brasileiros. Esse acervo reúne um conjunto de 17.414 documentos. Desses, 9.901 dizem respeito à sua vida familiar e doméstica. E é justamente nesse segmento da documentação que se encontra uma carta, datada de 12 de setembro de 1911, da mãe de Caio Prado Júnior, dona Antonietta², dirigida à sua mãe, dona Ana Paulina de Lacerda Franco, que é, portanto, avó materna de Caio Prado.



Manuscrito da carta de Antonietta Álvares Penteadó para Anna de Lacerda de Álvares Penteadó (1911). Arquivo IEB – Acervo Caio Prado Júnior

2 Nascida em 1880 como Antonietta Álvares Penteadó e após o casamento (1895) com Caio da Silva Prado, Antonietta Penteadó da Silva Prado.

Municipal. Se grande ~~entusiasmo~~
 O teatro de lá ~~é~~ ~~contrastado~~
 demais com ~~o~~ ~~estado~~ ~~que~~ ~~o~~ ~~estado~~
 D. Albertina ~~está~~ ~~bem~~ ~~d'idade~~ ~~que~~
 cá estamos. ~~Estamos~~ ~~em~~ ~~Coimbra~~
 as quintas e ~~Em~~ ~~mingos~~, ~~Sylvio~~
 também ~~está~~ ~~no~~ ~~tempo~~.
 Fize Stella de um che para
 festejar a D. Stella, tanto elle
 como os irmãos e as minhas mães

Fortes do que em Paris.
 Chamamos o Dr. Buscaglia para
 ver o Eduardo que estava de concando
 muito, porém elle nada encontrou
 de anormal to' os aconselhos
 que lhe não permitisse cessar algum
 durante alguns annos. É uma mal-
 sade pois o Eduardo por demais e
 elle ficou triste por não acompanhá-
 lo em! He uma ~~doença~~ e um cheque
 para umas costas. que esqueci de trazer.
 agradeço d'idade sua e peço que desculp
 a máhada. O netinho o ~~peço~~

Pelo teor da carta percebe-se que dona Ana Paulina, juntamente com seu marido, Antonio Álvares Penteados (o conde de Álvares Penteados), encontrava-se em Paris³. Essa é a razão da carta, pois em São Paulo viviam no mesmo bairro e dividiam a mesma quadra onde se encontrava a Villa Penteados (casa dos pais de dona Antonietta)⁴ e a Villa Antonietta, onde morava a família de Caio Prado Júnior. Tudo indica que, um pouco antes, estavam todos na Europa, e a família de dona Antonietta voltou primeiro, daí a distância e a comunicação epistolar. A carta traz o timbre da Villa Antonietta, e nela, de forma bastante informal e rápida, dona Antonietta dá notícias de dona Albertina, sua sogra – dizendo que agora ela está bem, com a presença da sua família –, e de seus irmãos (Sylvio e Stella) à sua mãe, assim como dá notícias dos netos (entre eles Caio Prado, com 4 anos de idade). Repercutiu os trâmites do desvencilhamento das bagagens, chegadas atrasadas no porto de Santos, e por fim o lado funcional da comunicação, que encaminha uma lista e um cheque para que

3 Tudo indica que o casal ali permaneceu até o falecimento de Antonio Álvares Penteados em 1912 na capital francesa.

4 Em 1902, o conde Antônio Álvares Leite Penteados, fazendeiro de café e industrial paulista, detentor de grande fortuna, mandou construir suntuoso palacete em estilo *art nouveau*, com projeto do arquiteto sueco Carlos Ekman. O palacete foi o lançador do estilo em São Paulo, decorado com estátuas, mobiliário, vitrais e mármore europeus, além de apresentar grande área verde. A Vila Penteados, como ficou conhecida, ocupava toda a quadra entre a Avenida Higienópolis e as ruas Sabará, Maranhão e Itambé. Seus herdeiros doaram a propriedade à Universidade de São Paulo, instalando-se, em seus fundos, a sede dos cursos de pós-graduação da FAU-USP, na Rua Maranhão, tombada pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico – Condephaat em 1978.

sua mãe providenciasse compras suplementares que dona Antonietta não conseguiu fazer por ocasião de sua estadia.

Apesar de a comunicação revestir-se praticamente só de assuntos domésticos e familiares, bem inscritos numa rotina sem sobressaltos, um assunto público interrompe a narrativa da carta, pela coincidência da data e com certeza pela força de seu impacto: “Hoje inaugura se o theatro Municipal. Há grande enthusiasmo. O theatro está lindo e contrasta com os casebres que o rodeiam”. A seguir os assuntos domésticos são retomados. É essa irrupção, um pouco surpreendente, que será interpretada na sequência desse texto. As obras do Theatro Municipal iniciaram-se em 1906. Essa era a primeira grande e ousada empreitada de um poder público recente, a Prefeitura de São Paulo, órgão executivo fecundado no interior da Câmara de Vereadores da cidade. O primeiro prefeito foi o conselheiro Antonio Prado, irmão de Martinho da Silva Prado Júnior, avô de Caio Prado Júnior. Logo, o prefeito, que nesse cargo permaneceu até justamente o ano de 1911, era tio-avô de Caio Prado e irmão do sogro de dona Antonietta. Isso quer dizer que muito provavelmente questões concernentes à administração e à política da cidade circulavam nos vários ramos da família Prado e chegavam até dona Antonietta.

O terreno escolhido para acolher o Theatro Municipal situava-se na borda do Morro do Chá, uma elevação oposta à colina histórica de fundação da cidade e separada pelo vale do riacho Anhangabaú. Foi uma obra encomendada ao escritório do mais célebre arquiteto, engenheiro e construtor da cidade de São Paulo, na primeira metade do século XX: Ramos de Azevedo. De fato, o projeto ficou sob o encargo do italiano Domiziano Rossi. Essa obra não era um evento fortuito, ao contrário, ela inaugurava, em grande estilo, um período de projetos urbanos que seriam implementados na cidade, visando dar-lhe grandeza e condições para se modernizar. Assim era, pelo menos, o que a elite paulistana da época reivindicava e debatia com certo ardor.

Essa atmosfera de discussões sobre o futuro da cidade marcou época e impregnou a cena pública com uma grande controvérsia referente ao que seria o projeto mais adequado para algumas intervenções urbanísticas no centro e sobre quais as melhores orientações para o crescimento da cidade. Dois projetos, especialmente, dividiram a atenção e as opiniões⁵: 1) um primeiro plano, patrocinado pela Prefeitura⁶ e assinado pelo seu mais influente funcionário, o engenheiro e arquiteto Victor da Silva Freire, inspirava-se em propostas anteriores do vereador Silva Teles, sobre quem voltaremos a nos referir mais adiante. Entre seus vários aspectos o plano propunha a construção de um parque no vale do riacho Anhangabaú e algumas novas ligações entre a colina histórica e o Morro do Chá, o centro novo para onde a cidade deveria se expandir. Uma ideia forte era eliminar as edificações que se situavam na borda

5 Houve um terceiro concebido por Alexandre de Albuquerque em 1910 e apoiado por ricos capitalistas com interesses diretos no mercado imobiliário. Era um plano ousado que previa grandes avenidas e muitas demolições e remoções na área do centro novo em direção aos Campos Elíseos, Bairro da Luz e Largo do Arouche. Era, numa medida, uma emulação do projeto de grandes *boulevards* de Hausmann em Paris. Teve vida curta, por ser visto como inexequível.

6 Esse plano foi divulgado só no finzinho da administração Antônio Prado, em 1910.

da colina e do morro; 2) o segundo plano, patrocinado pelo governo do Estado, era assinado por Samuel das Neves, na época secretário da Agricultura. No que diz respeito à área de intersecção entre o Morro do Chá, o Vale do Anhangabaú e a colina histórica, esse plano também propunha um parque, no entanto, bem mais modesto em suas dimensões, visto que permitiria edificações nas bordas das elevações e no próprio vale. Essa diferença era um dos núcleos da controvérsia entre esses dois planos, controvérsia essa que foi resolvida por um terceiro plano conciliatório, feito pelo urbanista francês Joseph-Antoine Bouvard, que tentou contemplar, na medida do possível, as proposições diferentes para essa área do Vale do Anhangabaú. Mas terminou pendendo, no essencial, para o plano da Prefeitura⁷. O conjunto de medidas foi aprovado pela Câmara dos Vereadores como “projeto Bouvard”, que assim passou para a história.

E aqui voltamos ao vereador Silva Teles. Roberto Pompeu de Toledo assim se refere ao plano aprovado: “projeto Silva Teles tal qual esmiuçado e ampliado por Victor Freire e revisto e aprovado por Bouvard”⁸. Já havíamos assinalado que Victor Freire havia se inspirado em Silva Teles. Em 1907, esse vereador já havia concebido um projeto para o Vale do Anhangabaú. E em 1907 lança um pequeno livro intitulado *Melhoramentos de São Paulo*⁹. Em 1906, ano em que começam as obras do Theatro Municipal, o vale era uma área caracterizada pelo córrego na sua parte mais baixa e pelos fundos de lotes de casas que davam suas frentes para as duas encostas. Silva Teles discute a cidade de forma abrangente, mas dedica particular atenção às encostas do Morro do Chá e da colina histórica. Na borda da colina histórica, na Rua Libero Badaró, ele propõe alterações significativas. O que gostaríamos de destacar mais especificamente nesse personagem é que sua ideia de melhoramentos, trazida para o título de seu livro, deve ser lida como “embelezamentos”, como era comum na época. Silva Teles se preocupava muito com *as vistas*. Sua visão de cidade era fortemente estética, algo que marcará o urbanismo da época¹⁰. Preocupava-se o vereador com a “qualidade da vista” de quem olhará do Theatro Municipal para a colina histórica e vice-versa. Essa questão era forte na época e marcou o modo

7 O urbanista francês foi contratado, ficou 40 dias em São Paulo, percorreu a cidade, estudou-lhe a topografia, as construções e os fluxos de trânsito e, no dia 15 de maio, entregou ao prefeito Raimundo Duprat relatório contendo suas conclusões, acompanhado de seis plantas. Basicamente, Bouvard aprovou o plano de Victor Freire. Deu seu aval aos dois parques e ao anel em torno do Centro. Mas fez uma decisiva concessão a Samuel das Neves ao deixar em aberto a possibilidade de construção de dois grandes edifícios na Rua Libero Badaró, com fundos para o Vale do Anhangabaú, desde que deixassem espaços livres entre eles. TOLEDO, Roberto Pompeu de. *A capital da vertigem*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015, p. 57.

8 *Ibidem*, p. 58.

9 TELLES, Augusto Carlos da Silva. *Melhoramentos de São Paulo*. São Paulo: Escolas Salesianas Profissionais, 1907.

10 É onipresente nas publicidades da Cia. City, companhia imobiliária anglo-franco-brasileira que implantou na cidade vários subúrbios-jardim (ver, neste número, artigo de Jaime Tadeu Oliva e Fernanda Padovesi Fonseca), o destaque às vistas que os loteamentos propiciariam a seus moradores.

como o ambiente urbano nessa área era “visto”, era “olhado”¹¹. O que Silva Teles queria sanar e salvar era o olhar, o seu modo de olhar: do Theatro Municipal para a vertente da colina histórica, o que se vê? Uma “fila repugnante de fundos das velhas e primitivas habitações”. Do lado contrário, olhando para o Theatro, viam-se os “fundos das velhas casinholas da rua Formosa”. Essas últimas são justamente “os casebres” que contrastam com o Theatro Municipal, que dona Antonietta observou na sua correspondência com a mãe. E aqui há toda uma curiosidade que nos parece relevante e que vale a pena explorar: “os casebres” realmente contrastam com a suntuosidade do teatro, mas não são... casebres. Fotos históricas da época, como as que publicamos, nos apresentam conjunto de casas muito bem construídas, que se afastam radicalmente da visão e do significado de casebre em nossos dias.



Viaduto do Chá em 1892 e 1893 em direção à Rua Barão de Itapetininga. À direita, ao fundo, início da construção do Theatro Municipal. Arquivo IEB – Acervo Cidade de São Paulo (Ernani Silva Bruno)

¹¹ Até hoje há ressonâncias desse debate, que aparece, por exemplo, nas críticas à intervenção arquitetônica assinada por Paulo Mendes da Rocha na Praça do Patriarca. Essa intervenção bloqueia a vista da colina histórica na direção do Theatro Municipal. Trata-se de uma traição tardia aos princípios de Silva Teles.



Vista do Vale do Anhangabaú pouco antes da inauguração do Theatro Municipal (1911) – Foto de Aurélio Becherini – Acervo do Museu da Cidade de São Paulo.

Uma primeira interpretação desse olhar de dona Antonietta poderia ser o caminho (talvez fácil demais) de notar onde ela e as elites cafeicultoras da época moravam: a Villa Penteado, residência de seus pais, por exemplo, não faria feio ao lado do Theatro Municipal. Diante de tamanha suntuosidade naturalizada, fica a suspeita de não haver nenhuma designação digna, na época, para as residências modestas, mesmo que bem construídas e mais do que razoáveis. Uma segunda interpretação possível diz respeito ao que já foi anunciado: talvez ela ressoasse o debate urbanístico da época, que certamente percorria seu lar, que atribuía a esse ambiente urbano do Vale os piores adjetivos.

A verdade é que, aprovado o projeto Bouvard, logo é sancionada a lei n. 1457, de 9 de setembro de 1911, que, já sob a gestão de Raymundo Duprat, irá promover a desapropriação e demolição da “fila repugnante de fundos das velhas e primitivas habitações” e “das velhas casinhas da rua Formosa” de Silva Teles, assim como dos “casebres” de dona Antonietta. Quando, por ocasião da inauguração do Theatro (dia 12/9/1911), eles já estavam condenados, com sua extirpação da cidade decidida havia 3 dias.

SOBRE O AUTOR

JAIME TADEU OLIVA é professor e pesquisador da área de geografia do Instituto de Estudos Brasileiros IEB/USP.

E-mail: jtoliva@gmail.com; jtoliva@usp.br

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

TELLES, Augusto Carlos da Silva. *Melhoramentos de São Paulo*. São Paulo: Escolas Salesianas Profissionais, 1907.

TOLEDO, Roberto Pompeu de. *A capital da vertigem*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015, p. 57.

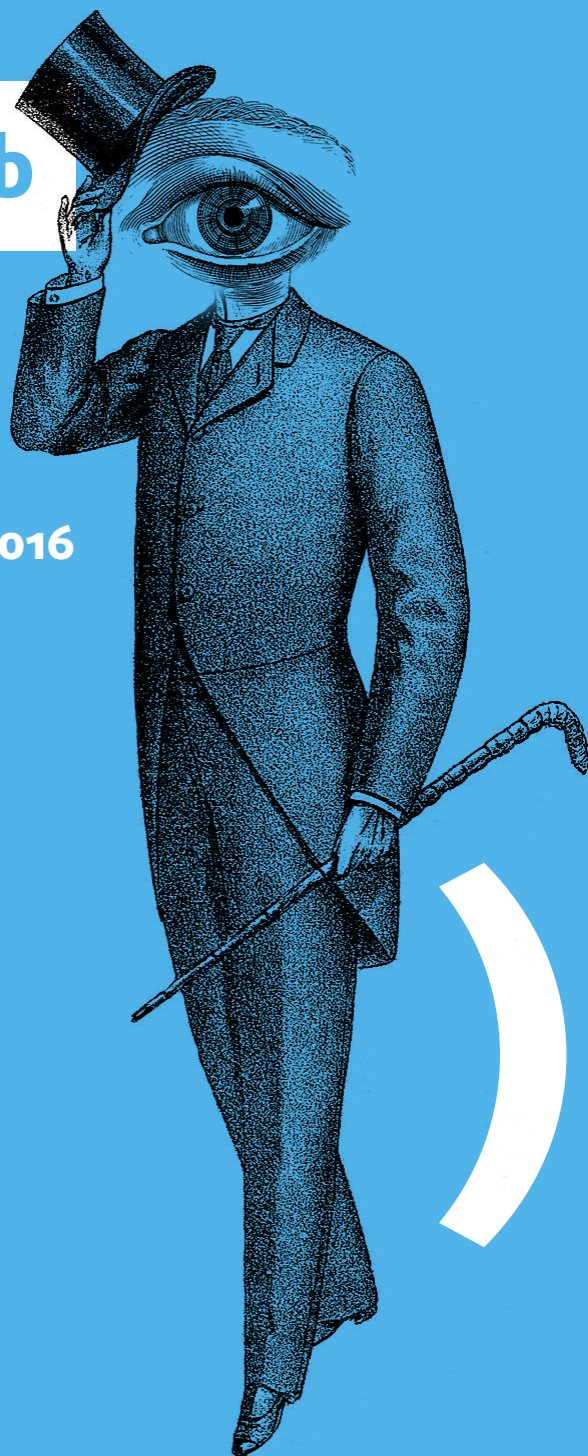


NOTÍCIAS • NEWS)

Vista do horizonte nordeste do centro a partir do Largo do Carmo, depois Praça Clóvis Bevilácqua e, posteriormente, incorporada à Praça da Sé (1923). Foto Aurélio Becherini – Acervo do Museu da Cidade de São Paulo

[informe)ieb

edição 1 | 01.10.2016



editorial

A pauta rica de assuntos deste novo Informe IEB dispensa muitas palavras. Constitui ela mesma uma mostra cabal da qualidade das pesquisas e dos serviços desenvolvidos no Instituto. A começar pelo destaque dado ao Fundo Mário de Andrade e à figura de Telê Ancona Lopez, que deve receber proximoamente o título de profa. emérita da USP e cuja trajetória intelectual se desenvolveu principalmente dedicada à organização do Acervo do escritor paulista e ao estudo das obras do autor. Sobre ela, escreve Walnice Nogueira Galvão, importante crítica literária brasileira. Temos ainda entrevistas com duas professoras de notável produção acadêmica: a americana Darlene J. Sadlier, que acaba de lançar livro sobre “as imagens do Brasil de 1500 até o presente”; e a francesa Jacqueline Penjon, que apresenta um escritor pouco conhecido entre nós: Antonio Narciso Roças.

No que se refere aos serviços do IEB, desta vez são abordados dois departamentos de apoio: a Divisão Acadêmica, voltada para a gestão e planejamento das atividades de ensino e de extensão; e a Digitalização de acervos, que cumpre um papel cada vez mais importante na divulgação dos nossos livros e acervos. O Arquivo, por sua vez, apresenta o breve relato da ida ao sertão mineiro, essencial na obra de Guimarães Rosa, tema do encontro de Infinitamente Rosa, ocorrido em setembro deste ano com largo sucesso. Por fim, a profa. Flávia Camargo Toni discorre sobre os temas tratados no I Encontro Internacional de Discotecas, que reuniu inúmeros especialistas nacionais e internacionais. Como se vê, a pauta deste boletim é de fato vasta e cobre temas relevantes. Prova da excelência do Instituto, seja no que se refere aos seus departamentos como também nas pesquisas aqui realizadas.

Boa leitura!

Fernando Paixão

professor do IEB-USP

[O IEB se apresenta)

DIVISÃO ACADÊMICA

A Divisão Acadêmica é responsável pelo planejamento, gestão e supervisão das atividades executadas pelos serviços de Graduação, de Pós-Graduação e de Cultura e Extensão. Além disso, está sempre pronta para assessorar a Diretoria, docentes, funcionários, alunos e o público em geral quanto à legislação acadêmica e a assuntos acadêmicos. Também faz parte de suas competências planejar, organizar e executar as atividades relacionadas à realização dos concursos da carreira docente e os processos e atividades concernentes aos programas da Pró-Reitoria de Pesquisa, especialmente o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – Pibic e o Programa de Pós-Doutorado, incluindo e atualizando registros no Sistema Atena e emitindo os diversos documentos pertinentes a essa área. Também assessora



Aula de graduação.. Foto: Guilherme S. C. da Rocha Freitas

e dá apoio aos docentes e pesquisadores na realização de convênios nacionais, como os da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – Fapesp e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Para nós será sempre um grande prazer poder orientar e apoiar alunos, professores e pesquisadores estrangeiros; assessorar e orientar docentes e discentes quanto a procedimentos e normas referentes às atividades e aos convênios internacionais. Inserimos e atualizamos diversos registros e demandas processuais nos sistemas Mundus e e-Convênios, analisamos a regularidade e a viabilidade das propostas de acordos e convênios internacionais, orientamos e executamos procedimentos relacionados a ações de financiamento e atividades de internacionalização do Instituto e seus pesquisadores. E, por trás de todas as ações, há uma malha tecnológica – os Sistemas Corporativos da USP –, que funciona como uma liga que faz acontecer a maioria das demandas: Júpiter, Proteos, SASGWeb, para os processos de professores seniores, Janus, Apolo, Atena e muito mais. Somos um grupo de seis funcionárias técnicas administrativas que, juntas, formamos um time motivado a vencer obstáculos e superar barreiras sempre com o foco em fazer com que os estudos brasileiros sejam, a cada dia, mais e mais aprofundados e ampliados para o Brasil e para o mundo.

Especificando um pouquinho mais: a partir das linhas de pesquisa que alicerçam os estudos e as disciplinas oferecidas na pós-graduação, o IEB também oferece disciplinas optativas para os alunos de graduação de toda a USP, vagas em disciplinas para a terceira idade e estudantes especiais, além de cursos de extensão,



Da dir. para esq. Rosely, Lúcia, Miriam, Ana Carolina, Daniele, Walquíria, Cristina e Isabel. Foto de Lucineide C. Almeida

que são enriquecidos, em seu conteúdo e forma, pelo conhecimento e pela pesquisa dos professores pós-doutorandos, que são orientados pelos diversos docentes do Instituto.

Ainda no âmbito da pós-graduação, além das atividades desenvolvidas pelos programas, os Cafés Acadêmicos são eventos culturais que consistem em encontros nos quais são debatidas as pesquisas desenvolvidas por professores do programa, pós-doutorandos vinculados ao IEB, bem como por professores externos ao Instituto e à própria USP. Tais encontros, geralmente envolvidos num diálogo interdisciplinar, são mediados por um docente da casa, podendo também contar com debatedores externos. Trata-se de fórum importante ao promover o encontro entre docentes, mestrandos, pós-doutorandos, alunos de graduação e público externo, no qual é possível acompanhar as pesquisas em desenvolvimento, discutir obras recentemente publicadas, ou trazer temas contemporâneos caros ao IEB.

Além dessa importante atividade, podemos destacar o Encontro de Pós-Graduandos do Instituto de Estudos Brasileiros, cujo objetivo é expor ao escrutínio público e crítico as pesquisas em andamento ou já concluídas dentro do nosso programa. A partir do diálogo que promove entre os diversos mestrandos, o Encontro conta com o auxílio e com a participação de mediadores com a pretensão acadêmica de debater com profundidade as perspectivas metodológicas e interpretativas das pesquisas, sempre buscando a excelência nos trabalhos. E temos visto que resultados têm demonstrado o amadurecimento do programa, tanto em termos quantitativos, pois apresenta um montante razoável de dissertações

finalizadas ou em andamento, quanto em termos qualitativos, dados os traços característicos ao programa Culturas e Identidades Brasileiras, ressaltando e valorizando sua identidade e especificidade.

A Câmara Científica do IEB funciona como um **colegiado** que discute diversas questões de ordem acadêmica, inclusive o espaço de **pesquisa e integração** de práticas interdisciplinares chamado de **Labieb** ou **Laboratório Interdisciplinar**. Nele está prevista a constituição de núcleos de atividade organizados em torno de grandes temas e/ou projetos temáticos que serão trabalhados em termos interdisciplinares. Cada núcleo de atividade conta com professores do IEB e externos, pós-doutorandos e pós-graduandos. É um espaço de participação bastante interessante para o aluno que faz pós-graduação em nosso programa. São objetivos desses núcleos de atividade coletiva estudar, pesquisar, promover encontros, seminários e publicações sobre questões que o próprio núcleo define e, principalmente, avançar na elaboração e nas práticas interdisciplinares dentro do IEB e, por decorrência, na nossa pós-graduação. Além da orientação propriamente dita, entende-se que experiências como essas são essenciais para o mestrando e, sempre que um aluno ingressar no programa, estará convidado a se integrar e fazer parte de tudo o que se desenvolve nas pesquisas científicas do Labieb.

E, como não poderia deixar de ser, a equipe do Serviço de Apoio ao Ensino estará sempre pronta para atender aqueles que dos nossos serviços precisarem!

Rosely de Sá Oliveira

Acadêmico do IEB/USP

Fotos: Acadêmico/IEB

DIGITALIZAÇÃO IEB: DO ORIGINAL AO REPRESENTANTE DIGITAL

Atento às mudanças tecnológicas e suas repercussões em relação ao acesso e difusão de saberes, o Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, a partir de 2004, passou a estruturar um laboratório de digitalização, afinando-se com a crescente tendência das instituições detentoras de acervos em promoverem a digitalização de materiais de inestimável valor como forma de facilitar sua consulta por pesquisadores nacionais e internacionais ao mesmo tempo que adotavam e desenvolviam uma nova política de preservação de acervo. Surgia então a Seção de Digitalização do IEB, referência neste campo dentro e fora da Universidade.

A digitalização de acervos tornou-se, portanto, meio extremamente importante para o acesso e difusão remotos e simultâneos dos representantes digitais de acervos de diversas naturezas, tais como arquivístico, bibliográfico e artístico presentes no Instituto. Além disso, combinado ao acesso, a digitalização converte-se em ferramenta essencial para a preservação na medida em que poupa os itens originais de um intenso manuseio por parte de consulentes e pesquisadores, preservando dessa forma



suas condições físicas que, em um bom número de casos, são frágeis devido a sua antiguidade ou tipo de suporte.

Um laboratório de digitalização para a produção de representantes digitais – ou seja, reproduções dos itens originais do acervo –, necessita de uma infraestrutura e um quadro de técnicos que possam garantir a produção de matrizes digitais com um mínimo de qualidade e fidelidade ao material original, garantindo assim a capacidade de interoperabilidade, isto é, os arquivos poderão ser usados em situações diversas, que vão desde uma reprodução fac-similar, passando por uma consulta eletrônica, até uma geração de thumbnails para uma página da web, sem a necessidade de se refazer a digitalização em cada caso. Para isso, os equipamentos devem fazer uma captura que, ao menos, possa reproduzir o item original em uma proporção de 1:1, represente na imagem todos os detalhes importantes presentes no original de forma nítida e legível e que haja um controle eficiente de luz e cor.

A Seção de Digitalização possui um escâner planetário para formatos até A3 – recomendado para digitalização de livros, revistas e jornais – e uma câmera digital reflex de 21MP com objetiva macro de 100mm juntamente com uma estativa e mesa de reprodução para digitalização de manuscritos, fotografias, gravuras, pinturas e desenhos. No caso do escâner – que possui uma fonte de luz própria –, o equipamento realiza automaticamente a regulagem da luminosidade sem necessidade do uso de um fotômetro de mão. As imagens que serão capturadas pela câmera ou escâner serão trabalhadas em computadores com processadores potentes, recomendados para edição de imagens. O Instituto possui quatro workstations com processadores Xeon, além de dois monitores gráficos com resolução e controle de brilho e contraste superiores aos dos monitores comuns.

Entretanto, esses equipamentos tão somente não são suficientes para garantirem a produção de representantes digitais fiéis aos itens originais do acervo. O Laboratório de Digitalização também possui um calibrador universal que pode ser utilizado em monitores e impressoras. Trata-se de um espectrômetro capaz de medir luz transmitida (monitores) e luz refletida (imagem impressa): após a aferição, ele compara os valores numéricos do tom medido com os valores-padrão atribuídos àquele mesmo tom. Através de um software específico, ele constrói uma “curva” de correção, chamada de perfil, que é aplicada ao monitor gráfico ou à impressora de provas fotográficas. É através desse gerenciamento de cor que é possível gerar imagens digitais que representem os originais de forma fidedigna, proporcionando a produção de matrizes digitais de alta qualidade.

Organizada toda essa infraestrutura, a digitalização propriamente dita pode ser iniciada a partir de itens do acervo que já foram higienizados, restaurados, descritos e indexados, escolhendo-se o equipamento e a resolução óptica adequada para cada tipo de material, levando-se em consideração suas dimensões, suporte e fragilidade. Durante a captura, uma escala de cores padronizada (colorida e em tons de cinza) e sinalizando as dimensões (em polegadas ou centímetros) deve ser posicionada ao lado do original, respeitando certa distância entre os dois, que ajudará acertar exposição, balanço de branco, e irá conferir uma noção das dimensões reais do original.

A captura deverá sempre ser feita em formato de negativo digital, conhecido como extensão RAW. Esse formato de arquivo armazena todos os dados recebidos pelo sensor do equipamento, não possuindo nenhum tipo de compressão ou tratamento. Ele será a matriz digital de onde sairá as imagens derivadas de acesso ou navegação que sofrerão tratamento e compressão, dependendo de sua destinação. Os formatos gerados a partir do RAW são as extensões .TIFF e .JPEG. O arquivo TIFF é largamente



utilizado na área gráfica e de fotografia digital, apreciado por sua elevada gama de representação de cores e baixa compressão. É um arquivo robusto que suporta tratamento e edição sem sofrer perdas e, por isso, também é um formato utilizado para gerar matrizes digitais com processamento de imagem. Ao contrário do arquivo RAW, ele pode ser aberto e trabalhado pela maioria dos softwares de edição de imagem. Por outro lado, o arquivo JPEG, por ter compressão muito alta e espaço-cor mais limitado, é gerado para ser visualizado em tela ou para ser impresso, não sendo indicado para gerar matrizes.

Ao fim de todo esse processo, que implica em padronização de equipamento, gerenciamento de cor e práticas adequadas de captura e tratamento de imagens, o último procedimento a ser adotado é verificar a fidelidade do representante digital em comparação com o material original. Estando o monitor gráfico corretamente calibrado, é possível comparar a imagem exibida em tela com o original; para isso é necessário que este último seja iluminado por luz neutra ou colocado em uma cabine de luz também com iluminantes neutros. Aprovada a visualização em tela, o passo seguinte consiste em imprimir uma prova fotográfica em impressora profissional. O Laboratório de Digitalização conta com uma impressora fotográfica jato de tinta que possui oito cores e suporta papéis fotográficos e fine art de tamanho A2+. Aplicando o perfil de cor correto à impressora, a prova impressa do representante digital – que foi previamente tratado em software de edição de imagens e visualizado em monitor gráfico – deve ser observada da mesma forma sob luz neutra, comparando sua verossimilhança com o item original do acervo. Se a imagem impressa for aprovada, tem-se certeza de que o arquivo do representante digital foi gerado





de maneira adequada a alcançar a qualidade necessária para se tornar mais um item que comporá o acervo digital do Instituto.

Atualmente o Instituto de Estudos Brasileiros realiza dois grandes projetos de digitalização: um deles consiste na digitalização e disponibilização de grande parte do acervo do Fundo Mário do Andrade – que inclui correspondência pessoal e documentação burocrática e de pesquisa; o segundo implica na captura, edição e disponibilização de mais de quatro mil folhetos de cordel, além de um dossiê de literatura popular que consiste em textos colhidos da tradição oral nordestina e que também fazem parte da vasta documentação reunida por Mário. Até o momento já são mais de 28.700 imagens capturadas, considerando-se os dois projetos, que estão em processo de edição para tratamento e geração de derivadas e logo estarão disponíveis para consulta local e on-line. Além delas, muitas outras imagens são capturadas e processadas para atender demandas menores, mas que nem por isso são menos importantes para contribuir com o acesso, difusão e conservação de um dos acervos mais importantes de nossa Universidade.

Ivanise Riserio de Oliveira
Rosana Campos Nascimento

Equipe de Digitalização do IEB/USP

Fotos: Digitalização/IEB

[Um olhar sobre o IEB)

TELÊ E O FUNDO MÁRIO DE ANDRADE



Telê Ancona Lopez devotou sua vida ao Fundo Mário de Andrade. Embora tenha se efetivado no IEB em 1968 (antes não havia concurso), já estava envolvida com o tema desde 1962, quando Antonio Candido, seu futuro orientador, referiu-se em aula à marginália de Mário. Foi ali que decidiu fazer esse trabalho, a partir da recolha que realizaria com mais duas colegas durante cinco anos, na

biblioteca da própria casa de Mário, à rua Lopes Chaves. Dali saiu seu mestrado em 1967 (*O sequestro da Dona Ausente*). Seu doutorado em 1970 (*Mário de Andrade: ramais e caminho*) extrapolou da marginália para as ideias estéticas de Mário, enquanto livre-docência e titularidade confirmariam sua vocação.

O passo seguinte foi a transferência dos conteúdos da casa de Mário, hoje tombada, para o IEB: biblioteca de 17 mil volumes, acervo de quadros e esculturas, coleção de arte popular, mobiliário, discos, fotos etc. E, afora tudo isso, o arquivo pessoal do escritor. Foi aqui que Telê pôs mãos à obra e... até hoje está nela. Pois a tarefa premente era organizar o arquivo. Como?

Foi necessário desenvolver invenção e criatividade. Paira a impressão de que havia de tudo nesse arquivo: numerosa correspondência, manuscritos dos trabalhos de Mário, manuscritos de confrades, recortes das próprias publicações e de terceiros, programas de concertos, fichas de notas etc. Nos manuscritos de confrades, por exemplo, há riquíssimas anotações da mão de Mário, consistindo em reparos, correções, sugestões, montando um diálogo com os autores. Foi preciso criar uma metodologia com base na arquivística, na codicologia e na crítica genética para ordenar esses documentos e mais os manuscritos do próprio Mário.

A partir daí, classificaram-se os materiais em séries, conforme a definição de sua natureza, e essas séries chegaram a cerca de 30. As concernentes a música passaram à competência de uma especialista do IEB, Flávia Camargo Toni.

Para dar uma ideia do âmbito gigantesco da tarefa, basta dizer que só entre 2006 e 2011, num projeto temático financiado pela Fapesp, foi possível dá-lo por concluído. O projeto, sob coordenação de Telê, tendo como coordenadores associados Flávia de Camargo Toni e Marcos Antonio de Moraes, define no título seu alcance: *Processo de criação de Mário de Andrade nos manuscritos de seu arquivo, em sua correspondência, em sua marginália e em suas leituras*. Chegou-se aí a um total de 131 títulos de manuscritos, dando origem a um catalogue raisonné e à criação da revista eletrônica *Marioscriptor*.

Só a correspondência, reunindo passiva, ativa e de terceiros sob a guarda de Mário,

hoje já completamente processada, consta de cerca de 8 mil cartas, em projetos que foram financiados pelo BID, pela Fapesp e pela Vitae.

Outro projeto, vinculado à Edusp, promove a publicação da correspondência completa de Mário, ou simultaneamente da ativa e da passiva, cujo catálogo eletrônico já está num CD-Rom. O projeto é gerido por uma comissão de que Telê faz parte, ao lado de Marcos Antonio de Moraes e Tatiana Longo Figueiredo. Tem como modelo a publicação que Marcos já efetuou da correspondência mais célebre de todas, a de Mário x Manuel Bandeira.

Evento histórico na trajetória do Fundo foi sua primeira exposição pública em 1972, no cinquentenário da Semana de Arte Moderna. O que foi o evento pode ser conferido no livro resultante, Brasil: 1º. tempo modernista (1917-1929), preparado por Marta Rossetti Batista, Yone Soares de Lima e Telê, as curadoras da exposição.

A partir daí, a própria Telê publicou um elevado número de livros, sobre numerosos aspectos da obra de Mário e de seu arquivo, sem falar nas duas edições críticas de Macunaíma ou nas edições fidedignas de outros títulos. Orientou muitas dissertações de mestrado e teses de doutoramento. É bom lembrar que também o fez fora do Fundo: quando um orientando queria pesquisar outro autor ou outra área, Telê providenciava para que os documentos utilizados fossem copiados e depositados no Fundo.

Encabeçou projetos vastos e ambiciosos, envolvendo seus orientandos, contando com financiamento da Fapesp, do CNPq e da Capes.

Aos poucos, e de uma maneira extremamente original, Telê foi contribuindo para o aumento da obra completa de Mário, transformando em livros e publicando volumes com os resultados da pesquisa no Fundo. Um exemplo é Vida do cantor, sobre Chico Antonio, coqueiro e repentista, em que sua orientanda de mestrado Raimunda Brito Batista editou o conjunto de artigos de Mário publicados em jornal sobre esse tema, acrescentando as rasuras da mão do escritor (acréscimos, sobretudo) e mais o que houvesse a respeito no arquivo.

Ela própria editou O turista aprendiz e uma “novelinha”, Balança, trombeta e battleship, que Mário começou a escrever quando em viagem à Amazônia mas nunca levou avante. Outra orientanda sua preparou a publicação do romance inédito Quatro pessoas.

Da maior importância foi o projeto que, entre 2007 e 2015, se encarregou de novas edições de texto fiel de obras de Mário (Agir/Nova Fronteira e IEB-USP), com textos estabelecidos com base nos éditos em vida e nos manuscritos, trazendo apresentação, estudo crítico e dossiê de documentos. Foram reeditados conforme esse critério Macunaíma, Amar, verbo intransitivo, Os filhos da Candinha, Os contos de Belazarte, Obra imatura, Padre Jesuíno do Monte Carmelo, Contos novos e Poesias completas. O restante ainda está para vir, com muito trabalho pela frente – o que nunca intimidou essa grande intelectual.

Walnice Nogueira Galvão
profa. emérita da FFLCH/USP
profa. sênior do IEB/USP

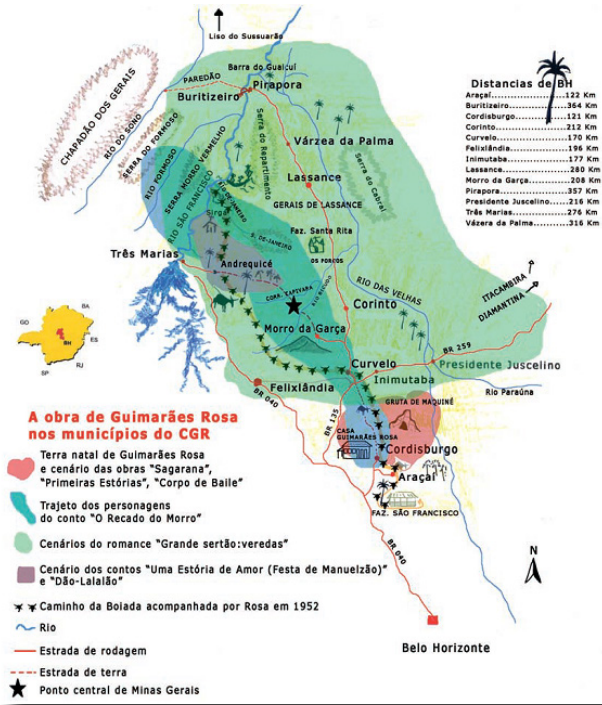
Foto: teoriaedebate.org.br

[O IEB)

O ARQUIVO VAI AO SERTÃO

Neste ano de 2016, comemoramos o jubileu de diamante da publicação dos livros *Corpo de baile* e *Grande sertão: veredas*, de João Guimarães Rosa. Ambas as obras foram dadas a público no mesmo ano, em 1956. Apesar do intervalo reduzido entre seus lançamentos, sabemos que elas foram fruto de um exaustivo trabalho de criação e pesquisa realizado por João Guimarães Rosa. Hoje, o arquivo e a biblioteca do escritor salvaguardados no IEB demonstram um pouco desse árduo processo de elaboração literária, em que o escritor lia,

pesquisava, registrava, anotava, escrevia e reescrevia até alcançar a versão final de seus livros. Muitas das histórias ali contadas, dos personagens e espaços geográficos são inspirados em matéria real. Alguns dos lugares representados na obra roseana foram visitados pelo Arquivo do IEB neste ano. Uma aventura que vale a pena conferir!



O Circuito Guimarães Rosa (CGR) oferece roteiros que levam os viajantes aos lugares reais onde se passam as estórias de João Guimarães Rosa e que definem o "sertão roseano"



Capelinha de Manuelão. Local presente em "Uma estória de amor", de *Corpo de baile*

Uma grande comemoração

A comemoração dos 60 anos de publicação de *Corpo de baile* e *Grande sertão: veredas* é continuidade da comemoração promovida pelo IEB dez anos atrás. Na época, orquestrado pelo professor Dieter Heidemman, então vice-diretor do IEB, o evento contou com grandes estudiosos da obra roseana e com diversas apresentações culturais, com destaque para os Miguilins, contadores de histórias de Guimarães Rosa.



Dez anos se passaram, e a **Túmulo de Manuelzão** experiência de 2006 deixou saudades! Com essa saudade, nossos amigos da Oficina de **Leitura** João Guimarães Rosa, que semanalmente se reúnem no IEB há mais de treze anos, sugeriram a realização das comemorações dos 60 anos, e assim, em janeiro deste ano, começamos a trabalhar juntos nessa nova versão do evento. Surgiu o **Infinitamente Rosa**, que, além de trazer novamente grandes especialistas da obra de Rosa, apresentações artísticas e o grupo Miguilins, consolidou a parceria com a Superintendência dos Museus de Minas Gerais por meio de uma aproximação oficial entre o IEB e o Museu Casa Guimarães Rosa. Nessa oportunidade também estabelecemos relação de colaboração com a SP Leituras, organização responsável pela Biblioteca de São Paulo e pela Biblioteca Parque Villa-Lobos.

A parceria com os amigos de Minas estendeu-se para além do papel. Com o apoio de Rosa Haruco, que, ao lado do professor Dieter, coordena a Oficina de Leitura João Guimarães Rosa, o Arquivo do IEB foi convidado para refazer parte do caminho que Guimarães Rosa fez em 1952, quando participou da jornada que ele chamou de *A boiada*. A aventura de João Rosa – nome dado a ele pelos vaqueiros que o



O morro, ao fundo, nos dando adeus!



Estação de
Cordisburgo

acompanharam – ficou registrada em um manuscrito intitulado “A boiada” e em uma caderneta, ambos preservados pelo IEB.

Sobre a viagem, Guimarães Rosa escreve a Mário Calábria: “Estou me preparando para, daqui a dias, ir acompanhar, rústica, árdua, autenticamente, uma boiada brava, em percurso de 40 léguas, lá do sertão sagarânico, da fazenda da Sirga – entre buritizais belíssimos e chapadões de matagal inviolado – até a fazenda São Francisco, de um meu primo, lá perto de Cordisburgo” (carta a Mário Calábria, 31/3/1952).

Sobre suas anotações, em entrevista a Pedro Bloch ele confessa: “Você conhece os meus cadernos, não conhece? Quando eu saio montado num cavalo, por Minas Gerais, vou tomando nota de coisas. O caderno fica impregnado de sangue de boi, suor de cavalo, folha machucada. Cada pássaro que voa, cada espécie, tem voo diferente. Quero descobrir o que caracteriza o voo de cada pássaro, em cada momento”.

Segundo estudos realizados pelo professor Dieter Heidemann e outros pesquisadores, o mapa roseano representa o espaço literário de sua obra. Corpo de baile e Grande sertão: veredas passam-se em locais reais, e por alguns desses locais o Arquivo teve a oportunidade de passar também.

Andrequicé

A quatro horas de Belo Horizonte está Andrequicé, região em que Manuelzão, personagem de Corpo de baile e um dos vaqueiros que acompanharam João Rosa na condução da boiada, em 1952, viveu o final de sua vida. Quando chegamos lá, a cidade estava em festa, que não poderia ter outro nome a não ser Festa de Manuelzão. Lá participamos de eventos culturais, fizemos novos amigos e apresentamos um pouquinho do arquivo de João Guimarães Rosa.

Estar ali foi como entrar na obra roseana. Pessoas se misturam aos personagens, e lugares se misturam ao espaço da obra.

Morro da Garça

Depois da encantadora experiência em Andrequicé, foi a vez de conhecermos Morro da Garça, principal cenário do conto “O recado do Morro”. Lá fomos recebidos por seus habitantes serenos e amigos. Pudemos aprender sobre as raízes e plantas do cerrado,



Venda retratada cenograficamente no Museu Casa Guimarães Rosa

ouvir histórias, e nos hospedamos na residência do professor Dieter, que se tornou o novo morador da cidade. Da varanda de sua casa, víamos o Morro.

Cordisburgo

A última parada da viagem foi Cordisburgo. Chegamos em meio à Semana Roseana. Miguilins e rosas de papel enfeitam a cidade do coração, a cidade onde nasceu Guimarães Rosa

O autor nunca se esqueceu de lá. Em seus depoimentos, recolhemos algumas demonstrações disso: “Cordisburgo é uma cidadezinha interessante, conhecida pela hospitalidade dos seus moradores e pela beleza do seu céu, no qual, à noite, são visíveis milhões de estrelas, cintilantes como em nenhum outro ponto” (entrevista a Ascendino Leite, 1946).

Realmente! O céu à noite é algo indescritível, e os habitantes são encantadores. A casa onde Guimarães Rosa viveu é algo incrivelmente lindo. A venda de seu pai é retratada conforme a época. E da porta vemos a estação de trem, local onde bois, alimentos, roupas, cachaça... ali tudo era descarregado.

Ao publicar Sagarana, Guimarães Rosa escreve a João Condé: “Então passei horas de dias, fechado no quarto, cantando cantigas sertanejas, dialogando com vaqueiros de velha lembrança, ‘revendo’ passagens da minha terra, e aboiando para um gado imenso” (carta a João Condé, julho de 1946).

É impossível não se emocionar com o lugar.

Não importa a beleza das cidades em que Guimarães Rosa acaba morando, em sua atividade de cônsul. O amigo José Lins do Rego, ao encontrar Guimarães Rosa na França, relembra Cordisburgo.

O nosso papel era levar um pouquinho do Arquivo para o sertão. Ao voltarmos, foi o sertão que veio conosco para o Arquivo. Ele está aqui, e nós sabemos que um pedacinho de nós ficou lá.

Elisabete Marin Ribas supervisora técnica de serviço do Arquivo do IEB/USP

Fotos: Elisabete Marin Ribas

I ENCONTRO INTERNACIONAL DE DISCOTECAS



De 19 a 22 de julho o Centro Cultural São Paulo – CCSP abrigou o I Encontro Internacional de Discotecas, seminário que contou com a curadoria conjunta do Instituto de Estudos Brasileiros.

Órgão da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo fundado em 1982, o CCSP mantém, entre outros “equipamentos”, a Discoteca Pública, criada bem antes, no então Departamento de Cultura. Este, por sua vez, fora fundado por Mário de Andrade e Paulo Duarte em 1935.

O Encontro teve, como uma de suas finalidades, comemorar os 80 anos da fundação da Discoteca que leva o nome de sua primeira diretora, a musicóloga Oneyda Alvarenga. Idealizadas em período que via no disco a potência para formar plateias a partir da musicalização presencial em estabelecimentos culturais, ou através da programação das rádios educadoras, essas instituições foram organizadas no entreguerras e, em geral, associaram mais de uma função a suas atividades. Foram comuns aquelas que chegaram a gravar discos em estúdios próprios, mantiveram atividades como pesquisas encomendadas a terceiros, reuniram público para audições comentadas e formaram acervos em papel, como partituras e livros.

As mudanças constantes da tecnologia colocam em risco os acervos formados por essas instituições, que são “forçadas” a disponibilizar sons e imagens de forma digitalizada pela internet, mote para se “discutir o papel das discotecas nesta primeira metade do século 21 e as possibilidades de interação e parceria com públicos e centros de Documentação diversos [, que foi] o principal foco deste Encontro”, de acordo com o objetivo que consta no programa de divulgação do evento. E, de fato, a variedade na representação das instituições foi uma das marcas daquela semana com a presença de especialistas provenientes dos Estados

Unidos, França, Uruguai, México e Brasil, instituições públicas e privadas, bem como colecionadores independentes e, dentre nós, oriundos do Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Tatuí, Campinas, representando os seguintes centros de documentação, bibliotecas e discotecas: Biblioteca Pública de Nova York (NY), Latin American Music Center (Indiana), Universidade da Califórnia (Ucla), Instituto Smithsonian (Washington/DC), Serviço Oficial de Difusão, Radiodifusão e Espetáculos (Sodre, Uruguai), Fonoteca Nacional do México, Biblioteca Nacional da França, Instituto Cultural Cravo Albin, Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro, Instituto Moreira Salles, Biblioteca Alberto Nepomuceno da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Discoteca da Rádio Gazeta, Acervo de Música e Arquivo Sonoro da Biblioteca Nacional, Arquivo Nacional, Centro de Documentação e Informação da Funarte, Arquivo Nirez, Discoteca Pública Natho Henn, Biblioteca do Conservatório Dramático e Musical Dr. Carlos de Campos, de Tatuí, Instituto Memória Brasil, Biblioteca do Instituto de Artes (Fonoteca) da Unicamp e Instituto de Estudos Brasileiros.

A abertura do Encontro ficou a cargo do antropólogo e musicólogo Anthony Seeger, professor titular emérito na Ucla e diretor emérito do Smithsonian Folkways Recordings, com a conferência intitulada “Parabéns pelos 80 anos – e agora? O papel de acervos audiovisuais no mundo do século 21”.

Flávia Camargo Toni
profa. titular do IEB/USP

Foto: Centro Cultural.sp.gov.br

[entrevista)

DARLENE J. SADLIER

A professora Darlene J. Sadlier, da Universidade de Indiana, é palestrante convidada do Café Acadêmico do IEB de 14 outubro. Nesta entrevista, ela fala sobre o seu livro *Brasil imaginado: de 1500 até o presente*, que será lançado no mesmo dia, na Livraria da Edusp.

Instituto de Estudos Brasileiros – O título do livro, *Brasil imaginado*, faz imediatamente pensar no conhecido estudo de Benedict Anderson sobre a origem e a difusão do nacionalismo, *Comunidades imaginadas (1983)*. Em que medida o seu trabalho se aproxima e em que medida ele se distancia do trabalho de Anderson?

Darlene J. Sadlier – Escrevi na introdução que, de modo distinto da influente obra de Anderson, que explora muitas das condições que deram origem a ideais da nacionalidade, meu livro focaliza exclusivamente as representações imaginárias, de



modo que falo apenas da superestrutura cultural e faço referência indireta a certas preocupações de historiadores, cientistas políticos e antropólogos. Tenho pouco ou nada a dizer sobre direito constitucional, definições de cidadania, fronteiras geográfico-territoriais, economias industriais ou costumes populares. Não abordo, a não ser indiretamente, o desenvolvimento das culturas impressas ou das tecnologias representacionais. Meu assunto é o efeito ideológico relativamente manifesto das belas-artes, da literatura, da arquitetura, da televisão e do cinema na formação da “brasilidade”.

IEB – Brasil imaginado impressiona, entre outras razões, pela abrangência histórica e cultural do material estudado: o livro procura investigar as imagens do Brasil de 1500 até o presente, enfocando praticamente todas as formas das artes e de comunicação de massa. Além disso, os métodos mobilizados pelo trabalho são muitos, incluindo a pesquisa em arquivo, a análise de obras de arte, a historiografia, entre outros. Em sua apresentação no Instituto de Estudos Brasileiros, no dia 14 de outubro, pretende concentrar-se em algum aspecto ou em alguma parte do livro?

DJS – Vou tentar oferecer uma visão panorâmica do material no livro, sobretudo materiais de arquivos que não são necessariamente muito bem conhecidos, como a iconografia nos mapas holandeses do Brasil do século XVII, as aquarelas do militar-artista Carlos Julião no século XVIII, que mostram a indústria da mineração em áreas como Serro Frio, e documentos do acervo de Orson Welles sobre sua estadia no Brasil, acervo que pertence a nossa Lilly Library, na Universidade de Indiana. Desde a publicação de *Brasil imaginado* em inglês, em 2008, escrevi mais dois, que têm fortes ligações com esse livro, e vou comentar um pouco isso. *Americans all: good neighbor cultural diplomacy in World War II* (2012) trata mais detalhadamente da época da boa vizinhança e a viagem de Welles ao Brasil como parte do programa interamericano criado pela agência federal, chefiada por Nelson Rockefeller entre 1940-1945; e *The Portuguese-speaking diaspora: seven centuries of literature and the arts* (2016), que dá mais ênfase aos debates sobre a instituição da escravidão no Brasil no século XVIII e fala sobre a obra diaspórica (*Iundus*) do compositor africano-brasileiro Domingos Caldas Barbosa.

IEB – Brasil imaginado foi publicado nos Estados Unidos em 2008. Desde então, de forma acelerada até a vertigem dos últimos meses, muita coisa ocorreu no plano das representações do Brasil. A senhora tem a intenção de estudar esses fenômenos mais recentes? Gostaria de dizer algo sobre eles?

DJS – Atualmente estou escrevendo um livro um pouco fora de minha especialização. O livro é sobre objetos fascinantes da Lilly Library – que incluem, por exemplo, as bonecas de papel feitas por Sylvia Plath, os Oscars de John Ford e



o estojo de maquiagem de Rita Hayworth, que contém cartas com desenhos charmosos e engraçados de Orson Welles, que na época era o marido de Rita. Mas pretendo voltar a escrever sobre o Brasil depois desse projeto, e provavelmente será uma história do cinema brasileiro porque gosto de projetos abrangentes. Ensinei durante anos sobre cinema no Brasil (tenho um livro sobre os filmes de Nelson Pereira dos Santos), e não há uma história do cinema brasileiro em inglês.

Claro que desde os dias em que escrevi Brasil imaginado há muito mais imagens do país a considerar. Como grande aficionada do Brasil, estou tentando acompanhar o que está acontecendo aí – mais recentemente, os Jogos Olímpicos, que impressionaram todos com que falei aqui nos Estados Unidos, os debates sobre a presidência e as manifestações antes e depois do voto. Qualquer pessoa que escreva sobre as representações do Brasil hoje em dia, além do simbólico verde-amarelo-azul, terá de considerar a cor vermelha como parte da imagética nacional recente

JACQUELINE PENJON

Jacqueline Penjon, professora emérita da Universidade de Paris 3 – Sorbonne Nouvelle, é a palestrante convidada do Café Acadêmico do IEB de 10 outubro de 2016. Nesta entrevista, ela fala sobre o escritor Antonio Narciso Roças, autor de *Mistérios do Rio de Janeiro: memórias póstumas de um detetive carioca (1918)* e de outros livros populares que tiveram sucesso no Brasil da primeira metade do século XX.

Instituto de Estudos Brasileiros – Hoje esquecido, o escritor português Antonio Narciso Roças foi um autor bastante popular entre anos 1920 e 1950 no Brasil, onde viveu desde criança. Poderia falar um pouco sobre ele?



Jacqueline Penjon – Antonio Narciso Roças morou no Rio de Janeiro e em São Paulo. Sabe-se muito pouco sobre sua vida, a não ser os episódios que se transformaram em notícia de jornal. Sua vida foi bastante conturbada, fora dos caminhos normais. Isso explica um pouco certas temáticas de sua obra. Ele sempre publica com o pseudônimo de Amador Santelmo. Textos em prosa, como *Mistérios do Rio de Janeiro*, só representam um terço de sua obra. Suas primeiras publicações no *Jornal do Brasil*, em 1911, foram sonetos. Vivia de sua literatura e de aulas de métrica. Sua obra abrange vários gêneros: poesia, teatro, letra de música, lendas etc. Seus folhetos em verso (entre 16 e 68 páginas) vão da hagiografia à paródia, passando por temas históricos, composições sobre personagens famosas etc.

IEB – Em busca das obras perdidas de Narciso Roças, a senhora realizou uma pesquisa extensa em bibliotecas brasileiras. Que balanço faria desses esforços?

JP – São as bibliotecas do Rio de Janeiro que têm o maior número de obras. Muitos folhetos se perderam, embora fosse possível encontrar uns dois ou três no site Estante Virtual. Acredito que as obras que encontrei dão uma ideia bastante precisa dessa literatura popular. A venda por fascículos, por folhetos, não ajuda; também a literatura popular foi desprezada durante muito tempo.

IEB – Entre as mais de 50 obras escritas por Narciso Roças, chamam a atenção as novelas policiais *Mistérios do Rio de Janeiro: memórias póstumas de um detetive carioca*, que fizeram sucesso em sua época. O título faz naturalmente pensar em *Os mistérios de Paris*, de Eugène Sue – para não falar no subtítulo, que lembra as *Memórias póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis. A “febre” dos *Mistérios* chegou ao Brasil? Há notícia de *Mistérios* referentes a outras cidades brasileiras além do Rio de Janeiro?

JP – Na esteira de *Os mistérios de Paris*, o mundo foi invadido por um imenso número de “mistérios”, *Os mistérios de Londres*, *Os mistérios de Nova Iorque*, *Os mistérios de Lisboa* etc. No Brasil, o Rio de Janeiro, com seus “mistérios”, inspirou vários autores: Antonio José Nunes Garcia escreve *Os mysterios do Rio de Janeiro* e os legítimos *desherdados* (1854); Antonio Jerônimo Braga publica em 1866, no *Jornal do Commercio*, o folhetim *Os mysterios do Rio de Janeiro ou os ladrões de casaca*; Paulo Marques lança em 1880 *Os verdadeiros mistérios do Rio de Janeiro*; José da Rocha Leão, na mesma época, publica *Os mysterios do Rio de Janeiro*. O século XIX conhece ainda mais dois *Mysterios do Rio de Janeiro*. No século XX, além da publicação de Roças em 1918, teremos em 1922, como crônicas no *Jornal do Brasil*, *Mistérios do Rio de Janeiro*, que Benjamim Costallat publicará em livro em 1924. Houve outros “mistérios” no Brasil: *Os mistérios de Recife* e outros sem nome de cidade; *Os mistérios da roça*, de Vicente Félix da Costa; *Os mistérios da Tijuca*, de Aluísio Azevedo; *Os mistérios do Brasil*, *Os mistérios da rua da Aurora* etc.

**Entrevistas concedidas a Pedro Fragelli
doutor em Literatura Brasileira pelo IEB/USP**

FOTOS: JORNALSIDARTA.BLOGSPOT.COM; forumlitbras.lettras.ufrj

[expediente)

INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS

Prof^a. Dr^a. Sandra Margarida Nitrini

Diretora

Prof. Dr. Paulo Teixeira Iumatti

Vice-diretor



PRODUÇÃO

Pérola Ciccone

Chefe Técnica da Divisão Científico-Cultural

Cleusa Conte Machado

Revisão e preparação de textos

Flavio Alves Machado

Design



MISSÃO

A Revista do Instituto de Estudos Brasileiros (RIEB) tem por missão refletir sobre a sociedade brasileira articulando múltiplas áreas do saber. Nesse sentido, empenha-se na publicação de artigos originais e inéditos, resenhas e documentos relacionados aos estudos brasileiros.

CRITÉRIOS PARA APRESENTAÇÃO E PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS

Condições gerais

- A *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* (RIEB), de periodicidade quadrimestral, tem por missão refletir sobre a sociedade brasileira articulando múltiplas áreas de saber. Nesse sentido, empenha-se na publicação de artigos originais e inéditos, resenhas e documentos relacionados aos estudos no Brasil (em português, espanhol, francês, italiano e inglês).
- Os artigos a serem apresentados para apreciação e eventual publicação pela *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* deverão ser submetidos, a partir de julho de 2016, em formato digital através do portal SciELO de submissões: <http://submission.scielo.br/index.php/rieb/login>
- Os artigos serão submetidos à avaliação de dois pareceristas, sendo consideradas a autenticidade e a originalidade do trabalho.
 - Em caso de divergência, será ouvido um terceiro parecerista.
 - Os pareceristas têm 30 dias para emitirem seus pareceres.
 - O prazo médio de resposta para os autores é de quatro meses.
- A revista reserva-se o direito de adequar o material enviado ao seu projeto editorial e padrão gráfico.

Responsabilidades

- Os autores se comprometem a informar a futuros interessados em adquirir quaisquer direitos autorais sobre seus textos acerca do teor do Termo de Autorização assinado para a publicação das obras na *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*.
- Os autores comprometem-se a autorizar a revista a divulgar os textos sob os termos da licença Creative Commons BY-NC (<http://creativecommons.org/>).

- As traduções deverão ser autorizadas pelo(s) autor(es) do texto original.
- Fica estritamente restrita aos autores dos artigos a responsabilidade pela reprodução das imagens.
- A Revista não se responsabiliza pela redação nem pelos conceitos emitidos pelos colaboradores/autores dos artigos.
- Os autores asseguram que o artigo é inédito e não está sendo avaliado por nenhuma outra publicação.

FORMA E PREPARAÇÃO DE ORIGINAIS

Padronização do trabalho enviado:

I. Formatação

- Programa: Word, edição 97-2003, formato .doc; dimensão da página: A4; margens: 2,5 cm; fonte: Times New Roman; corpo: 12; entrelinha: 1,5.

2. Quantidade de caracteres

- Artigos: entre 30 mil e 52 mil caracteres (incluindo espaços).
- Resenhas: entre 5 mil e 20 mil caracteres (incluindo espaços).
- Notícias e documentação: até 20 mil caracteres (incluindo espaços).

3. Citações

- As citações devem seguir o padrão ABNT NBR 10520/2002 (Informação e documentação – Citações em documentos – Apresentação).
- Citações diretas com até três linhas devem entrar no corpo normal do texto, entre aspas duplas. Aspas simples devem ser utilizadas para indicar citação dentro de citação.
- A partir de quatro linhas, as citações devem estar separadas por uma linha (antes e depois) do corpo do texto (na margem)
- Supressões, interpolações, comentários devem estar indicados com o uso de colchetes: [...], [ainda de acordo com ele] etc.
- Quando a citação incluir texto traduzido ou destaque tipográfico realizado pelo autor, além dos dados da obra de que foi extraído o trecho,

na nota de rodapé relacionada à citação deve constar: (tradução nossa) ou (grifos nossos).

- Toda citação deve ser seguida de número de nota. A primeira citação de uma obra, na nota de rodapé, deve ter sua referência completa, com os mesmos dados que constam nas Referências Bibliográficas.
- Citações subsequentes da mesma obra devem ser referenciadas de forma abreviada: Idem (mesmo autor, outra obra), Ibidem (mesma obra, seguido do número da página).
- Para indicar que a obra foi citada anteriormente, sem ser de forma subsequente, deve-se utilizar: op. cit. (após o sobrenome, nome do autor) – BASTOS, Fernanda, op. cit.
- Se houver mais de uma obra do mesmo autor que já foi citada, indicar o ano: BASTOS, Fernanda, op. cit., 2008.
- Se forem duas obras do mesmo autor, de mesmo ano, indicar a obra que já foi citada de forma abreviada: BASTOS, Fernanda. *A saúde da população ribeirinha...*, op. cit.

4. Notas e bibliografia

- O artigo deve obedecer à norma ABNT NBR 6023/2002 (Informação e documentação – Referências – Elaboração).
- Em página inicial, separados do corpo do texto, devem constar: título do artigo, em português e em inglês; nome(s) do(s) autor(es); filiação institucional (instituição, cidade, estado, país); breve registro da qualificação profissional.
- Caso o trabalho tenha apoio financeiro de alguma instituição, esta deverá ser mencionada no início do texto, abaixo do(s) nome(s) do(s) autor(es).
- Resumo e *abstract* – incluindo de três a cinco palavras-chave/*keywords* – devem conter, juntos, de 1.300 a 1.700 caracteres (contando-se os espaços).
- Ilustrações, gráficos e tabelas devem trazer suas respectivas legendas.
- As notas explicativas e bibliográficas devem constar no rodapé devidamente numeradas e obedecidas as disposições da ABNT. Exemplos:

1. REIS FILHO, Nestor Goulart. *A urbanização e o urbanismo na região das Minas*. São Paulo: FAU/USP, 1999. (Cadernos do LAP, 30).
2. HOLANDA, Sérgio Buarque de. O semeador e o ladrilhador. In: _____. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. cap. 4, p. 93-138.
3. TORRÃO FILHO, Amílcar. *Paradigma do caos ou cidade da conversão?: a cidade colonial na*

- América portuguesa e o caso da São Paulo na administração do Morgado de Mateus (1765-1775). 2004. 338 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2004.
4. BASTOS, Rodrigo Almeida. A arte do urbanismo conveniente: o decoro na implantação de novas povoações em Minas Gerais na primeira metade do século XVIII. In: PEREIRA, Sônia Gomes (Org.). *Anais do VI Colóquio luso-brasileiro de história da arte*. Rio de Janeiro: CBHA/UFRJ/UERJ/PUC-Rio, 2004. v. 2, p. 667-677.
 5. CANDIDO, Antonio. Dialética da malandragem. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 8, p. 67-89, 1970.
 6. MAUAD, Ana Maria. Entre retratos e paisagens: modos de ver e representar no Brasil oitocentista. *Studium*, Campinas, v. 15, 2004. Disponível em: <<http://www.studium.iar.unicamp.br/15/01.html>>. Acesso em: 27 fev. 2007.

É necessário a inserção do DOI (Digital Object Identifier) de cada referência bibliográfica – quando houver – (que pode ser encontrado no site www.crossref.org), conforme o exemplo abaixo: SOBRENOME, PRENOME(S). Título: subtítulo (se houver). Nome do periódico, local de publicação, volume, número ou fascículo, mês abreviado, ano. Disponível em <DOI:10.1086/599247>. Data de acesso.

UTILIZAÇÃO DO OPEN JOURNAL SYSTEMS - OJS NO PORTAL SCIELO

1. Cadastro

- Os autores devem realizar seu registro através do *link*: <<http://submission.scielo.br/index.php/rieb/login>>

2. Avaliação por pares cega

- Para assegurar a integridade da avaliação por pares cega, para submissões à revista, deve-se tomar todos os cuidados possíveis para não revelar a identidade de autores e avaliadores entre os mesmos durante o processo. Isso exige que autores, editores e avaliadores (passíveis de enviar documentos para o sistema, como parte do processo de avaliação) tomem algumas precauções com o texto e as propriedades do documento:
 - Os autores do documento devem excluir do texto nomes, substituindo com “Autor” e o ano em referências e notas de rodapé.
 - Em documentos do Microsoft Office, a identificação do autor deve ser removida das propriedades do documento, no menu “Arquivo/

Propriedades”, iniciando em Arquivo, no menu principal, na sequência: “Arquivo > Salvar como... > Ferramentas > Opções de segurança... > Remover informações pessoais do arquivo ao salvar > OK > Salvar”.

- Em PDFs, os nomes dos autores também devem ser removidos das Propriedades do Documento, em Arquivo no menu principal do Adobe Acrobat.

3. Submissão online

- Os autores poderão enviar seus trabalhos a partir do seguinte *link*: <<http://submission.scielo.br/index.php/rieb/about/submissions#onlineSubmissions>>
- Os artigos devem ser enviados de acordo com as normas de formatação e condições para submissão de artigos da Revista.
- O tamanho máximo permitido para *upload* de arquivos no sistema OJS é de 10MB.
- As imagens, bem como as respectivas legendas (com referência completa de autoria e instituição detentora), devem ser numeradas, indicando sua posição no corpo do texto e enviadas em arquivos separados, como documento suplementar (passo 4 do sistema eletrônico de submissão). Em caso de aceite do artigo, essas informações deverão ser inseridas posteriormente, na etapa de revisão, juntamente com uma pequena apresentação biográfica (até seis linhas), com nome completo, titulação e instituição.